



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. "D" AO Nº 18 QUARTA-FEIRA, 2 DE MARÇO DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES

BRASÍLIA - DF

## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)**

Presidente

**Senador Jorge Viana (PT-AC)**

1º Vice-Presidente

**Senador Romero Jucá (PMDB-RR)**

2º Vice-Presidente

**Senador Vicentinho Alves (PR-TO)**

1º Secretário

**Senador Zeze Perrella (PDT-MG)**

2º Secretário

**Senador Gladson Cameli (PP-AC)**

3º Secretário

**Senadora Ângela Portela (PT-RR)**

4ª Secretária

---

### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Rogério de Castro Pastori**

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

**Roberta Lys de Moura Rochael**

Coordenadora de Elaboração de Diários

**Deraldo Ruas Guimarães**

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Florian Augusto Coutinho Madruga**

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

**José Farias Maranhão**

Coordenador Industrial

**Quésia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

### **1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES**

#### **1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2015 ..... 4

##### **1.1.1 – Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional**

Ata da 1ª Reunião, realizada em 10 de setembro de 2015 ..... 6

Ata da 2ª Reunião, realizada em 14 de setembro de 2015 ..... 8

#### **1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de fevereiro de 2016 ..... 24

#### **1.3 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2015 ..... 34

#### **1.4 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2015 ..... 56

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2015 ..... 65

#### **1.5 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2015 ..... 77

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de fevereiro de 2016 ..... 107

#### **1.6 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**

Ata da 1ª Reunião, realizada em 16 de fevereiro de 2016 ..... 139

---

**ATA DA QUINQUAGÉSIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2015, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às treze horas e quarenta e sete minutos do dia quinze de dezembro do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Raimundo Lira, presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos, reúne-se a comissão com a presença dos(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Telmário Mota, Cristovam Buarque, Romero Jucá, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Hélio José, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, José Serra, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Douglas Cintra, Wellington Fagundes e Blairo Maggi. Deixam de comparecer o senador Delcídio do Amaral, tendo ausência justificada, e os(as) senadores(as) Walter Pinheiro, Reguffe, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Sandra Braga, Roberto Requião, Omar Aziz, José Agripino, Davi Alcolumbre, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho e Marcelo Crivella. O presidente declara aberta a reunião, submetendo à comissão a dispensa da leitura da ata das 48ª e 49ª reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, a presidência comunica que é adiada a apreciação do item constante da primeira parte da pauta, o relatório de avaliação dos impactos dos benefícios de ICMS concedidos unilateralmente pelos estados, em atendimento ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, tendo como relator o senador Lindbergh Farias. A presidência inicia então a apreciação dos itens constantes da segunda parte da pauta. Item 1 - Mensagem (SF) nº 11 de 2015, não terminativa, de autoria da presidente da República, que “encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 1º trimestre e para o ano de 2015, contendo estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional e justificativa da programação monetária”, tendo como relator o senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Item 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 167 de 2015, complementar, não terminativo, de autoria do deputado Mauro Mariani, que “altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006”, tendo como relator o senador Blairo Maggi, que oferece relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Item 3 - Projeto de Lei do Senado nº 46 de 2012, não terminativo, de autoria do senador Lauro Antonio, que “assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses”, tendo como relator o senador Hélio José, que oferece relatório contrário ao projeto. A apreciação da matéria é adiada. Item 4 - Turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 202 de 2015, terminativo, de autoria do senador Otto Alencar, que “altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para prever isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) a imóvel rural localizado à margem do Rio São Francisco, dos seus afluentes e de suas nascentes em que esteja preservada ou em processo de recomposição a vegetação das áreas de preservação permanente de que trata o inciso I do art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012”, tendo como relator “ad hoc” o senador Walter Pinheiro. Encerrada a discussão, não tendo sido apresentadas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado. Item 5 - Projeto de Lei do Senado nº 280 de 2013, terminativo, de autoria do senador Ricardo Ferraço e outros, que “dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal”, tendo como relator “ad hoc” o senador Reguffe, que oferece relatório pela aprovação do projeto e da Emenda nº 2-CAS, acatando a Emenda nº 1-CI e as Subemendas nºs 1-CE, 2-CAS, 3-CAS e 4-CAS na forma da emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Item 6 - Projeto de Lei do Senado nº 190 de 2011, terminativo, de autoria do senador Aloysio Nunes Ferreira, que “acrescenta Parágrafo Único ao Art. 4º da Lei 9.126, de 10 de novembro de 1995, para determinar que ao saldo não desembolsado do BNDES seja dado o mesmo tratamento dos saldos dos recursos dos Fundos Constitucionais”, tendo como relator o senador José Pimentel, que oferece relatório pela aprovação do projeto. A apreciação da matéria é adiada. Item 7 - Projeto de Lei do Senado nº 276 de 2007, terminativo, de autoria do senador Valdir Raupp, que “acrescenta dispositivos à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para permitir ao titular de benefício do Instituto Nacional do Seguro Social solicitar o bloqueio de seu registro, para impedir descontos decorrentes de operação de crédito consignado”, tendo como relator o senador Douglas Cintra, que oferece relatório pela aprovação do projeto com três emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Item 8 - Projeto de Lei do Senado nº 463 de 2015, terminativo, de autoria do senador Lasier Martins, que “altera a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, para estender o prazo para o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional, relativos ao PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 519 de 2015, terminativo, de autoria do senador Paulo Paim, que “altera a redação do art. 12 da Lei nº 12.810,



de 15 de maio de 2013, que dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.715, de 25 de novembro de 1998, 11.828, de 20 de novembro de 2008, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.222, de 9 de maio de 2001, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.110, de 25 de abril de 2005, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 9.514, de 20 de novembro de 1997; e revoga dispositivo da Lei no 12.703, de 7 de agosto de 2012, para ampliar o prazo dos débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP passíveis de parcelamento”, tendo como relator o senador José Pimentel, que oferece relatório pela aprovação do PLS nº 463 de 2015 com uma emenda que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 519 de 2015. A apreciação da matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente em exercício da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **RAIMUNDO LIRA**

Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Ata da 48ª e da 49ª Reuniões.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A avaliação da política pública, que tem como Relator o ilustre e competente Senador Lindbergh Farias, ficará para outra oportunidade, considerando o avançado da hora e que a maioria dos Senadores está em reunião no Gabinete do Presidente Renan Calheiros.

Temos aqui o item 4.

#### ITEM 4

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, de 2015

##### - Terminativo -

*Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para prever isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) a imóvel rural localizado à margem do Rio São Francisco, dos seus afluentes e de suas nascentes em que esteja preservada ou em processo de recomposição a vegetação das áreas de preservação permanente de que trata o inciso I do art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.*

**Autoria:** Senador Otto Alencar

**Relatoria:** Senador Jorge Viana

**Relatório:** Não aplicável.

##### **Observações:**

1. Em 24/11/2015, foi aprovado substitutivo integral ao projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria é submetida a turno suplementar;

2. Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do RISF.

Votação, em turno suplementar, do substitutivo oferecido ao PLS nº 202, de 2015, que tem como autor o Senador Otto Alencar e como Relator o Senador Walter Pinheiro.

Já tendo sido votado e não havendo emendas, declaro, portanto, aprovado esse PLS aprovado.

Encerro a presente reunião agradecendo a presença dos Srs. Senadores e convidados.

Muito obrigado.

*(Iniciada às 13 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 48 minutos.)*

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, CRIADA POR MEIO DO RQE Nº 1/2011-CAE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2015, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às onze horas e treze minutos do dia dez de setembro do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência eventual do senador Roberto Requião, reúne-se a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, com a presença dos senadores Lindbergh Farias e Marcelo Crivella. A presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como finalidade a eleição para o biênio de 2015-2016 do presidente da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, criada por meio do Requerimento nº 1, de 2011, da CAE, e comunica que foi apresentado o nome do senador Lindbergh Farias para presidente. É eleito, por unanimidade, o senador Lindbergh Farias para presidente da Subcomissão. Assumindo a Presidência, usa da palavra o senador Lindbergh Farias. Usa da palavra o senador Roberto Requião. A presidência inicia a apreciação do item extrapauta. **Item 1-** Requerimento nº 1/2015-CAESTN, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que “requer a realização de audiência pública, com vistas à apresentação de dados e indicadores sobre o sistema tributário nacional, para subsidiar os trabalhos da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, com a presença de Sérgio Gobetti e Rodrigo Oair, pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea; Heron Arzua, ex-secretário de Fazenda do Estado do Paraná; e Maurílio Leopoldo Schmitt, economista e consultor”. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 1/2015-CAESTN. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezenove minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Roberto Requião**

Presidente eventual da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional  
(*Texto com revisão.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião por finalidade a eleição para o biênio de 2015-2016 do Presidente da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, criada por meio do Requerimento nº 1, de 2011, da CAE. Foi registrado, até o presente momento, o nome, para Presidente, do Senador Lindbergh Farias.

Eu consulto o Plenário sobre essa indicação, sobre esse nome registrado. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma contestação, por via de consequência – a indicação é unânime por parte dos presentes –, está eleito o Senador Lindbergh Farias. (*Palmas.*)

Eu convido o Senador Lindbergh Farias a assumir a Presidência da Comissão e designar o Relator. Parabéns.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Obrigado.

Senador Requião, eu estou aqui apresentando o plano de trabalho desta Subcomissão e apresentando também um requerimento que queria colocar em votação já agora, para fazermos a primeira audiência pública na próxima segunda-feira, às 19h, com a presença dos economistas Sérgio Gobetti e Rodrigo Oair, que fizeram um trabalho muito interessante sobre a desigualdade do nosso sistema tributário, Senador Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Eu só tenho um questionamento a fazer: a próxima segunda-feira?

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sim.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – É um dia muito difícil para o Senado. Eu, por exemplo, não estarei aqui na próxima segunda-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O problema dessa reunião na segunda-feira, Senador Requião, é que nós queríamos muito que ela fosse transmitida pela TV Senado.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Nós discutimos com a Diretoria de Comunicação, e esse, na verdade, era o espaço vago na semana.

Se nós marcássemos terça-feira ou quarta-feira, naquele horário de 15h – nossas atividades aqui são corridas –, ficaria difícil parar para uma discussão mais aprofundada. Então, eu queria manter essa dessa segunda e, na outra reunião, discutiríamos com todos os Senadores da Comissão.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Convocaremos quem?

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair. Quando o Piketty veio ao Brasil, fez uma reclamação expressa da falta de dados pela Receita Federal. E a Receita Federal acabou, agora, disponibilizando os dados.

Eles fizeram um estudo muito consistente mostrando o seguinte: os 10% mais pobres do País pagam 32% dos seus rendimentos em tributos; os 10% mais ricos pagam 22%; só que os muito ricos, 71 mil pessoas, pagam apenas 6% dos seus rendimentos com tributos. E ele explica e mostra que, apesar de existir um conjunto de propostas – como taxação de grandes fortunas, tributação sobre grandes heranças, que aqui no Brasil é muito baixa –, se nós voltássemos a cobrar tributos sobre lucros e dividendos, isso teria um impacto fiscal de 50 bilhões.

No Brasil, até 1995, pagava-se 15% de tributo sobre distribuição de lucros e dividendos. Só dois países do mundo não cobram: Brasil e Estônia. Então, ele apresenta essa discussão com muitos dados, mostrando que, na verdade, isso impactaria apenas os muito ricos. Teria um efeito benéfico na economia também, porque, se você não distribuir lucros e dividendos, você tem que reinvestir na economia.

Então, esse é um estudo muito consistente, e queríamos começar com o debate com esses dois economistas do Ipea – Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Eu gostaria de fazer uma proposta complementar: acrescentar a esses dois economistas a presença do Heron Arzua, que é um advogado especializado em direito tributário e foi meu Secretário da Fazenda no Paraná há algum tempo, e o Maurílio.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro, aceitamos. Acatamos.

Eu queria pegar os nomes já para a Comissão entrar em contato com eles, porque já está muito em cima.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Assim nós teríamos uma visão jurídica do que se pode fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito bem.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Examinando sob a luz do direito brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Na verdade, Senador Requião, queremos fazer essa audiência rápido – eu, inclusive, entrei na Comissão de Orçamento –, porque é o debate que vai existir no País no próximo período. Temos visto pressão de alguns setores para que a Presidenta aprofunde o ajuste fiscal, para fazer um superávit de 0,7% do PIB. Nós sabemos que, ao cortar programas sociais, aprofundar esse ajuste dessa forma, quem vai pagar a conta são os mais pobres, são os trabalhadores. Achamos que esse debate é muito oportuno, inclusive na discussão do déficit do Orçamento.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Então, Excelência, eu solicitaria que submetesse ao Plenário essa proposta, complementando com as duas indicações que fiz.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Vamos colocar em votação o requerimento com os dois nomes colocados em acréscimo pelo Senador Roberto Requião.

## ITEM 1

### Requerimento Nº , de 2015

*Requer a realização de audiência pública, com vistas à apresentação de dados e indicadores sobre o sistema tributário nacional, para subsidiar os trabalhos da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, com a presença de Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair, pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea; Heron Arzua, ex-secretário de Fazenda do Estado do Paraná; e Maurílio Leopoldo Schmitt, economista e consultor.*

**Autoria:** Senador Lindbergh Farias

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.)*

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, CRIADA POR MEIO DO RQE Nº 1/2011-CAE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2015 NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às dezenove horas e quarenta e quatro minutos do dia quatorze de setembro do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Lindbergh Farias, reúne-se a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional com a presença da senadora Regina Sousa. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Roberto Requião, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin e Marcelo Crivella. A presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de apresentar dados e indicadores sobre o sistema tributário nacional, para subsidiar os trabalhos desta Subcomissão, tendo como expositores os senhores Sérgio Gobetti e Rodrigo Oair, pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os(as) senadores(as) Lindbergh Farias e Regina Sousa e o senhor André Barrocal, jornalista. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

**Senador Lindbergh Farias**

Presidente da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional

*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Assunto: apresentar dados e indicadores sobre o Sistema Tributário Nacional para subsidiar os trabalhos da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional.

Aqui ao meu lado, temos Sérgio Gobetti, pesquisador do Ipea, e Rodrigo Oair, também pesquisador do Ipea, que estão fazendo um trabalho que se chama Progressividade Tributária: a Agenda Esquecida. É importante dizer que, depois da vinda de Thomas Piketty ao Brasil, autor do livro *O Capital no Século XXI* – foi muito importante a reclamação que ele fez sobre a ausência de dados aqui no Brasil –, a Receita Federal, agora há pouco, disponibilizou esses dados. Queremos começar esse trabalho com Sérgio Gobetti e Rodrigo Oair porque fizeram um estudo revelador da situação de injustiça tributária no nosso País, da regressividade à tributação em nosso País.

Então, eu quero já, Sérgio Gobetti e Rodrigo Oair, começar o debate de forma muito tranquila. Eu sei que vocês tem uma apresentação a fazer e eu queria perguntar quem vai começar. Pode ser o Sérgio Gobetti e o Rodrigo vai...

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Eu vou pontuando. A gente vai trabalhando junto.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Então, ótimo!

Antes disso, quero dizer que esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania) ou ligando para o número 0800-612211.

Os convidados já se encontram no plenário da Comissão. De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as determinadas normas. Aqui se estabelece um tempo para cada convidado, mas vamos usar um método diferente. Vamos deixar o tempo livre para os senhores irem falando.

Este debate hoje aqui acontece no momento em que o Governo apresenta uma nova etapa do ajuste. Infelizmente, estamos aprofundando um ajuste que não deu resultado. Na verdade, a política do Governo em relação a um ajuste... Aconteceu aquilo que nós tínhamos medo que acontecesse, ou seja, aprofundou-se a recessão econômica, a arrecadação do nosso País caiu 3% e o déficit nominal, que no ano passado foi de 6,7%, na verdade está em 8,8%. Então, o que a gente vê nesse ajuste do ajuste agora infelizmente é a continuidade de uma política que vai aprofundar a depressão econômica que a gente está vivendo. Nós estamos em uma recessão que pode ser algo em torno de 2,5%, 3% este ano, uma recessão no outro ano.

E infelizmente também em relação às medidas tributárias apresentadas... Eu acho que vai ser muito importante essa apresentação do Sérgio Gobetti e do Rodrigo Oair porque eles exploraram muito nesse trabalho deles o peso da isenção tributária para a distribuição de lucros e dividendos. Só dois países do mundo – e eu



não quero me antecipar ao que eles vão falar –, só Brasil e Estônia tem essa isenção tributária para distribuição de lucros e dividendos.

Esse era um imposto que existia. Nós tínhamos, até o final de 1995, 15% dessa tributação. Hoje o que acontece é que um funcionário público que recebe R\$5 mil, quando paga imposto de renda, paga 27,5%. Um grande empresário que recebe R\$300 mil a título de distribuição de lucros e dividendos não paga nada.

Por isto o primeiro convite para a gente abrir este trabalho com os senhores aqui: porque se desnuda um pouco essa regressividade em nosso sistema tributário. Por mais que existam várias propostas, imposto sobre grandes fortunas, sobre grandes heranças, ITR, vários outros pontos que podem melhorar o Sistema Tributário Brasileiro, eu também estou convencido de que voltar a ter isenção sobre distribuição de lucros e dividendos é o jeito mais fácil de resolvermos essa situação de regressividade e ter um impacto fiscal importante.

Sei que vocês vão falar de números, mas o Governo está neste momento tentando resolver o problema do déficit. Aqui, com tributação, distribuição de lucros e dividendos atingindo uma pequena parcela da população, os muito ricos, nós poderíamos ter um incremento fiscal de mais de R\$50 bi. Então, eu espero que essa exposição dos senhores aqui sirva.

O Governo apresentou hoje a proposta do ajuste, mas o debate vai se estender aqui no Congresso Nacional pelo menos até o final do ano, até dezembro. Então, estamos querendo colocar esse tema como central, inclusive, no debate. Nós tínhamos o caminho de não termos feito esse ajuste draconiano. Cortar recursos da saúde, cortar investimentos num momento de desaceleração econômica que a gente está vivendo é criminoso! Nós podíamos ter optado por outro caminho, que é mexer nessa política monetária, que é outro ponto que...

É impressionante como, no Brasil, esse assunto é proibido. Existe uma blindagem na grande imprensa. O nosso problema central do déficit foi a política monetária. Nós gastamos, no ano passado, 5,64% do PIB em pagamento de juros. Aumentou agora juros *swaps* cambiais para 7,92%. Então, mudar a política monetária e taxar os mais ricos, em especial, com imposto sobre lucros e dividendos vai ser o caminho que vamos defender.

E eu encerro, para passar para o Sérgio Gobetti, que já apresentei aqui dois projetos. Um sobre a taxação de lucros e dividendos, voltar aos 15% – eu sei que existem outras propostas nesse sentido –, e o outro para acabar com juros sobre capital próprio, porque também hoje o que o Governo apresentou foi feito de forma periférica, terá o impacto de R\$1 bilhão. Mas se acabássemos com estas jabuticabas, juros sobre capital próprio, nós poderíamos ter uma economia em torno de R\$8 bilhões. Inclusive quando vocês falarem sobre este tema, juros e capital próprio, é importante fazê-lo de forma muito didática, porque se tem uma coisa que é complicada é entender como funciona esse instrumento tributário juros sobre capital próprio.

Mas eu já falei muito. Vou passar imediatamente para Sérgio Gobetti e o Rodrigo Orair fique à vontade para ir entrando a qualquer momento no debate, dando contribuições.

Sérgio Gobetti.

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Boa noite a todos.

Nós vamos trocando a bola. Como a gente tinha combinado aqui, o Rodrigo pode me interromper; se o Senador quiser também interromper, pode fazê-lo. A gente vai conversando, vamos batendo um papo.

Em primeiro lugar, eu queria dizer o seguinte: imposto é uma palavra feia. O próprio sentido da palavra é uma coisa que é imposta às pessoas. É uma palavra que tem sido muito pouco popular nos dias de hoje. Mas imposto é algo que existe nas sociedades há muito tempo. E, digamos, se é ruim pagar imposto, pior do que pagar imposto é quando a gente olha para o andar de cima, para aquele que é mais rico do que a gente, e a gente conclui e vê que esse paga menos imposto do que a gente. Isso é realmente algo de se indignar.

É basicamente essa a constatação que fizemos. Embora fosse algo que a gente pudesse suspeitar, isso foi, de certa maneira, surpreendente para a gente ao analisar os dados de Imposto de Renda no Brasil. Apesar desses dados mostrarem uma realidade gritante em termos de desigualdade de renda, tanto desigualdade de renda quanto esta distorção dos muito ricos pagarem menos imposto do que a classe média alta, além da gente estar vendo isso, por outro lado, o que nos preocupa é que essa discussão, de certa maneira, com toda essa situação tem sido bastante embargada no País. Por isso a gente coloca como título da apresentação “A Agenda Esquecida”.

Primeiro, para definir para quem não entende, progressividade tributária é mais ou menos isso a que eu estava me referindo. A progressividade tributária é um princípio que diz que a proporção que cada indivíduo paga de imposto deve crescer na medida em que a sua renda cresça. Então, quem ganha muito pouco, quem tem o mínimo para subsistência pode não estar pagando; alguém que tem o nível médio de renda, por exemplo, poderia pagar 10%, 15% da sua renda; e quem é muito rico deveria estar pagando 30%, 40% até 50% da sua renda.

Fazendo um paralelo com o livro do Piketty, é interessante como o Piketty mostra que a aceitação do princípio da progressividade e da ideia de imposto de renda com alíquotas mais elevadas e alíquotas progressi-

vas foi algo que não foi tão trivial assim de ser aceito mesmo pelas sociedades desenvolvidas. Para vocês terem uma ideia, até o final do século 19, quando começaram a surgir os impostos de renda nos países europeus, a alíquota máxima do imposto de renda desses países variava entre 5% e 10%. Entre 5% e 10% até 1910. Em dez anos, entre a década de 1910 e 1920, essas alíquotas de imposto de renda dispararam. Ou seja, ocorreu alguma coisa na situação econômica e política mundial, que foi precisamente a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa, que modificou completamente a maneira de pensar das próprias elites europeias, que resistiram muito, no início, à introdução de um imposto de renda progressivo.

Há também um trecho no livro de Piketty que é interessante. Ele fala de um dos economistas mais famosos, que chegou a ser ministro das finanças da França, Beaulieu, que se contrapunha à progressividade do imposto de renda, dizendo, Lindbergh, que a França não precisava de progressividade, porque já era um país igualitário, devido à Revolução Francesa; que era igualitário, então, não precisava de progressividade. Mas o Reino Unido era diferente. O Reino Unido e a Inglaterra, como não tinham as mesmas bases de igualitarismo, precisariam ter o imposto de renda progressivo. Então, há aí uma confusão inclusive de direitos iguais, direitos políticos, igualdade, em termos de democracia, com o princípio de igualdade econômica, que é bastante diferente.

Saindo um pouco dessa história e entrando propriamente dito nos dados que a gente trata no Brasil, como o Lindbergh falava é o seguinte: esse problema dos ricos pagarem menos imposto do que a classe média no Brasil decorre exatamente disto, desse fenômeno que é a isenção de lucros e dividendos distribuídos.

Mas, para que vocês entendam melhor isso, fazendo um parêntesis aqui, a gente tem que entender o seguinte: o Imposto de Renda das Pessoas Físicas, esse que qualquer um de nós aqui declara anualmente para a Receita Federal, poderíamos dividir as rendas. Existem três blocos de renda, três diferentes blocos de renda. Uma, as chamadas rendas tributáveis. O que são as rendas tributáveis? O salário que todo mundo recebe, aposentadoria, pensão e também inclui, além dos salários, rendimento de aluguéis. Esses são os rendimentos tributáveis. Apenas esses rendimentos tributáveis estão sujeitos à tabela progressiva do Imposto de Renda, aquelas alíquotas que começam em 7,5%, 15%, 22,5% e chegam em 27,5%. Apenas esses dois tipos de renda, renda salarial e renda de aluguel, são submetidas à alíquota que chega até 27,5%.

Depois, nós temos um grande bloco de renda, que são as rendas tributadas exclusivamente na fonte, em que nós temos, nesse caso, rendas provenientes de ganho de capital, seja por venda de ações, venda de imóveis, ou também ganho de capital proveniente de aplicações financeiras. Corrigindo algo que eu disse há pouco, nós temos uma renda que também é de trabalho, entre essas rendas tributadas exclusivamente na fonte, que é o 13º salário.

Todo mundo, quando preenche a Declaração de Imposto de Renda sabe que, no bloco um, você bota o salário normal e depois o 13º e entra no segundo bloco, que esse bloco de rendas tributadas exclusivamente na fonte. O 13º salário, por falar nisso, é a única renda tributada exclusivamente na fonte que está sujeita também à tabela progressiva de alíquotas de 27,5%. Todos os outros rendimentos tributados exclusivamente na fonte estão, em geral, submetidos a uma alíquota média de 15%. Esse é o segundo bloco.

E nós temos um terceiro bloco de rendimentos das pessoas físicas, que é o bloco de rendas, estas a que a gente se referia, as rendas isentas, totalmente isentas, que não pagam nenhum imposto. É o caso da cadermeta de poupança, que é uma coisa que todo mundo pode ter um pouco, mas isso é insignificante dentro do volume que a gente verifica nas declarações de Imposto de Renda, como nós vamos mostrar aqui.

Antes, vou adiante aqui nesta tabela.

Aqui nós temos um resumo dos valores desses rendimentos a que me referi no ano de 2013. Nós temos a coluna de rendimentos tributáveis, rendimentos tributados exclusivamente na fonte e temos a coluna de rendimentos isentos. Veja, então, que a de rendimentos tributáveis, que são salários e aluguéis, soma R\$1,29 trilhão. Nós temos depois a de rendimentos tributados exclusivamente na fonte, R\$207 bilhões e, por fim, nos rendimentos isentos, temos R\$632 bilhões.

Aí nós temos um pouco de caderneta de poupança, uma parcela do rendimento de aposentado de mais de 65 anos, que também é classificada como rendimento isento. Nós temos aquele rendimento de ganho de capital, que todo mundo conhece, quando você vende um imóvel e compra outro num período de seis meses, aquele lucro imobiliário também está nessa categoria de rendimentos isentos. Mas, de longe, o principal item dos rendimentos isentos é lucros e dividendos recebidos por acionistas de empresas, que somou, no ano de 2013, a cifra de R\$288 bilhões, não é, Rodrigo? Duzentos e oitenta e oito bilhões, praticamente a metade desses R\$632 bilhões.

Como vocês também veem, pela tabela, onde é que está concentrada basicamente as rendas isentas? O grosso das rendas isentas? Naquela última faixa de renda, naqueles brasileiros que ganham mais de R\$1,3 milhão por ano.



**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Só para facilitar aqui a explicação, é o seguinte: a tabela está dividida em duas. Em cima, são os valores totais para cada uma das faixas de renda. Então, significa que, entre os 5.555 milhões declarantes, que tem até R\$24 mil, o volume total de rendimentos isentos é de 5.920. A tabela debaixo são valores *per capita* e você vai chegar lá, não é isso?

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Sim, valores por pessoa. A gente divide aquele valor que está lá em cima pelo número de pessoas, de declarantes de cada faixa de salário. Os dois dados são interessantes de a gente analisar. Em cima, a gente tem ideia dos valores absolutos. Já pela ideia dos valores absolutos, como eu estava querendo chamar, nós temos um grupo de 71 mil pessoas em 26 milhões que concentram R\$196 bilhões de rendimentos isentos num total de 632. Ou seja, eles têm praticamente um terço, quase 30%, dos rendimentos isentos e representam do total de 26 milhões... Quanto, Rodrigo, que dá isso? Dá menos de 1%.

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Dá 0,3% da população...

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Da população, e dos declarantes 0,5%, alguma coisa assim.

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – É isso aí.

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – E, vejam, então, que temos um grande problema. Esses 71 milhões de brasileiros, a renda tributada deles é muito pequenininha. São aqueles 37 bilhões ali da primeira coluna. Eles têm R\$37 bilhões tributados até 27,5%, R\$64 bilhões de rendimentos devem ser basicamente rendimentos financeiros tributados a 15% e, por fim, tem aqueles 196 milhões livres de impostos.

No quadro embaixo, a gente consegue ter uma dimensão da concentração de renda e da riqueza que detêm esses brasileiros que ganham mais de R\$1,3 milhão por ano, ou seja, são os que ganham a partir de R\$1,3 milhão por ano. Mas a média destes 70 mil brasileiros que ganham acima de R\$1,3 milhão por ano é uma renda de R\$4,2 milhões por ano. Esse número está... Aqui não tem a luzinha? (*Pausa.*)

Está fraquinha.

Vejam aqui, na penúltima coluna: total de rendimentos, lá embaixo. Estão vendo? Na penúltima linha, 4.170.406. Isso aqui é R\$4,17 milhões em média que cada um desses brasileiros recebeu em 2013. Destes R\$4,17 milhões, R\$2,7 milhões foram renda de lucros e dividendos, R\$900 mil de rendimentos tributados exclusivamente na fonte e R\$523 mil de salários ou aluguéis. Então, essa é a proporção. E é isso, então, que explica como uma pequena parte da renda deles é tributada, até 27,5%, e o resultado final disso, como nós vemos aqui... Para vocês entenderem o lado esquerdo... Quer explicar, Rodrigo? Alterna comigo aqui um pouco.

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Vamos lá.

Isso aí a gente tentou pegar a partir da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física junto com os dados da base da distribuição de renda, ou seja, daqueles que não são declarantes, de quanto cada fração da população se apropria da renda do trabalho, do capital e do total das rendas das famílias.

Então, do lado esquerdo, as participações da renda de cada uma dessas faixas, que começam com décimos da distribuição de renda, ou seja, o primeiro, 10%, o segundo, o terceiro, até o nono. A partir daí, a gente vai quebrando. Em vez de ter o último décimo da distribuição inteiro, a gente bota cinco, depois mais dois, depois mais um, mais um, até chegar lá no meio milésimo.

Para chamar a atenção de dois aspectos, do lado esquerdo, então, são as participações, as concentrações no total da renda e, do lado direito, as alíquotas efetivas que eles pagam de imposto sobre renda do trabalho, renda do capital e o total.

O que o número do Imposto de Renda de Pessoa Física revela e que é interessante dentro de toda a discussão de Piketty é que existem alguns pouquíssimos paralelos em grau de concentração de renda como a brasileira no mundo. Alguns estudos, inclusive o do Ipea, do Marcelo Medeiros, já vinham mostrando isso, ou seja, se você pegar o último milésimo da distribuição de renda, ele se apropria sozinho de cerca de 11% das rendas das famílias. O que esses novos dados da Receita mostram é que, mais do que o último milésimo, o último meio milésimo, cerca de 70 mil pessoas sozinhas se apropriam de quase 9% da renda monetária das famílias todas vindas das cotas nacionais.

Primeiro, há uma brutal concentração de renda, com pouco, ou sequer algum... Quer dizer, só para fazer referência – não é, Sérgio? – com o caso dos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, como é que é lá? O Piketty é 1%...

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Nos Estados Unidos, o Piketty nem chega a usar a estatística do 0,1. Ele usa a estatística do 1% e dos 10% mais ricos. Nos Estados Unidos, o ápice da desigualdade da concentração de renda foi em 2007, quando 1% dos mais ricos concentrou 23% da renda e os 10% mais ricos, 47%.

No Brasil, nós temos os 10% mais ricos com 55% da renda, o 1% mais rico, 24%, 25% praticamente, e esse 0,1% com mais de 10% da renda.

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Onze por cento.

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Só uma coisinha interessante. A gente está falando: 10% mais ricos. Só que, na verdade, quando a gente está falando em 10% mais ricos, esse grupo de 10%, que é de 14 milhões, não é de ricos. A imensa maioria desses dez por cento não é de ricos.

Essa questão de riqueza, do que é ou não classe média, é meio subjetiva. São classificações que se adotam, mas, se formos observar o nível de renda efetiva, a renda anual dessas pessoas, vamos ver, e isso fica mais claro, talvez, na tabela anterior, os 14 milhões. O que são os 14 milhões? Os 14 milhões são todas as pessoas que ganham acima de R\$80 mil, ou até antes, R\$40 mil.

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – O total é por aí, mais ou menos 14 milhões, é muito pouco.

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Acima de R\$40 mil. Ou seja, você está no grupo dos dez por cento mais ricos no Brasil ganhando acima de R\$30 mil ou R\$40 mil. Ou seja, os dez por cento mais ricos são um grupo muito heterogêneo. E, por isso, achamos que é importante não fica na análise dos dez por cento mais ricos, mas ir para o um por cento e, principalmente, para esse 0,1%.

Prossiga.

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – O que chama a atenção também são as alíquotas efetivas de imposto pagos por cada uma dessas faixas de renda. É claro que praticamente 90% da população via pagar pouco imposto de renda, porque é isente. Ponto. Vamos focar lá em cima.

O nosso Imposto de Renda tem a combinação de três características, já antecipando que o principal responsável pelas assimetrias é a isenção de lucros e dividendos, sem dúvida alguma.

A primeira característica é que temos poucas faixas e níveis relativamente reduzidos mesmo se comparados com países da América Latina. Ou seja: começar com 7,5% e terminar com 27,5% é relativamente pouco em relação a outros países, sejam da OCDE ou da América Latina.

A segunda característica é que os rendimentos de capital são basicamente tributados por alíquotas lineares, ou seja, neutras. Elas não crescem em função da renda, o que são basicamente as aplicações financeiras. Algumas variam de acordo com o prazo: 24 meses é diferente de 6, mas, em geral, eles são neutros, são as mesmas alíquotas independentemente da renda contribuinte.

Por fim, há uma excessiva concentração das isenções na renda do capital, e a principal delas são os lucros e dividendos. Isso vai criar uma assimetria, que é o fato de que, na medida em que se vai subindo na escala de renda, a renda do capital passa a ser predominante. E esse efeito, como ela é neutra ou sobre ela não incide imposto, ou seja, ou é um alíquota linear ou é isenta, vai fazendo com que as alíquotas para os muito ricos comecem a cair. Isto é, a progressividade do Imposto de Renda no Brasil é assim: vai subindo, subindo e chega a um ponto em que empina para baixo. Isso é o que fica explícito na última coluna da tabela: alíquota média do imposto total. E como ele é? Ele é zero para o início da base, começa a crescer, 0,3%, porque ali ainda há muita gente isenta; 3,1; 6,4; e aí chega no auge de 12,1%, onde os rendimentos tributáveis ainda são predominantes. A partir dali, começa a haver queda na tributação, que faz com que, ao final das contas, o grupo mais rico, meio milésimo, que é esse que concentra 8,8% da renda nacional, arque com uma alíquota efetiva de 7%, que é inferior aos estratos intermediários. É um pouco o que esse número mostra.

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Se vocês forem ver, aquele estrato da esquerda está em percentual da população, ordenados dos mais pobres para os mais ricos. Então, é por isso que está ali.

Vejam, até onde cresce a alíquota? Cresce até ali, chega, no máximo, ao último centésimo, no 1% mais rico. Então, quando entrei na casa do 1% mais ricos, logo ali na entrada, estão os que pagam mais, pagam 12,1%. Dali para frente, o imposto começa a cair. Mas, quando olhamos para trás e vemos que há uma alíquota efetiva média de 9% no grupo de 97%, 98%, ou seja, os que estão entre os 2% e 3% mais ricos, chegamos, quando contabilizamos isso, a um número que indicaria que temos em torno de 4 milhões de brasileiros que ganham acima de R\$130 mil por ano e que pagam mais imposto do que esses 70 mil que ganham acima de R\$1,3 milhão por ano.

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Em proporção da renda, claro.

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Basta qualquer um aqui fazer o cálculo, cada uma sabe mais ou menos quanto paga de imposto, senão tiver lucro e dividendos para receber, se não tiver uma renda expressiva de aplicações financeiras. Provavelmente, um assalariado, com renda de R\$150 mil por ano, tem uma alíquota média de 20%. Então, é maior ainda do que aqueles 12,1%. Por que são 12,1%? Porque é uma média.

Esse é o grupo que ganha entre R\$200 mil e R\$300 mil, na verdade, esse que paga mais. Nesse grupo que ganha R\$200 mil e R\$300 mil, há aquele que está ganhando entre R\$200 mil e R\$300 mil puramente salário, e, nesse caso, vai estar com uma alíquota efetiva média de mais de 20%, próxima de 27,5%, mas não chegando lá, devido a outras deduções que há na tabela, e posso ter o empresário, aquele que pode estar ganhando tudo, R\$200 mil, R\$300 mil, de dividendos isentos. E esse terá zero de imposto. Em média, temos os 12,1% de

alíquota. Lá embaixo, temos a média de 7%. Portanto, mensuramos que são quatro milhões de pessoas, a partir de R\$130 mil de renda anual, que pagam mais imposto do que esse clube dos 70 aí.

Voltando, agora, temos a questão dos números, em si. Já está claro. O que acho que seria interessante aqui nessa tabela?

Essa tabela mostra como é dado tratamento tributário aos lucros no País. Um dos principais argumentos para que não se tributem dividendos no Brasil, que justifica essa medida adotada em 1996, é a tese da chamada bitributação do lucro. Por quê? Porque, evidentemente, quando a empresa obtém um lucro, ela paga Imposto de Renda sobre esse lucro. É o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica. Depois que ela paga esse Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, o lucro que resta é distribuído entre os sócios. Então, é com base nessa questão que foi levantado que, se fosse taxado o lucro distribuído, significaria bitributação. A dupla tributação é um fato, porque eu estaria tributando a pessoa jurídica e a pessoa física.

Com também depois vou mostrar para vocês, praticamente todos os países do mundo adotam essa lógica de tributar o lucro na pessoa jurídica e, depois, na pessoa física, embora grande parte dos países passaram a adotar mecanismos de compensação relativa disso para amenizar esse efeito. Imaginem países que têm alíquotas na tabela de imposto de renda de pessoa física de 50% ou mais. Nesse caso, o lucro da pessoa jurídica já teria sido tributado em 20% a 30%. Depois, na pessoa física, seria tributado novamente em 50% ou 60%. Então, há alguns países que adotam mecanismos para diminuir a incidência na pessoa física, uma vez que o lucro já tenha sido tributado na pessoa jurídica.

No Brasil, como funciona? Temos aqui exatamente quanto do lucro final é tributado. Partindo de um acaso de empresa – era como funcionava antes de 1996, antes da Lei nº 9.249 – que obteve um lucro de 100. Naquela época, não existiam os juros sobre o capital próprio; vou explicar aqui em seguida o que seriam juros sobre capital próprio. O que era o lucro tributável? O lucro tributável era exatamente os mesmos 100. Então, pagavam-se 25% de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e 9% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). No total, isso dava 34%. Os 100 menos 34, sobravam 66 de lucro líquido a serem distribuídos sob a forma de dividendos.

E, então, sobre os 66 de dividendos distribuídos pela empresa, incidia uma alíquota exclusiva na fonte, de 15%, que correspondia a 15% de 66, ou seja, 9,9. Somando os 34% de imposto ou as 34 unidades monetárias que a empresa pagou de imposto com os 9,9 que a pessoa física pagou chegávamos a um nível de tributação do lucro de 43,9% no Brasil. Vocês podem perguntar: isso é muito alto? Não seria muito elevado, mais até do que a carga tributária no Brasil, que está em torno de 34% do PIB? Vamos ver depois. Vou mostrar uma tabela de como ocorre no restante dos países.

Bom, temos então a Lei nº 9.249, de 1995, que passou a valer a partir de 1996. Ela teve, então, essas duas inovações: uma foi a isenção dos dividendos distribuídos e a outra foi a criação da figura dos juros sobre capital próprio. O que são juros sobre capital próprio e por que ele tem esse nome?

O motivo de se criar juros sobre capital próprio decorre do seguinte: uma empresa, quando se endivida para fazer um determinado investimento, tem um gasto de pagar juros sobre esse endividamento que obteve. E esse gasto de pagar esses juros para um banco, por exemplo, pode ser deduzido do seu lucro para calcular o Imposto de Renda, porque o Imposto de Renda incide sobre o lucro líquido. Então, se ela se endividar e tiver pagando juros, ela vai abater.

Mas, aí, levantou-se o seguinte: e a empresa que não está se endividando, que tem capital próprio dos seus acionistas? Ela vai ter uma desvantagem, ela vai ter um incentivo para se endividar. Ela teria o incentivo para se endividar porque, endividada, poderá abater esses juros. Então, em função disso, criou-se a figura dos juros sobre capital próprio. E o que isso garante? É uma despesa fictícia que a empresa estaria tendo. E essa despesa fictícia, que não é real, porque não está endividada, não está pagando, é calculada da seguinte forma: pega-se a taxa de juros de longo prazo, a TJLP, multiplica-a pelo capital social da empresa – hoje a TJLP está em 6,5% se não me falha a memória. Se ela tem um capital, por exemplo, de 400, seriam 26 unidades a serem deduzidas. Aqui, no exemplo, simulei como se fossem 30 unidades monetárias para serem deduzidas do lucro inicial. Então, pego 100 menos os 30 e tenho o lucro tributável, que é a quarta linha, que é 70. E é sobre esses 70 que vou passar a calcular o IRPJ e o CSLL.

Um detalhe: os 30 de juros sobre o capital próprio é uma despesa fictícia do modo como é calculado, mas é um tipo de dividendo pago, um dividendo que é transferido para o acionista. Então, o acionista recebe aqueles 30 milhões – 30 milhões porque estou falando como se fossem 100 – e, sobre esses 30 que recebe, paga um imposto de 15%, que dá aqueles 4,5. Ao pagar esses 15%, vocês vão dizer: “mas esses juros sobre capital próprio estão pagando, o dividendo não paga nada, o outro dividendo simples não paga nada, está isento.” Só que, vejam, é uma enorme vantagem para a empresa, porque aqueles 30 deixaram de sofrer a incidência de

34%, que é o IRPJ e o CSLL. Sobre aqueles 30, incidiriam 34, e agora estão incidindo apenas 15%. Então, ele tem o benefício de redução de 34 para 15, portanto, tem o benefício fiscal de 19% sobre o valor que é deduzido.

Bom, chegamos aos 70, foram cobrados o IRPJ e CSLL, 17,5 para 6,3 e sobrou 43,2 de dividendos. Esses dividendos, então, a partir de 1996, estão isentos, não paga nada de imposto. O resultado final dessa simulação que apresentamos é que o mesmo lucro, que era tributado em 43,9% passou a ser tributado em apenas 28,3%, ou seja, houve uma redução da carga tributária sobre o lucro da empresa de 15%. Isso é muito pouco, vejamos como ocorre em algumas economias avançadas.

Aqui, temos as duas colunas nas quais temos que prestar mais atenção. É o CIT, que é a sigla para o IRPJ, em inglês, Corporate Income Tax; e a quarta coluna, que é o tributo pago pela pessoa física que incidiu sobre os dividendos, sobre o lucro distribuído. Então, basicamente, só para entenderem a tabela, temos o lucro antes da tributação, que é a coluna A. A tabela foi calibrada de modo que a coluna de lucro distribuído sempre desse 100. Então, 30% de 142,86, no caso da Austrália, representa 42,86. Então, 142,86 menos os 42,86, que foram pagos de IRPJ, sobraram 100. E assim por diante, para todos os países. Depois, sobre os 100, temos a incidência dos 27,2%, que é o tributo sobre o dividendo. Então, vejam aqui, por essa tabela, que apenas em um país, entre esses que estamos mostrando, da Europa, a coluna de tributos pago pela pessoa física sobre dividendos é zero. É a Estônia.

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – É preciso chamar a atenção de que é um país de população de 1,3 milhão de habitantes, uma população menor do que Goiânia, e área um pouco menor do que o Espírito Santo. Portanto, não é um país que sirva muito de referência para o Brasil.

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – O Rodrigo acabou estudando um pouco mais o caso da Estônia porque se trata de um país que rompeu com o domínio soviético na década de 90 e adotou uma série de reformas liberalizantes muito fortes. Entre essas reformas, estão justamente a redução da tributação sobre o capital e a concessão da isenção sobre dividendos.

Eu até cortei outros países do Leste Europeu, mas é um traço marcante: em geral, os países do Leste Europeu que romperam com o domínio soviético são os que apresentam a menor tributação. Ou seja: os países ex-socialistas são os que menos tributam o lucro. E as economias capitalistas mais clássicas, inclusive a economia americana e a da Inglaterra, que são as duas últimas da coluna, têm alta taxação do lucro. Quando juntamos o tributo pago pela pessoa jurídica com o tributo pago pela pessoa física, chegamos a 57% nos Estados Unidos e 45% no Reino Unido.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Onde foi usado o argumento da bitributação aqui? Estamos vendo ali: Estados Unidos – 39, pessoa jurídica; 30, pessoa física. Quando faz a média...

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Não se trata de somar as duas porque o 30 está incidindo sobre um valor maior.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro.

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – E a outra coluna incide sobre um valor menor.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas você tem 57,6.

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Isso no final das contas.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Vamos lá: Alemanha. Pessoa jurídica, 30,18; pessoa física, 26,38. No caso, o total de 48,59. Onde está a França?

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Está acima da Alemanha, 64% no total. É o país da Europa, segundo essa tabela, que tributa mais fortemente os lucros.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Reino Unido: 21%, pessoa jurídica; 30% pessoa física.

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Tentamos colocar que esse argumento da bitributação, muitas vezes, carece de uma espécie de formalismo, que obscurece o debate. A verdade é que, no mundo inteiro, não é considerado, e não era considerado no Brasil até 1995. O que mudou?

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – O que os países fazem...e aí é um tecnicismo em cuja discussão não vou querer entrar. Mas, como eu havia dito antes, os países adotam duas estratégias para lidar com isso. Como disse, alguns desses países adotam a alíquota máxima de Imposto de Renda, superior a 50%. Então, não são aquelas alíquotas ali as do tributo pago por pessoas físicas dos dividendos.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É uma média.

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Ele é menos do que a alíquota máxima do Imposto de Renda de Pessoa Física. Então, o que os países adotam são mecanismos que eles chamam de “imputação”. São vários outros modelos que, na verdade, ou consideram que parte do imposto já foi pago pela pessoa jurídica e deduzem, ou há, ainda, poucos países que adotam, por exemplo, uma tributação exclusiva, uma alíquota linear. Existem dez países, se não me engano, na OCDE que adotam uma alíquota linear, que era o caso do Brasil até 1995.



Vamos adiante.

O que seria importante? Obviamente, a alíquota linear um pouco mais reduzida é o sistema mais simples e é o que o Brasil adotava. Eu já considero que, se retomarmos esse tipo de tributação, já seria um enorme avanço, mas, com certeza, a medida que carrega em si o maior princípio de justiça fiscal e maior progressividade seria uma tributação semelhante à tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.

Aqui, tratamos de simular as duas hipóteses: se tributarmos 15% na fonte e se tributarmos segundo a tabela de Imposto de Renda das Pessoas Físicas. Alguém pode dizer: “Mas não vai ficar pesado? Nos outros países, eles adotam mecanismos para amenizar a tributação da pessoa física para que não fique muito elevado”.

Eu argumentaria dois pontos: em primeiro lugar, a nossa alíquota, como o Rodrigo disse, de pessoa física, é menor do que a desses outros países; e, em segundo lugar, só estamos discutindo esse lado da proposta. Consideramos que, por exemplo, seria pertinente discutirmos, no Brasil, simultaneamente com a tributação dos dividendos na tabela progressiva do Imposto de Renda, a redução do IRPJ pago pelas empresas. Seria, de modo sistêmico, uma medida que previsse a redução do IRPJ em nível da empresa e a tributação dos dividendos na pessoa física com alíquotas progressivas, seria uma medida importante.

Alguns economistas argumentam que isso criaria, Senador, em excessivo viés, um incentivo para que as empresas, a partir daí, passassem a reter o lucro e não distribuir aos acionistas.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Só se reinvestir.

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – De fato, se formos ver a literatura, veremos que é um viés. Estaríamos dando certo incentivo para a empresa fazer isso. Mas acho que, no frígir dos ovos e considerando a nossa situação econômica atual, até seria bom se, de fato, a empresa reter e reinvestir esse lucro na produção. Mas esse é um debate até bastante complexo.

O importante aqui é vermos a evolução dos lucros e dividendos ao longo do tempo. Antes, esqueci de comentar um aspecto: por que é mais justa a adoção da tabela progressiva em relação à tributação, digamos, na fonte? Porque posso ter – é um exemplo clássico – um empresário, uma pequena empresa do Simples, que poderia estar isento da tributação exclusiva na fonte e que tenha uma renda anual, por exemplo de R\$1 milhão. As empresas do Simples têm até R\$1,6 milhão. Ele poderia ter um faturamento, embolsando o lucro de R\$1 milhão e estaria isento. Ao mesmo tempo, posso ter um assalariado, que tem uma ação da Petrobras, da Vale do Rio Doce – certamente, faz tempo que não devem pagar dividendos – pagando dividendos. Se é um dividendo desse tamanho, pequeno, esse assalariado, juntando isso ao seu rendimento, ele poderia estar isento pelo nível da sua renda.

Então, parece-nos que é mais justo considerar a tributação não de acordo com o tamanho da empresa, mas com o tamanho da renda do beneficiário em si.

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Eu só queria chamar a atenção para um ponto, Sérgio, que é o seguinte: quem são os recebedores de lucros e dividendos? Os maiores são, sim, 50 mil pessoas com rendimentos superiores a R\$1,3 milhão. Mas não são os únicos! São, mais ou menos, 2,1 milhões de pessoas, no Brasil, recebedores de lucros e dividendos. E esses 2,1 milhões constituem um agregados heterogêneos, que passa desde o pequeno profissional liberal do Simples, pelo jornalista que acaba tendo o seu vínculo de PJ, pelos profissionais liberais, como os médicos com altos rendimentos também, até o grande empresário. Então, ele é um agregado heterogêneo, ainda que grande parte desses dividendos esteja bastante concentrada no topo.

Quando eu tributo a 15% – e a gente apresenta depois nas simulações, mostrando que já é um grande passo, que já é um grande avanço do ponto de vista da progressividade –, eu não estou distinguindo esses. Quando eu os sujeito às alíquotas progressivas, aquele cara que tem a renda baixa continua isento, aquele que tem uma renda média vai pagar 7,5% e 15% na sua renda adicional, e, por fim, aquele que está no topo vai pagar a alíquota máxima. Então, você tem esse aspecto que é importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Queria agradecer a Senadora Regina pela sua presença aqui a este debate que é importantíssimo, principalmente neste momento.

Eu queria aproveitar e fazer duas perguntas. A primeira é sobre o impacto fiscal.

Quanto o Governo – e vocês fizeram os cálculos a respeito – pode arrecadar ao estabelecer uma alíquota de 15% ou com variações de progressividade?

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Hoje, nós fizemos simulações, não é? A gente, inclusive, chegou um pouco atrasado aqui porque estava finalizando esse trabalho.

A nossa estimativa é que, para 2016, com os 15%, chegaríamos a R\$53 bilhões. Se você fizer alíquotas progressivas, esses R\$53 bilhões seriam arcados por, mais ou menos, 2,1 milhões de pessoas indistintamente. Se você fizer alíquotas progressivas, grande parte das pessoas, na base, continuaria isenta e grande parte delas pagaria taxas menores. Porém, o impacto arrecadatário seria maior, porque as alíquotas, no topo, seriam bem

mais altas. Com 27,5% na marginal, a gente estima um impacto de R\$72 bilhões, ou seja, 1,14% do PIB, o que está muito próximo do superávit primário que se está almejando para os próximos anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Surgiu uma proposta – e até para deixar o debate mais dinâmico –, entre os planos que o Governo iria apresentar e acabou não apresentando, de aumentar uma faixa do Imposto de Renda, colocar uma tributação de 35%.

Qual a opinião dos senhores sobre isso?

**A SRª REGINA SOUSA** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Senador Lindbergh, deixe-me fazer uma pergunta, porque, assim, eles podem responder de uma única vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Com a palavra a Senadora Regina, do Piauí.

**A SRª REGINA SOUSA** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – É uma pergunta meio difícil. Vocês podem até não querer respondê-la.

É que você falou ali em R\$53 bilhões, podendo ser mais. Então, na opinião de vocês, o que impede ou qual é a amarra para o Governo fazer isso?

Pergunto isso porque nós estamos aí cortando, cortando e não conseguimos fechar. E essa é uma coisa que poderia ajudar.

É quase que uma ignorância minha também, porque é o meu primeiro mandato.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não, Senadora; essa pergunta é muito válida.

**A SRª REGINA SOUSA** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Cheguei aqui no meio do furação.

Mas eu queria entender. Para vocês, que têm mais tempo de estudo do assunto, qual é a grande amarra ou qual o obstáculo maior que o Governo enfrenta para não fazer uma coisa dessas?

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – As forças ocultas... (*Risos.*)

**A SRª REGINA SOUSA** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sim; quais são as forças ocultas?

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – As forças ocultas são poderosas, e, realmente, eu não consigo detectar exatamente o motivo para essa proposta, efetivamente, não ter sido mais seriamente cogitada.

Sem dúvida, existem interesses econômicos contrários a uma medida como essa, mas, até por isso, eu mencionei, no trabalho que a gente tem feito, que a gente tem... Por exemplo, eu falei aqui que, juntamente com a tributação dos dividendos, nós poderíamos reduzir o IRPJ das empresas.

E isso poderia ser algo atrativo para um setor importante do empresariado nacional que pensasse numa perspectiva... E eu iria dizer “de longo prazo”, mas, na verdade, que pensasse menos com o próprio umbigo.

E, além disso, existiriam também outras medidas de reforma tributária que, creio, seriam possíveis de serem implementadas com ganho de receita advindo disso.

Há um sentimento na sociedade muito contrário ao aumento da carga tributária, contra o aumento de imposto neste momento. Isso é uma coisa que conta, mas, no pacote e nas medidas têm sido anunciadas, estão sendo também anunciados aumentos de impostos. E, de todas as medidas de aumento de imposto, essa seria a menos dolorosa possível para a economia. Por quê? Porque, como o Rodrigo também mencionou ali, principalmente se a gente for tributar na tabela progressiva, esse impacto atingiria 1,2 milhão de pessoas, e parte destas, muito poucas, atingiria... Realmente, é aquele topo da pirâmide social, essas 70 mil pessoas que ganham mais de R\$1,3 milhão, e o efeito econômico seria, basicamente, reduzir a poupança dessas pessoas, aquilo que essas pessoas mantêm como riqueza.

Quem tem um nível de renda desses – e teria que pagar 15% sobre o rendimento de dividendo – não iria deixar de consumir, não iria deixar de aplicar os seus recursos e fazer com que esses recursos continuassem girando a economia. É diferente quando, por exemplo, se tira a renda do muito pobre. Ele não poupa nada; toda a renda que ele tem é para o consumo.

Então, a gente considera que seria importante ter essa mão, essa sensibilidade na hora em que se está pensando medidas tributárias, e a gente também poderia pensar, no longo prazo, em ir compensando: aquele ganho de arrecadação que se teria agora poderia ser canalizado para a reforma de outros tributos, como mencionava aqui no início. A gente poderia, por exemplo, usar parte desses recursos – não agora, de imediato, porque nós estamos num momento de ajuste fiscal, mas daqui a três, quatro anos – para reduzir, por exemplo, impostos sobre consumo, impostos que são extremamente regressivos e que incidem mais sobre o bolso do mais pobre.

Senador, faltou eu responder...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Na verdade, eu fiz a pergunta mas eu já sei um pouco a resposta que você vão dar, porque a gente sabe que, hoje, centralmente, quem paga Imposto de Renda Pessoa Física, na faixa dos 27,5%, são os funcionários públicos, porque grande parte das



peessoas que recebem salários um pouco maiores viram PJ (Pessoa Jurídica). Por isso estou insistindo muito na tributação sobre lucros e dividendos.

Então, talvez, colocar uma outra faixa na escala do Imposto de Renda não tenha esse grande efeito. Nós vamos pegar a classe média e vamos perder, justamente, a possibilidade de tributar esses, Senadora Regina, porque os dados são impressionantes.

Eu acho, sinceramente, que esse estudo que os senhores aqui fizeram em cima da Receita é um estudo histórico. Acho que a gente está entrando... Isso que vocês nos apresentam aqui serve para desmascarar essa regressividade da tributação no nosso País. E nós estamos falando dos 0,05%, Senadora Regina! São esses os que menos pagam e têm uma quantidade de recursos impressionante. É essa tabela que o Rodrigo Orair apresentou.

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Eu havia me esquecido...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Pode falar.

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – .. da pergunta que o senhor...

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Eu queria apenas complementar com relação às simulações que a gente fez, aproveitando que o Senador Lindbergh puxou o assunto, a gente fez essa simulação, hoje, sobre como seria a alíquota progressiva adicional.

Qual é o dado importante? Quando você olha os mais ricos pela renda total, você encontra 70 mil milionários no Brasil. Quando você olha pela base de cálculo do Imposto de Renda, aquele que vai incidir, você só tem cinco mil. Ou seja, quem é muito rico é PJ, já se transformou em PJ.

Você até tem esses cinco mil. Possivelmente, milionário não é funcionário público.

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – um recebedor de aluguéis.

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Mas ele é um recebedor de aluguéis.

O que a gente tentou fazer na simulação, hoje – um trabalho que a gente, inclusive, acabou de terminar, ou seja, está saindo do forno –, para conseguir o mesmo montante de recursos dos 15% sobre lucros e dividendos, foi saber que tipo de alíquotas adicionais. Suponha que eu não queira tributar lucros e dividendos, que eu vá manter; então, como teriam que ser as alíquotas adicionais para se chegar ao mesmo impacto da arrecadação?

Nós chegamos à conclusão de que teríamos de ter três faixas a mais, uma de 35%, uma de 40% e uma de 45%, para R\$60 mil, R\$70 mil e R\$80 mil. Isso implicaria chegar a, mais ou menos, 4 milhões da nossa população. Você teria que descer até a classe média. Ao passo que, via tributação de lucros e dividendos, você está impactando, no máximo, 2,1 milhões de pessoas.

Com outro detalhe, que é o seguinte: se você tiver alíquotas adicionais de 35%, 40% e 45%, aí é que você incentiva mais ainda a “pejotização”, ou seja, todo mundo vai sair, a não ser funcionário público e funcionário de empresa estatal, que não podem por lei. O restante vai deixar de ser PF. Ou seja, aí, você tem um outro efeito adverso que é exatamente esse.

E, por fim, nós simulamos um impacto na queda da desigualdade no Brasil. Curiosamente, mesmo com as alíquotas progressivas, as três faixas adicionais gerando a mesma arrecadação, gera-se uma menor queda na desigualdade do que com os 15%. Por que isso? Porque ela desce para a classe média. Enquanto os 15%, mesmo sendo uma alíquota só – 15% *flat*, 15% fixa –, ela incide mais sobre o topo, basicamente porque você tem mais pessoas no topo com essa renda.

Por que essa agenda não vai para frente? Eu acho que há a necessidade de os nossos líderes políticos articularem essa agenda, e, daí, é elogiável a iniciativa do Senador de trazer esse debate, de trazer essa pauta, de colocar esse projeto e de colocar essa discussão.

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Eu só queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Permita-me, Sérgio, antes de você se manifestar. Eu não sou debatedor, mas estou já entrando um pouco, tentando responder um pouco também a pergunta da Senadora Regina. É que nós sabemos que o Congresso é um espaço também para o *lobby* dos mais ricos, das grandes empresas do País.

É impressionante ver o trabalho bem-feito da Senadora Gleisi, que virou Relatora de uma medida provisória, a ser votada na quarta-feira aqui, no Senado, sobre o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos. O Governo aumentou de 15% para 20%. A Senadora Gleisi colocou para 23% e acabou com os juros sobre capital próprio, o que é outra jabuticaba – só existe no Brasil. Aliás, isenção de tributação sobre lucros e dividendos só no Brasil e na Estônia; e, no caso de juros sobre capital próprio, só aqui no Brasil.

E a Senadora Gleisi, embora tenha feito um trabalho incrível, teve que recuar, porque houve uma pressão muito grande aqui, que ameaçava derrubar o aumento sobre a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15% para 20%.

Eu quero dizer, aqui, como cobre no plenário, que vamos votar isso na quarta, e as Bancadas de Deputados do DEM e do PSDB votaram contra o aumento de impostos para os bancos, contra o aumento da Con-

tribuição Social sobre o Lucro Líquido, especialmente quando a gente sabe que, no meio desse ajuste todo, o Sistema Financeiro está tendo lucros extraordinários.

Então, nós vamos ter esse debate também aqui; é uma oportunidade para aumentar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, mas, sobretudo, descortinar esse debate da “Agenda Esquecida”, como bem o Sérgio Gobetti e o Rodrigo Orair falaram aqui.

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Senador, só para complementar a colocação sobre essa simulação das novas alíquotas do Imposto de Renda.

Eu vou, antes de tudo, repetir o que o Rodrigo disse: três novas faixas de imposto, com alíquotas de 35%, 40% e 45%, a partir de R\$60 mil, chegando em 45% para aqueles rendimentos acima de R\$80 mil. Quer dizer, fica muito claro que você teria de pegar pesado na classe média, para gerar, naquela simulação, os mesmos R\$43 bilhões, em valores de 2013, obtidos pela tributação exclusivamente na fonte dos dividendos.

Mas há mais um detalhe: além de pegar muito menos o andar de cima, o índice de desigualdade reduziria um pouco, e por quê? Porque a classe média alta ou uma classe média seriam mais tributadas. E a desigualdade é um cálculo em que se mistura tudo num balaio só e tenta ver como é que fica a distribuição.

Então, como você tem muitos pobres no Brasil e, com isso, você reduz a renda da classe média, você pode ter uma melhoria do índice de desigualdade. Mas, simultaneamente ao Coeficiente de Gini, de desigualdade, essa medida provocaria um aumento da desigualdade no topo da distribuição. Por quê? A diferença entre a classe média e os mais ricos... Digamos: o cara muito rico, hoje, ganha 20 vezes mais que o sujeito de classe média alta. Depois da criação das três alíquotas do Imposto de Renda, em vez de ele ganhar 20 vezes mais, ele vai ganhar 23 vezes mais. Como? Ele não está lá em cima? Não seria atingido também pelas três novas alíquotas de 35%, 40% e 45%? Seria se ele estivesse recebendo salário.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Sim, mas como recebe dividendos...

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Vejam essa tabela naquela alíquota média do imposto no trabalho.

Vejam que a alíquota média do imposto no trabalho, a efetiva, cai de... Ela chega a 16,8% e, depois, tem uma leve queda no último estrato. Percebem? Significa que aquele grupo tem menos renda de salário do que aquele que é menos rico do que ele. Digamos, comparando, eu poderia até dizer o seguinte: eu posso ter, naquele grupo ali, antes, um assalariado que ganhe R\$300 mil, R\$400 mil, mas ele não ganha dividendos; e eu posso ter um empresário que ganha R\$100 mil ou R\$200 mil de salário e coloca, depois, R\$400 mil, R\$500 mil, R\$1 milhão de dividendos. Então, isso provoca uma distorção ainda. A diferença entre o rico e a classe média pode aumentar se eu apenas criar as novas alíquotas da tabela do Imposto de Renda.

Agora, se eu combinar, juntando novas alíquotas – e não para quem ganha R\$60 mil, R\$70 mil ou R\$80 mil, mas novas alíquotas para quem ganha muito acima disso – e tributar os lucros e dividendos, aí sim, o efeito distributivo disso é muito grande.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O André Barrocal, aqui presente, jornalista da *Carta Capital*, fez uma matéria muito densa, recentemente – não sei precisar, talvez 15 dias ou um mês atrás –, sobre o mesmo tema. E eu queria que ele contribuísse aqui de alguma forma, com alguma pergunta talvez.

**O SR. ANDRÉ BARROCAL** – Senador, em primeiro lugar, obrigado pela oportunidade.

Eu gostaria, na verdade, de pedir uma opinião para os dois convidados – e o Sr. Senador fique à vontade para fazê-lo também – sobre as medidas anunciadas há pouco – há pouco mesmo, nós estamos falando de duas horas, duas horas e meia atrás – justamente nessa área tributária. Havia uma expectativa sobre como o Governo pretenderia desfazer o rombo no Orçamento previsto para o ano que vem e algumas medidas foram anunciadas agora.

Entre tudo o que os senhores defendem, há só um aspecto que foi contemplado, e foi contemplado de maneira marginal: uma mudança nos juros sobre o capital próprio. Eu queria uma avaliação, enfim, sobre essas medidas anunciadas hoje.

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – É o que você falou, agora há pouco, comigo ao telefone. Vamos lá!

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Há a questão dos juros sobre o capital próprio, mas essa medida em relação aos juros sobre o capital foi uma maquiagem, uma maquiagem no sentido de que foi um detalhezinho que entrou, até porque o efeito de arrecadação é também muito pequeno, dava cerca de R\$1,1 bilhão.

É aquilo a que eu me referi: como os juros sobre o capital próprio são calculados? TJLP vezes o capital social. Então, agora, ao invés de se aplicar a TJLP...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sobre esse assunto vale uma explicação novamente. Eu sei que estou sendo repetitivo, mas é muito confusa a forma de entender os juros sobre o capital próprio.

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Então, vamos pegar um exemplo: uma empresa tem um capital social, que é o seu patrimônio, digamos, de algo em torno de R\$400 milhões; e essa empresa obtém, a cada ano, um lucro de algo em torno de R\$100 milhões. Bom, o que ocorre? Ela tem o lucro de R\$100 milhões, mas foi dado um benefício de que ela poderá abater desse lucro de R\$100 milhões um determinado valor, que vai ser distribuído para os seus acionistas sob a forma de dividendo, equivalente a juros sobre capital próprio. E esse valor que será deduzido dos R\$100 milhões de lucro da empresa vai ser calculado da seguinte maneira: eu vou pegar a TJLP, a Taxa de Juros de Longo Prazo, que, como disse aqui, se bem me recordo, é de 6,5% e vou multiplicar isso pelo capital social da empresa. No exemplo que eu citei, de R\$400 milhões, seriam 6,5% de R\$400 milhões, ou seja, R\$26 milhões. Então, eu, em vez de tributar o IRPJ e a CSLL – 25% mais 9%, ou seja, 34% ao todo –, ou seja, 34% de R\$100 milhões, que é o lucro original da empresa, eu vou aplicar os 34% sobre R\$100 milhões menos R\$26 milhões de juros sobre o capital próprio.

A mudança que o Governo promoveu são duas: em vez de aplicar os 6,5% da TJLP, vai ser aplicado um percentual fixo de 5%. No nosso exemplo, 5% de R\$400 milhões são R\$20 milhões. Então, aquela empresa que abatia R\$26 milhões de R\$100 milhões, vai, agora, abater R\$20 milhões de R\$100 milhões, sendo tributada nos R\$80 milhões restantes. Então, o prejuízo que ela vai ter nessa primeira medida é a diferença de 34% sobre R\$6 milhões a menos de abatimento, ou seja, em torno de R\$2 milhões, em torno, portanto, de 2% do seu lucro.

Então, naquela simulação, lá, em que a gente falava que, em média, o lucro das empresas, hoje, era tributado em 28%, ele vai voltar a mais ou menos 30%. Mas, juntamente com a redução do cálculo dos juros sobre o capital próprio, de 6,5% para 5%, também foi previsto que o acionista, quando receber os juros sobre o capital próprio, se, hoje, ele paga 15%, pela medida anunciada, ele pagará 18%. Então, pagará 3% a mais.

Então, essas são as duas medidas e esse é o impacto.

Há uma outra medida também que vai um pouco no sentido da maior progressividade, como a gente estava falando, que está incluída no pacote, que é o aumento das alíquotas incidentes sobre ganhos de capital proveniente do lucro imobiliário, ou seja, no lucro pela venda de imóveis.

Se eu compro um apartamento por R\$500 mil e, alguns anos depois, vendo o mesmo apartamento por R\$1 milhão, hoje em dia, eu tenho que pagar 15% sobre esse lucro imobiliário, que foi, no caso, de R\$500 mil. Ou seja, eu teria que pagar, em tese, R\$75 mil. Só que, hoje, a legislação já permite que, se você, em seis meses, adquirir um outro imóvel de valor mais alto, quer dizer, se eu vendo um de R\$1 milhão e adquiro um outro por R\$1,2 milhão, eu fico isento de pagar esses R\$75 mil de imposto,

O que o Governo fez foi o seguinte: para quem vende um imóvel até R\$1 milhão, continuam valendo os 15%. Só que, de R\$1 milhão, como está na tabela, até R\$2 milhões, sobe, não me lembro agora se para 18% ou para 20%, mas vai crescendo progressivamente de R\$2 milhões para R\$5 milhões e, depois, para R\$10 milhões. Então, essas taxas vão crescendo conforme o lucro imobiliário também vai crescendo.

É uma medida de progressividade tributária, mas é muito pouco frente... A principal medida de progressividade tributária que existe hoje, no Brasil, é, sem dúvida alguma, a tributação de lucros e dividendos.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não; na verdade, não dá nem R\$3 bilhões ao todo, do total de R\$45 bilhões.

E, só para deixar claro, os valores aqui são os seguintes: entre R\$1 milhão e R\$5 milhões, a alíquota subirá para 20%. Para as vendas entre R\$5 e R\$20 milhões, sobe para 25%; para mais de R\$20 milhões, chegará a 30%.

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Só chamar a atenção que a gente começou a apresentação dizendo progressividade na “Agenda Esquecida”. Tendo a crer que continua esquecida. Acho que essas medidas são pontuais, apenas relativas à progressividade.

A primeira delas, no juro capital próprio, continua sendo a alíquota neutra, não é a alíquota progressiva. O que se fez foi reduzir um pouco do excessivo benefício que tinham os rendimentos do capital.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Até porque TJLP aumentou agora recentemente.

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – É. Então, na verdade, o que se fez foi limitar o montante que pode ser deduzido na forma de juros sobre capital próprio e aumentar um pouquinho a alíquota dele, 15 para 18, mas continua sendo 18, independentemente do nível de renda do recebedor.

O ganho de capital, nesse sim colocou-se uma alíquota progressiva, porque ela vai dando saltos de acordo com o valor.

Vejo isso como uma iniciativa do Governo de colocar propostas para debate e debates são importantes.

A gente sempre toma como referência – pelo menos recente – o plano de ajuste fiscal do governo Obama recentemente.

A administração Bush reduziu a tributação sobre capital e a tributação sobre os mais ricos consideravelmente. O Obama tinha que escolher entre manter ou não essas reduções dentro do seu plano de ajuste fiscal.

Qual foi a opção naquele momento da sociedade americana e da administração do Obama, que estava numa crise fiscal e precisava fazer um ajuste? Aumentaram-se as deduções para os mais pobres, mantiveram-se as alíquotas reduzidas para a classe média e aumentaram-se as alíquotas do topo. Essa é uma agenda de regressividade. Eu não vejo ainda...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Isso foi feito em que ano?

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Em 2010...

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Em 2013.

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Isso, em 2013.

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Só uma opinião aqui. Na questão dos juros sobre capital próprio, se eu tivesse que escolher entre duas medidas: acaba com juros sobre capital próprio ou volta à tributação de dividendos, eu não vacilaria em escolher a volta da tributação dos dividendos, porque juros sobre capital próprio, embora sejam uma jabuticaba tributária, estão beneficiando a empresa e têm ainda algum sentido econômico maior, que é essa questão da vantagem que a empresa tem de abater as despesas quando ela está se endividando. Eu acho menos pior que a isenção de dividendos.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sérgio, deixe-me fazer só uma observação aqui. Este debate, na verdade, não tinha muita força na esquerda, nos movimentos sociais no Brasil. GANHOU força de um ano para cá, acho que houve o esgotamento daquele modelo em que foi possível haver um ganha ganha e isso claramente está superado, alto preço das *commodities*, e tem ganhado espaço.

Só que há uma confusão muito grande hoje sobre as várias alternativas que temos aqui: imposto sobre grandes fortunas, que, infelizmente, tem uma dificuldade de tramitar nesta Casa; grandes heranças, porque aqui também grandes heranças... De uma tributação de 8%, mas só três Estados têm 8%, a maior parte tem 4%. Se for falar de Alemanha, algo superior a 50%. Há o Imposto Territorial Rural, tem-se um conjunto de pontos que podem... Estou convencido de que, neste momento, o que existiria de mais eficaz, mais rápido e com maior impacto fiscal é a questão da tributação sobre lucros e dividendos. Eu noto que há uma dispersão muito grande, quando todos vão falar, um fala sobre isso, o outro fala sobre aquilo. Vocês têm essa mesma avaliação? Pelo jeito e pelo estudo, sim, vocês desmascaram, justamente mostram essa regressividade justamente porque estão usando essa brecha para não pagar imposto, mas vocês têm essa avaliação também? É algo mais fácil de ser aplicado a tributação sobre lucros e dividendos?

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Sem dúvida.

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Absolutamente. Existia até 1996, uma lei foi criada. Alterar uma lei é relativamente simples do ponto de vista jurídico. Do ponto de vista arrecadatário, também é relativamente simples, porque você tem as informações do IRPJ; o impacto arrecadatário é enorme, estamos falando de cifras que variam de R\$43 bilhões a R\$80 bilhões, ou seja, é um montante relativamente grande. Ao passo que outras discussões são um pouco mais complexas. Vai-se criar um imposto sobre grande fortuna, é válido, é ótimo, acho que ninguém discute isso, mas ele tem toda uma discussão de modelo, o que vai ser, vai tributar imóveis, não vai, vai ser unidade familiar, vai ser... Não está estabelecido. Ao passo que a isenção de lucro sobre dividendos é simples, é só você...

Então, concordo inteiramente com esse argumento. Acho que hoje seria a que teria impacto arrecadatário mais rápido. Simulamos impactos em termos de distribuição de renda, que são enormes, porque são muito concentrados no topo, no topo mesmo da distribuição e é uma administração relativamente simples do ponto de vista tributário.

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – E é uma proposta que eu diria – como disse no início, ninguém gosta de imposto – que está muito focada num setor da sociedade que ganha muito mais. Ou seja, há uma possibilidade de diálogo com a sociedade, com a população de mostrar que não há sentido nenhum coexistirmos com as distorções que mostramos de o mais rico pagar menos imposto do que a classe média.

Acho que essa é uma bandeira, sem dúvida nenhuma, importante, que deveria estar sendo levantada neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Há formas de fuga, no caso de se instituir a tributação?

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Sim, os tributos sobre herança, também falado Piketty... Se formos falar da obra do Piketty, talvez até o foco dele no tributo sobre a herança seja o principal, mais, inclusive, do que de outras rendas do capital, que seriam rendas do capital produtivo. O Piketty critica muito a ideia de como é que pode alguém não fazer nada durante a vida, não trabalhar, não empreender, simplesmente herdar uma riqueza significativa e não precisar, durante toda sua vida, mais trabalhar.

O problema da herança é uma questão importante, é uma questão central na obra do Piketty, na qual ele vislumbra, inclusive, que nós poderemos estar voltando para a mesma sociedade patrimonialista que ele via



na Europa do século 19. Nos romances que ele cita no livro dele, uma das coisas folclóricas que surgem nesse romance, entre conversas entre personagens, um personagem recomenda para outro que estava querendo estudar para fazer um concurso para ser juiz. Ele diz: “Olha, se você for procurador-geral da república vai ganhar, no máximo, durante um ano, 60 mil francos.” Se for procurador-geral da República. Quem se torna procurador-geral da república? Muito poucos. O outro personagem dizia: “No entanto, se você desposar a moça que está interessada em você na pensão, ela vai ganhar uma herança de não sei quantos milhares, milhões de francos, e esse dinheiro aplicado durante o ano já vai estar rendendo exatamente os seus 60 mil francos. Então, o que é melhor, se matar estudando e trabalhando para tentar, com muita sorte, chegar a ser um juiz e ganhar 60 mil francos ou se dedicar a se casar com alguém que tenha uma herança.” Isso era tratado, se não me engano, no romance do Balzac. É a situação do século 19, em que ele vê uma ameaça de retornarmos para situações semelhantes. No frigir dos ovos, ele está dizendo o seguinte: o peso das rendas herdadas coloca por terra todo aquele ideal de meritocracia da sociedade democrática moderna, da sociedade americana etc. e tal.

Só que, digamos, isso é falando do ponto de vista ideal. O Senador perguntava da questão de evasão... Olha, o problema é que quando vamos para a prática da implementação de um imposto desse, como acontece com os muito ricos, com esses 70 mil, se fôssemos restringir muito? Muitos desses milionários, desses empresários mantêm seu patrimônio não no nome da pessoa física. Inclusive, no dado, quando vamos ver, também há dado de patrimônio nas declarações de Imposto de Renda, são muito altos, mas o pessoal, os 70 mil, que ganham, em média, R\$4,1 milhões de renda, detêm um patrimônio declarado de, se não me engano, R\$17 milhões cada um, não é Rodrigo? É muito isso, é bastante. Você pode dizer: “É, é bastante.” Mas eu desconfio que ele seja bem maior, inclusive pela média do que o próprio Piketty revela que existe em outros países. O patrimônio em média, nas sociedades americanas e europeias, hoje em dia mais do que quintuplica o valor da renda, chega a seis, sete vezes mais a renda em termos de patrimônio.

Então, provavelmente esses valores são maiores e muitas pessoas físicas... Seja por que os valores na declaração não são avaliados, não são declarados pelo valor atualizado ou porque há talvez os muito ricos que mantêm o seu patrimônio na pessoa jurídica, na empresa. Daí, isso foge do pagamento do ITCD, no momento em que ele morrer, ele transfere para os filhos sem incidência tributária. As ações que ele transferir para os descendentes não vão estar sofrendo a incidência da tributação.

Então, é um esquema bem mais complicado a tributação da herança.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Vou passar novamente para o jornalista André Barrocal. Muito obrigado pela presença. Ele é da revista *Carta Capital*.

Pergunto depois à Senadora Regina se tem mais algum questionamento e passo às conclusões dos nossos convidados.

Barrocal.

**O SR. ANDRÉ BARROCAL** – O.k., Senador. Obrigado mais uma vez pela oportunidade.

Eu gostaria de aproveitar o comentário final do expositor sobre pessoa jurídica, alocação do bem na pessoa jurídica. Vocês não acham que seria o caso de a Receita Federal abrir os dados do IRPJ da mesma forma que foi feito agora com o IRPF? Isso também teria um valor nesse debate sobre progressividade ou não da tributação no Brasil?

Uma outra questão, uma segunda questão. Nesse pacote anunciado há pouco pelo Governo há a proposta de uma nova CPMF. Vocês são da opinião de que CPMF tem ou não tem caráter progressivo e por quê?

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Vamos lá, então. Primeiro a questão é a abertura dos dados do IRPJ. Acho que quanto mais abertas as informações e transparentes à sociedade, isso permite aos pesquisadores e ao público em geral fazerem uma análise mais qualificada, esse é um exemplo deles.

Destaco que a Receita Federal vem ampliando a qualidade e a disponibilidade das informações. Inclusive, disponibilizou uma base da declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica setorial recentemente, juntamente com esse pacote de pessoa física. Mas, de fato, ainda não tem dados de patrimônio. Tem-se um ponto, mas ampliado, não custa pedir.

Sobre a CPMF, certamente...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Isso é importante para esta Comissão aqui.

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Pode ser um pedido desta Comissão também.

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Acho que, certamente, se o Piketty voltar ao Brasil hoje, vai ser melhor acolhido, vai ficar mais satisfeito com o País do que quando ele veio, há dois anos ou há um ano e meio...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – No ano passado.

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Certamente ele vai ter uma melhor impressão nossa e da nossa fiscalidade.

CPMF. Certamente, CPMF é um tributo cumulativo, ou seja, ela incide nas várias cadeias da produção e, portanto, como tributo cumulativo, ela tende a influenciar preços de bens e serviços e, portanto, punir aqueles que mais consomem bens e serviços, ou seja, os mais pobres. Nessa perspectiva, sim, a CPMF é um tributo regressivo. Dos regressivos, é um dos menos, mas ele é, sim, um tributo regressivo. Ele tem um aspecto positivo, isso é sempre destacado até nas discussões de reformas tributárias mais amplas, que ele tem um importante papel de fiscalização, mas aí é uma alíquota pequena, com menos fins arrecadatórios e com mais fins fiscalizatórios.

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Só para dar o exemplo do que é essa questão da regressividade. Muita gente tem a ideia de que a CPMF seria mais ou menos proporcional, todo mundo faria um sacrifício igual. Eu vou dar um exemplo prático de por que isso não é assim, porque a CPMF é regressiva e incide proporcionalmente mais sobre a renda do pobre. Aliás, para precisar melhor o conceito, as pessoas podem imaginar que progressividade significa que então o valor total de imposto pago pelo pobre é maior do que o valor total de imposto pago pelo rico? Não, não é isso que é regressividade ou progressividade, é o valor do imposto pago pelo pobre dividido pela renda do pobre, comparando com o valor do imposto pago pelo rico dividido pela renda do rico.

Se a proporção de imposto pago pelo pobre é maior do que a proporção da renda paga em imposto pelo rico, aí temos um sistema regressivo. Isso ocorre com a CPMF pela seguinte questão: o pobre – acho que já citei isso aqui – consome toda renda que recebe, todo salário que recebe. Como o Rodrigo disse, a CPMF incide em cascata. Então, o pobre compra comida. Aquela comida que ele compra no supermercado já teve a incidência da CPMF em todas as fases da produção. A gente calcula que, em média, nos bens de consumo, a CPMF incidiu entre três e quatro vezes. Então, tenho 0,38% – agora se propõe 0,2% – significa que nos bens de consumo ela foi 0,38% mais 0,38% mais 0,38%, mais 0,38%. quatro vezes. E se o pobre gasta toda a renda que recebe, ele tem uma incidência de quatro vezes a CPMF em comparação com sua renda. Já o rico, na parte que ele consumiu da sua renda, também as quatro CPMFs sobre a parte que ele consumiu, só que há a parte que ele não consumiu, a parte que ele botou no banco e quanta CPMF ele pagou da parte que ele botou no banco? Uma, no momento em que tirou, saiu o dinheiro da conta bancária e foi para o fundo x ou y, é uma vez só. Por isso, em média, o rico paga menos CPMF do que o pobre.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Há outra questão, ouviu Barrocal, veja bem: CPMF no Governo do Presidente Lula veio como imposto para a saúde, tinha-se um argumento. Colocar CPMF para fazer superávit para pagar juros... Se fosse um imposto vinculado à saúde, teria força.

Pode falar.

**O SR. ANDRÉ BARROCAL** – Para ser preciso na informação, a proposta anunciada há pouco é de vinculação com a Previdência Social, para a Previdência.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu acho que não tem a mesma força, como teve no passado, naquele debate da questão da CPMF.

Eu queria só agradecer – não sei se nossos expositores têm mais um comentário a fazer agora.

Primeiramente, agradeço muito. Esse trabalho de vocês é histórico, Sérgio Wulff Gobetti e Rodrigo Octávio Orair. Vejam que estamos discutindo aqui Imposto de Renda, mas se fôssemos somar tudo que é tributo no País, vejam o peso dos impostos indiretos, mais de 50%. Um outro estudo do Ipea lá atrás dizia que os 10% mais pobres pagam 32% dos seus rendimentos em tributos; os 10% mais ricos, 22%. Creio que se olharmos toda a tributação o problema vai estar nos menos de 1%, que são esses que no trabalho que os senhores apresentaram identificam na tabela de Imposto de Renda, que são os que pagam menos. Estamos falando aqui de grandes quantias.

Quanto a esse debate da desigualdade, temos duas formas sempre de combater a desigualdade, que é no gasto público, fizemos isso nesse último período da história, nesses 13 anos, está faltando fazer na outra parte, que é arrecadar melhor, que é distribuir melhor. Eu acho que esse é um debate que vai conquistando corações e mentes também. Por isso parabeno esse trabalho de vocês, porque acho que desmascara essa injustiça. Fica difícil de se argumentar contra. Estou sempre alternando vocês e senhores, porque conheço há muito tempo, principalmente o Sérgio Gobetti. Acho que os senhores têm um papel grande de divulgar esse trabalho, vamos tentar fazer ao máximo isso aqui. Acho importante a TV Senado estar cobrindo, ela vai repisar novamente essa transmissão.

Eu queria fazer uma pergunta, se há uma última fala a fazer ou se encerramos o trabalho por aqui.

**O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI** – Só pegando carona nisso que tu falastes no final, sobre como que os tributos incidem na sociedade. A sociedade brasileira aparentemente está cansada de pagar imposto, tem uma avaliação de que a carga tributária nossa é elevada. De fato, nossa carga tributária se compara à dos países europeus na média. Há países europeus que têm cargas mais elevadas, outros, menores.



Mas o grande problema é que, embora tenhamos a mesma carga tributária dos países europeus, nós tributamos muito pouco a renda e os lucros, e muito excessivamente o consumo. Lembrando-me de cabeça agora seria mais ou menos a seguinte ordem de grandeza: dos 34% do PIB que nós tributamos da nossa carga tributária, só 6% do PIB são renda; enquanto que, na média da OCDE, dos países europeus em desenvolvimento, mais ou menos 34% do PIB de carga tributária e a tributação sobre a renda e o lucro é de 12% do PIB. Em compensação, eles tributam muito menos o consumo e nós muito mais o consumo.

Portanto, a agenda que está colocada é a agenda da progressividade, de melhorar o perfil do Imposto de Renda, mas uma agenda maior, que é essa agenda de alteração da estrutura tributária brasileira. Temos que, de uma vez por todas, alterar a estrutura tributária brasileira. Muitas vezes, a cantilena de alguns que se opõem a medidas tributárias levantando bandeiras de que estão querendo aumentar imposto, na verdade, estão querendo manter a situação como está, com essa estrutura tributária que penaliza o pobre e beneficia o rico, isso temos que mudar urgentemente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Rodrigo.

**O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Brevemente, só agradecer ao Senador pelo convite, agradecer a oportunidade de apresentarmos o debate.

Só pontuar que, de fato, recentemente saiu um estudo da Cepal que mostra que a ação distributiva do Estado brasileiro não é pequena, é até bastante grande, mas é via gasto. Eu acho que é importante esse tipo de debate para mostrarmos que há um outro lado também que não pode ser esquecido, que é a agenda da progressividade da tributação para manter essa construção de um País mais justo, mais equânime, uma sociedade melhor para todos nós.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Rodrigo, eu agradeço muito, agradeço a presença aqui de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

*(Iniciada às 19 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 21 minutos.)*

**ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.**

Às nove horas e vinte e três minutos, do dia três de fevereiro de dois mil e dezesseis, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro e Elmano Férrer e das Senadoras Regina Sousa e Marta Suplicy. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião.

ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Deputada Vanessa Grazziotin. Dispõe sobre a divulgação, nos estabelecimentos que dispensem medicamentos, da relação dos medicamentos de que trata o § 1º do art. 3º da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, e dá outras providências. Relatório: Pela recomendação da Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2015. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator.

ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Deputado Luiz Bittencourt. Obriga a fixação de cartazes nas farmácias com a lista dos medicamentos genéricos, inclusive com a diferença de preços entre eles e os demais. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2015. Relatoria: Senador José Pimentel (Substituído por “ad hoc”). Relatoria “ad hoc”: Senadora Regina Sousa. Resultado: A Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Regina Sousa, em substituição ao Senador José Pimentel. Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

ITEM 3 – EMENDA (S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Câmara dos Deputados. Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação da Emenda da Câmara dos Deputados nº 4, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2000. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 512, de 2011 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Paulo Paim. Acrescenta dispositivos ao art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a aposentadoria especial dos segurados portadores de deficiência decorrente da Síndrome da Talidomida e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2011 - Complementar. Relatoria: Senador Humberto Costa (Substituído por “ad hoc”). Relatoria “ad hoc”: Senador Dalirio Beber. Resultado: A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Dalirio Beber, em substituição ao Senador Humberto Costa. Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, de 2013 - Não Terminativo - Autoria: Senador Vital do Rêgo. Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre a logística reversa de veículos automotores. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2013. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator.

ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, de 2010 - Terminativo - Autoria: Senador Gilberto Goellner. Modifica a redação do inciso II do art. 4 da Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010, para alterar a qualificação exigida para o exercício da profissão de instrutor de trânsito. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2010, e da Emenda que apresenta. Relatoria: Senador Roberto Rocha (Substituído por “ad hoc”). Relatoria “ad hoc”: Senador Waldemir Moka. Resultado: A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Waldemir Moka, em substituição ao Senador Roberto Rocha. Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, de 2011 - Terminativo - Autoria: Senador Eunício Oliveira. Modifica dispositivos do art. 28, § 9º, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2011, e das 3 (três) Emendas que apresenta. Relatoria: Senadora Lídice da Mata (Substituído por “ad hoc”). Relatoria “ad hoc”: Senadora Marta Suplicy. Resultado: A Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Marta Suplicy, em substituição à Senadora Lídice da Mata. Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172, de 2012 - Terminativo - Autoria: Senador Walter Pinheiro. Altera as Leis nos 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e 6.360, de 23 de setembro de 1976, para assegurar a qualidade de insumos farmacêuticos ativos. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2012. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Relatora.

ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2013 - Terminativo - Autoria: Senadora Angela Portela. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o direito de não comparecimento ao trabalho para a realização de exames médicos. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2013, e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado.

ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 453, de 2013 - Terminativo - Autoria: Senadora Ana

Amélia. Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para incluir as fundações entre as beneficiárias do regime temporário da substituição das contribuições previdenciárias patronais previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, por outra incidente sobre a receita bruta. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2013. Relatoria: Senador Walter Pinheiro (Substituído por “ad hoc”). Relatoria “ad hoc”: Senador Dalirio Beber. Resultado: Adiado. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, e as Senadoras Regina Sousa e Marta Suplicy e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinco minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **EDISON LOBÃO**

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à apreciação de itens não terminativos e terminativos, conforme a pauta previamente divulgada.

Os itens de nºs 1, 5 e 8 foram retirados a pedido e por solicitação dos seus Relatores e de seus autores.

São os seguintes os itens retirados:

#### ITEM 1

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, de 2015

- Não terminativo -

*Dispõe sobre a divulgação, nos estabelecimentos que dispensem medicamentos, da relação dos medicamentos de que trata o § 1º do art. 3º da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, e dá outras providências.*

**Autoria:** Deputada Vanessa Grazziotin

**Relatoria:** Senador Eduardo Amorim

**Relatório:** Pela recomendação da Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2015.

**Observações:**

- A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

#### ITEM 5

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, de 2013

- Não terminativo -

*Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre a logística reversa de veículos automotores.*

**Autoria:** Senador Vital do Rêgo

**Relatoria:** Senador Elmano Férrer

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2013.

**Observações:**

- Em 03.07.2013, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou Parecer favorável ao Projeto.

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

**ITEM 8**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172, de 2012**  
**- Terminativo -**

*Altera as Leis nos 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e 6.360, de 23 de setembro de 1976, para assegurar a qualidade de insumos farmacêuticos ativos.*

**Autoria:** Senador Walter Pinheiro

**Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2012.

**Observações:**

- Em 23.06.2015, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto.

- Votação nominal.

Quanto ao item nº 2, que tem por Relator o Senador José Pimentel (PLC nº 7, de 2015), com relatório pela rejeição, não estando o Senador presente, eu passo ao item seguinte, item nº 3, não terminativo.

**ITEM 3**  
**EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, de 2015**  
**- Não terminativo -**

*Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro

**Relatório:** Pela aprovação da Emenda da Câmara dos Deputados nº 4, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2000.

**Observações:**

- Votação simbólica.

Concedo a palavra o Senador Flexa Ribeiro para a leitura do seu relatório.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Permita-me só fazer uma observação. Esta é a primeira reunião, desde que eu cheguei aqui, em que ao seu lado, ao lado do Presidente, não se encontra uma valorosa servidora que foi aposentada, a Srª Dulcília. Tenho certeza de que falo em nome de todos os Senadores e de V. Exª.

Eu queria deixar uma saudação e dizer à Dulcília, que pode estar até acompanhando isso, que ela é um exemplo de funcionária. Ao longo da minha vida, que não é pequena, poucos foram os servidores que conheci que tinham tamanha dedicação e preocupação.

Então, assume o lugar da Dulcília a Patrícia, que, tenho certeza, da mesma forma que a Dulcília conduzirá essa equipe, que é, sem dúvida alguma, muito determinada, muito eficiente, e V. Exª é testemunha da forma como ela trabalha.

É só uma lembrança e uma saudação a uma servidora que faz e fará falta, como vocês sabem, ao convívio nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu agradeço a V. Exª pela lembrança do nome da nossa ex-secretária Dulcília, a quem já fizemos uma homenagem no final do ano passado, tanto a ela como à Patrícia. Mas registro, e a Ata também o fará, as palavras generosas de V. Exª, merecidas por parte das duas.

Senador Flexa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Senador Edison Lobão, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, primeiramente, quero me associar ao Senador Moka nas palavras que ele proferiu sobre a servidora Dulcília, secretária da Comissão, que se aposenta, e desejar boa sorte à Patrícia, que assume função de secretária da Comissão.

Antes de fazer a leitura, Presidente, quero desejar a todos os meus pares, Senadoras, Senadores, aos colaboradores do Senado e a todos os brasileiros que Deus abençoe todos nós neste ano de 2016 – começamos

ontem o ano legislativo – e abençoe o Brasil. O Brasil está precisando muito que Deus ilumine todos nós para que possamos encontrar o caminho para que os brasileiros tenham condições de voltar a ter uma vida com menos sacrifício e o País volte a encontrar o caminho do desenvolvimento.

Passo ao relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a Emenda da Câmara dos Deputados a Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2015, aplicável ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 12, de 2000, de autoria da Senadora Luzia Toledo.

Ao apreciar o PLS, autuado naquela Casa como Projeto de Lei (PL) nº 3.984, de 2000, a Câmara dos Deputados promoveu uma alteração na redação proposta ao art. 1º da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, excluindo a adição proposta pelo Senado, que acrescentava a atividade de assistência à mulher como serviço voluntário. Em seu lugar, acrescentou a previsão de atividade de assistência à pessoa.

Após retornar ao Senado Federal, a proposição foi distribuída para apreciação da CAS, para, em seguida, ir ao Plenário, conforme se depreende do art. 286 do Regimento Interno do Senado Federal.

## II - ANÁLISE

O inciso I do art. 100 do RISF atribui à Comissão de Assuntos Sociais a competência para opinar sobre proposições que digam respeito a relações de trabalho, organização do Sistema Nacional de Emprego e condição para o exercício de profissões.

No caso da ECD nº 4, de 2015, conforme disposto nos arts. 285 e 286 do RISF, emenda da Câmara a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda, e a emenda só poderá ser votada em parte se o seu texto for suscetível de divisão, o que não é o caso da emenda que ora se analisa.

O trabalho voluntário é uma ótima oportunidade de atuação social, beneficiando toda a sociedade. O voluntário exerce a sua cidadania, ao mesmo tempo em que contribui para o bem-estar da comunidade como um todo. É, portanto, altamente louvável qualquer tentativa de ampliar o espectro da sua atuação.

A ECD nº 4, de 2015, propõe incluir a expressão “de assistência à pessoa” no art. 1º da Lei nº 9.608, de 1998, como objetivo de atividade não remunerada reconhecida como serviço voluntário. De tal forma, substitui na proposta aprovada no Senado a menção a “assistência à mulher”. Além disso, exclui o fecho do dispositivo hoje em vigor – a expressão “ou de assistência social, inclusive mutualidade”.

Consideramos, nesse sentido, que a expressão incluída pela Câmara, ao falar em assistência à pessoa, é mais ampliativa que a expressão original do Senado, pois inclui, sem se limitar a, a assistência à mulher. Independente de gênero, é assistência à pessoa, ou seja, ao fazê-lo, abarca, inclusive, a ideia de assistência social, a qual sempre é aplicável à pessoa humana.

Voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela aprovação da Emenda da Câmara dos Deputados a Projeto de Lei do Senado Federal nº 4, de 2015, incidente sobre o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2000.

Este é o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço, Senador Flexa, pelo voto que profere a respeito da Emenda da Câmara dos Deputados nº 4, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2000.

A votação fica adiada para a próxima reunião em virtude de não termos ainda quórum regimental.

## ITEM 2

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, de 2015

- Não terminativo -

*Obriga a fixação de cartazes nas farmácias com a lista dos medicamentos genéricos, inclusive com a diferença de preços entre eles e os demais.*

**Autoria:** Deputado Luiz Bittencourt

**Relatoria:** Senador José Pimentel

**Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2015.

**Observações:**

- Votação simbólica.

Não estando presente o Relator, solicito à Senadora Regina Sousa que faça, como Relatora *ad hoc*, a leitura do parecer.

**A SRª REGINA SOUSA** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Pois não, Sr. Presidente.



Vem a esta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 7, de 2015 (Projeto de Lei nº 3.028, de 2000, na origem), do Deputado Luiz Bittencourt, que *obriga a fixação de cartazes nas farmácias com a lista dos medicamentos genéricos, inclusive com a diferença de preços entre eles e os demais.*

O art. 1º do projeto estabelece que *os estabelecimentos comerciais que vendem medicamentos são obrigados a fixar cartazes, em lugar e com letras visíveis, com a lista de medicamentos genéricos disponíveis nos estabelecimentos, assim como dos seus preços em comparação com os demais de marca de fantasia.*

O art. 2º explicita a cláusula de vigência, prevista para ocorrer na data de publicação da lei que se originar do projeto.

A proposição foi distribuída exclusivamente à apreciação da CAS e não recebeu emendas.

Compete à CAS, na forma definida pelo inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, dispor sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde e sobre produção, controle e fiscalização de medicamentos.

Acerca do mérito, reconhecemos o valor intrínseco à proposição de medida para estimular o mercado de genéricos, que, à época de sua apresentação – o projeto original foi apresentado no ano 2000, pouco tempo após a edição da Lei dos Genéricos –, ainda era incipiente.

Não obstante, salientamos o crescimento acelerado desse mercado, que teve evolução significativa desde a chegada dos genéricos, após a publicação da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que *altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.*

Em março de 2001, havia 218 genéricos registrados, dos quais 146 eram comercializados, segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em julho de 2002, o Brasil contava com 35 laboratórios produtores de genéricos, tendo registrado 574 medicamentos. Em fevereiro de 2014, a agência listava 436 princípios ativos registrados e produzidos por 102 laboratórios.

Resumo apresentado no site da Anvisa esclarece que, desde o ano 2000 até o fim do ano de 2014, 4.207 medicamentos genéricos foram registrados. Destes, 839 registros foram cancelados, restando, no final do ano passado, 3.368 medicamentos genéricos com registros válidos. Em 2015, até 26 de outubro, mais 231 medicamentos genéricos foram registrados. Dentre os 3.599 medicamentos genéricos com registros válidos até essa data, há 514 diferentes princípios ativos ou associações de princípios ativos, produzidos por 108 empresas detentoras dos registros.

Assim, ainda que concordemos com a necessidade de continuar a estimular o mercado de genéricos, consideramos que a forma idealizada no projeto em análise fica inviabilizada diante da magnitude atual desse mercado. Não nos parece factível nem benéfico exigir que as farmácias exponham e atualizem uma lista de mais de 3.500 medicamentos acompanhados de seus preços e das diferenças em relação aos fármacos de referência. Também não nos parece viável fiscalizar o cumprimento dessa exigência em todo o Território Nacional.

Isso é ainda mais evidente numa realidade em que os recursos de telecomunicação e informática colocam as informações ao alcance de um clique, permitindo o acesso ilimitado aos dados sobre quaisquer assuntos por meio de celulares e outros equipamentos eletrônicos.

Além disso, entendemos que a população e os profissionais prescritores de medicamentos já estão bastante conscientizados sobre a existência e as vantagens econômicas dos genéricos. A nosso ver, as campanhas de conscientização continuam a ser a ferramenta mais efetiva para estimular o mercado de genéricos e, dessa forma, aumentar o acesso dos brasileiros à assistência farmacêutica.

Por fim, lembramos também a melhoria desse acesso proporcionada pelos programas públicos que facilitam a obtenção de alguns dos medicamentos de que os doentes brasileiros necessitam. Referimo-nos, principalmente, ao Programa Farmácia Popular, instituído pelo Governo Federal para ampliar o acesso da população aos medicamentos para as doenças mais prevalentes, como diabetes e hipertensão. Esse programa possui uma rede de Farmácias Populares e também inclui farmácias e drogarias da rede privada, por meio da parceria denominada Aqui Tem Farmácia Popular. O programa permite que vários medicamentos para diabetes e hipertensão sejam adquiridos a preços reduzidos ou obtidos de forma gratuita.

Assim, entendemos que a medida proposta no projeto em análise carece de viabilidade e que existem outras formas mais efetivas de estimular o mercado de genéricos e aumentar o acesso dos brasileiros à assistência farmacêutica.

III – VOTO

Diante do exposto, recomendamos a rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2015.

É o relatório.



**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Como a Relatora *ad hoc* propõe a rejeição do PLC nº 7 que consta do item 2 da pauta, pelas mesmas razões do projeto anterior, cujo Relator é o Senador Flexa Ribeiro, deixaremos de votá-lo nesta reunião. Fica adiado para a reunião seguinte.

**ITEM 4**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 512, de 2011**  
**- Não terminativo -**

*Acrescenta dispositivos ao art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a aposentadoria especial dos segurados portadores de deficiência decorrente da Síndrome da Talidomida e dá outras providências.*

**Autoria:** Senador Paulo Paim

**Relatoria:** Senador Humberto Costa

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2011 - Complementar.

**Observações:**

- Em 24.11.2011, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer favorável ao Projeto.

- Votação simbólica.

Como o Senador Humberto Costa não se encontra presente, solicito ao Senador Dalirio Beber que faça a leitura do parecer como Relator *ad hoc*.

**O SR. DALIRIO BEBER** (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Bom dia, Presidente, Sras e Srs. Senadores.

Vamos ao relatório do Senador Humberto Costa.

Trata-se de projeto de lei complementar de autoria do Senador Paulo Paim, que visa à concessão de aposentadoria especial aos servidores públicos regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e aos segurados da Previdência Social com deficiência oriunda da Síndrome da Talidomida. A concessão do benefício previdenciário ocorre sem prejuízo das demais prestações legalmente deferidas aos destinatários do projeto em exame, em especial da pensão estabelecida pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982.

O autor justifica a proposição na necessidade de que se regulamentem os arts. 40, § 4º, e 201, § 1º, da Constituição Federal, com o intuito de conferir especial proteção aos afetados pela mencionada síndrome. Tais pessoas, em virtude do comprometimento da capacidade motora de seus membros inferiores e superiores, experimentam maiores dificuldades no desempenho de suas atividades laborais.

Alega o autor, ainda, que o impacto financeiro da aprovação do citado projeto é irrelevante, por estimar que o número de pessoas afetadas pela síndrome em foco varia de trezentos a mil indivíduos.

Distribuída à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a proposição recebeu parecer favorável. O fundamento oferecido é o de que a lei complementar que se busca incluir no ordenamento jurídico brasileiro confere efetividade à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ratificada pelo Brasil. Isso porque protege os direitos fundamentais daqueles que precisam de especial apoio para superar as limitações impostas pela síndrome em exame.

Distribuída a este Colegiado para análise, a proposição não foi objeto de emendas.

**ANÁLISE:**

Nos termos dos arts. 22, XXIII, e 24, XII da Constituição da República, compete à União legislar sobre seguridade e previdência razão por que, no que se refere à competência do ente federativo, não há vício que macule a projeto de lei complementar em estudo.

No que se refere à espécie legislativa escolhida, os arts. 40, § 4º, e 201, § 1º, da Constituição Federal impõem a necessidade de edição lei complementar, para que se regulamente a concessão de aposentadoria especial aos servidores públicos da União e aos segurados da Previdência Social com deficiência. Em face disso, o presente projeto afigura-se adequado ao fim que se destina.

Quanto à competência da Comissão de Assuntos Sociais para analisar a proposição, o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal a ela atribui tal prerrogativa.

No mérito, a proposição tem nobre finalidade, que consiste no amparo das pessoas com deficiência ocasionada pela negligência estatal em retirar do mercado medicamentos em cuja composição se encontra a talidomida.

Ao fazê-lo, confere justa proteção aos trabalhadores que, em virtude da referida síndrome, experimentam maiores dificuldades em desempenhar a sua atividade. Tal dificuldade, a toda evidência, acarreta aumento no desgaste sofrido pelo obreiro no desempenho do seu labor.

Trata-se, pois, de proposição que confere dignidade ao trabalhador com deficiência, encontrando-se, assim, em consonância com o disposto no art. 1º, III, da Carta Magna.

Insta ressaltar, ainda, que o impacto financeiro aos cofres da Previdência, resultante da aprovação do projeto em testilha, afigura-se diminuto. Isso porque se estima que apenas mil pessoas foram afetadas pela aludida síndrome, o que demonstra, a toda evidência, a ausência de comprometimento do equilíbrio financeiro-atuarial previsto no art. 195, § 5º, da Constituição da República.

VOTO:

Ante o exposto, vota-se pela aprovação do PLS nº 512, de 2011 - Complementar.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço ao Senador Dalirio Beber pela leitura do parecer, que é favorável, ao Projeto de Lei do Senado (Complementar) nº 512, de 2011.

A votação fica adiada para a próxima reunião.

## ITEM 6

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, de 2010

#### - Terminativo -

*Modifica a redação do inciso II do art. 4 da Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010, para alterar a qualificação exigida para o exercício da profissão de instrutor de trânsito.*

**Autoria:** Senador Gilberto Goellner

**Relatoria:** Senador Roberto Rocha

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2010, e da Emenda que apresenta.

**Observações:**

- Votação nominal.

Não se encontrando presente o Relator, solicito ao Senador Moka que faça a leitura do parecer.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Passo à leitura do relatório do Senador Roberto Rocha.

Em análise nesta Comissão, iniciativa do Senador Gilberto Goellner que pretende alterar a redação de dispositivo da Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010, no que concerne a um dos requisitos para o exercício da profissão de instrutor de trânsito. A decisão será terminativa, nos termos regimentais. Trata-se de excluir a exigência de habilitação legal para a condução de veículo de, no mínimo, um ano na categoria D.

Altera-se o disposto no inciso II do art. 4º da mencionada norma legal, segundo o qual, para o exercício da profissão, os instrutores de trânsito, além de terem pelo menos dois anos de efetiva habilitação legal para a condução de veículo, devam comprovar, no mínimo, um ano de habilitação na categoria D.

A justificação da proposta registra a importância que a citada lei teve para a categoria dos instrutores de trânsito, regulamentando a profissão.

Esse fato reverteu, segundo ele, em benefício de toda a sociedade, com melhoria no treinamento e na definição da responsabilidade desses profissionais na formação de melhores motoristas e na segurança do trânsito.

O autor destaca, na sequência, que a exigência de um grau de habilitação D é excessiva e desnecessária. Isso decorre da fixação de um pré-requisito incompatível com a maioria das instruções realizadas pelos profissionais da área, realizadas em veículos de passeio, exigindo-se deles conhecimentos que não serão utilizados no seu trabalho diário.

No prazo regimental não foram oferecidas emendas ao projeto.

O Senador Vicentinho Alves analisou a matéria, em duas ocasiões, tendo se manifestado pela sua aprovação. No segundo dos pareceres apresentados pelo eminente Senador consta proposta de emenda para retirar a exigência de um ano, na categoria D, para o exercício da profissão de instrutor de trânsito. Posteriormente, a Senadora Ana Amélia também apresentou parecer seguindo a mesma orientação.

A matéria foi ao arquivo, tendo sido desarquivada em face da aprovação do Requerimento nº 341, de 2015, do Senador Alvaro Dias.

ANÁLISE

O projeto em análise modifica a regulamentação de uma profissão e a norma alterada está ligada à segurança no trânsito. Tudo em conformidade com os incisos I e XI do art. 22 da Constituição Federal, que tratam da competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho e sobre trânsito. Assim, entendemos que a matéria não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade, posto que atende também aos pressupostos relativos às atribuições do Congresso Nacional e iniciativa de leis (art. 48 e *caput* do art. 61 da CF).

Quanto ao mérito, consideramos louváveis os argumentos expostos pelo autor e a preocupação manifesta com o trabalho relevante e fundamental dos instrutores de trânsito para a integridade física e segurança dos cidadãos que circulam nas vias públicas.

De fato, como registra a justificção da proposta, a legislação é muito rigorosa, incluindo normas que limitam muito o espaço de exercício profissional dos instrutores de trânsito. Importante mesmo, em termos de experiência anterior do instrutor, são as horas de exercício ao volante, exigidas dos candidatos. Nesse sentido o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 12.302, de 2010, já prevê que “nas aulas práticas de direção veicular, o instrutor de trânsito somente poderá instruir candidatos à habilitação para a categoria igual ou inferior àquela em que esteja habilitado”.

A exigência de habilitação em grau D é um dos poucos requisitos exigidos desses profissionais para ingresso na atividade.

Em manifestação do Ministério das Cidades - Departamento Nacional de Trânsito, através da Coordenação-Geral de Informações e Estatística (Despacho nº 109, de 2011), que recebemos, registrou-se que a exclusão desse pressuposto faria com que profissionais habilitados na mesma categoria que é pretendida pelo instruído poderiam ministrar as aulas a ele destinadas, sem qualquer experiência adicional ou uma visão mais ampla das qualidades necessárias à habilitação.

Ademais, o momento, o número crescente de carros em circulação e de mortes no trânsito não apontam para a conveniência e oportunidade de flexibilização das normas de preparação para a condução de veículos. São cerca de 1,3 milhões de mortes no trânsito, em 178 países, em 2009, segundo dados da Organização Mundial de Saúde, conforme o texto supracitado. E o Brasil, infelizmente, ocupa lugar de destaque nessas estatísticas. Precisamos, então, antes de qualquer facilitação, preparar melhor nossos condutores e ampliar a conscientização da população em geral para o problema.

É claro que é de suma importância facilitar o acesso ao trabalho. Não podemos, entretanto, desconhecer que o número alarmante de acidentes gera insegurança nas famílias, despesas médicas e hospitalares incalculáveis para o Estado e coloca em risco a vida de pessoas inocentes. Um pouco mais de qualificação para nossos instrutores de trânsito pode contribuir para a redução dessa tragédia e o fato de ele ter habilitação grau D revela prática, experiência e conhecimentos de trânsito, pelo menos, um pouco mais aprofundados em relação aos condutores de veículos de passeio.

De qualquer forma, julgamos que a exigência de um ano na categoria D nos parece excessiva. O decurso desse tempo não assegura que o instrutor tenha, durante esse período, utilizado veículos de maior porte. Sendo assim, estamos propondo emenda para suprimir esse prazo.

### III – VOTO

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2010, de autoria do Senador Gilberto Goellner, com a seguinte emenda:

#### Emenda nº 01 –

Dê-se ao inciso II do art. 4º da Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010, modificado pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 4º .....

II – ter, pelo menos, 2 (dois) anos de efetiva habilitação legal, em qualquer categoria, para condução de veículo e, no mínimo, a categoria “D”;

Este é o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O projeto de lei em causa, que tem como Relator *ad hoc* o Senador Waldemir Moka, pela aprovação, com a emenda que apresenta, não será votado agora pelo fato de ser também terminativo, ficando para a próxima reunião.

### ITEM 7

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, de 2011

##### - Terminativo -

*Modifica dispositivos do art. 28, § 9º, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.*

**Autoria:** Senador Eunício Oliveira

**Relatoria:** Senadora Lídice da Mata

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2011, e das 3 (três) Emendas que apresenta.

**Observações:**

- Votação nominal.

Não estando presente a Relatora, peço à Senadora Marta Suplicy que leia, como Relatora *ad hoc*, o parecer. **A SRª MARTA SUPLICY** (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vamos ao relatório do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2011, do Senador Eunício Oliveira, com relatoria da Senadora Lídice da Mata.

Vem ao exame nesta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2011, do Senador Eunício de Oliveira. Pretende-se alterar a letra “q” do §9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que estabelece não integrar o salário-de-contribuição, para fins de recolhimento das contribuições previdenciárias, o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio da empresa ou por ela conveniado.

Também está excluído daquela base de cálculo o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, despesas médico-hospitalares e outras similares. Com a nova redação proposta, a exclusão desses valores é autorizada ainda que a cobertura assistencial das empresas não abranja a totalidade de seus empregados e dirigentes.

O dispositivo legal vigente determina, em sentido contrário, que a assistência prestada por serviço médico ou odontológico não integra o salário-de-contribuição, desde que a cobertura abranja a todos os empregados e dirigentes da empresa.

Alega o autor, na sua justificação, que, com a edição da Lei nº 10.243, de 19 de junho de 2001, que acrescentou o §2º ao art. 458 da CLT, não são mais consideradas como salário as utilidades concedidas pelo empregador a título de assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde.

Ressalta, ainda, que, ao contrário do que estabelece a legislação trabalhista, essas utilidades continuam integrando o salário-de-contribuição e, portanto, não podem ser deduzidas pelo empregador se sua cobertura não abranger a totalidade dos empregados e dirigentes da empresa.

Nesta Comissão, até o momento, não foram apresentadas emendas.

A matéria foi examinada pelo Senador Eduardo Amorim, que chegou a apresentar parecer favorável, não apreciado nesta CAS, com alterações relativas à técnica legislativa.

Análise.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria, diretamente ligada ao custeio do Regime Geral de Previdência Social, é de competência legislativa da União e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar projetos de lei que versem sobre a seguridade social, seu regime de custeio e de benefícios.

Não havendo impedimentos constitucionais formais nem materiais, a norma, se aprovada, está apta a fazer parte de nosso ordenamento jurídico. Além disso, conforme registrado, não há impropriedades regimentais e esse assunto pode ser matéria de lei, o que afasta eventual injuridicidade.

No mérito, estamos convictos de que é cabível e justa a alteração proposta na legislação previdenciária. O ordenamento jurídico trabalhista não considera salário as despesas com assistência médica, hospitalar e odontológica, prestadas diretamente ou mediante seguro-saúde, efetuadas pelo empregador, ainda que a cobertura dessa assistência não abranja a totalidade dos empregados e dirigentes da empresa. Plenamente justificável, então, que legislação previdenciária siga a mesma orientação quando disciplina os valores que compõem o salário-de-contribuição para fins de cálculo das contribuições devidas.

A falta de uniformidade no tratamento da questão pode trazer prejuízos para muitos trabalhadores. Eles deixam de ter acesso a uma assistência médica e odontológica privada, tendo em vista que nem sempre o empregador dispõe de recursos para custear esse serviço, em benefício de todos os seus colaboradores. Como essa é a única hipótese em que, atualmente, esses custos podem ser excluídos da incidência das contribuições previdenciárias devidas, há um desestímulo à concessão da assistência.

Por sua vez, perde também o Estado, que pode se beneficiar de um alívio de demanda em suas unidades de saúde. Os postos de atendimento podem ficar mais livres e disponíveis para a população carente, que enfrenta graves problemas de superlotação nos ambulatórios e hospitais públicos, por absoluta incapacidade da administração pública de atender às necessidades dos pacientes que dela dependem.

Finalmente, perde o mercado formal de trabalho. Os empregadores sofrem com os elevados encargos previdenciários e trabalhistas. Com redução dos custos, dada a diminuição na base de cálculo das contribuições, as empresas e empreendimentos poderiam ampliar suas contratações e oferecer empregos de melhor qualidade.

Sob o aspecto da técnica legislativa, a proposição carece de aperfeiçoamentos. A redação atual da ementa dá a entender que o projeto tem um alcance maior do que o pretendido pelo seu autor. Por sua vez, a formatação do texto do art. 1º do PLS não observa as regras adequadas.

Além disso, a cláusula genérica de revogação das disposições em contrário não é mais utilizada, pois causa insegurança jurídica.

Então, para adequar o texto da proposta às regras de redação estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, apresentamos três emendas.

Eis o voto da Relatora, Senadora Lídice da Mata.

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CAS

Dê-se à ementa do PLS nº 216, de 2011, a seguinte redação:

Altera a letra q do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a assistência médico-odontológica prestada pelo empregador.

EMENDA Nº - CAS

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 216, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 1º A letra q do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28. ....

.....

q) o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio da empresa ou por ela conveniado, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, despesas médico-hospitalares e outras similares;

.....”

A Relatora também indica a supressão do art. 3º do PLS nº 216.

Lido o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço à Senadora Marta Suplicy pela leitura do parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2011, que também, por ser terminativo e, dessa forma, exigir quórum qualificado para a sua votação, fica adiado para a próxima reunião.

A Senadora Regina Sousa havia solicitado uma audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 45, de 2014, de autoria do Deputado Neilton Mulim. Todavia, a Senadora agora solicita a retirada do seu requerimento, assim fica também adiada a votação para a próxima reunião.

Como essa audiência pública estava marcada para o dia 17, vamos substituí-la, no seu tempo, por reunião ordinária da Comissão, ficando adiada a votação, portanto, de todos os projetos cujos relatórios foram aqui exarados hoje para o dia 17.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo a presença dos Srs. Senadores.



**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

Às oito horas e trinta e nove minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Acir Gurgacz, Blairo Maggi, Dalírio Beber, Douglas Cintra, Elmano Férrer, Fernando Bezerra, Flexa Ribeiro, Gladson Cameli, Hélio José, Lasier Martins, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, Roberto Rocha, Valdir Raupp, Vanessa Graziottin, Vicentinho Alves, Waldemir Moca, Wellington Fagundes e Wilder Moraes. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião. Por aprovação de pedido de inversão de Pauta, tem início a TERCEIRA PARTE da reunião – Reunião de Trabalho: Apreciação do relatório de avaliação da política pública: Plano Nacional de Recursos Hídricos, com ênfase nas questões de abastecimento, energia e saneamento básico. Relator: Senador Fernando Bezerra Coelho. Resultado: Lido e aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão. O relator apresenta recomendações aos Poderes Executivo e Legislativo; e solicita que seja dado conhecimento do relatório à Mesa e posterior encaminhamento aos seguintes órgãos: Casa Civil da Presidência da República, Ministério das Cidades, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Integração Nacional e Tribunal de Contas da União. PRIMEIRA PARTE – Item 1: Mensagem (SF) nº 82, de 2015 que “submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea ‘f’, da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, o nome do Senhor Erick Moura de Medeiros, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT”. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada, com 16 (dezesseis) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Tem início a SEGUNDA PARTE – Item 1 – Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2011 que “altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para que a base de cálculo da compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais considere o faturamento bruto resultante da venda do produto mineral. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Resultado: Aprovado o relatório, pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 3-CI (Substitutivo). Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2010 que “acrescenta art. 32-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fabricante ou o importador de automóvel a inserir, no manual de manutenção do veículo, relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo”. Resultado: Retirado de pauta. Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 657, de 2011, que “altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que ‘dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências’, para dispor sobre veículos utilizados no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros sob regime de fretamento ou com fins turísticos. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Resultado: Retirado de pauta. Item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2012, que “altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências, para assegurar tratamento tarifário isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades-gêmeas fronteiriças”. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Resultado: Retirado de pauta. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Moraes, Acir Gurgacz, Vicentinho Alves, Lasier Martins, Ricardo Ferraço, Wellington Fagundes, Dalírio Beber e Roberto Rocha. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Moraes, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**

Presidente

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 45ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da atual legislatura.

Esta reunião terá como objetivo...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, primeiro, quero parabenizar V. Exª porque, na última reunião da Comissão, tão competentemente dirigida por V. Exª, V. Exª colocou uma pauta ex-

tensa com três partes: a primeira foi uma sabatina, a segunda foi uma parte deliberativa e a última foi a apresentação de uma exposição.

Eu pediria a V. Exª que, ouvido o Plenário, nós invertêssemos pauta e começássemos pela deliberativa, para, depois, fazermos a sabatina do indicado.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu queria apoiar essa solicitação.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Obrigado.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, apoio essa solicitação do Senador Flexa Ribeiro, até porque vamos apresentar a esta Comissão, Sr. Presidente, na manhã de hoje, o relatório da avaliação de políticas públicas, que faço questão de lhe entregar em primeira mão.

Como temos outras comissões – a Comissão de Desenvolvimento Nacional, a Comissão de Mudanças Climáticas –, se V. Exª pudesse fazer a inversão da pauta, facilitaria não só a apresentação dessas matérias, como também asseguraria a nossa presença nas demais comissões.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pergunto se V. Exª vai ler o relatório.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Não. É um relatório de duas páginas e meia. É muito sucinto. E vou distribuí-lo para todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E depois vai entregar, não é?

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Vou entregar a todos. Portanto, seria muito rápido.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu submeto ao Plenário essa sugestão de inversão de pauta do Senador Fernando Bezerra Coelho. Logo em seguida, então, submeteremos a sugestão do Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra Coelho.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, é com alegria que já estou fazendo a distribuição do relatório de avaliação de políticas públicas na área de recursos hídricos, com ênfase nas questões de abastecimento, energia e saneamento básico.

O resultado, Sr. Presidente, está materializado no relatório que estou entregando e submetendo à apreciação dos senhores membros desta Comissão, que muito têm a contribuir nessa honrada missão.

Avaliar uma política pública consiste em investigar seus efeitos e compreender se, de fato, ela atinge os objetivos para os quais foi desenhada quando da sua elaboração no Congresso Nacional.

Dessa avaliação, extraímos diagnósticos que podem resultar em propostas pela sua ampliação, pelo seu aprimoramento ou pelo seu encerramento, com vistas à adoção de soluções alternativas.

Nesta sessão legislativa, a nossa Comissão, sob a Presidência de V. Exª, nobre Senador Garibaldi Alves, não poderia ter sido mais assertiva na escolha do tema, sobretudo em um contexto de crise de abastecimento, racionamento de água, ameaça à segurança energética e mudanças climáticas.

Realizamos duas audiências públicas e um painel com especialistas para fins de subsidiar a avaliação dos temas a que nos propomos. A primeira audiência pública debateu os desafios no abastecimento de água potável e no esgotamento sanitário em face da crise hídrica. A segunda audiência debateu o suprimento de energia elétrica no Brasil e as perspectivas da política energética para o futuro do País. No Rio de Janeiro, com a participação do nobre Senador Ricardo Ferraço, Vice-Presidente desta Comissão, foi realizado o painel para debater a política pública de energia, especialmente sobre os avanços, os gargalos e os desafios postos para o futuro.

Foram realizadas ainda, no âmbito da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, duas audiências públicas sobre o tema que aqui analisamos. A primeira contou com a participação do Ministro de Estado das Cidades e a segunda, com a presença do Ministro de Estado de Minas e Energia.

Nesse trabalho, efetuamos um rigoroso diagnóstico da situação atual do nosso País em relação aos temas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica e, a partir de tal cenário, procuramos apontar caminhos, oferecendo propostas de intervenção, amplas ou pontuais, tanto no Poder Executivo quanto neste próprio Parlamento.

Sabemos que não temos todas as respostas, mas temos a vocação de sermos um país que logre gerenciar de maneira responsável seu patrimônio natural.

Aproveitamos aqui, Sr. Presidente, para registrar nosso agradecimento a todos que nos auxiliaram na elaboração deste relatório, especialmente à Consultoria Legislativa do Senado, na pessoa do Consultor Israel Araújo, e a todos do meu gabinete. De modo especial, agradeço ao Presidente desta Comissão de Infraestrutura, meu companheiro e meu amigo Senador Garibaldi Alves, que muito nos honrou quando nos escolheu para esta relatoria, como quero agradecer também ao Secretário desta Comissão, Thales Moraes, pelo apoio irrestrito de toda a sua equipe.

Com o relatório que ora apresentamos, esperamos obter o apoio desta Comissão, desta Casa e de toda a sociedade para que saibamos administrar de forma mais eficiente e equilibrada o rico patrimônio hídrico que a natureza nos legou.

Esse é o relatório, Sr. Presidente. Com o apoio da Presidência desta Casa, conseguimos a confecção e a impressão do inteiro teor do relatório, que já está sendo distribuído para todos os membros da Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu quero parabenizar o Senador Fernando Bezerra Coelho pelo excelente trabalho de avaliação de políticas públicas que desenvolveu à frente dessa Comissão. Nós tivemos, como ele próprio declarou, duas audiências públicas, que trouxeram a esta Casa dois Ministros de Estado.

Avaliar uma política pública, como V. Exª diz na sua introdução, consiste em investigar seus efeitos e compreender se ela, de fato, atinge os objetivos para os quais foi desenhada. E, num momento como este, de muito questionamento com relação às políticas públicas, V. Exª escolheu justamente três áreas onde esse desafio se reveste de uma gravidade imensa: recursos hídricos, abastecimento, energia e saneamento básico.

Eu quero me congratular com V. Exª e com todos os membros desta Comissão e dizer que vamos realmente divulgar esse relatório. O importante agora é divulgar esse relatório para que possamos ter, na sua plenitude, o conhecimento dessa avaliação realizada por esta Comissão.

O Senador Flexa Ribeiro solicitou...

Antes do Senador Flexa Ribeiro, o Senador Acir Gurgacz pediu, como Relator, a retirada de pauta do Projeto de Lei do Senado nº 657, de 2011, de natureza terminativa, de autoria da Senadora Lídice da Mata. O projeto dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviários e terrestres e cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte.

Submeto ao Plenário. (*Pausa.*)

Está aprovada, então, a retirada de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:)

### ITEM 3

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 657, de 2011

##### - Terminativo -

*Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que “dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências”, para dispor sobre veículos utilizados no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros sob regime de fretamento ou com fins turísticos.*

**Autoria:** Senadora Lídice da Mata

**Relatoria:** Senador Acir Gurgacz

**Relatório:** Pela aprovação com duas emendas

**Observações:**

1 - A matéria tem parecer favorável da CDR.

2 - A matéria constou da pauta desta Comissão em 11/11/2015.

O Senador Flexa Ribeiro propõe que apreciemos o Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2011, que altera o art. 6º da Lei nº 7.990 e o art. 2º da Lei nº 8.001, para que a base de cálculo da compensação financeira pela exploração de recursos minerais considere o faturamento bruto resultando da venda do produto mineral.

### ITEM 1

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2011

##### - Não terminativo -

*Altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para que a base de cálculo da compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais considere o faturamento bruto resultante da venda do produto mineral.*

**Autoria:** Senador Flexa Ribeiro

**Relatoria:** Senador Acir Gurgacz

**Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo

**Observações:**

1 - A matéria constou da pauta desta Comissão em 9/12/2015.

2 - A matéria será apreciada pela CAE, em decisão terminativa.

Eu, então, pediria ao...

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Wilder Moraes.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, desse projeto, na semana passada, nós pedimos vista coletiva, até porque estávamos fazendo um entendimento... Nós fizemos ontem a sexta audiência pública da Subcomissão. A próxima... E nós estamos com a agenda já de mais... O total são...

Nós vamos ter a próxima audiência pública no dia 16 de fevereiro – foi feita uma sugestão para que a gente fizesse aqui a audiência pública da CFEM –, para a qual convidamos o Governador de Goiás, o Governador de Minas, o Governador do Pará, o Ministro, a Associação Nacional das Entidades Produtoras de Agregados, a Associação Brasileira de Rochas Ornamentais e todos os sindicatos que envolvem, porque a CFEM não diz respeito somente... Quando o meu colega nobre Senador Flexa Ribeiro fala da CFEM, ele está pensando exclusivamente no Pará, mas a CFEM envolve todos os outros agregados. Então, a gente não pode fazer um projeto específico para o ferro.

Então, está havendo uma pressão... Inclusive, eu estou insistindo nisso, em que nós precisamos fazer essa audiência pública. É importante, porque esse trabalho da CFEM tem que ser feito de acordo com vários minérios. Nós não podemos fazer sobre o bruto de um único minério, que seria o minério de ferro.

Então, a preocupação dos outros exploradores de minério se dá porque a CFEM envolve todos. Então, é importante que a gente faça essa audiência pública, até para entender. E essa audiência pública seria no dia 16 de fevereiro.

O que eu estou querendo dizer é que nós fizemos um trabalho... São doze audiências públicas para que possamos, como fez o nobre Senador Fernando Bezerra, apresentar o nosso relatório, tendo em vista que o marco regulatório está na Câmara há três anos e ninguém fez nada e nós estamos levando na frente.

É importante que façamos isso, para que tenhamos condições de avaliar. Nós fizemos isso com todo o setor. Ontem, nós estivemos com o setor da energia nuclear.

O que estou pedindo aos colegas Senadores é que façamos... Se quiser fazer a votação meia hora depois da audiência pública, votamos, mas ouvindo também o setor que está sendo prejudicado.

Só para os senhores terem uma ideia do que estamos dizendo. Hoje, existe uma matéria da própria Vale, do Estado dele, que diz que a tonelada do aço está custando US\$40.00 e que, se aumentarmos para quatro, perderemos a competitividade. Eu trouxe o relatório aqui para mostrar. Nós temos que ter cuidado com isso. Minha ideia é apresentar um gatilho disso. À medida que o dólar, que a cotação do aço, vamos dizer, esteja a 60, a 80, que possa ser quatro, possa ser cinco, o que for. Essa é uma discussão para a qual... Inclusive, eu chamei o colega para juntos fazermos a apresentação do projeto.

Eu só gostaria que houvesse uma audiência pública com o setor, tanto com os governadores, como com os mineradores.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, eu fiz vários apelos ao nobre Senador Wilder Moraes para que não procrastinásemos, mais uma vez, o andamento deste projeto, da maior importância, repito, da maior importância para todos os Estados mineradores, inclusive para Goiás.

Conversei com o Governador Marconi Perillo, que é favorável ao projeto – a favor do projeto –, como são favoráveis ao projeto, Srs. Senadores, todos os governadores e prefeitos de cidades e Estados em que a mineração tem importância, em especial o Estado do Pará, o meu Estado, e o Estado de Minas.

Esse projeto é de 2011, vai completar cinco anos na Comissão de Infraestrutura.

O que estou solicitando ao Senador Wilder não é que não se faça a audiência pública. Muito pelo contrário. Eu propus a audiência pública. Eu propus, junto com o Senador Wilder, que nós a fizéssemos, e vamos fazê-la. O problema é que nós não podemos deixar o Senado Federal ficar subordinado aos interesses das mineradoras. A ação, aqui, para procrastinar o projeto – e eu vou dizer nesse microfone – é da Companhia Vale, é da CNI, é do Ibram.



Eu distribuí ao Senador Wilder e aos demais Senadores um processo, transitado em julgado, em que o DNPM – não é processo dos Estados ou dos Municípios – autua a Vale em R\$2 bilhões por sonegação da CFEM. Isso é dinheiro que deixa de entrar nos cofres dos Estados e dos Municípios e em um momento de crise.

O Senador Wilder lamenta – eu também lamento – que a *commodity* do minério de ferro esteja a US\$40.00, mas, quando ele estava a US\$130.00, quando a Vale teve um lucro de R\$40 bilhões em um ano, ela não se lembrou, àquela altura, de que poderia pegar parte desses recursos e distribuir entre os Estados e Municípios dos quais ela só faz retirar as riquezas e onde só deixa a pobreza e os encargos ao governo para atender saúde, educação e segurança nessas áreas impactadas pelos grandes projetos, como acontece em meu Estado e acontece em todos os Estados onde há mineração.

Então, o que estou pedindo, e para o que peço o apoio dos meus pares... Já foi concedido vista. Eu não estou discutindo o mérito. Nós não estamos aqui discutindo o mérito. É o simbolismo, Presidente Garibaldi Alves, de V. Exª, como Presidente, fazer andar da Comissão que V. Exª preside para a CAE, onde, em fevereiro, eu e o Senador Wilder – já me comprometi a isso com ele – vamos assinar o requerimento de uma audiência pública para dar continuidade às audiências que ele fez com competência e que a gente possa fazer inclusive com a participação conjunta da subcomissão mineral. Não há nada...

O Senador Acir Gurgacz, que relatou, ouviu todos os segmentos, fez um parecer que atende e, se for preciso haver alteração, essa alteração poderá ser feita nas outras comissões, porque o projeto não é terminativo.

E mais ainda, Senador Garibaldi Alves: esse é um projeto que nós ficamos esperando... Por que ele não andava na Comissão de Infraestrutura? Porque o Governo dizia que iria encaminhar ao Congresso o Código de Mineração. Esperamos três anos, Senador Wilder – V. Exª confirmou isso aí – para que chegasse o Código de Mineração. Ele chegou e está há dois anos e meio, Senador Fernando Bezerra, Senador Moka, na Câmara Federal. Sabe o que vai acontecer? O que aconteceu ontem: os projetos chegam da Câmara, e o Senado Federal tem que se submeter ao que veio da Câmara porque não pode nem discutir, pois não há tempo hábil para que isso seja feito.

Então, eu propus aqui – a proposta foi minha – que nós antecipássemos a discussão do Código de Mineração no Senado Federal até ele chegar aqui.

Pior ainda, Senador Garibaldi Alves, meus pares da Comissão de Infraestrutura: o jornal *O Globo* da semana passada publicou uma matéria dizendo que o parecer que está sendo elaborado na Câmara dos Deputados foi feito pelo escritório que atende à Vale.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Escritório Pinheiro Neto.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Escritório Pinheiro Neto.

V. Exª sabe, então, o nome do escritório, porque eu me esqueci.

Obrigado pela lembrança.

Inclusive, foi descoberto o computador do advogado do escritório Pinheiro Neto em que foi redigido o parecer que vai ser apresentado pelo Relator na Câmara. Ou seja, já está viciado o parecer da Câmara. E vai chegar aqui quando? Ninguém sabe.

Então, eu peço...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Flexa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu vou concluir.

Quero pedir o apoio dos meus pares para solicitar ao Senador Acir – o projeto não é terminativo – que veja o seu relatório, que atende a todos os minerais, não é só ao ferro, e ele pode ser alterado na CAE. As alíquotas podem ser alteradas. Não é de 4% a alíquota que o Senador colocou para o minério de ferro, Senador Wilder. Eu lhe passei o parecer também. A alíquota é de 3%. Se dependesse do interesse dos Estados mineradores, de Minas e do Pará, seria de 4%. Isso não tira a competitividade, porque o país que concorre com o Brasil diretamente na exportação de minério de ferro...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Flexa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Já concluo, Senador Garibaldi, mas quero dizer isto, que é muito importante para os Estados e Municípios, ou seja, para o Brasil.

O país que concorre – e isso foi distribuído ao Senador Wilder – com o Brasil na exportação de minério de ferro para a China é a Austrália, onde a CFEM é de 7,5%.

Então, eu pediria a V. Exª que, ouvido o Plenário, nós pudéssemos apreciar o parecer hoje e encaminhá-lo à CAE, onde eu me comprometo com o Senador Wilder a assinar com ele o requerimento para que tenhamos quantas audiências ele queira fazer juntamente com a Subminera.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Wilder Moraes.



**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, primeiro, eu não defendo a Vale. Não há Vale em Goiás, eu não conheço ninguém da Vale. O que eu estou defendendo é a Subcomissão, onde fizemos uma agenda de trabalho e, repito, onde houve a oportunidade de se apresentar um relatório. Nós estamos antecipando isso.

Enquanto o Código de Mineração está há três anos na Câmara, nós fizemos seis audiências públicas – o total é de 12 – e, em maio, vamos apresentar um relatório de como pensamos que deveria ser o novo marco regulatório.

Nós fizemos todo um trabalho em que estamos estudando. Daqui a pouco, como vai ser a agência do DNPM? Porque, hoje, a culpa de tudo o que acontece... O Governo não tem investido em estrutura. Se rompe uma barragem, a culpa é do minerador. Agora, ele não tem estrutura para fazer isso hoje.

Então, a minha discussão aqui é simplesmente sobre o cronograma de audiências públicas que a Subcomissão tem. Se começa a votar isso aqui, para quê ter audiência de CFEM? Vai ser prejudicado o que vai acontecer depois, porque eu vou apresentar um relatório... Inclusive, quem faz parte da Comissão somos eu e meu colega Flexa. Que ele possa até melhorar a CFEM, já que ele está achando que está baixa. Eu só quero fazer audiência pública para manter o rito do trabalho da Subcomissão. É só isso que estou pedindo, mais nada.

Se ele achar que 3% está pouco, vamos discutir 4%, 4,5%. Estou dizendo que quero só a sequência das audiências públicas, nada além disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu vou dar a palavra ao Relator...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – ..., porque o Relator precisa ser ouvido.

Com a palavra o Relator, Senador Acir Gurgacz.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

De fato, nós debatemos esse tema amplamente com todos os interessados. Como bem colocou o Senador Flexa, essa matéria já está parada há vários anos e precisa andar. E, como V. Exª sabe – eu me inspiro muito também na atuação, na maneira como V. Exª conduz os trabalhos –, procuramos atender a todos para que, quando avançarmos com o projeto, ele não tenha, lá na frente, um revés, alguém contra o projeto ou algo parecido.

Então, o fato de nós termos mais uma audiência pública ou menos uma audiência pública eu vejo como uma coisa natural. Pouca diferença vai fazer. O importante é que nós tenhamos um projeto que tenha sido bastante discutido e que nós possamos, depois dessas discussões, ter extraído o máximo de informações para fazermos um projeto que venha a atender a todos.

Sugiro a V. Exª que coloque em votação se faremos ou não uma audiência pública. O debate é importante, não é ruim. Embora já tenha sido lido o projeto e tenha sido feito um pedido de vista, o projeto é bom, a redação está boa, na minha visão, e um debate a mais, eu vejo que faz parte da democracia e do debate. Não acho que isso venha a atrapalhar o projeto e também não vejo como isso possa mudar o nosso parecer. Mas nós tirarmos o direito de fazer o debate por um colega também não é uma coisa politicamente correta.

Peço a V. Exª que façamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Relator propõe uma preliminar: que nós posamos decidir agora se prevalece...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas deixe-me propor...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Relator já propôs. V. Exª vai confirmar a proposta do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas deixe-me confirmar. Eu quero confirmar o que propôs o Relator.

Nós vamos submeter uma preliminar...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Isso. E eu estou de acordo com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ..., se vamos ter a realização da audiência pública ou não.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu só quero fazer...

Posso falar, Presidente? V. Exª me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Para encaminhar a votação, V. Exª tem dois minutos.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É um minuto só.

Eu concordo com o Relator que se faça a audiência. Não sou contra a audiência. Sou a favor da audiência. Estou pedindo o apoio dos meus pares para que a audiência seja feita na CAE, que o projeto seja encaminhado à CAE, em conjunto com a Subminera, que não perderá a participação. Pelo contrário, ela vai participar

da audiência. Só isso. E fazer com que o projeto que está há quatro anos aqui possa dar o primeiro passo, ou melhor, não dar o primeiro passo, mas engatinhar em direção à CAE.

Então, peço o apoio dos meus pares para que possamos deliberar e encaminhar à CAE o projeto, por simbolismo, para que o Senado não fique refém dos interesses das empresas, mas, sim, defenda os interesses da população, dos brasileiros, porque é para isso que estamos aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, vamos submeter a...

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, para encaminhar também.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Para encaminhar. V. Exª tem a palavra.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, se não fizermos a audiência pública, que sentido há em votarmos hoje a CFEM e discutirmos depois a audiência pública que está na agenda da Subcomissão? É só isso. Que sentido vai ter depois? Eu queria discutir isso, porque nós vamos, Presidente, apresentar a esta Comissão um projeto com todo o estudo das audiências públicas que fizemos sobre o marco regulatório. Ele é completo. Não é só CFEM. É CFEM, é agência, é segurança jurídica... Estamos numa sequência, e faltam mais seis audiências públicas; a da CFEM é a próxima.

Então, se votarmos, vamos ser prejudicados. O projeto vai ser feito por conta de um item. Se não houvesse o recesso, poderíamos colocar na próxima semana, inclusive depois do debate.

Fica para V. Exª para fazermos a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O último orador inscrito, Senador...

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Só para efeito de tentar ver se nós podemos chegar a um denominador comum.

Parece-me que o projeto que está sendo relatado pelo Senador Acir é sobre a CFEM.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É sobre a CFEM.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Estritamente sobre a CFEM. E as audiências dizem respeito a todo o Código Mineral. É isso?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu sei, mas essas audiências objetivam à redação...

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Nós pegamos o Código Mineral, pegamos todos os itens que envolvem a criação da agência, o marco regulatório com segurança jurídica, aí vem a CFEM, o que incide hoje...

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Por que não é terminativo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não, é não terminativo.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Vai a outras comissões.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É terminativo na CAE.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – E, pelo fato de a CFEM ser objeto de natureza tributária, seu mérito é apreciado na CAE.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É na CAE. É terminativo na CAE.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Acho que votarmos hoje não diminui o papel do Senador Wilder Moraes, porque eu acho que nós temos que preservar, como ele bem coloca, o papel dele como Relator do Código Mineral.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos votar, então.

O Senador Acir propõe a suspensão da votação.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não. O Relator propõe uma audiência pública, e nós concordamos. Só estamos pedindo que essa audiência pública seja feita na CAE, em conjunto com a Subcomissão de Mineração.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Propõe a realização da audiência.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Audiência pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, eu submeto ao Plenário.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Na CAE.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Os que votam com a proposta do Relator...

Senador Acir, o Senador Flexa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos fazer audiência na CAE, junto com a Subcomissão de Mineração. É isso?

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Não, a audiência tem que ser aqui. Nós vamos fazer audiência...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos votar, então.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Vamos votar, Presidente, para fazer a audiência aqui. A proposta é fazer a audiência aqui, na Comissão de Infraestrutura.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Audiência aqui, na nossa Comissão.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Essa é a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Os que votam com o Relator no sentido de que seja realizada audiência pública aqui, na Comissão...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ..., com a participação da Subcomissão, permaneçam...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Antes de votar, Presidente, eu quero pedir aos meus pares que apoiem a audiência pública – eu não sou contra –, mas que audiência pública seja feita na CAE, em conjunto com a Subcomissão de Mineração, para que possamos fazer o projeto andar.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não, em conjunto, só poderia ser com esta Comissão.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, Presidente.

Nós podemos fazer audiência conjunta com qualquer comissão.

A Comissão de Infraestrutura, representada pela Subcomissão de Mineração. Não há nada no Regimento que impeça que se faça a conjunta.

Então, a minha proposta, para a qual eu quero pedir o apoio dos pares, é que se faça a audiência na CAE, ou seja, que se dê andamento ao projeto, que não é terminativo. As alterações que o Senador Wilder quer...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, V. Exª encaminha contra a proposta do Relator.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu encaminho pela audiência na CAE e peço apoio dos meus pares. Pronto!

Então, eu peço o apoio. V. Exª tem que colocar as duas condições para que os Senadores possam votar.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Ou faz a audiência ou não. Ou sim ou não.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É, sim ou não.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não. Ou faz aqui, ou faz na CAE.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É sim ou não. Ou aqui ou na CAE.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, não faz aqui, e aí nós propomos uma audiência na CAE.

Está certo, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, os Senadores que aprovam a realização da audiência pública aqui, nesta Comissão, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Somos contra a audiência aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – São contra a audiência?

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Isso. Contra a audiência aqui.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Os que são pela votação do projeto.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Está votando. Estamos em votação, Presidente. Estamos em votação.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, para os colegas que chegaram eu só queria esclarecer.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Dê o resultado.

Nós vamos discutir de novo?

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Como nós tiramos a prerrogativa de ter uma audiência pública que já está marcada para dia 16... Está marcada, está na agenda.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, nós estamos em votação, não estamos discutindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Wilder, lamento, mas temos que nos curvar aqui à maioria.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Vamos para o relatório e vamos votar o relatório do Senador Acir.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem, Sr. Presidente.

Como o relatório já foi lido, agora só falta a votação, Sr. Presidente.

Vamos votar. Não há mais o que discutir, já foi discutido. Houve um pedido de vista, mas o relatório já voltou. Agora, votação.

O meu parecer, claro, é pela aprovação, com os termos do substitutivo, que vem a compor esse novo relatório.

É este o nosso parecer, pela aprovação, que já foi amplamente debatido, discutido, para que nós possamos avançar com esse projeto, então, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Em votação o relatório.

As S<sup>ras</sup> e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pela ordem, agora, Sr. Presidente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – O Relator tem precedência.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra o Relator.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, é só para agradecer a V. Ex<sup>a</sup>.

Quero dizer que nós tentamos fazer o debate, mas, quando o Plenário decide, nós temos que atender sempre. Mais uma vez, nós atendemos ao Plenário.

Eu entendo que, lá na CAE, nós vamos ter a oportunidade, Senador Wilder, de fazer esse debate, ampliar, melhorar esse relatório.

Nós entendemos que já houve um avanço com o substitutivo que nós aprovamos aqui, mas podemos avançar ainda mais. Eu tenho certeza de que os colegas da CAE poderão e farão esse debate, para que nós possamos ampliar.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para pedir que tire de pauta o item 3, da mesma forma. Só para justificar, Presidente, porque também há divergência, segmentos que querem debater, querem discutir, e nós estamos também fazendo reuniões, para que nós possamos diminuir as diferenças e trazer aqui um projeto que tenha menos dificuldades de aprovação, dando sempre sequência nas outras comissões.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, pela ordem.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, pela ordem.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu tinha pedido.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Wilder Morais, que já havia solicitado.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, só para esclarecer: eu sempre fui a favor do parecer do nosso Relator. Eu não tenho nenhum questionamento sobre a aprovação do relatório. Eu simplesmente questionava se o debate seria antes ou depois. Mas, como V. Ex<sup>a</sup> disse, se a maioria quis assim, nós mantemos.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Primeiro, eu quero agradecer ao Relator, Senador Acir Gurgacz, pelo parecer.

Quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> por ter atendido à inversão de pauta e atendido à colocação em votação para ouvir o Plenário e agradecer em especial aos Senadores que acompanharam a manutenção do andamento do projeto para a CAE. Trabalharam hoje pelo Brasil, pelos Estados, pelos Municípios, pelos brasileiros.

Muito obrigado a V. Ex<sup>as</sup>.

Quero dizer ao Senador Wilder que ele pode contar com o Senador Flexa Ribeiro para que nós possamos continuar discutindo a partir de fevereiro, logo no início da sessão legislativa, em audiências públicas tantas quantas forem necessárias, até para que, quando chegar esse Código de Mineração, que vai vir viciado da Câ-



mara – eu quero deixar registrado aqui, nos *Anais do Senado*, que pode vir, eu espero que a comissão lá faça as alterações necessárias no parecer feito pelo escritório Pinheiro Neto, viciado de lá –, nós possamos aqui fazer a defesa dos interesses dos brasileiros.

Para que V. Exª tenha uma ideia, o meu Estado do Pará tem US\$12 bilhões de superávit primário, 40% da sua base econômica sem ser tributada, porque é de exportação de minérios, que não é tributada, e a CFEM deixa para o Estado do Pará em torno de R\$180 milhões por ano.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Flexa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, isso não pode continuar, porque nós estamos tirando recursos da sociedade, dos paraenses, dos brasileiros, para dar como resultado para os acionistas das mineradoras.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Flexa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu agradeço a todos e a Deus, por ter permitido que nós déssemos o primeiro passo, simbólico, mas importante, colocando esse projeto para a Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Amém. (*Risos.*)

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Wilder.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Como as audiências públicas, Presidente, eram às segundas-feiras e havia muita dificuldade de deslocamento, atendendo ao meu colega Flexa, nós passamos para as terças-feiras, às 14h. Então, eu gostaria de confirmar com ele que no dia 16, às 14h30, vai haver uma audiência pública na Subcomissão, para que ele possa estar presente para defender a questão da CFEM e os interesses do setor mineral.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Estarei presente.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Será no d 16, às 14h30. Ele tem que vir! Porque ele não tem vindo. Então, ele tem que vir para discutir os assuntos.

**O SR. VICENTINHO ALVES** (Bloco União e Força/PR - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Vicentinho, eu queria submeter o relatório de avaliação da política pública apresentado pelo Senador Fernando Bezerra à votação agora que o quórum está mais significativo.

Então, em votação o relatório do Senador Fernando Bezerra Coelho.

Os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Vicentinho Alves.

**O SR. VICENTINHO ALVES** (Bloco União e Força/PR - TO) – Presidente, quero solicitar a V. Exª que volte-mos ao item I, para sabatinarmos o Sr. Erick Moura de Medeiros, e que, se possível, durante a sabatina, V. Exª abra o processo de votação para que possamos dar celeridade.

Todos já têm em mãos o currículo e o nosso relatório.

Portanto, essa é a nossa solicitação, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Atendendo à solicitação de V. Exª, convido o Sr. Erick Moura de Medeiros, indicado ao cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura, DNIT, a tomar assento à mesa a fim de procedermos à sabatina.

#### ITEM 1

#### MENSAGEM (SF) Nº 82, de 2015

- Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, o nome do Senhor ERICK MOURA DE MEDEIROS, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.*

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senador Vicentinho Alves

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

1 - Relatório lido em 9/12/2015.

2 - Reunião destinada à sabatina do indicado.



**O SR. VICENTINHO ALVES** (Bloco União e Força/PR - TO) – Consulto V. Ex<sup>a</sup> sobre a possibilidade, após o apoio dos colegas Senadores, de abrirmos a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Vamos ouvir a palavra do sabatinado e, logo em seguida, abrir o painel.

Com a palavra o Sr. Erick Moura de Medeiros.

**O SR. ERICK MOURA DE MEDEIROS** – Bom dia a todos.

Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, quem saúdo pela brilhante condução do presente colegiado.

Ex<sup>mo</sup> Sr. Relator, Senador Vicentinho Alves, a quem presto meu agradecimento pelas sinceras palavras em defesa de meu nome em sua relatoria.

Ex<sup>mos</sup> Srs. Senadores, aos quais agradeço pela presença e cortesia ao me receberem previamente para conhecerem e dialogarem comigo.

Demais autoridades e presentes, aos quais também saúdo pelo prestígio na presente sessão.

Quero registrar meu agradecimento à Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, e ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, pela imensa gratidão ao comporem a indicação do meu nome para a Diretoria de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

Agradeço a Deus por me guiar em diversos momentos vitoriosos de minha trajetória e por me ensinar a nunca desistir nos momentos de dificuldade.

À minha guerreira mãe, Sheila Moura, agradeço por minha existência, pelos valores e exemplo de garra na vida, ao me criar, mesmo sem pai, juntamente com a inestimável ajuda de meus avós, além de, principalmente, por mostrar-me o rumo a que a carreira da Marinha me forjou.

À minha amada esposa, Lígia Mara Moura, agradeço pelo amor incondicional, assim como pela paciência, dedicação, sacrifício, respeito e parceria eterna para comigo.

Aos meus filhos, Matheus Medeiros, Daniel Moura e Guilherme Moura, agradeço pela alegria e existência em minha vida e por poderem, algum dia, perpetuar e aprimorar meu legado como pessoa e profissional, assim como também saúdo o meu enteado, Aldo Júnior, pela parceria e amizade que existe entre nós.

Aos meus sogros e cunhados, o meu agradecimento por me acolherem no seio de suas famílias.

Cumprimento os guardiões da atividade de controle, tão bem conduzida pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria Geral da União.

Agradeço ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Valdir Moysés Simão, ao seu Ex<sup>mo</sup> Sr. Secretário Executivo Carlos Higino, assim como às demais autoridades da CGU e aos nobres colegas de carreira, consignando o meu respeito e admiração pela condução da nossa Casa.

Saúdo humildemente e reconheço a importância de todos os servidores civis e militares que pude liderar, com quem pude aprender e por quem pude ser liderado, sem me esquecer dos chefes que tive no passado.

Também cumprimento os ilustres diretores do DNIT Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral, Gustavo Adolfo Andrade de Sá, Diretor Executivo, Fernando Fortes Melro Filho, Diretor de Administração e Finanças, Luiz Antônio Ehret Garcia, Diretor de Infraestrutura Rodoviária, Mário Dirani, Diretor de Infraestrutura Ferroviária, e Adailton Cardoso Dias, Diretor de Planejamento e Pesquisa, assim como saúdo os brilhantes servidores do quadro de pessoal de DNIT, com os quais pretendo estar em parceria caso tenha meu nome aprovado e nomeado para esse importante desafio que desponta.

Agradeço sinceramente a todos os leais amigos, interlocutores e colaboradores que estiveram comigo ao longo dessa jornada e àqueles que remotamente fizeram algo por mim.

Tenho uma história com a Marinha, à qual, por 19 anos, tive dedicação leal e exclusiva, a tão relevante instituição de Estado, que muito me retribuiu com constante aprendizado pelo zelo da coisa pública, princípio republicano que tenho em minha alma e que se perpetua continuamente, inclusive após meu ingresso na Controladoria-Geral da União em 2007.

Portanto, são quase 28 anos de serviços públicos prestados à União, sempre em carreiras típicas de Estado e após aprovação em concursos públicos, o que me torna, antes de mais nada, um defensor desse nosso Brasil tão imenso em possibilidade de demonstração de sucesso na boa gestão e governança da *res publica* brasileira.

Tenho em minha formação técnica e moral esse valor republicano, especialmente pelas diversas atribuições exercidas ao longo do tempo, entre as quais destaco as funções que exerci na Marinha do Brasil, como encarregado de navegação, chefe de operações, oficial de comunicações e de juiz militar, além de ter sido agraciado com as condecorações Medalha Militar com Passador de Bronze, em decorrência de mais de 10 anos de bons serviços prestados ao País, assim como a Medalha Mérito Marinheiro 1 Âncora...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu gostaria de pedir permissão a V. S<sup>a</sup> porque os Senadores estão solicitando que seja aberto o painel.

Então, democraticamente, eu vou solicitar ao universitário que proceda à abertura do painel para que os Srs. Senadores que queiram antecipar o façam.

Está aberto o painel.

Peço desculpas a V. S<sup>a</sup>. Pode prosseguir, então, com sua exposição.

**O SR. ERICK MOURA DE MEDEIROS** – Obrigado, Senador.

Tenho em minha formação técnica e moral esse valor republicano.

Ao longo da grade curricular na qual me graduei na Escola Naval destacam-se os conhecimentos de navegação básica e avançada, navegação eletrônica, noções de engenharia elétrica, mecânica, naval e civil, inglês em nível intermediário, desenho técnico, entre outros, assim como se registra a minha pós-graduação em Estado Maior, Planejamento e Assessoramento cursado na Escola de Guerra Naval.

No período em que servi à Marinha do Brasil, também tive a oportunidade de navegar em vias marítimas e hidroviárias, tais como Canal do Panamá, o Rio Mississípi e a Mobile Bay, sem contar em inúmeros singrados na Baía de Guanabara, na Baía de Todos os Santos e ao longo de quase toda a costa marítima nacional, bem como em águas internacionais.

Nesse sentido, consigna-se o fato de ter navegado para atracação em diversos portos, entre eles Manaus, Fortaleza, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Ilhéus, Vitória, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Santos, Itajaí, Rio Grande, Praia, no país Cabo Verde, Bissau, em Guiné Bissau, Civitavecchia, na Itália, Villefranche-sur-Mer, em Mônaco, Caen, na França, Kiel, na Alemanha, Zeebrugge, na Bélgica, Londres, na Inglaterra, Copenhague, na Dinamarca, Estocolmo, na Suécia, Oslo, na Noruega, São Petersburgo, na Rússia, Lisboa, em Portugal, Barcelona, na Espanha, Baltimore, Fort Lauderdale, Mobile e Belmont, no Estados Unidos, Balboa, no Panamá, Callao, no Peru, Viña del Mar, no Chile, Buenos Aires, na Argentina, e Montevidéu, no Uruguai.

Em 2007, iniciei uma nova navegação na carreira pública federal ao ingressar na Controladoria-Geral da União, na área de correição, quando passei a exercer outra nobre atividade estatal em prol de fortalecimento do zelo pela coisa pública.

Desde então, venho, constantemente, a reforçar a minha experiência associada à afinidade intelectual e moral com novos desafios na área disciplinar e na auditoria, ao atuar em atividades atinentes à corregedoria, tanto na Controladoria-Geral da União quanto no Ministério do Transporte, onde, atualmente, exerço o cargo de corregedor.

No transcorrer da minha carreira, também se colaciona experiência de gestão pública nas áreas de recursos humanos, de recursos logísticos e de tecnologia da informação e comunicação, sendo este último decorrente do exercício em atividades desempenhadas em cargos comissionados tanto na CGU quanto no Ministério das Comunicações e na Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.

Velei o sono deste País por diversas vezes, quando passei noites em vigilância pela costa brasileira. Forjei-me como homem do mar que trabalha em equipe e busca a constante defesa do interesse da coletividade, inclusive com o sacrifício da própria vida, se for necessário, como já o disse, ainda jovem, em juramento ao País.

Como marinheiro, o que nunca deixei de ser, posso afirmar que inseri em minha alma valores como ser solidário e saber trabalhar dentro de um ambiente ora sereno, ora hostil, mas que nunca abandona o barco ou outro marinheiro enquanto ocorrem tempestades, assim como quando elas se vão.

Dentro de um navio, ruma-se com um objetivo, e cada equipe tem seu papel importante para levar todos a um local seguro. Quando há uma adversidade, todos estão juntos. Por isso, penso que continuarei dessa humilde forma a contribuir com nosso País, como uma espécie de pacto federativo meu para com todos.

Nasci no Rio de Janeiro, ou melhor, nasci para o Brasil em 1972. Morei na capital fluminense até 2001, quando fui transferido pela Marinha para Salvador, na Bahia, a fim de assumir um importante cargo, onde fiquei até 2003. Fui novamente designado para outra nobre comissão estabelecida pela Marinha em Brasília, Capital Federal e de todas as convergências políticas e sociais brasileiras.

Não deixei de lado meu espírito de simplicidade, pois é importante para um gestor público estar dia a dia com o nosso povo. É assim que faço ao ajudar nos cuidados de casa, cumprimentar os vizinhos e trabalhadores onde moro. Desloco-me de metrô, desço na rodoviária desta Capital Federal, pego ônibus e vou beber na fonte da realidade da diversidade de uma pequena parcela de brasileiros para nunca me esquecer da importância que um ato de gestão tem para o Brasil.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ERICK MOURA DE MEDEIROS** – Ainda falando em simplicidade, registro minha gratidão pelos ensinamentos do Ex<sup>mo</sup> Sr. Guilherme Afif Domingos, que me fortaleceram como gestor ao mostrar a simplifica-

ção como ferramenta de melhoria e sucesso no zelo da coisa pública, assim como ferramenta facilitadora para a desburocratização, sem deixar de respeitar os princípios legais.

Registro que a missão do DNIT é implementar, em sua esfera de atuação, a política formulada para a administração da infraestrutura do sistema federal de viação, compreendendo sua operação, manutenção, restauração ou reposição, adequação de capacidade e ampliação mediante construção de novas vias e terminais segundo os princípios e diretrizes estabelecidos em lei.

Especificamente em relação à diretoria de infraestrutura aquaviária do DNIT, sua esfera de atuação corresponde à infraestrutura do Sistema Federal de Viação, sob jurisdição do Ministério do Transporte, constituído de vias navegáveis, inclusive eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviário de níveis bem como das instalações e vias de transbordo de interface modal, exceto aquelas portuárias.

No nosso Brasil, são 28 mil quilômetros de vias navegáveis interiores, com potencial de aproveitamento de mais 15 mil quilômetros, dados esses que proporcionam maior alcance de entregas se pensarmos em termos de logística. Entretanto, parte desse potencial ainda permanece inexplorado, em que pese tratar-se de um transporte de cargas de grande volume e baixo valor agregado a grandes distâncias, o que torna o modal hidroviário o mais economicamente viável. Por exemplo, uma barça com capacidade de transporte de 500 toneladas equivale a 15 vagões ferroviários e a 60 caminhões. Além disso, o hidroviário é o modal de transporte que menos interfere no meio ambiente, pois utiliza as vias navegáveis do País de modo natural, assim como reduz a emissão de CO<sub>2</sub> na atmosfera. Há estudos que demonstram que o País pode ter um incremento em cerca de 20% no volume de transporte sem a necessidade de emissão de um grama a mais de CO<sub>2</sub>. COÁ.

Registre-se que uma das iniciativas mais eficazes para reduzir o carbono é diminuir a dependência de combustíveis fósseis. Ou seja, é necessário que o modal aquaviário tenha maior participação para a racionalização da matriz de transporte brasileira.

A título de ilustração, podem-se demonstrar os seguintes indicadores na emissão de cada mil toneladas transportadas em 100km percorridos: o índice rodoviário é de 15, o ferroviário é de 4 e o aquaviário é de 0,5.

Em termos de replantio de árvores, para cada mil toneladas transportadas em 100km percorridos, temos os seguintes índices: o modal rodoviário precisa de 61 árvores para esse replantio, o ferroviário precisa de 16 árvores e o modal aquaviário precisa de apenas duas.

Ressalto que o transporte por meio hidroviário chega a consumir, aproximadamente, oito vezes menos combustível para mover a mesma quantidade de carga que a movida em outros modais. Além disso, contribui para o crescimento econômico mais eficiente, sustentável e racional mediante a redução da quantidade de caminhões nas estradas e do número de acidentes e de mortes, sem contar seus custos relacionados.

É interessante registrar que a incidência de avarias em cargas transportadas por hidrovia é muito pequena em comparação aos danos causados por outros modais, além de haver um índice de roubo de cargas bem menor.

Portanto, percebe-se que o modal hidroviário possibilita redução de custos logísticos, flexibilidade, integridade da carga, visibilidade de informação, bem como redução de emissão de CO<sub>2</sub> na atmosfera. No entanto, apesar de todas as vantagens que oferece, o modal hidroviário representa apenas 5% da matriz de transporte brasileira, contra 30% do modo ferroviário e 52% do rodoviário.

Deixamos de ser bandeirantes ao longo de nossa história. Eu gostaria de contribuir para um novo bandeirantismo nacional por meio da utilização e do fomento de nossas hidrovias. Ainda há muito a se implementar em atividades relacionadas ao modal hidroviário, como o turismo local e regional, o transporte de passageiros, o artesanato e a produção de microempreendedores. Enfim, há muitas possibilidades que precisamos fortalecer e fomentar para que o Brasil possa continuar em seu rumo de crescimento. Isso pode ser facilitado pelo investimento em infraestrutura aquaviária.

Caso ocorra minha aprovação por esta Casa republicana e minha posterior nomeação, terei como bandeira a busca de parcerias e constantes interlocuções com a Marinha do Brasil, com o Ibama, com o MME, com a Funai, com a ANA, com a Antaq, com o TCU, com a CGU, com governos estaduais, com prefeituras municipais, com universidades, com iniciativas privadas, entre outros, sempre sob a supervisão finalística do Ministério dos Transportes. Pretendo fazer isso com o auxílio de ferramentas de TI e de boas práticas em gestão, sem me afastar dos princípios da boa governança pública, assim como dos pilares republicanos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

Em face da argumentação exposta, consigno minha satisfação pela relevante indicação de meu nome para o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do DNIT e agradeço humildemente pela oportunidade de demonstrar minha eventual capacitação para rumar em direção a novos desafios, razão pela qual rogo pelo conhecimento e pela apreciação dos subsídios apresentados para decisão posterior de V. Ex<sup>as</sup>.

Saibam que tenho espírito ribeirinho, sertanejo, pantaneiro, pampeiro, marinheiro.

Sou Erick Moura de Medeiros e estou aqui por todos os brasileiros.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao nosso sabatinado, Sr. Erick Moura de Medeiros.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins, primeiro orador inscrito.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Erick, o senhor nos revela um currículo muito rico e muito vasto. O senhor tem uma experiência extraordinária.

Chamou-me a atenção quando V. S<sup>a</sup> falou que o Brasil tem um potencial para o uso do transporte hidroviário de 15 mil quilômetros. Se ouvi bem, foi isso. Mas não temos. O nosso transporte hidroviário é insignificante, é mínimo. Poderíamos aproveitá-lo muito mais. O senhor diz, por exemplo, que ele consome oito vezes menos combustível que o rodoviário. Então, todos os elogios são feitos, todas as referências são feitas à importância do transporte de cargas e de passageiros para o sistema, para o modal hidroviário. Entretanto, não o temos. E somos um país riquíssimo em águas, bem diferente do que acontece nos Estados Unidos e na Alemanha, para citar só dois exemplos.

Eu gostaria, numa resposta sincera, que o senhor nos dissesse por que isso acontece. São *lobbies* dos transportadores rodoviários? Por que nenhum governo leva adiante isso, que pode ser uma grande solução contra os acidentes, contra essas estradas péssimas que nós temos? Por que nós desaproveitamos tanto o transporte hidroviário?

É minha única pergunta, porque penso que V. S<sup>a</sup>, como está entrando no setor como diretor, com a experiência e com o conhecimento profundo que tem, pode fazer muito por isso, mas começando por nos dizer por que o desprezo, o desleixo que existe no Brasil com o transporte hidroviário.

Essa é a minha pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para fazer suas indagações.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Comissão de Infraestrutura se reúne, para cumprir determinação constitucional, visando a sabatar uma indicação da Presidência da República para a Diretoria de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Em primeiro lugar, desejo, como fez o Senador Lasier, cumprimentá-lo, Sr. Erick Moura de Medeiros, pelo extenso e qualificado currículo, currículo que acompanha a vida profissional de V. S<sup>a</sup> como servidor público. Portanto, o currículo de V. S<sup>a</sup> me parece para lá de adequado às tarefas que V. S<sup>a</sup> poderá ter ou terá cumprindo as premissas não apenas que devem revelar capacitação e *expertise* para o tema, mas também integridade, o que revela V. S<sup>a</sup>.

De qualquer forma, reconhecido o currículo de V. S<sup>a</sup>, quero olhar agora um pouco pelo para-brisa, não pelo retrovisor. Não que o retrovisor não seja importante. O currículo de V. S<sup>a</sup> é premissa que o qualifica para estar aqui sendo sabatinado pela Comissão de Infraestrutura do Senado da República, mas quero concentrar minha pergunta a V. S<sup>a</sup> em relação às tarefas, às condições e aos meios que V. S<sup>a</sup> terá para que possamos sair da condição absolutamente irrelevante na ocupação do potencial instalado do transporte aquaviário em nosso País, seja pelas águas oceânicas, seja pelas águas dos nossos rios, um enorme potencial que foi revelado aqui por V. S<sup>a</sup>.

Mas V. S<sup>a</sup> vai servir a um Governo – perdoe-me dizer – desmoralizado. V. S<sup>a</sup> vai servir a um Governo que governa este País há 12 anos e que vive uma crise política, econômica e moral muito grande. Os programas e os projetos deste Governo a que V. S<sup>a</sup> vai servir se transformaram em projetos PowerPoint. São projetos que, na vida real, não existem; eles existem na ficção.

Pergunto a V. S<sup>a</sup>: qual é o plano de trabalho? Como V. S<sup>a</sup> pretende transformar toda essa base prática e teórica de V. S<sup>a</sup> à frente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, na Diretoria de Infraestrutura Aquaviária, diante da ausência de planejamento e da ausência de condições fiscais para que, na prática, tudo isso ou parte disso possa ser desenvolvido? Como é que V. S<sup>a</sup> vai fazer o casamento da vida teórica com a vida prática? Que expectativas os cidadãos e os contribuintes brasileiros podem ter de que V. S<sup>a</sup> fará a diferença ou fará diferente de todos aqueles que estão ocupando esses cargos e que, em função dessa brutal crise que vive o Governo da Presidente Dilma, enfrentam dificuldades?

Essa é a questão que eu gostaria de dirigir a V. S<sup>a</sup>, para saber um pouquinho do plano de trabalho, não à luz daquilo que todos nós e do que V. S<sup>a</sup>, como disse aqui, achamos ser o ideal, mas do possível. Lembrando Nelson Rodrigues, o mundo não é como nós gostaríamos que fosse; o mundo é como se apresenta, é como é.



Então, V. S<sup>a</sup> vai dirigir uma instituição que não dispõe de meios que nos permitam evoluir, porque o Governo da Presidente Dilma, o Governo ao qual V. S<sup>a</sup> vai servir, mergulhou este País numa crise fiscal sem precedentes. Não há, na história brasileira, conjuntura que assinale aprofundamento e convergência de variáveis semelhantes a que estamos vivendo.

Então, pergunto: como, na vida real, nós poderemos ter a expectativa de que V. S<sup>a</sup> vá levar para o DNIT toda essa qualificação que tem e, chegando lá, vá fazer a diferença – expectativa que precisamos ter – em relação às novas tarefas para as quais V. S<sup>a</sup> se apresenta como candidato?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Sr. Erick Moura para responder as indagações do Senador Lasier Martins e do Senador Ricardo Ferraço.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que, ouvido o Plenário, nós pudéssemos fazer um bloco de questionamentos ao indicado para a Diretoria de Infraestrutura Aquaviária do DNIT. Nós temos mais dois Senadores presentes. Poderíamos fazer um bloco só, e o sabatinado responderia a todos. Submeto a sugestão à apreciação de V. Ex<sup>a</sup>, nosso Presidente e comandante.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Bem, Senador Flexa, eu tenho mais dois oradores inscritos, que são V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Dalirio Beber.

Consulto os Senadores se vamos fazer esse bloco ou se vamos ouvir o sabatinado.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Lasier.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu proponho que a sua reconhecida sabedoria decida.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu faço um apelo a V. Ex<sup>as</sup> para que permaneçam para ouvirmos o nosso sabatinado, porque eu sei que, a esta altura, V. Ex<sup>as</sup> estão sendo convocados para outras missões, tendo em vista os trabalhos de outras comissões.

Então, concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber.

**O SR. DALIRIO BEBER** (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Só quero dizer que é uma grande satisfação podermos participar de uma reunião desta Comissão quando se tem a oportunidade de conhecer melhor aqueles que vão dirigir importantes órgãos do Governo Federal. Com certeza, o DNIT tem a grande responsabilidade de fazer com que a infraestrutura necessária ao desenvolvimento do nosso País aconteça de forma continuada, que não sofra atropelos. Nós tivemos oportunidade, neste ano, de ter a sabatina, a avaliação e a aprovação de vários nomes que hoje estão ocupando importantes funções lá no DNIT.

Nós, de Santa Catarina, talvez não tenhamos tanto... Temos cinco portos extremamente importantes não só para o desenvolvimento do nosso Estado, da nossa economia, que contribuem fortemente para o desenvolvimento do País, uma vez que grande parte das importações e exportações acontece nos nossos cinco principais portos catarinenses. De qualquer forma, nós temos problemas de dificuldades grandes também no que diz respeito ao sistema viário, de falta de ferrovias. E todas essas iniciativas, que podem ser potencializadas, com certeza, vão ajudar o Brasil a se desenvolver cada vez mais.

Seu currículo é farto, tem conteúdo, é consistente, e V. S<sup>a</sup>, com certeza, reúne totais condições para ocupar essa posição junto ao DNIT.

Eu gostaria apenas que o senhor pudesse responder o que o senhor tem previsto para, de fato, defender como sua bandeira principal, uma vez que, na verdade, o senhor vai depender também de outros membros da diretoria e do próprio Governo em si. O que V. S<sup>a</sup> fará logo no começo da sua atuação à frente desse importante cargo junto ao DNIT?

Esta é minha manifestação.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Dalirio Beber e concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho. Dr. Erick Moura de Medeiros, indicado para o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do DNIT, nós já tivemos oportunidade de conversar quando eu tive a honra de receber sua visita.

Meus questionamentos, Senador Garibaldi, vêm ao encontro do que disseram o Senador Lasier e o Senador Ferraço a respeito do sistema aquaviário. É inadmissível, num país como o nosso, com um sistema de rios navegáveis, com uma costa... Estamos falando do aquaviário, mas também é inadmissível que não tenha-



mos sistema de cabotagem funcionando no Brasil e que o modal de transporte usado preferencialmente seja o rodoviário, o mais caro de todos, o mais poluente de todos.

O Governo está fazendo investimentos no modal ferroviário. Lamentavelmente, perdemos dez anos, pela questão ideológica de que a iniciativa privada não podia participar dos leilões, dos consórcios, porque o Governo que aí está, por ideologia, era contra o setor privado, contra as privatizações. Mudou para concessões, e agora, pelo menos, com dez anos de atraso, pôs para andar.

Há cerca de três anos, quando era Ministra da Casa Civil a Senadora Gleisi Hoffmann, eu estive, com outros Senadores, no gabinete da Ministra para ouvir uma palestra, uma apresentação do Dr. Bernardo para apresentar o Programa de Investimento em Logística, o PIL. Eu até brinquei com a Ministra dizendo que não deveria ser PIL, porque pio é muito fraco, que tinha que ser rugido, para ver se funcionava, porque os PACs estavam todos empacados.

O Dr. Bernardo, que é um competente técnico – e não entendi por que ele se afastou do programa –, Senador Garibaldi, apresentou o sistema ferroviário, apresentou o sistema aeroviário, mas não fez nenhuma referência ao aquaviário. Eu, então, perguntei à Ministra Gleisi por que o Brasil não voltava as vistas para o modal mais barato e menos poluente para transportar a produção. Então, ela me disse, naquela altura, que iria lançar o PAC das hidrovias em questão de meses. E estou esperando até hoje o PAC das hidrovias.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES. *Fora do microfone.*) – Espera sentado.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Senador Ferraço disse para esperar sentado, mas é melhor esperar deitado, porque sentado vai dar câimbras. Mas não é possível! Não é possível!

Deus foi muito generoso com meu Estado, o Estado do Pará. A situação geográfica do Estado e do Porto de Vila do Conde o coloca como o porto mais próximo dos destinos de consumo dos nossos produtos, seja da América do Norte, seja da Europa, seja da Ásia, quando a duplicação do Canal do Panamá for aberta, em 2016. Então, passando pelo Panamá, estaremos de frente para a Ásia. Assim, vamos ficar mais próximos. Então, não há lógica. Todas as grandes *tradings* estão colocando portos ou em Vila do Conde ou em Miratubá ou em Santarém. No Pará estão sendo construídas mais de dez bases das *tradings* Cargill, Maggi, Bunge.

V. Exª vai dirigir exatamente a área de aquaviários. Então, eu pergunto: V. Exª vai ter força, vai ter prestígio com o Diretor-Geral do DNIT, Dr. Valter, vai ser prestigiado pelo Governo para que seja implantado o sistema aquaviário de uma vez por todas? Porque os investimentos pelo setor privado estão sendo feitos. As exportações, até para diminuir o fluxo dos portos do sul, para evitar a viagem da soja... A soja, Senador Garibaldi, sai do norte de Mato Grosso e viaja até Paranaguá ou Santos para ser exportada, ao invés de ir por hidrovias até Vila do Conde, o que faria com que ela ganhasse competitividade, porque o frete, que custa cerca de US\$50.00 ou US\$60.00, cai para US\$20.00. Então, há um ganho de competitividade nisso.

A minha pergunta, primeiro, é exatamente a mesma dos outros Senadores: por que o Governo brasileiro não implanta o sistema hidroviário como modal de transporte da nossa produção?

Segundo, nessa mesma linha, nós temos uma obra, na hidrovia do Tocantins, no Estado do Pará, que é uma cabeça de burro enterrada lá. Ela se chama Pedral do Lourenço.

O Senador Fernando Collor, quando presidia a Comissão de Infraestrutura, chegou, numa reunião da Comissão, a rasgar um cronograma que o diretor do DNIT, naquela altura o General Fraxe, havia entregado a ele com os compromissos que ele assumia em vários projetos, em vários Estados, pois, lamentavelmente, nenhum deles havia sido cumprido, não porque o General Fraxe não quisesse, pois ele tinha toda a vontade de cumpri-los, mas porque o Governo não lhe dava condições para isso. Numa reunião, numa dessas leituras dos cronogramas, como nenhuma das datas havia sido cumprida, o Senador Collor rasgou o compromisso que o DNIT tinha assumido. E lá estava o Pedral do Lourenço, que está sendo aguardado há quatro anos.

Era para ter sido aberta a concorrência agora, em dezembro, mas ela já foi adiada de novo para janeiro, parece-me que para 17 de janeiro. Então, essa é uma novela que não tem fim. Está pior que novela da Globo, que tem começo, meio e fim, porque essa só teve começo, não tem meio nem fim.

Eu perguntaria se, aprovado pela Comissão e pelo Plenário do Senado, ao assumir, V. Sª vai defender também a execução do derrocamento do Pedral do Lourenço, que é de suma importância para a navegabilidade do Rio Tocantins de Marabá a Belém, e, mais do que isso, para o desenvolvimento do polo metalmeccânico em Marabá, que é polo da região sul do nosso Estado e que precisa ter uma unidade de metalurgia, uma metalúrgica, uma siderúrgica, para agregar valor aos nossos minérios. E nós discutíamos, ainda há pouco, no início da reunião da Comissão, sobre a CFEM e a não cobrança de impostos ao exportar o minério bruto.

Então, precisamos da hidrovia para termos a siderúrgica em Marabá e instalarmos um polo metalmeccânico para agregar valor aos minérios e levar recursos para o Estado atender a todos os paraenses.

Eram essas as questões que eu queria levantar a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha.

**O SR. ROBERTO ROCHA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Presidente, muito brevemente, quero apenas cumprimentar o capitão Erick e dizer do belo trabalho que fez o Senador Vicentinho como Relator desta matéria. Temos de andar aqui de comissão em comissão – o Presidente sabe bem como é isso –, mas não posso deixar, nesta oportunidade, de cumprimentar o Erick pelo seu currículo e pela indicação.

O Maranhão é um Estado que tem uma riqueza hídrica muito grande. Para você ter ideia, do Nordeste brasileiro, nós temos 60% das águas interiores e doze bacias hidrográficas. Temos, portanto, muitos rios, muitos deles rios de águas amazônicas. É óbvio que nós vamos precisar muito da atenção da diretoria de V. S<sup>a</sup> para atender às expectativas do Estado do Maranhão.

Portanto, quero reiterar os meus cumprimentos e dizer que esta é uma área muito importante.

Em uma ocasião, representando a Câmara Federal, fui com uma comissão, Presidente, visitar o complexo hidroviário do Mississipi, nos Estados Unidos – o rio, os afluentes e os canais. O complexo hidroviário do Mississipi é administrado pelo Exército americano, tamanha a importância que eles dão para aquele setor, para aquela área.

Nós, durante uma semana, dez dias, conhecemos tudo. Então, conhecemos um pouco esse setor. É por essa razão que fiz questão de hoje estar aqui para cumprimentá-lo e dizer da alegria de participar desta votação, o que já fiz, e de vê-lo nesse cargo que, creio, V. S<sup>a</sup> vai engrandecer.

Parabéns!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Sr. Erick Moura de Medeiros, indicado ao cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do DNIT, para responder às indagações.

**O SR. ERICK MOURA DE MEDEIROS** – Primeiramente, Senador Lasier Martins, obrigado pela pergunta de V. Ex<sup>a</sup>. A sua pergunta tem muito a ver com o que eu coloquei aqui. Nós deixamos de ser bandeirantes. Não acho que é culpa de governo A, B ou C. Eu, como agente de Estado, sei, nós sabemos, pela história, que, quando do último movimento de governo pelas hidrovias, o Brasil ainda não era nem um país. Ele se deu quando os bandeirantes começaram a explorar o interior do nosso País. Deixamos de ser um país litorâneo e começamos a povoar o interior. Mas isso se perdeu ao longo do tempo.

Então, precisamos fazer uma reeducação de propostas, uma reavaliação, e mudar esse paradigma. E esse trabalho não é fácil, não é feito da noite para o dia. Nós precisamos dialogar com a sociedade, com o Congresso, com os órgãos, precisamos ter mais diálogo para que isso se torne realidade. E aqui faço a minha humilde solicitação para, ao longo do tempo, caso seja aprovado o meu nome, poder vir pessoalmente aos gabinetes de V. Ex<sup>as</sup> para pedir apoio em algumas questões que vamos precisar rever, melhorando a parte da iniciativa privada, para que mudemos esse parâmetro, como o Senador Flexa Ribeiro colocou. Temos de mudar um pouquinho isso, porque o País está evoluindo e não podemos ficar presos em gargalos do passado, independentemente do governo.

Falo isto porque estou servindo ao País desde 1988. Então, já passei por vários governos e continuo sendo agente de Estado e sei que precisamos investir não só na área hidroviária, mas também em outras áreas. E a minha disponibilidade é esta, para o diálogo.

Eu espero ter respondido à pergunta do senhor em relação...

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com todo o respeito, o senhor não me respondeu à pergunta.

Eu queria, Dr. Erick, que V. S<sup>a</sup> dissesse se isso é responsabilidade ou negligência dos governos, porque muitas licitações são abertas, mas, apesar disso, as estradas que temos são insuficientes, são perigosas, não são duplicadas, não são pavimentadas, tudo isso que a gente conhece. Então, eu lhe pergunto: o problema seria o custo? Em grande parte de nossas águas internas é preciso ter dragagem. Eu sei que isso custaria. Então, seria essa uma das causas? Precisamos ter uma fábrica, uma indústria de barcas para transporte de cargas. Isso sai mais caro do que ter caminhões e viverem trancados e gastando combustíveis e afetando o meio ambiente?

Essa análise é que eu não ouvi do senhor até agora. Por que não se valoriza esta riqueza de águas para transporte que nós temos no Brasil? Quem é o responsável? Quem não tem projeto? Os governos? Ou isso custa muito caro?

**O SR. ERICK MOURA DE MEDEIROS** – De fato, isso não custa caro. De fato, não custa caro. Os governos, eu vou dizer assim, historicamente, não deram valor a essas questões, de fato. Não estou falando do governo A, B ou C. Ao longo do tempo, nós deixamos de pensar como governo em relação a isso. Deixou de ser uma política importante para o País. A minha percepção é essa. Então, de fato, é mais barato, e a gente está tendo a oportunidade de mudar esse foco para colocar isso para a sociedade.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, para completar, nós não temos recursos?

**O SR. ERICK MOURA DE MEDEIROS** – Sim.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Todas as autoridades do Governo que têm vindo aqui, todas elas, imediatamente, invocam a falta de recursos. A crise – isto é sobrejamente sabido – conspira por uma série de razões que não vêm ao caso. Mas, agora, como autoridade, como diretor – V. S<sup>a</sup> terá o meu voto –, o seu setor poderá preparar um projeto para que, pelo menos, este governo ou o subsequente possa tentar pôr em execução um projeto de aproveitamento das águas?

**O SR. ERICK MOURA DE MEDEIROS** – Sim, já existe um plano hidroviário estratégico, até para 2031. Na verdade, a minha intenção é revê-lo e implementá-lo, porque todo plano é flexível. Talvez nós tenhamos que adaptá-lo em relação a quando ele foi elaborado. Já existe um plano de país em relação ao âmbito hidroviário. Já existe um mantra para a área seguir. Eu pretendo segui-lo, implementar, fomentar e melhorar em relação a isso.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – De quanto tempo V. S<sup>a</sup> precisa para atualizar esse plano? Sendo conduzido ao cargo, eu, por exemplo, como Senador, vou pedir ao nosso Presidente Garibaldi que o convide para voltar aqui, vamos dizer, dentro de um ou dois anos para conhecermos esse plano de tirarmos, de uma vez por todas, do papel, da teoria o desaproveitamento das hidrovias que nós temos.

De quando tempo V. S<sup>a</sup> precisa, assumindo o cargo, para atualizar o plano já existente, que V. S<sup>a</sup> informa que só terá execução em 2031, isto é, daqui a 16 anos? O senhor não acha que é muito tempo?

**O SR. ERICK MOURA DE MEDEIROS** – Na verdade, eu não falei de execução. Já existe um planejamento até 2031. Até me desculpo pela forma de expressão errada que, de repente, passei para V. Ex<sup>a</sup>. Mas eu me comprometo a, no início do segundo semestre, já estar com isso revisado e adaptado ao que eu posso fazer pelo País.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Esperamos que o senhor permaneça no cargo e que, daqui a um ano, no início de 2017, nós possamos trazê-lo aqui de volta.

**O SR. ERICK MOURA DE MEDEIROS** – Com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. S<sup>a</sup> continua com a palavra.

**O SR. ERICK MOURA DE MEDEIROS** – Muito obrigado.

Senador Ricardo Ferraço, em relação às condições, aos meios para sairmos dessa situação do potencial aquaviário, como comentei com o Senador Lasier, nós precisamos de diálogo com a sociedade, com a iniciativa privada, com todos os atores para nós solucionarmos essa questão.

É lógico que a crise econômica está aí e que é difícil para um gestor trabalhar com uma situação dessas. Isto é fato. Não vou mascarar. Isto é uma coisa que vamos ter que vivenciar nos próximos momentos, mas quero reforçar, como agente de Estado, como governo, para mim, o importante é estar servindo ao País.

Então, com a alma tranquila, eu posso confirmar ao senhor que minhas intenções são as melhores possíveis em relação até à própria revisão do Plano Hidroviário Estratégico que já existe até 2031.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES) – O que fica evidente é que, naturalmente, V. S<sup>a</sup> ainda não teve a oportunidade de preparar um plano de trabalho para as suas novas tarefas, até porque V. S<sup>a</sup> foi convidado, não houve tempo... Mas, ao assumir a cadeira, V. S<sup>a</sup> passa a ter a necessidade de um plano de trabalho. Então, seria muito importante, será muito importante que nós pudéssemos receber V. S<sup>a</sup> aqui, na Comissão de Infraestrutura, ainda no primeiro semestre de 2016 ou que V. S<sup>a</sup> pudesse enviar a esta Comissão o plano de trabalho que V. S<sup>a</sup> quer desenvolver à frente da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária à luz dos meios, da realidade fiscal que estará disponível para V. S<sup>a</sup>.

Já que V. S<sup>a</sup> não tem esse plano, V. S<sup>a</sup>, naturalmente, merecerá de nós um voto de confiança. E esse voto de confiança vem em razão do currículo e da biografia de V. S<sup>a</sup>. V. S<sup>a</sup> tem um currículo merecedor, já que, por mérito, galgou várias posições ao longo da sua trajetória profissional. Mas esse voto de confiança vai ficar condicionado a que V. S<sup>a</sup> possa remeter à Comissão de Infraestrutura o plano de trabalho que V. S<sup>a</sup> quer desenvolver à luz das novas tarefas e responsabilidades que V. S<sup>a</sup> terá.

Portanto, a nossa expectativa é essa.

E eu agradeço se V. S<sup>a</sup> puder se manifestar sobre se nós podemos ter a expectativa de que, em algum momento, quem sabe, do primeiro semestre de 2016, assim que V. S<sup>a</sup> fizer uma radiografia daquilo que encontrará, V. S<sup>a</sup> mandará para esta Comissão um relatório considerando o seu plano de trabalho.

**O SR. ERICK MOURA DE MEDEIROS** – Senador Ricardo Ferraço, obrigado pelo voto de confiança.

De fato, é momento de uma revisão, de verificar o que está acontecendo, de estudar. E agradeço por essa oportunidade. O prazo também é razoável para se apresentar um planejamento. É o mínimo que nós podemos fazer. Isso se chama governança, que é o que tantos órgãos de controle estão exigindo dos nossos gestores. E eu, como integrante da carreira de controle, tenho essa consciência e pretendo realmente, de fato, fazer isso de forma concreta e apresentar à Comissão esse trabalho.

Agradeço pela posição do senhor.

Senador Dalirio Beber, de Santa Catarina, agradeço a pergunta de V. Ex<sup>a</sup>.

Essa bandeira inicial que o senhor pediu, que nós precisamos ter, é o que o Senador Ricardo Ferraço falou: apresentar um programa de trabalho para a sociedade, colocá-lo no *site*... Primeiro, preciso conhecer a realidade, porque, de fato, a gente observa à distância, pois existe uma pessoa exercendo as atribuições no momento, mas, caso eu esteja lá, eu vou me comprometer, nos primeiros dias, a fazer algo voltado para a governança. A minha bandeira é a governança, objetivamente falando. Como o senhor perguntou e já foi explanado aqui previamente, essa é a minha bandeira principal neste momento em que estou assumindo essa responsabilidade eventual.

Senador Flexa Ribeiro, agradeço as perguntas e colocações do senhor, como, aliás, agradeço a todos que manifestaram considerações em relação ao meu currículo.

De fato, temos que ter prestígio, como o senhor falou. Temos que ter prestígio dentro do órgão, dentro do Ministério, dentro do Governo, e assim vai. O meu prestígio, eu prefiro buscar no dia a dia, mostrando uma coisa a cada dia e trazendo o prestígio para perto de nós, para conseguirmos conquistar alguma coisa nessa tarefa que ora pode despontar para mim. Eu tenho consciência de que o diálogo é o mais importante neste momento, assim como planejamento, porque, neste momento de crise, quem planeja é quem vai bem depois, quando as coisas se restabelecem. E a minha grande meta, como eu falei, é a governança, é buscar o diálogo, a aproximação e o prestígio, mas prestígio não só no Governo, mas também no Congresso, porque nós somos uma conjunção de fatores. Não adianta eu, sozinho, querer levantar uma bandeira, porque, se eu não vier dialogar, se não vier conversar, se eu não me colocar à disposição do País, eu não vou conseguir nada. E conto com o apoio não só de V. Ex<sup>as</sup>, mas de toda a sociedade e de quem tiver disposição para ajudar a nossa diretoria.

Em relação ao Pedral do Lourenço, vou colocar também para o senhor que eu já acompanhei esse assunto, que já conversei com V. Ex<sup>a</sup> sobre isso, sobre esse vaivém da situação. Talvez precisemos reavaliar o que que está acontecendo em relação ao modelo de contratação. Talvez. Eu preciso me inteirar um pouquinho mais em relação a isso, porque, com o tempo que já se perdeu em relação a esse derrocamento, o País já perdeu em produtividade, em impostos, em muita coisa.

Por exemplo, o governo americano investe US\$2 bilhões por ano em hidrovias, movimenta US\$500 bilhões em carga. Se considerarmos a média de 8% de impostos nos Estados Unidos, que é uma carga menor, então, são US\$40 bilhões que o Estado recebe de volta pelo investimento de US\$2 bilhões, entendeu? Essa visão nós ainda não temos aqui.

Então, talvez, ali, em relação ao Pedral, esse período já tenha significado muita perda para o País. É como a vazão do rio. A cada hora que eu estou falando, a cada segundo, estão indo embora os rios e estão indo embora as oportunidades. Eu pretendo realmente rever. Talvez a gente avalie a situação atual, o que está acontecendo. Preciso rever para ter elementos mais concretos e, talvez, até, mudar o modelo, mas a gente precisa resolver essa situação.

O Tocantins, o Rio Tocantins, toda a região precisa desse pedral para conseguir desafogar toda a produção ali e fazer com que o País e a região cresçam.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Dr. Erick, eu gostaria que V. S<sup>a</sup> pudesse assumir um compromisso de, sendo aprovado pela Comissão e pelo Plenário do Senado – e V. S<sup>a</sup> tem o meu voto e também o de Senadores que me antecederam, em função do seu currículo –, dentro do DNIT e do Ministério dos Transportes, defender a manutenção a abertura da licitação no dia 17 de janeiro, para que não haja outra prorrogação, para que não haja, por qualquer motivo que seja, nova prorrogação, porque o Pará não suporta mais isso. Este é o primeiro pedido que faço a V. S<sup>a</sup>.

Senador Garibaldi, nós aprovamos, em diversas Comissões, os dirigentes das agências reguladoras, os diretores do DNIT e de outras áreas, e não temos, por parte das autoridades que são por nós, nas Comissões, sabatinadas aqui, no Senado, e aprovadas no Plenário, o compromisso de voltarem à Comissão para expor aos Senadores o seu trabalho, como é o caso da obrigação, que foi aprovada na CAE, de o Presidente do Banco Central vir à CAE duas vezes por ano, ou seja, uma ao final de cada semestre. Ontem, por exemplo, o Ministro Tombini esteve na CAE para fazer uma exposição da política do Banco Central. Nós poderíamos, Senador Garibaldi... Parece-me que há um projeto tramitando.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não, já é regimental.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Já foi aprovado, então?

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Já foi.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, vamos colocar isso em prática, para que os dirigentes venham regularmente, de forma ordinária, às Comissões em que foram sabatinados e aprovados para trazer aos Senadores, a cada semestre, informações sobre as ações de cada agência, de cada diretoria, como é o caso da sua, que é a Diretoria de Infraestrutura Aquaviária do DNIT, assim como o Diretor-Geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.



**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, nosso sabatinado, Dr. Erick Moura de Medeiros, e todos os companheiros e companheiras.

Sr. Presidente, eu gostaria aqui, mais uma vez, de colocar o papel de V. Ex<sup>a</sup> e da Comissão quando insistimos, lá no começo, em trabalhar no sentido de acabar com as diretorias interinas das agências. E hoje podemos comemorar porque todas as diretorias das agências estão completas, porque a interinidade sempre leva à falta de tomada de decisão no momento correto. Então, eu acho que foi um avanço principalmente da luta da Comissão nesse sentido. Da mesma forma, é o caso da diretoria do DNIT, que estará completa hoje, após esta batina, com a aprovação do Dr. Erick tanto pela Comissão quanto pelo Plenário do Senado.

Ontem, nós tivemos uma reunião com os Líderes e com o Presidente. Inclusive, já pedimos que fosse colocada na pauta sua votação se possível hoje, se tivermos a aprovação aqui, como já aconteceu em outros casos. Poderíamos votar ainda hoje. Eu gostaria de pedir ao nosso Presidente para trabalharmos no sentido de ver se colocamos na pauta de hoje, porque eu não tenho dúvida da aprovação do nome do Dr. Erick, tanto pelo seu currículo já apresentado... E eu gostaria de acrescentar, Sr. Presidente, que ontem eu tive oportunidade de me reunir com o Ministro Antônio Carlos, nosso companheiro do Senado da República, que me disse a respeito do Dr. Erick, uma pessoa proba, dedicada. O currículo é importante, mas são importantes também as ações das pessoas. E ele, além de ser uma pessoa determinada, é também uma pessoa resolutiva, que procura encontrar as soluções para os problemas que acontecem no dia a dia.

Então, quero aqui também estar junto com os outros companheiros. O nosso companheiro Senador Vicentinho já fez um bom relatório. Quero aqui parabenizar o Senador Vicentinho também.

E ainda, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que o DNIT é o único órgão híbrido que nós temos na Esplanada. Ou seja, é um órgão executivo que é um *mix* de agência e de autarquia. E ele é o único órgão, entre as autarquias, para cuja diretoria nós temos que fazer a sabatina. Eu penso que tem que ter, inclusive, um dinamismo, porque, pelo fato de ser nomeado um diretor do DNIT pelo Ministro e, consequentemente, pela Presidente, pode haver necessidade, administrativamente, de mudar por um motivo ou outro. E entendo que a diretoria do DNIT ter que ser sabatinada não deixa de ser um engessamento do órgão.

Aqui, discutimos inclusive por que, então, não fazer mandato, como temos nas agências. Também não concordo exatamente porque a função do DNIT é executar no dia a dia. Então, o administrador de ter essa liberdade até de poder mudar a sua equipe de acordo com a sua necessidade. Então, não sei. Estou estudando isso. Quem sabe se não apresentamos aqui, até pela própria Comissão, uma mudança nesse artigo da nossa Constituição que submete o DNIT a essa situação.

Então, também há outro aspecto, Sr. Presidente. Como eu falei das agências, a única agência que terá uma mudança agora, cujo diretor estará com seu mandato vencendo agora, é a Antaq, cujo diretor, Mario Povia, o Diretor-Geral, tem feito um belo trabalho à frente daquela agência. É uma pessoa também extremamente competente. Eu até gostaria de, publicamente, pedir o apoio do nosso Presidente e até desta Comissão, não oficialmente, porque eu penso que é um avanço... Aliás, a ANTT tem tido muito avanço porque é uma diretoria coesa. Aliás, é a única agência que tem só três diretores, o que eu também acho que não está correto. Três diretores é muito pouco para definir um trabalho tão forte, e agora precisamos, cada vez mais, investir em toda a infraestrutura, e essa questão dos portos é fundamental. A Antaq tem um papel fundamental para que a gente possa fazer com que... Hoje, mais de 90% da carga é exportada através dos nossos portos. Então, é uma agência extremamente importante. Eu gostaria, então, de estar registrando esse aspecto aqui.

E, ainda, Sr. Presidente, eu queria já entregar à Comissão o meu relatório do Plano Nacional de Logística de Transporte e a Avaliação de Políticas Públicas da nossa Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O Senador Fernando Bezerra já apresentou seu relatório definitivo, muito bem feito, muito organizado, e eu gostaria, inclusive, de propor aqui ao Presidente a possibilidade... Vou entregar o relatório, mas, como alguns ministérios ainda ficaram de nos remeter algumas indagações que nós fizemos – e os dois assessores, o Marcos Kleber Ribeiro Félix e o Cícero Crispim Feitosa, têm nos ajudado neste trabalho, que já está um trabalho muito bom, muito bem feito –, eu gostaria de acrescentar ainda mais alguns detalhes e, se possível, Sr. Presidente, de propor que colocássemos isso como um trabalho a ser desenvolvido já no ano que vem, porque aí poderíamos fazer um trabalho ainda muito melhor.

Se V. Ex<sup>a</sup> concordar e, depois, submeter ao Plenário, eu gostaria que isso fosse apreciado. Não sendo possível, nós estamos dispostos a entregar já, agora, o relatório preliminar e a votar na primeira sessão do ano que vem.

Então, fique bem claro que não é porque não está pronto, mas porque queremos fazer uma peça muito melhor, e eu entendo que, se trabalharmos o ano que vem, poderíamos acrescentar muito mais desse trabalho, até porque, também, esse momento que nós estamos vivendo é um momento em que o Governo está com



a sua turbulência, porque os recursos nessa área hoje são muito poucos... Eu acho poderíamos, inclusive, estar discutindo melhor, exatamente para cobrar do Governo esses investimentos.

Esta é a nossa última reunião deste ano, não é, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Tudo indica. Tudo indica.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT) – Tudo indica, não é?

Como acredito que seja a última, quero aproveitar – ainda não sabemos se teremos recesso ou se teremos uma autoconvocação – para dizer que penso que a Comissão atendeu aos seus objetivos, atendeu à tudo aquilo que era função da nossa Comissão.

Então, eu quero parabenizar aqui o Presidente Garibaldi Alves, pela sua presteza, pela forma de conduzir, sempre serena, e cumprimentar o Secretário e toda a Secretaria da Comissão, já que o nosso universitário sempre esteve presente, sempre atendeu com presteza, orientando, para que pudéssemos desenvolver o nosso trabalho.

Então, fica aqui o desejo de que todos nós possamos ter um bom Natal e que, no ano que vem, possamos vencer essa crise política e econômica e fazer com que esse País possa buscar o rumo do desenvolvimento, da geração de emprego, que é o que mais o trabalhador cobra de todos nós.

Então, Presidente, rogo a Deus que o abençoe e nos dê muita saúde para que possamos estar trabalhando aqui com muito afinco, como fizemos este ano.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Amém, Senador.

Agradeço ao Senador Wellington Fagundes e concedo a palavra, para suas considerações finais, ao Sr. Erick Moura de Medeiros.

**O SR. ERICK MOURA DE MEDEIROS** – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer pelas palavras do Senador Wellington Fagundes e de dizer que fico feliz que o senhor tenha ouvido do nosso Ministro, porque ele convive comigo ali. Eu estou sempre perto dele para mostrar a minha capacidade não só técnica, mas também de entrega, para resolver as situações.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, ontem também estava presente toda a diretoria do DNIT. Todos eles estavam ansiosos pela aprovação do Dr. Erick para completar aquela diretoria, porque toda ela trabalha em colegiado. Então, é fundamental esse aspecto.

**O SR. ERICK MOURA DE MEDEIROS** – Agradeço ao Sr. Presidente e aos Senadores que aqui estiveram pela presença, pela votação, pelas perguntas. É importante colocar para a sociedade. Um momento de sabatina é bom para expormos nossos projetos, nossas intenções.

E reforço, mais uma vez, que aqui tem um marinheiro que está à disposição do País para o que der e vier e for preciso. Vou estar, assim que possível, caso seja aprovado, à disposição para vir a uma audiência no Senado Federal a qualquer momento. Estarei sempre disponível. Virei aos gabinetes, se for preciso. Estarei aqui presente não só para mostrar como também para solicitar auxílio em momentos eventuais.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Antes de abrir o painel, quero acolher a sugestão do Senador Wellington Fagundes no sentido de que possamos ter a continuidade dos trabalhos da Comissão que avalia as políticas públicas, confiada a S. Ex<sup>a</sup>, para que possamos ter a prorrogação dos trabalhos no próximo ano. Desde logo, elogio o trabalho da Comissão, tendo à frente S. Ex<sup>a</sup>.

Vamos abrir o painel, mas o Senador Douglas Cintra ainda vai votar. *(Pausa.)*

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT) – Então, o prolongamento da minha fala foi oportuno para conseguirmos mais um voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Encerrado o processo de votação, vamos abrir o painel com o resultado da votação.

O Sr. Erick Medeiros obteve 16 votos SIM à sua indicação. Não tivemos votos em branco. Então, V. Ex<sup>a</sup> foi aprovado por unanimidade. Aumenta, portanto, a responsabilidade de V. Ex<sup>a</sup>.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para seguimento de sua tramitação.

Antes de encerrar, também quero agradecer pelo trabalho de todos aqui, do universitário, de todos os assessores, dos servidores, quero agradecer, penhoradamente, aos consultores, que enriqueceram os trabalhos desta Comissão, agradecer à imprensa, aos assessores, aos representantes dos ministérios, que estiveram sempre aqui presentes.

Antes de encerrar a votação, temos ainda duas matérias em pauta. Uma tem como Relator o Senador Valdir Raupp, que solicitou a retirada de pauta do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2010, que acrescenta art. 32-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fabricante ou o importador de automóvel

a inserir, no manual de manutenção do veículo, relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo. A autoria é do Senador Flexa Ribeiro.

Submeto à deliberação da Comissão. (*Pausa.*)

Está, portanto, retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:)

## ITEM 2

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, de 2010

#### - Terminativo -

*Acrescenta art. 32-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fabricante ou o importador de automóvel a inserir, no manual de manutenção do veículo, relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo.*

**Autoria:** Senador Flexa Ribeiro

**Relatoria:** Senador Valdir Raupp

**Relatório:** Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutivo).

**Observações:**

1 - A matéria tem parecer favorável da CMA.

2 - A matéria tem parecer favorável da CAE, na forma da Emenda nº 1-CAE (substitutivo).

3 - Nos termos do artigo 282, se aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

O item 4 também será retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:)

## ITEM 4

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, de 2012

#### - Terminativo -

*Altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências, para assegurar tratamento tarifário isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades-gêmeas fronteiriças.*

**Autoria:** Senadora Ana Amélia

**Relatoria:** Senador Vicentinho Alves

**Relatório:** Pela aprovação da matéria, com o acolhimento da Emenda nº 1-CAE, com a subemenda que apresenta.

**Observações:**

- A matéria tem parecer favorável da CAE, com a Emenda nº 1-CAE.

Então, temos aqui apenas que encaminhar à consideração dos Senadores a aprovação das atas das reuniões anteriores desta Comissão e da presente reunião.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas.

E vamos encaminhar a todos os Senadores o relatório geral das atividades desta Comissão.

Reiterando aqui os parabéns ao Dr. Erick encerramos a reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 33 minutos.*)

**ATA DA QUADRAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZESSEIS DE DEZEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e nove minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador José Medeiros, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Donizeti Nogueira, Gladson Cameli, Simone Tebet, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Ciro Nogueira, Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho e Douglas Cintra. Deixam de comparecer os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Davi Alcolumbre e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das 42ª e 43ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. A Presidência comunica que, em relação ao substitutivo integral do PLS 370/2014 aprovado na reunião passada, a dispensa do interstício prevista no art. 281 do regimento só pode ser concedida por deliberação do plenário da casa, assim, o projeto em questão foi submetido ao interstício regimental. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião divide-se em duas partes: 1ª Parte – Apresentação e discussão do Relatório que objetiva instruir a avaliação de Política Pública no âmbito da CDR, definida pelo RDR 10/2015, em atendimento ao Artigo 96B do Regimento Interno do Senado Federal. Tema: Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), de Relatoria do Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Adiada. 2ª Parte - Deliberação das Matérias constantes da Pauta da Reunião. ITEM 01 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 57, de 2015. “Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados, Exmo. Sr. Nivaldo Antônio de Melo, Prefeito de Pirenópolis, Sra. Maria Rosa Demarchi, representante dos moradores de Pirenópolis e do Sr. Luis Triers, turismólogo, para debaterem a iminente construção de dois empreendimentos imobiliários na cidade de Pirenópolis/GO, que supostamente comprometerá o tombamento do centro histórico daquela cidade”. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Aprovado. ITEM 02 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, de 2014 - Terminativo – “Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o vale dos rios Paraíba, Mundaú e Jequiá na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf)”. Autoria: Senador Benedito de Lira. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, de 2015 - Terminativo – “Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf – e dá outras providências”. Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Senador Walter Pinheiro. Relatório: Projeto aprovado, na 42ª Reunião CDR, nos termos do Substitutivo integral ao PLS 370/2014 e rejeição do PLS 85/2015. Resultado: Não sendo oferecidas emendas em turno suplementar, na forma do Art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação. ITEM 03 – PROJETO DE RESOLUÇÃO do SENADO Nº 35, de 2015 - Não Terminativo – “Institui a Frente Parlamentar da Rota das Emoções”. Autoria: Senador Roberto Rocha, Senador Ciro Nogueira, Senador Edison Lobão, Senador Elmano Férrer, Senador Eunício Oliveira, Senador José Pimentel, Senador João Alberto Souza, Senadora Regina Sousa e Senador Tasso Jereissati. Relator: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relator Ad Hoc: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado. ITEM 04 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 177, de 2015 - Não Terminativo – “Altera o inciso V do art. 3º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências, com fins de apoio à promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros”. Autoria: Deputado Otavio Leite. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 05 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2010 - Não Terminativo – “Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional”. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 06 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 656, de 2015 - Não Terminativo – “Altera o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com redução do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE”. Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado. Às dez horas e vinte e nove minutos assume a presidência o Senador Ronaldo Caiado. ITEM 07 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 668, de 2015 – Complementar - Não Terminativo – “Altera a Lei Complementar nº

129, de 8 de janeiro de 2009, para mudar a destinação de recursos à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e as fontes de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)". Autoria: Senador Wellington Fagundes. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado. Às dez horas e trinta e um minutos reassume a presidência o Senador José Medeiros. ITEM 08 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 630, de 2011 - Terminativo – "Cria horários obrigatórios de inserções gratuitas destinadas à divulgação, pelos Estados e pelo Distrito Federal, de Municípios em seus territórios, pertencentes às regiões turísticas do Brasil, definidos pelo programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo". Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador Walter Pinheiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto e rejeição das emendas nº 1 a 3 - T/CCT. Resultado: Adiado. ITEM 09 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo – "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal". Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

### **Senador José Medeiros**

#### **Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo**

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 42ª e da 43ª Reuniões da Comissão de Desenvolvimento Regional.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Lembro que as doações para a Campanha do Natal Solidário, organizada pelos servidores da Casa, se encerram na próxima quinta-feira, dia 17. Podem ser doadas fraudas infantis e geriátricas, enxovais de bebês e muletas para ajudar as pessoas carentes que são atendidas no Hospital de Base e no Hospital Materno Infantil de Brasília. As doações devem ser colocadas nas caixas disponíveis em vários pontos do Senado.

Parabenizo, mais uma vez, em nome de toda a Comissão, pela iniciativa, os servidores.

Esclareço que, em relação ao Substitutivo integral do PLS nº 370, de 2014, aprovado na reunião passada, a dispensa do interstício prevista no art. 281 do Regimento só pode ser concedida por deliberação do Plenário da Casa. Assim, o projeto em questão foi submetido ao interstício regimental.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião está dividida em duas partes. A primeira é destinada à apresentação e discussão do relatório que objetiva instruir a avaliação de política pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional, definida pelo RDR 10, de 2015, em atendimento ao art. 96-B, do Regimento Interno. A segunda é destinada à deliberação de proposições, conforme pauta anteriormente distribuída.

A primeira parte fica adiada.

Vamos partir para a segunda parte.

Conforme pauta previamente distribuída, esta segunda parte da reunião destina-se à deliberação das proposições.

### **ITEM 1**

#### **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 57, de 2015**

##### **- Não terminativo -**

*Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados, Exmo. Nivaldo Antônio de Melo, Prefeito de Pirenópolis, Sra. Maria Rosa Demarchi, representante dos moradores de Pirenópolis e do Sr. Luis Triers, turismólogo para debaterem a iminente construção de dois empreendimentos imobiliários na cidade de Pirenópolis/GO, que supostamente comprometerá o tombamento do centro histórico daquela cidade.*

**Autoria:** Senador Ronaldo Caiado

Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado para fazer o encaminhamento do requerimento.



**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a oportunidade que me é dada para poder defender a aprovação deste requerimento. Isso é algo que passou a criar, no nosso Estado de Goiás, um temor enorme, Presidente. Trata-se de uma linda cidade, que já foi tombada pelo conjunto arquitetônico pelo Iphan, que é a cidade de Pirenópolis. A cidade está a 140 quilômetros de Brasília. É um dos mais lindos pontos turísticos do Estado de Goiás.

De repente, nós fomos surpreendidos com a informação de que foram dados todos os alvarás, todas as certidões para que construíssem dois grandes empreendimentos imobiliários na cidade. Ou seja, grandes espigões, prédios enormes, que seriam mais ou menos um hotel de rodízio, onde haveria mais de 220 apartamentos, quebrando todo aquele visual de uma das cidades mais lindas, com aquele estilo colonial, onde se preservam as pequenas pousadas, com todas as ruas calçadas com pedra. Ali nós temos uma cultura própria e uma culinária própria desenvolvidas exatamente nessa região do Estado de Goiás. E de repente tudo isso se vê ameaçado pela ganância de alguns, que querem, visando única e exclusivamente ao lucro, deformar aquele visual de uma das cidades mais lindas.

Sr. Presidente, normalmente as pessoas se deslocam de todos os lugares do Brasil, e é muito frequente também as pessoas que moram em Brasília, pela proximidade, até a cidade de Pirenópolis. As pousadas são pousadas muito bem preparadas, de maneira que não agredem em hora alguma o meio ambiente. Elas são construídas entre as árvores, mantendo exatamente a preservação daquela nossa vegetação do Cerrado.

É uma cidade que trouxe com isso uma outra opção também de alternativa de trabalho, que foi exatamente as pessoas trabalharem nessas pousadas, que recebem centenas de milhares de turistas. São várias as residências que foram transformadas em pousadas, enfim, guardando aquele estilo bem colonial, aquela história muito clara das Cavalhadas, um momento auge da cidade de Pirenópolis, com todos os eventos que antecedem as Cavalhadas ali, que representa a luta dos mouros e dos cristãos.

Enfim, de repente, me chega aqui no Senado um grupo de pessoas da própria cidade, dizendo: “Senador, nós estamos sendo surpreendidos, todos os alvarás foram autorizados e, de repente, parece que vão construir lá dois grandes espigões na nossa cidade.”

Ora, é algo que causa repulsa, porque é uma cidade que, além de ter todo esse conjunto arquitetônico já preservado pelo Iphan, por que essa construção lá? Qual é o significado, qual o sentido dela?

É por isso, Sr. Presidente, que eu solicitei a esta Comissão a instalação dessa audiência pública na data de amanhã, já que nós estamos a poucos dias do nosso recesso. Eu gostaria que viesse aqui o Prefeito, a Sr<sup>a</sup> Maria Demarchi, que é representante dos moradores de Pirenópolis, e o Luis Triers, que é turismólogo, uma das pessoas que mais debatem esse assunto na cidade, para que nós pudéssemos, via Congresso, Senado Federal, buscar argumentos e pareceres no sentido de impedir essa agressão a uma das mais lindas cidades turísticas do Brasil, que é a cidade de Pirenópolis. Então, Sr. Presidente, o objetivo é esse.

Eu peço a V. Ex<sup>a</sup> e aos demais o parecer favorável ao nosso requerimento para que possamos, na data de amanhã, debater também. Lógico que não conseguimos localizar os responsáveis pelo empreendimento. É tanta empresa e é tanta dificuldade que nós na verdade não sabemos quem é a pessoa que responde por isso. Provavelmente, diante da urgência por que nós precisamos promover essa audiência, solicitei a presença dos três e, com isso, aguardamos que amanhã possamos ter mais dados e já iniciarmos algumas ações concretas para não deixarmos que esse processo avance, o que seria um crime contra uma das cidades mais lindas do meu Estado de Goiás.

É com esse sentimento que eu solicito a V. Ex<sup>a</sup> que coloque em apreciação o nosso requerimento. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Em votação o requerimento. Os Senadores e as Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado.

Então, fica agendada para amanhã, às 10h30, no Plenário 9, essa audiência convocada pelo Senador Ronaldo Caiado.

Agora o item 2.

**ITEM 2**  
**TRAMITAÇÃO CONJUNTA**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, de 2014**  
**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o vale dos rios Paraíba, Mundaú e Jequiá na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).*

**Autoria:** Senador Benedito de Lira

**TRAMITA EM CONJUNTO**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, de 2015**  
**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que “dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf – e dá outras providências.*

**Autoria:** Senador Roberto Rocha

**Relatoria:** Senador Walter Pinheiro

**Relatório:** Projeto aprovado, na 42ª Reunião da CDR, nos termos do Substitutivo integral ao PLS 370/2014 e rejeição do PLS 85/2015.

**Observações:**

- *Discussão em Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.*
- *A matéria constou da pauta da 10ª (06.05.2015), 14ª (27/05/2015), 15ª (03/06/2015), 41ª (25/11/2015) e 42ª (02/12/2015) reuniões da CDR;*

A matéria encontra-se em discussão em turno suplementar. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecida emenda, o Substitutivo é definitivamente adotado sem votação, nos termos do artigo 284.

A Presidência do Senado Federal será comunicada da decisão do colegiado.

O item 3 é o Projeto de Resolução do Senado nº 35. Como não se encontra presente o Senador Ricardo Ferraço, que é o Relator ad hoc, fica adiado.

Do item 4, também não se encontra presente o relator. Fica adiado.

Com o item 5 é a mesma coisa. Também fica adiado.

(São os seguintes os itens adiados:

**ITEM 3**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 35, de 2015**  
**- Não terminativo -**

*Institui a Frente Parlamentar da Rota das Emoções.*

**Autoria:** Senador Eunício Oliveira e outros

**Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

- *A Matéria constou na 41ª (25/11/2015) e 42ª (02/12/2015) Reuniões da CDR;*
- *Relator ad hoc: Senador Ricardo Ferraço (designado na 42ª reunião);*
- *Relatório lido na 42ª reunião;*
- *Concedida vista na 42ª reunião a pedido do Senador Donizeti Nogueira;*
- *A matéria segue para a Comissão Diretora.*

**ITEM 4**  
**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 177, de 2015**  
**- Não terminativo -**

*Altera o inciso V do art. 3º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências”, com fins de apoio à promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros.*

**Autoria:** Deputado Otavio Leite

**Relatoria:** Senador Romero Jucá

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

A matéria segue à Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE;

**ITEM 5**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2010**  
**- Não terminativo -**

*Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional.*

**Autoria:** Senador Acir Gurgacz

**Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues

**Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta.

**Observações:**

- A Matéria constou na pauta da 27ª (30.09.2015), 30ª (14.10.2015), 41ª (25.11.2015) e 42ª (02/12/2015) reuniões da CDR;

- Na 42ª reunião, foi lido o relatório pelo senador Randolfe Rodrigues, que o alterou, apresentando duas emendas; foi concedida vista ao Senador Donizeti Nogueira;

- A Matéria segue à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa.)

Item 6.

**ITEM 6**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 656, de 2015**  
**- Não terminativo -**

*Altera o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com redução do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.*

**Autoria:** Senador Eunício Oliveira

**Relatoria:** Senador Elmano Férrer

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

A matéria segue à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa;

Concedo a palavra ao Senador Elmano Férrer para fazer a leitura do seu relatório.

**O SR. ELMANO FÉRRER** (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vou passar logo para a análise do projeto, de autoria do Senador Eunício Oliveira.

O inciso I do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal dispõe que compete à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional dos Estados e dos Municípios.

O benefício fiscal de redução das alíquotas do imposto sobre a renda e adicionais faz parte do conjunto de instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional que visam a estimular a formação do capital fixo e social nas regiões da Amazônia e do Nordeste, com o objetivo de gerar emprego e renda e estimular o desenvolvimento econômico e social.

Resultados significativos foram alcançados por meio de estímulos fiscais ao setor produtivo das regiões menos desenvolvidas do País, tendo em vista os objetivos de inclusão social, produtividade, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica.

A partir da instituição dos benefícios fiscais nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene, houve estímulo à desconcentração industrial, com a atração de negócios antes localizados nas regiões Sul e Sudeste. O Norte e o Nordeste passaram então a ser considerados como oportunidades para novos investimentos e expansão dos negócios.

Entre os incentivos fiscais na área de atuação da Sudam e da Sudene, destaca-se o relativo à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração para projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrados em setores prioritários para o desenvolvimento regional.

A prorrogação dos incentivos fiscais é desejável, uma vez que, além da insegurança jurídica provocada pelo término do prazo para aprovação dos empreendimentos, a perspectiva de extinção de benefícios fiscais

gera tendência natural de migração dos investimentos para ambientes mais competitivos nas regiões mais desenvolvidas a fim de evitar futuros prejuízos.

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 656, de 2015.

Era esse, Sr. Presidente, o nosso relatório, com a respectiva análise ora apresentada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Parabéns, Senador Elmano Férrer, pelo relatório competente e leitura célere.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria segue à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Quero pedir para o Senador Ronaldo Caiado, se possível, assumir a Presidência, porque sou o Relator do item 7.

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Item 7.

#### ITEM 7

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 668, de 2015

#### - Não terminativo -

*Altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para mudar a destinação de recursos à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e as fontes de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).*

**Autoria:** Senador Wellington Fagundes

**Relatoria:** Senador José Medeiros

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

*A matéria segue à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.*

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros para fazer a leitura do seu relatório.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, se o senhor me permitir, passo direto à análise.

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Perfeitamente, Relator.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – O inciso I do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal dispõe que compete à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional dos Estados e dos Municípios.

O FDCO tem como finalidade, de acordo com artigo da Lei Complementar nº 129, de 2009, assegurar recursos para a implantação de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em infraestrutura, ações e serviços públicos considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Conforme o Decreto nº 8.067, de 14 de agosto de 2013, constitui recurso do fundo, entre outros, o produto do retorno das operações de financiamentos concedidos, incluindo o principal, juros e demais encargos financeiros, descontada a parcela que corresponder à remuneração do agente operador, conforme disposto pelo Conselho Monetário Nacional.

As mudanças propostas na destinação de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste tornam mais flexível sua utilização, uma vez que poderão ser empregados para o pagamento de despesas administrativas da Sudeco, na forma do regulamento.

A mesma situação ocorre em relação à redução de 2% para 1,5% no percentual de recursos direcionados, em cada parcela liberada de financiamento, para custeio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, na forma a ser definida pelo Conselho Deliberativo.

Ademais, o patamar de 1,5% será proveniente apenas do retorno das operações de financiamento concedidas, o que confere maior segurança financeira ao Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, pois o percentual fica atrelado não mais à liberação de recursos, mas ao efetivo resultado das aplicações.



Além de ser direcionado para custeio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia, o mencionado percentual poderá contribuir para a melhoria da infraestrutura econômica e social na área de atuação da Sudeco, um dos principais obstáculos para o desenvolvimento da região.

Passo ao voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 668, de 2015 – complementar.

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem quera discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação da matéria.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria segue para Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Devolvo a presidência ao nobre Senador José Medeiros e solicito que eu possa, como Relator *ad hoc*, relatar o Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2015.

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Voltamos ao item 3.

### ITEM 3

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 35, de 2015

##### - Não terminativo -

*Institui a Frente Parlamentar da Rota das Emoções.*

**Autoria:** Senador Eunício Oliveira e outros

**Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

- A Matéria constou na 41ª (25/11/2015) e 42ª (02/12/2015) Reuniões da CDR;
- Relator *ad hoc*: Senador Ricardo Ferraço (*designado na 42ª reunião*);
- Relatório lido na 42ª reunião;
- Concedida vista na 42ª reunião a pedido do Senador Donizeti Nogueira;
- A matéria segue para a Comissão Diretora.

A Rota das Emoções é um roteiro turístico que liga três Estados do Nordeste brasileiro – Ceará, Piauí e Maranhão –, que apresenta um ecossistema diversificado, abrangendo paraísos naturais, como o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no Maranhão, a área de proteção ambiental do delta do Parnaíba, no Piauí, e o Parque de Jericoacoara, no Ceará.

A autoria é do Senador Roberto Rocha e outros.

O relatório é pela aprovação.

A relatoria é do Senador Fernando Bezerra Coelho, a relatoria *ad hoc* do Senador Ricardo Ferraço, a qual passo agora ao Senador Ronaldo Caiado.

Como o relatório já foi lido e o Senador Donizeti não está presente, concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, Relator *ad hoc*.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, com a autorização de V. Exª, passo diretamente à análise do projeto.

Embora não possua previsão regimental, há diversos precedentes da criação de frentes parlamentares, que têm como objetivo precípua promover a atuação conjunta de um grupo de membros do Poder Legislativo em prol de determinados temas. Historicamente, são mais comuns no âmbito de Assembleias Constituintes, a exemplo das várias criadas, mesmo que informalmente, na Constituinte de 1988, com o legítimo objetivo de atuação parlamentar conjunta em defesa de temas específicos.

No presente caso, é relevante destacar que a ideia de roteiros turísticos integrados representa significativo avanço na exploração econômica de regiões turísticas limítrofes, reunindo esforços, recursos e estratégias em proveito de todos os setores envolvidos. Especialmente em regiões carentes de recursos em termos de indústria e agricultura, o turismo se apresenta como opção primordial na atração de investimentos e, por consequência, na geração de emprego e renda.

Não foi ao acaso, portanto, que, reconhecendo o enorme potencial da exploração conjunta daqueles destinos turísticos, a Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização – 1ª Edição, implementada pelo Sebrae e pelo Ministério do Turismo, propôs a integração dos três roteiros. A aprovação do projeto demanda, agora, o

trabalho igualmente integrado dos órgãos e entidades envolvidos, em termos de planejamento, investimentos em infraestrutura, divulgação, aperfeiçoamento de mão de obra etc.

Neste sentido, a criação de uma frente parlamentar em defesa da Rota das Emoções certamente constituirá um fórum qualificado, reunindo a força política de destacados líderes da região, trabalhando de forma a integrar os esforços nos três Estados e junto ao Governo Federal. Além de discutir, no âmbito do Legislativo, as alterações normativas que impulsionem o seu desenvolvimento, a frente pode vir a se tornar uma instância a que poderiam acorrer todos os setores envolvidos, conjugando esforços para o máximo aproveitamento das oportunidades econômicas naquele magnífico cenário natural.

Voto.

Ante o exposto, por considerar a conveniência e oportunidade do interesse nacional, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 35, de 2015.

Este é o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Parabéns, Senador Ronaldo Caiado. Com certeza, V. Exª já foi narrador de leilão de gado, é célere. Lá no Mato Grosso tem o Maurição, de Água Boa, que faz leilão de gado. Vou indicá-lo para o Senador Ronaldo Caiado.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação da matéria.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão Diretora para as providências cabíveis.

O item 8, como o Relator não está presente nem o autor, fica adiado.

O Item 9 também fica adiado. Não temos quórum qualificado.

São os seguintes os itens adiados:

#### ITEM 8

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 630, de 2011

- Terminativo -

*Cria horários obrigatórios de inserções gratuitas destinadas à divulgação, pelos Estados e pelo Distrito Federal, de Municípios em seus territórios, pertencentes às regiões turísticas do Brasil, definidos pelo programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo.*

**Autoria:** Senador Benedito de Lira

**Relatoria:** Senador Walter Pinheiro

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto e rejeição das emendas nº 1 a 3 - T/CCT.

**Observações:**

*Votação nominal.*

#### ITEM 9

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015

- Terminativo -

*Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal.*

**Autoria:** Senador Ronaldo Caiado

**Relatoria:** Senador José Medeiros

**Relatório:** Pela rejeição do Projeto.

**Observações:**

- A Matéria constou na pauta da 41ª (25.11.2015) e 42ª (02/12/2015) reuniões da CDR;

- A matéria foi rejeitada na Comissão de Assuntos Econômicos.

- A votação será nominal.)

A Presidência do Senado será comunicada da decisão do colegiado.

Antes de encerrar esta reunião, convoco os Srs. Parlamentares para a reunião de audiência pública a realizar-se amanhã, quinta-feira, às 10 horas, no Plenário 9 da Ala Alexandre Costa, para debaterem a iminente

construção de dois empreendimentos imobiliários na cidade de Pirenópolis, em atendimento ao Requerimento nº 57, de autoria do Senador Ronaldo Caiado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 10 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 35 minutos.)*

**ATA DA QUADRAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZESSETE DE DEZEMBRO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 09 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.**

*Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Ronaldo Caiado, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores Simone Tebet, Davi Alcolumbre e Elmano Férrer. Deixam de comparecer os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa, Donizeti Nogueira, Gladson Cameli, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Dalírio Beber, José Medeiros, Randolfe Rodrigues e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento 57/2015-CDR, com a finalidade de debater a iminente construção de dois empreendimentos imobiliários na cidade de Pirenópolis/GO, que supostamente comprometerá o tombamento do centro histórico daquela cidade. A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Luiz Tries, Turismólogo e Maria Rosa Demarchi, representante dos moradores de Pirenópolis/GO. O Presidente lê o ofício PGM nº 018/2015, recebido pela Comissão, em que o Senhor Nivaldo Antônio de Melo, Prefeito do Município de Pirenópolis/GO, justifica sua ausência. Encerrada a exposição dos convidados, o Presidente, após consulta aos membros da Comissão, franqueia a palavra ao Senhor Aloysio Vieira, cidadão da cidade de Pirenópolis/GO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.*

**Senador Ronaldo Caiado**

**Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR**

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Bom dia, senhores e senhoras, vamos dar início, então, à nossa audiência pública, que foi aprovada na data de ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para tratar do assunto específico da construção de empreendimentos imobiliários na cidade de Pirenópolis, que, supostamente, conforme denúncia que me foi encaminhada, comprometerá o tombamento do centro histórico daquela cidade e é uma reação que exige toda a sociedade pirenopolina.

Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada, nos termos do Requerimento do Senado nº 57, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, à realização de audiência pública com a finalidade de debater a iminente construção de dois empreendimentos imobiliários na cidade de Pirenópolis, Estado de Goiás, que supostamente comprometerá o tombamento do centro histórico da cidade.

Encontram-se presentes para audiência pública os seguintes convidados, aos quais eu peço que venham compor a Mesa: Maria Rosa Demarchi, representante dos moradores de Pirenópolis, a quem peço que tome assento; e também o turismólogo Dr. Luiz Tries, a quem peço que tome assento à Mesa aqui.

O Prefeito de Pirenópolis, Sr. Nivaldo Antônio de Melo, informou, por meio da sua assessoria, que, devido a compromissos anteriormente assumidos, não poderá participar da reunião. A assessoria solicitou que ele enviasse um representante, o que também não fez.

Em conformidade com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado terá 15 minutos para fazer a sua exposição. É lógico que esse prazo poderá ser ampliado diante da importância e da necessidade do nosso representante, Sr. Luiz e D. Maria Rosa Demarchi.

Em seguida, nós vamos abrir para a interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, como também a palavra aos Senadores ou Senadoras inscritos será concedida na ordem da lista.

Os interpelantes terão três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que a participação dos cidadãos em nossa audiência será recebida em diversos canais.

Então, para todas as pessoas que quiserem, esta audiência está sendo televisionada diretamente pela TV Senado e também, para quem quiser formular perguntas, pelo Portal e-Cidadania, que pode ser acessado pelo site do Senado Federal, [www.senado.leg.br](http://www.senado.leg.br), ou pelo Alô Senado, 0800-612211. Então, todos aqueles que quiserem formular perguntas podem fazê-lo pelo site do Senado, [www.senado.leg.br](http://www.senado.leg.br), e pelo Alô Senado, 0800-612211.

Já estamos ao vivo neste momento no canal principal do Senado Federal. V. Sªs serão ouvidos nacionalmente, neste momento, na defesa daquilo por que todos nós goianos temos um respeito enorme, que é o



nosso patrimônio histórico, que é a nossa querida cidade de Pirenópolis, com a presença dos demais senhores. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Triers para fazer a sua exposição. Serão dados 15 minutos, podendo ser prorrogados.

**O SR. LUIZ TRIERS** – Bom dia a todos. Primeiramente, queria dizer que é uma enorme satisfação poder representar a comunidade de Pirenópolis em uma instância federal. Eu acho que a ouvidoria da comunidade é muito importante em qualquer processo de desenvolvimento que se faça em uma cidade que tem peculiaridades como Pirenópolis.

Bom, eu queria começar aqui antes lendo o que publiquei na minha rede social do Facebook. Acho que hoje a internet é uma ferramenta de democratização da opinião pública. Então, queria só ler rapidinho aqui:

Bom... Amanhã será, com certeza, um dia marcante em minha vida!! Estarei em uma audiência pública no Senado Federal, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para defender a causa do #pirisemtimeshare. A audiência foi pedida pelo Senador Ronaldo Caiado e teve sua aprovação hoje de manhã. [Isso foi publicado ontem.]

Na verdade, não se coloca contra o progresso, como andam dizendo, na verdade, estamos a favor do desenvolvimento sustentável. A luta não é apenas contra um empreendimento que se instala no centro histórico da cidade, mas, sim, contra o uso do plano diretor, que deveria ordenar o crescimento urbano da cidade e acaba por ser alvo de especuladores imobiliários que usurpam das riquezas da cidade em prol de um crescimento vertiginoso da economia, porém, uma economia centralizadora.

Em consonância com o Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis, que tem, por missão: “Desenvolver o turismo de forma sustentável em suas três dimensões – ambiental, econômica e social – e subsidiar políticas públicas para o setor, a fim de proporcionar qualidade de vida e renda aos moradores, satisfação dos visitantes e preservação do patrimônio cultural e natural”, defendemos nada mais que a nossa própria vocação.

Pirenópolis está dentro do projeto de 65 Destinos Indutores do Ministério do Turismo, ou seja, já tem olhares federais. Nós devemos também adequar o nosso desenvolvimento à Política Nacional de Turismo.

Nós vemos, na nossa cidade, que é preciso agora investir mais na estrutura da comunidade e não aumentar somente UHs para os turistas. Nós precisamos de infraestrutura básica e de apoio, de melhoria na rede dos hospitais, na rede de esgoto, que o centro da cidade ainda não possui – estamos com mais de 280 anos. Então, são questões importantes de nós colocarmos. Primeiro, nós queremos infraestrutura básica para o Município e para a cidade.

Bom, para nós colocarmos um pouco a visão de Pirenópolis como um destino turístico a ser desenvolvido, eu fiz aqui uma Análise SWOT, das forças, fraquezas, ameaças e oportunidades, para nós entendermos um pouco o que é Pirenópolis.

Então, nós temos, nas nossas forças, as nossas atratividades turísticas, que são as belezas naturais. Nós estamos ao lado do Parque Nacional dos Pirineus. Temos mais de 30 cachoeiras, que são utilizadas pelos visitantes da cidade, os nossos atrativos históricos e culturais.

Nós temos a Fazenda Babilônia, que foi tombada pelo IPHAN desde a década de 1960, temos a Igreja Matriz, que foi tombada desde a década de 1940, e todo o Centro Histórico, tombado em 1989. Nós temos também um calendário de eventos, que hoje, sim, torna-se atrativo para o turista que visita Pirenópolis.

Quanto às nossas fraquezas, quanto ao que nós entendemos que precisa ser melhorado na cidade, nós ainda temos uma carência na infraestrutura básica de apoio, ou seja, nós tivemos a melhoria dos acessos a Pirenópolis, porém não quanto à parte de hospital – trabalhei dez anos com turismo de aventura na cidade, então nós sabemos que qualquer emergência de caráter maior de intervenções cirúrgicas a cidade ainda não comporta. Recentemente, está sendo estruturado o Hospital Estadual, que é um projeto, mas, ainda, nós colocamos até a falta da UPA, que faz parte de um projeto federal, que ainda não está concluída. Então, com certeza, ainda são requisitos que, em nosso entender, precisam ser sanados antes de nós aumentarmos a oferta turística.

Nós não temos um plano municipal de trânsito. Pirenópolis sofre nos feriados com o trânsito caótico, com locais não definidos para estacionamento. Então, a cidade não foi planejada para receber carros e, sim, carros de boi, animais que eram o transporte do século XIX, que é a identidade de Pirenópolis.

A gente ainda não tem uma cadeia pública. Então, acontece hoje, em Pirenópolis, nos finais de semana, nós ficamos desassistidos quanto à segurança pública. Eu mesmo já fui vítima, na verdade, não fui vítima: ocorreu um assalto à mão armada, no final de um feriado, a cinco metros, à minha frente. Eu presenciei isso e não imaginava que aconteceria comigo. Nós nunca imaginamos até que aconteça com conosco mesmo.

Nós temos visto na cidade, vivenciado é que, em toda semana, nós temos apagão de energia.

Então, nós ainda não temos o básico para a cidade crescer. Nós ainda temos falta de água. Neste ano, o problema foi crítico: quase todos os bairros tiveram racionamento de água. A Saneago usa uma estrutura emer-

gencial, uma captação de água no Rio das Almas. Isso todo mundo que subir a Estrada Parque em direção ao Parque dos Pirineus pode ver, a captação está ali, ou seja, nós dependemos ainda de uma infraestrutura maior para nós, depois, então, pensarmos em aumentar a rede hoteleira. Por quê? Porque nós já temos na cidade uma infraestrutura já criada pela iniciativa privada.

Então, é interessante nós entendermos que o mercado de turismo tem quatro pilares, que são atratividade turística, que Pirenópolis já tem, ou seja, nós não precisamos criar ao molde de outras cidades, que não têm a nossa história, que não têm a nossa cultura e não têm as nossas cachoeiras. Então, essas redes hoteleiras são um interessante investimento para cidades que necessitam de criar uma atratividade turística, o de que Pirenópolis não necessita, porque a nossa história, a nossa localização já nos dão esse privilégio de ter a nossa atratividade turística. (*Palmas.*)

Obrigado.

Então, eu coloquei como ameaça à nossa cidade justamente o turismo desordenado, o turismo que foque somente o ganho econômico e não preveja a qualidade de vida de quem? Dos moradores, porque é um turismo sustentável – é interessante nós colocarmos isso e colocarmos que nós precisamos pensar à frente e não pensar atrás.

Eu gosto de voltar na história e ver os exemplos, como nós tivemos do Comendador Joaquim Alves, que, na época da escravidão, tirava as escravas que tinham filho e dava, poderíamos dizer, um auxílio-maternidade naquela época.

Nós podemos voltar um pouco a história e ver o levante que foi feito da comunidade pirenopolina, por volta de 1890, em que se apropriaram das máscaras de boi, dos mascarados, numa manifestação cultural, mostrando a força da cultura da nossa cidade. Fizeram o levante e subiram até a Vila do Arena e atearam fogo em suas casas, porque eles estavam destruindo o Rio das Almas, estavam minerando o Córrego do Abade e, por toda semana, deixando a comunidade sem o uso da água, que era o rio.

Então, desde o século XX, nós já tivemos esse levante da comunidade contra os desmandos de quem só quer usar a cidade para um ganho econômico, sem ouvir as necessidades da comunidade. (*Palmas.*)

As nossas oportunidades, que eu coloquei aqui, seriam até junto com o Ministério do Turismo. Nós somos um dos 65 Destinos Indutores. Então, nós temos uma série de requisitos que nós precisamos olhar para que nós possamos manter esse título e estar dentro do cenário nacional como exemplo de desenvolvimento turístico. Nós, como indutores, temos que ter essa responsabilidade de ser exemplos de novos modelos.

Eu trouxe também o Plano Municipal de Turismo, que está vigente em Pirenópolis, de 2012-2016. Quero colocar aqui justamente uma análise do plano e a sua missão, que é o mais importante para nós entendermos, que é:

Desenvolver o turismo de forma sustentável em suas três dimensões: ambiental, econômica e social, e, subsidiar políticas públicas para o setor, a fim de proporcionar qualidade de vida e renda aos moradores, satisfação dos visitantes e preservação do patrimônio cultural e natural.

Ou seja, nós estamos vendo que está acontecendo na cidade um investimento que vai contra a política municipal, o Plano Municipal de Turismo. É importante salientar que não são só os dois empreendimentos em questão.

A nossa luta não é contra os empreendimentos e não é contra o progresso, mas contra o uso, na verdade, como nós estávamos colocando aqui, do PDOT (Plano Diretor de Ocupação Territorial). Eu vivenciei isso há dez anos, quando foi criada na cidade a Lei Complementar nº 007/5, que previa uma expansão turística fora do que a cidade tem de vocação.

É interessante nós entendermos também cada vocação de cada local, para não destoar do que a cidade já nos mostra que ela deve desenvolver. Essa mudança no Plano Diretor coloca em xeque a qualidade de vida de nós, moradores. Nós até trouxemos – vamos colocar – um eslaide para ver qual foi essa expansão que eles colocaram e essa abertura a um investimento de empreendimentos que fogem à característica de Pirenópolis.

É até bom nós colocarmos aqui que o próprio Plano Municipal trabalha junto com o Ministério, e a Prefeitura vem trazendo algumas ações executivas que fogem justamente ao que ela própria colocou como diretriz. Está aqui, no item 7, de Segmentos Prioritários, que, “no intuito de trabalhar dentro das diretrizes do MTur, neste trabalho será adotada a estratégia de segmentação da demanda potencial e da demanda efetiva (ligada à oferta turística existente) do destino Pirenópolis”, ou seja, o Plano coloca que não é preciso criar mais oferta turística. “Para tanto, foram realizadas oficinas...” Isso aqui não vem ao caso.

O “Turismo de Negócios e Eventos” – outra segmentação, que é importante nós entendermos: Pirenópolis não tem um tipo de turismo só – “compreende as atividades turísticas decorrentes dos encontros profissionais”. O turismo de negócios, não só de eventos, mas os treinamentos empresariais, com os *coaches*, está crescente no mercado. Grandes corporações utilizam áreas turísticas para fazer atividades lúdicas para relacionarem as

corporações. “As empresas estão cada dia mais buscando destinos de natureza exuberante, paz e tranquilidade para realizar seus eventos e reuniões de negócios, nos quais o participante fica imerso em suas atividades propostas”. Então, nós vemos que a tendência não só do desenvolvimento turístico, mas de várias apropriações do turismo é a valorização da natureza, é a valorização da nossa paz e da nossa tranquilidade. É por isso que nós vimos também lutar.

Eu sou nascido em Pirenópolis. Minha formação é toda pública. Eu até gosto de falar que eu nunca imaginaria estar aqui no Senado, hoje, defendendo, mas é uma oportunidade que nos foi dada e vamos abraçá-la com todas as forças – não só essa, mas outras que vierem –, para nós entendermos realmente o de que Pirenópolis precisa, e não só o que querem que Pirenópolis seja. Vir com visões externas da nossa realidade é fácil, mas entender o que vivemos no dia a dia, quando não está sendo divulgada a cidade de forma turística, é que é importante.

O morador vive nela sete dias da semana; o turista, dois ou três. Então, nós temos que mudar um pouco as prioridades e entender esta questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO. *Fazendo soar a campainha.*) – V. S<sup>a</sup> tem mais cinco minutos para concluir.

**O SR. LUIZ TRIERS** – Para finalizar, novamente quanto à nossa vocação, no próprio plano foram colocados os segmentos que estão em destaque como demanda potencial: turismo cultural, turismo de negócios e eventos, turismo pedagógico, ecoturismo, turismo de aventura e turismo de lazer, de cachoeira e sol.

Eu participei também junto com o CNPq de um grupo de pesquisa intitulado Canela d’Ema, da Universidade Estadual de Pirenópolis, em que identificamos – por mais de dois anos, com pesquisas nos atrativos e em épocas diferentes da cidade – e fizemos uma análise do perfil do turista, que procura natureza, descanso, a fuga dos grandes centros urbanos.

Então, ninguém quer grandes hotéis com estrutura onde se possa ficar. Pirenópolis em si é um atrativo, as pessoas querem andar pelas ruas, querem conhecer o modo de vida local, querem vivenciar a nossa cultura. Acho que é esta a vocação de Pirenópolis, é um turismo sustentável, que preze as nossas peculiaridades ambientais, sociais, econômicas. Acho que, aí sim, nós vamos conquistar um desenvolvimento que seja em prol da cidade em consonância com o que a comunidade fomenta.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Antes de passar a palavra à nossa segunda expositora, a Sr<sup>a</sup> Maria Rosa Demarchi, eu quero também cumprimentar o Sr. Luiz Triers pela clareza, pela consistência na argumentação, pelo conteúdo, mostrando didaticamente e trazendo dados aqui que sustentam essa tese, que é totalmente diferente do turismo de Pirenópolis. Concordo plenamente. Ali não é feito para ficar dentro de grandes hotéis.

As pessoas falam de Caldas Novas, mas a cidade tem água quente. O cidadão desenvolve grandes hotéis, bota água quente ali dentro, e o turista fica dentro da água quente, não há outro atrativo. Pirenópolis não: o turista quer conviver com as pessoas, conhecer as cachoeiras. Eu, que gosto de *bike*, posso fazer aqueles trajetos ali de bicicleta e, ao mesmo tempo, estar naqueles restaurantes à noite, convivendo com aquela comida bem típica, naquele ambiente próprio, naquela energia especial que há ali, naquela ponte, naquele lugar das ruas estreitas, como você coloca, das igrejas seculares que lá estão. Enfim, é essa presença, conhecer as peculiaridades, poder ter acesso também àquelas lojinhas de artesanato que ali são montadas. Enfim, essa é a vida de Pirenópolis. Não é ficar dentro de uma estrutura que deformaria totalmente aquilo que o nosso Luiz Triers mostrou aqui que é a aptidão, que é exatamente a vocação do turismo de Pirenópolis.

O que me causa estranheza – antes de passar a palavra a V. Ex<sup>a</sup> – é que nós informamos, imediatamente à aprovação do requerimento. Nós, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, encaminhamos, na mesma hora em que aprovamos, no dia 15, ao prefeito municipal de Pirenópolis o ofício solicitando exatamente a presença dele aqui nesta reunião. Ele mandou uma resposta a nós exatamente às 10h27 de hoje, deu chegada aqui na Comissão às 10h27, dizendo que não seria possível o comparecimento na audiência designada, ou seja, causa estranheza também.

Eu gostaria depois de formular a V. S<sup>a</sup> e também à nossa expositora Sr<sup>a</sup> Maria Rosa Demarchi se houve essa consulta e esse trabalho feito – para que houvesse essa autorização desse *timeshare* lá em Pirenópolis, porque se cita aqui que já há autorização do IPHAN – e também se o IPHAN levou esse debate, essa discussão para junto da comunidade de Pirenópolis, se se discutiu isso lá, dentro dos conselhos que existem na cidade, para poder preservar o Plano Diretor e o Plano Turístico, ou se essa atitude foi, única e exclusivamente, tomada aqui, por Brasília, sem que a população de Pirenópolis tivesse acesso a essa decisão.

Depois, causa estranheza também que o Sr. Prefeito, com a decisão da Prefeitura, a autorização da Prefeitura, venha desdizer ou contrariar tudo aquilo que faz parte daquele Plano, que deve reger o desenvolvimento turístico e a expansão do Município de Pirenópolis.

O outro ponto é que eu tenho tido muita dificuldade de poder identificar quais são esses empresários, quem está à frente disso, quais são as pessoas que estão à frente. São eles mesmos? Eles têm todo esse prestígio, para quebrar a norma do IPHAN, para alterar o Plano Diretor, o Plano Turístico da cidade?

Quer dizer, são perguntas que ficam, porque precisamos identificar qual é o objetivo deles, que, para mim, está claro. Eu não quero aqui fazer um prejulgamento, um juízo de valor neste momento, mas a visão ali é única e exclusivamente econômica, sem a menor preocupação com a característica da cidade.

Passo a palavra à Sr<sup>a</sup> Maria Rosa Demarchi, para fazer a sua exposição pelo prazo de 15 minutos, que podem ser também ampliados pelo tempo necessário. (*Palmas.*)

**A SR<sup>a</sup> MARIA ROSA DEMARCHI** – Bom dia.

Quero agradecer ao Senador por essa oportunidade e lamentar a ausência do pessoal da Prefeitura neste debate. Seria bastante enriquecedor, porque temos muitas perguntas e poucas respostas.

Vou aqui iniciar, contando um pouco da minha história, não para apresentar meu currículo, porque ele antecede minha vinda a Pirenópolis. Trabalhei muitos anos em São Paulo.

Estou em Pirenópolis desde 1999. No ano de 2000, participando voluntariamente dos grupos – sempre gostei muito de um trabalho comunitário, e são muitas as ONGs que há em Pirenópolis –, nós tomamos conhecimento de que o Governador, na época, também Marconi Perillo, havia investido e feito um Plano Diretor para Pirenópolis e dado de presente ao Sr. Altamir Mendonça, um importante político da nossa região.

Estranhamos essa atitude, porque o Plano estava na gaveta desse Altamir Mendonça, desse senhor. Nós pedimos, então, porque seria interessante desengavetar e dar de presente para a comunidade.

Quando o recebemos – conseguimos em contato com ele –, descobrimos que esse PDOT não tinha nenhum anexo, nenhum mapa, então nele estava só a parte escrita. Através da Prof<sup>a</sup> Yara Gouveia, na época conseguimos acesso ao escritório que fez o Plano e soubemos que faltava parte do pagamento. Nós não tínhamos condição de efetuar o pagamento.

Depois de várias tratativas, o escritório nos forneceu todos os anexos. Com isso, nós debatemos em audiências municipais, e foi encaminhado à Câmara.

Por que coloco isso? Porque, quando foi encaminhado à Câmara, ele sofreu alterações, e colocaram quatro andares no centro histórico. É um absurdo um centro histórico, tombado pelo Patrimônio Histórico, ter quatro pisos de andares.

Nós tentamos reverter na Câmara, e não conseguimos. Só conseguimos através da imprensa, chamando a imprensa.

A justificativa do Presidente da Câmara na época foi de que era um erro da datilografia. Tudo bem, conseguimos aprovar esse plano em 2002. Prevê o Estatuto das Cidades que os PDOTs têm que ser revistos a cada dez anos.

Em seguida, nós começamos, por experiência, porque eu trabalhei na saúde mais de trinta anos em São Paulo – eu sou sanitarista – a falar nas comissões, nas reuniões, sobre a falta de saneamento básico em Pirenópolis. Eu fui contestada em todas as reuniões porque Pirenópolis não precisava de saneamento básico. Inclusive o que me disseram era que o próprio Secretário de Saúde da época era contra o saneamento básico, o que eu achei um absurdo.

Encontrando com ele numa marcenaria onde eu estava, eu falei: “O senhor é o Secretário de Saúde?” Eu conhecia pouca gente lá. “Sim, sou eu.” Eu falei: “Eu só queria fazer um esclarecimento. Eu soube que o senhor é contra o saneamento básico da cidade”. Ele falou: “Sou mesmo.” Eu falei: “Não acredito”. Ele disse: “Eu sou formado na USP, sou engenheiro sanitário.” Eu falei: “eu também sou, na mesma escola que o senhor”. Ele falou: “Vão fazer o que fizeram com a Vila Matutina.” A Vila Matutina é uma vila popular lá, onde fizeram uma rede de esgoto, e joga todo o esgoto no Rio das Almas. Aí eu falei: “Sr. Eli – Eli de Sá é o nome dele –, saneamento básico não é rede de esgoto. Saneamento básico é um sistema onde há uma estação de tratamento.”

Com esses debates acirrados na cidade, eu fui convocada a comparecer à Câmara Municipal, para falar sobre aquilo que eu vinha falando na cidade. Fui questionada pelo próprio Presidente da Câmara na hora em que eu cheguei para falar, para debater o assunto. A cidade estava cheia, porque em Pirenópolis tem isso: “você é de fora, o que está fazendo aqui?”, essa história. Ele falou assim: “Antes de a senhora iniciar, estou vendo que a senhora não tem a Lei Orgânica do Município”. Eu falei: “Não, realmente eu não trouxe”. Ele disse: “A senhora quer um exemplar?” Eu falei: “Não, não precisa. O senhor pode falar o que o senhor quer”. Ele falou: “Aqui nos dois artigos antes do final do saneamento básico, diz que Pirenópolis tem que ter fossas sépticas.” Eu falei: “An-



tes de o senhor terminar a leitura disso, por favor, leia o art. 184.” Lá dizia: “antes de ter o saneamento básico se deve aplicar...” Acabou a conversa. Aí eu apresentei o meu plano e tudo.

Eu falei: “Vocês têm que garantir, no contrato que foi feito pela Saneago, que a estação de tratamento seja feita antes de qualquer rede de esgoto na cidade, para não ter o risco de jogar tudo, como está na Vila Matutina”. Isso foi feito, gente. Já faz dez anos que o saneamento básico está naquela cidade, sendo implantado. Já foram investidos R\$20 milhões e nós não temos ainda o saneamento básico implantado na cidade.

Outra história foi o portal da cidade. Na mesma época em que apresentamos o projeto do saneamento básico ao governador, encaminhamos também um pedido para criação dos portais da cidade. Na época, também foi outra rejeição. Fazer o quê? O prefeito me falava: “É a senhora que quer uma ‘gurita’ lá na entrada da cidade?” Eu falei: “Não, eu quero um portal, a exemplo de outras cidades, como Monte Verde, como Louveira, como Vinhedo em São Paulo”. São cidades em que o portal é o cartão postal. Na época, tivemos o apoio da Senadora Lúcia Vânia e mais outros dois Deputados que conseguiram, através de emenda, nos enviar R\$1,180 milhão. Nessa época, eu tinha retornado a São Paulo e não acompanhei.

Olha o que saiu. É aquele portal que vocês têm em Pirenópolis, o único, por R\$1,180 milhão, muito aquém de tudo aquilo que nós tínhamos planejado, como alojar a Polícia Militar ali, alojar os ônibus, desapropriar uma área que tenha lateral e implantar serviços de computação, controle de vagas de hotelaria, de pousadas. Nada disso foi feito.

Continuando, como eu coloquei, dez anos depois deveria ser feito o plano de revisão estabelecido pelo Estatuto das Cidades. O que foi feito?

Foi contratada a UnB e constituído um GTE, e até o momento, no ano passado, esse grupo, em vez de revisar o Plano Diretor, que realmente foi muito bem elaborado... Precisa ser revisto. Precisa, inclusive, ser implantado. São 13 anos agora, e não foi nem implantado o serviço de estrutura de fiscalização proposto pelo Plano Diretor. Era para criar a infraestrutura, a fiscalização, para que houvesse um crescimento ordenado e controlado.

Em vez de esse grupo fazer uma revisão, no ano passado, estabeleceram uma audiência, à qual nós comparecemos e tomamos conhecimento do que foi feito com a cidade. Hoje, a cidade deve ter uns 7km de diâmetro.

Eles fizeram uma proposição. Eu quero até projetar uns eslaides que pedimos que fossem feitos, e eles fizeram a gentileza de copiar para nós, com o tamanho da extensão... *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Apaguem a luz.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª MARIA ROSA DEMARCHI** – Vou colocar aqui para vocês.

Aqui é a cidade de Pirenópolis, a atual. Termina aqui. Esse é o contorno hoje, que se estende na cidade. O Plano Diretor atual, que está em vigência ainda, expande a cidade para Planalmira e para cá. É a proposta. Olha a proposta que foi feita – essa já é a segunda – depois da audiência pública. Esse contorno aqui é a extensão. Aqui tudo é APA. Aqui é Morro do Frota. Minha casa é aqui. Toda essa área é área de APP, área de proteção permanente. *(Fora do microfone.)*

Olha a expansão disso aqui, pegando morros e encostas, e indo tudo aqui para atender a interesses particulares. Olha o tamanho, aonde vem essa extensão da área urbana que eles criaram. Aqui eles continuavam todo o morro, ia até a Polícia Militar, seguia aqui, pegando áreas de proteção permanente, morros nascentes, e tudo. Aí, chamamos. E aí o que eles fizeram na revisão, depois da nossa audiência? Eles fizeram uma nova proposta.

Na audiência, era uma audiência única e nós, o grupo que estava presente no teatro, achamos que não era suficiente. Tínhamos muitas dúvidas, muitos questionamentos a essas propostas. Nós queríamos mais audiências. E foram criadas nesse dia, um dia inteiro de trabalho, com toda a comunidade presente, cinco grupos de trabalho. Esses grupos apresentaram todas as suas reivindicações.

Passados alguns meses, eles marcaram uma nova audiência, sem nunca ter atendido nada. A única expansão que eles retiraram foi esta expansão – o Rio Tapiocanga passa por aqui –, essa extensão toda no morro do Tapiocanga. Foi o que eles fizeram: passaram uma regra aqui, sem critério nenhum, e mantiveram o restante todo.

Na época, nós tínhamos conhecimento de 18 loteamentos para serem implantados na região. Nós estávamos cheios de corretores em Pirenópolis. Eu tenho uma propriedade ali e ofereceram até R\$2,5 milhões pela minha propriedade, para fazer esses loteamentos.

Então, a nossa grita foi bastante grande. Entramos com uma ação popular para que não ocorresse aquela audiência sem que se fizesse qualquer alteração, que atendessem as cinco reivindicações que nós tínhamos feito. O processo caminhou. Houve audiência. Nós nos reunimos, fizemos todas as nossas colocações em cima dessa nova proposta, porque a única alteração era essa, as outras não foram atendidas. Entregamos o documento ao GTE, esse grupo de representantes de Pirenópolis, para que eles fizessem as alterações.

Eles não fizeram. Fizeram uma reunião de conciliação, aonde não trouxeram proposta nenhuma. Na primeira proposta desse grupo, houve um relatório – que era o Anexo nº 11 – que falava da falta de estrutura na cidade de Pirenópolis. Não foi atendido esse Anexo nº 11, que foi redigido e estava no primeiro PDOT, na primeira apresentação deles. É um relatório técnico que fala sobre o abastecimento de água da rede de Pirenópolis, que não consegue atender. Nós tivemos um problema sério, como falou o Triers, este ano, de abastecimento de água – aliás, como sempre temos nas secas. O esgotamento sanitário ainda não está pronto. Toda a situação atual foi retirada desse novo PDOT que eles apresentaram.

O que nós pensamos é o seguinte: a Prefeitura tem que, antes de tudo, se reestruturar, ter condições, porque, hoje em dia, Pirenópolis tem...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª MARIA ROSA DEMARCHI** – ... diariamente, construções sem alvará, sem seguir as posturas, não resguardando as metragens necessárias de recuo, avançando. Em Pirenópolis, as pessoas assumem e avançam nos espaços públicos, constroem as coisas. Depende se é amigo do rei ou não. Então, você pode avançar, construir, impedir os calçamentos. Há uma rua lá... Eu fui, em 2003 ou 2005, fui diariamente ao secretário falar sobre uma construção que estava pegando, dos dois lados da rua, um metro da calçada. E não consegui! Inclusive, o Secretário de Finanças da época virou para mim e falou: “Mas a senhora mora lá perto?”. Eu falei: “Não, eu sou uma cidadã pirenopolina. Estou aqui reclamando, não moro lá perto”. Não foram lá. Depois fiquei sabendo que era parente. Um dia, fui lá bater na casa da mulher e falei: “A senhora não pode, a senhora está avançando”. Ela falou: “Venha cá, senhora. Olha lá. A senhora está vendo a rua? Aquela casa amarela que está ali é do prefeito. Se a senhora fizer o prefeito recuar, porque ele avançou também, eu volto com a minha casa”. Hoje você passa nessa rua e todos avançaram. E nada foi feito!

Nós não temos fiscalização, nós não temos nada! Nós somos contra esses projetos que estão. E vou dizer mais para vocês, eu tenho conhecimento extraoficial de que são sete empreendimentos que estão vindo para Pirenópolis, sete! Um é esse dentro do Centro Histórico, com 192 unidades residenciais – que não são unidades de hotel, são residências com cozinha, que não vai, como foi dito, viver dentro do hotel, em área de nascente, onde estão sendo perfurados sete ou oito poços artesianos. Em áreas de nascente, não é permitida a perfuração de poços artesianos, porque ela seca, ela acaba. Falaram que estão usando 10%. Infelizmente eu não consegui – foi ontem que nós tomamos conhecimento de que haveria essa audiência pública aqui –, mas gostaria de ter trazido – está em nosso Facebook, o Pirisemtimeshare – uma maquete desse empreendimento. Eles alegam que lá tem 60 mil metros quadrados, que eles estão preservando as áreas, mas não estão preservando. Eles estão perfurando. Eu perguntei ao grupo, porque eu acabei debatendo com eles lá em Pirenópolis, em uma reunião a que eu compareci de xereta, na reunião do Condema, onde ia ser aprovado esse empreendimento. Tomamos conhecimento de que o prefeito já havia dado o alvará. O IPHAN de Pirenópolis não deu o alvará, e o alvará foi dado pelo IPHAN de Goiás – é o que chegou ao nosso conhecimento. Isso é um absurdo! É um desrespeito à nossa cidade! O IPHAN não tem condições nenhuma de fiscalização naquela cidade. O Centro Histórico está abandonado! *(Palmas.)*

**A SRª MARIA ROSA DEMARCHI** – Na Rua do Lazer puseram barracas, está cheio de barracas, descaracterizando. As pessoas estão – se for amigo do rei está – demolindo e reconstruindo coisas, como ocorreu agora, recentemente, na Rua do Lazer. As pessoas pintam as casas de rosa, vermelho, qualquer cor que não são as do tempo colonial.

Não existe condição, depois de uma dessas, em que o IPHAN local nega e vai para o IPHAN regional, que concede.

Não é só esse empreendimento. Esse empreendimento tem as seguintes características: são 192 apartamentos. Não são apartamentos, são unidades residenciais. Vou deixar isso bem claro, porque há consequências. Vão vender, segundo alegam, para 12 pessoas, cada apartamento. Que sejam 12. Na verdade, não é o que se faz, nesse sistema. Geralmente, vendem para 52 pessoas, mas eles alegam que vão vender para 12. Tudo bem. Multiplicando, temos 2,5 mil pessoas proprietárias desse empreendimento, o que eu acho até mais grave, porque no sistema de *timeshare*, as pessoas vendem cotas, não vendem a propriedade. Ali vão vender propriedade. Como são proprietários, não vão nem pagar qualquer tributação e vão concorrer deslealmente com as pousadas existentes. Vão acabar com o nosso charme, vão acabar com aquela cidade, com aqueles restaurantes de padrão...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª MARIA ROSA DEMARCHI** – ... porque esse pessoal não vai se utilizar do padrão. Não vai se utilizar. Era isso, gente. Temos que lutar, preservar. Eu peço só mais um minutinho para concluir.

Estive conversando com um corretor de Caldas Novas, e ele disse que acabou a cidade, que Caldas Novas deveria ter feito o que nós estamos fazendo: enfrentar e não permitir. Hoje não se vende mais nada lá. O que custa R\$1 milhão, em Pirenópolis, vai custar 100 mil reais. Vocês podem ter certeza, porque será um nível de população e depredação como o que ocorreu na Costa do Sauípe, em Búzios, em Cabo Frio, em Porto Seguro, cidades que eu conhecia e frequentava. Hoje ninguém quer ir para lá. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Agradeço a Sr<sup>a</sup> Maria Rosa Demarchi, pela sua exposição. Ao mesmo tempo, consulto o Plenário se posso também abrir a palavra a outros convidados que aqui estão, para que possam trazer informações mais atuais. Na rapidez com que nós conseguimos aprovar essa convocação, já que temos o recesso do Congresso Nacional, não havendo nenhum Senador contra, solicito autorização, para que eu possa abrir a palavra a outros convidados que aqui estão. Não havendo ninguém contrário, em votação. *(Pausa.)*

Aprovada, então, a autorização para que eu possa ouvir, antes de começarmos as perguntas que nos chegaram pelo Portal do Senado e também pelo 0800 e pelo Portal e-Cidadania. Antes de formular essas perguntas, que são endereçadas, principalmente, ao Sr. Luiz, eu concedo, por cinco minutos, a palavra ao Sr. Aloysio, também cidadão pirenopolino, que traz informações a esta Comissão.

V. S<sup>a</sup> tem cinco minutos para a exposição dos dados sobre esse assunto específico.

**O SR. ALOYSIO VIEIRA RONALDO** – Agradeço a audiência marcada por V. Ex<sup>a</sup>, que vem muito ajudar o nosso movimento.

Respondendo à pergunta que o senhor colocou com relação aos empreendedores que estariam, realmente, fazendo força, para que consigam alavancar esses projetos nocivos à cidade, tenho a esclarecer que a Quinta Santa Bárbara estaria com o terreno de propriedade de Umbelino Lôbo e da família Peixoto, do pai do Deputado Thiago Peixoto. Eles seriam donos do terreno.

Quanto ao empreendimento que, em Pirenópolis, instalou-se como B3 Incorporadora, nós procuramos, na cadeia sucessória, dentro da Receita, e chegamos ao Privé, de Caldas Novas, da família Palmerston. Então, são empreendedores que fizeram fortuna com o sistema de *timeshare* e tentaram, de alguma maneira, se encobertar nessa nova empresa B3 Incorporadora. Mas, procurando no *site* da Receita, chegamos ao Privé de Caldas Novas, da família Palmerston. O terreno, volto a dizer, seria da família do Deputado Tiago Peixoto e do Sr. Maurício Umbelino Lôbo.

A Deputada Magda Mofatto, também empreendedora nesse ramo, em Caldas Novas, teria comprado uma área imensa, atrás da Pousada dos Pireneus, com a perspectiva de fazer mais de 400 apartamentos. Isso está em fase também de autorização por parte da prefeitura. Essas autoridades importantes, talvez, consigam a pressão necessária para alavancar esses projetos.

Com a Dr<sup>a</sup> Maria Rosa colocou, só para acrescentar, o nosso Plano Diretor hoje, apresentado pela Prefeitura, com a amplitude de mais de 30 vezes a área urbana atual da cidade, encontra-se embargado por uma ação popular, promovida pelos cidadãos de Pirenópolis, enquanto a Prefeitura não consegue apresentar o mínimo estudo que justifique tamanho aumento na área urbana da cidade.

Era isso que tinha a falar. Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Agradeço a contribuição que o Sr. Aloysio Vieira traz a esta Comissão.

Ao mesmo tempo, aquilo que foi mostrado aqui pela Sr<sup>a</sup> Maria Rosa Demarchi deixa claro que, dentro daquela circunscrição específica de Pirenópolis, se não temos o atendimento necessário nem de saneamento, nem de esgoto, de água tratada, de condições de atendimento dos moradores que lá habitam, ou seja, a expansão sem que haja o suporte daquilo que é básico para que possa haver qualquer expansão em uma cidade, é realmente uma agressão e um risco enorme, além de comprometer aquilo que acho fundamental, que é o que o Tiers trouxe aqui também. Ou seja, aquela cidade tem um mote específico, um foco, um tipo de turismo que não é essa expansão imobiliária em torno da cidade, é a pessoa poder caminhar por ali, andar e poder conviver com aquela realidade, aquele clima, aquela energia que é própria da cidade de Pirenópolis. Isso é que não pode, de maneira nenhuma, ser destruído.

Se a cidade ficar totalmente cercada por esses loteamentos, sem a menor responsabilidade de preservar aquele centro histórico de Pirenópolis, rapidamente aquilo será dilapidado, ...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – ...inviabilizado, e não teremos mais aquela característica que foi preservada inicialmente por uma luta de todos vocês.

Quero, depois de ouvir o Sr. Aloysio, formular as perguntas que nos chegaram pelo Portal e-Cidadania, e foram encaminhadas ao Sr. Luiz.

A pergunta é do Sr. Eurípedes de Araújo Mendes Júnior, que formulou duas perguntas e um comentário, que passo a ler. Ele pergunta ao Sr. Luiz: “O senhor pode afirmar que os projetos não respeitam os aspectos ambientais, sociais e econômicos? Sabe se usarão a rede de esgoto e fornecimento de água da rede pública local?” Segunda pergunta. Terceira: “O senhor conhece os projetos?” Essas foram as perguntas encaminhadas por ele.

Em um segundo momento, ele faz um comentário. “Uma audiência pública que não dá direito de manifestação a todos os envolvidos definitivamente não é uma coisa séria” Realmente, cabe a mim, como Senador da República e por ter aprovado a audiência, dizer que realmente não são sérios aqueles que foram convidados, como autoridade, e se negaram a estar aqui presentes. Isso é um primeiro ponto. Estamos tratando aqui, na Câmara Alta do Legislativo brasileiro, no Senado Federal, dentro de uma comissão permanente que trata exatamente desse assunto: desenvolvimento regional e turismo, em primeiro lugar. Então, que esse cidadão, o Sr. Eurípedes, saiba se manter na sua posição, não extrapole o seu direito de reivindicar sua presença, que está aberta a todos, sem dúvida alguma. (*Palmas.*)

A dificuldade que tivemos foi de identificar quais seriam essas pessoas que estão envolvidas na parte específica da construção desses condomínios, desses empreendimentos, lá em Pirenópolis. Isso nos foi trazido agora, em primeira mão, pelo Sr. Aloysio. Anteontem, nós não sabíamos quais eram as pessoas, nós não tínhamos como identificar essas pessoas. Solicitei a presença da Prefeitura como sendo o órgão que nos traria essas informações oficiais. Como é que isso foi aprovado? Qual era a posição da Prefeitura? Quem deveria estar prestando esclarecimentos, neste momento, é exatamente a Prefeitura. Ela é o órgão competente para dizer por que aprovou, quais são os pontos que eles sustentam como defensáveis para o investimento naquela cidade. Ninguém aqui está contra A ou contra B. Estamos aqui em uma casa de debates. O que vai prevalecer é o que trouxer os melhores argumentos e sensibilizar aqui as pessoas que compõem a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Para isso, eles se ausentaram. Como tal, a Comissão não pode admitir, de maneira nenhuma, que esta audiência não seja uma coisa séria.

Em segundo lugar, só para avançar também nas perguntas formuladas pelo Sr. Eurípedes de Araújo Mendes Júnior. Ele inicia: “Bom dia. Observo, pelo requerimento do Senador Caiado, que não foram convidados para a audiência pública representantes dos empreendedores”.

É verdade, Sr. Eurípedes, nós não sabíamos. Realmente, a dificuldade nossa é identificá-los. É uma tese pela qual a Comissão não pode ser responsabilizada, porque até o Sr. Aloysio coloca que teve que recorrer até à Receita Federal para chegar a quem, hipoteticamente, pode estar à frente. Não sabemos por que esse aca-nhamento das pessoas em assumir, já que algo transparente, é um investimento na cidade, não tem por que ser abafado. O ponto alto seria exatamente eles aparecerem, irem à Câmara de Vereadores ou nas associações, dizer quais são os benefícios, debater com a comunidade e dizer se deveria aprovar ou não. Só essa omissão, só já esconder ou tentar colocar laranjas à frente, isso já cria um total – vamos dizer – pé atrás da comunidade, que tem dificuldade em saber quais são os verdadeiros interessados naquela ampliação, pela comunidade de Pirenópolis, totalmente fora das regras que a sociedade daquele Município deseja como sendo ampliação do turismo.

Então, realmente, Sr. Eurípedes, nós não conseguimos identificar quais eram esses representantes dos empreendedores. Gostaríamos, já que estamos diretamente pela TV Senado, que o Sr. Eurípedes nos passasse a lista desses empreendedores. Faço questão, tão logo terminado o recesso, de fazermos, de minha lavra, um novo requerimento a esta Comissão, convidando novamente a Srª Maria Rosa, como também o Luiz Triers, e todos os empreendedores, repetir o ofício ao Sr. Prefeito. Espero que, da próxima vez, ele não tenha nenhuma audiência marcada e tenha condições de estar aqui presente, como representante daquele Município, para também prestar esclarecimentos a esta Comissão, que tem a prerrogativa de poder discutir esses assuntos.

Segunda pergunta: “Vocês não vão debater o negócio deles”? Não. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo não tem essa prerrogativa de discutir assunto pessoa física, pessoa jurídica ou empreendimento privado, a menos que isso venha agredir aquilo que seja público. Aí sim, nós temos que colocar aqui a discussão. Agora, entre eles, o que eles têm nas empresas deles, isso não é interesse desta Comissão. O que é interesse é quando eles querem se apropriar de uma situação que descumpra a situação existente e deforma o perfil de um turismo que foi muito elaborado, preservando a cidade de Pirenópolis, como sendo indiscutivelmente uma joia hoje em relação a turismo em nosso Estado de Goiás. Então, para esse assunto, nós não podemos convocá-los aqui.

“Somente os contrários foram chamados. Não deveriam estar presentes todas as partes envolvidas?” Bom, o Sr. Eurípedes é repetitivo na pergunta, e gostaria do apoio dele para que ele nos mandasse esses outros nomes e talvez sensibilizasse o Sr. Prefeito para que estivesse aqui e pudesse prestar os outros esclarecimentos necessários.



Chega outra pergunta também do Sr. Eurípedes – pergunta ou comentário. “Como se pode afirmar que as regras do IPHAN foram desrespeitadas? Onde estão as provas?” Essa pergunta foi encaminhada às 11h15. São essas as perguntas formuladas por ele.

O Sr. Marcos Taran Silva pergunta a vocês dois: “Vocês sabem afirmar quantos andares terão esses empreendimentos?” Segunda pergunta: “Esses projetos vão gerar empregos e respeitam as leis ambientais e o Plano Diretor?” Outra pergunta do Sr. Marcos Taran Silva: “Esses novos projetos, caso estejam respeitando as regras e as orientações dos órgãos ambientais e patrimônio histórico, poderão tornar referência para os existentes e novos empreendimentos?”

Eu, da minha parte, já respondi aquilo que foi colocado pelo Sr. Eurípedes. As demais perguntas são encaminhadas a V. S<sup>as</sup>. Passo a palavra, primeiramente, ao Sr. Luiz, pois a exposição foi feita inicialmente por ele e a primeira pergunta é formulada a ele.

**A SR<sup>a</sup> MARIA ROSA DEMARCHI** – Eu só queria fazer um comentário. O senhor terminou fazendo uma pergunta, e a gente não respondeu – se nós tínhamos sido consultados, se a população tinha sido consultada em relação a esse projeto. Nós não fomos consultados. Ninguém foi consultado, por isso também desconhecemos quem está atrás desses projetos. Não houve conhecimento. O que tomamos conhecimento foi por uma arquiteta desse projeto, que estava há dois anos pleiteando junto à Prefeitura e fazendo as suas adequações. Mas a comunidade não conhecia, como não conhece. A gente só conhece através de boatos desses outros seis empreendimentos, que estão querendo se estabelecer na cidade. Inclusive, temos uma propaganda de um outro grupo, HMS, que tem empreendimentos em Rio Quente, em Caldas Novas. E há uma proposta aqui, foi uma propaganda que eu peguei, não sei da sua validade ou não. Também não deu tempo, de ontem para hoje, de consultar e verificar quem são, em Alta Vista. Chama-se Alta Vista Termas Resort, em Pirenópolis, com 560 unidades habitacionais, com 7.280 quotas. Depois há um total previsto de eles fazerem 2.294 unidades habitacionais, com 29.822 quotas. Então, isso aqui é característica de um *timeshare*. A previsão de vendas é em 36 meses e um valor total de R\$1 bilhão. É o que está aqui, na propaganda deles.

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Passo, então, a palavra ao Sr. Luiz.

Gostaria de passar a ele as perguntas que foram formuladas, para que tivéssemos a resposta.

**O SR. LUIZ TRIERS** – Quanto à pergunta: se posso afirmar que os projetos não respeitam os aspectos ambientais, sociais e econômicos. Quanto ao projeto em si, não posso afirmar. Como foi colocado, há falta de clareza nessas questões, que colocaram também entraves para buscarmos informações quanto à nossa luta.

Estive, ontem, em conversa com um morador da cidade, que defendia a implantação de um desses empreendimentos que é o Estrada Parque dos Pireneus. Ele disse que eles já estão há sete anos estudando o local, planejando e mexendo. Então, já há sete anos que é visado um tipo de empreendimento na cidade e a comunidade até hoje não foi consultada sobre esse modelo. Então, acho que essas dificuldades é que trouxeram também essa falta de informação da nossa parte.

Quanto ao respeito ambiental, social e econômico, é interessante falar que eles possuem, sim, um projeto no molde sustentável. É previsto um estacionamento interno. Eles colocaram que vai haver mais de 70% de área drenada, que eles vão ter prédios com somente até dois pisos com 8,5m de altura, que é o que prevê o licenciamento do IPHAN estadual, mas a grande questão que a gente coloca não é o empreendimento em si. Quando a gente fala aqui, quando a gente defende a nossa causa, a gente coloca “Piri”, como é carinhosamente chamada, o nosso destino de Pirenópolis. A gente está usando o Quinta Santa Bárbara por quê? Porque ele foi o primeiro que teve todas as licenças concedidas. Então, ele, como pivô de um novo modelo de turismo, é que a gente está lutando, porque faltam as audiências públicas e, principalmente, por exemplo, o estudo de impacto de vizinhança.

O empreendimento é dentro do centro histórico. Quando a gente estava com uma equipe de filmagem no local, uma senhora veio, moradora local, solicitando a fala para a gente colocar junto para dizer que o pessoal ficou cinco dias furando poços artesianos e ficou uma noite inteira, a madrugada inteira, para cumprir a meta, furando poço artesiano e ela relatou que tinha filho pequeno em casa, tinha que trabalhar no outro dia, ou seja, os impactos já estão acontecendo, a sociedade já está sofrendo com os impactos desse novo empreendimento que está vindo para a cidade.

Quanto a se eles usarão a rede de esgoto e o fornecimento de água da rede pública local, no projeto também eles falam que não, que será construída uma rede de tratamento de esgoto para o empreendimento, que será feita a perfuração de poços artesianos, mas a nossa dúvida e a nossa indagação não é quanto ao empreendimento em si e os impactos pontuais locais, mas quanto aos impactos que esse empreendimento vai gerar em toda a cidade.

Eu sou guia de turismo, credenciado pelo Ministério do Turismo, e também sou guia de observação de aves, que é um ramo que na América do Norte movimenta bilhões de dólares de divisa. O Brasil, hoje, tem mais

de 1.800 espécies de aves. Pirenópolis possui uma lista oficial, compilada pelo ornitólogo François, que possui mais de 350 espécies de aves. Somente na Rua do Bonfim – eu participei dos estudos –, a gente está com mais de 100 espécies catalogadas e tem junto ao site wikiaves, que é um site de portal, de observadores, a espécie de um suiriri-de-garganta-listrada, que só foi avistado no Quinta Santa Bárbara.

Além disso, a gente tem junto aqui moradores do Condomínio Quinta Santa Bárbara, que relatam a presença da avifauna, a presença de cutias, ...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. LUIZ TRIERS** – ... que são pequenos roedores, no local. Então, é uma natureza no local, que precisa ser preservada pela nossa qualidade. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu passo a palavra a Srª Maria Rosa.

Antes, porém, depois de lidas as perguntas que foram formuladas, a Comissão acaba de receber também mais um comentário do Sr. Eurípedes, parabenizando agora o Senador e dizendo: “acho a sua postura democrática em se disponibilizar a realizar outra audiência pública com todos os envolvidos”. A palavra “envolvido” é dele.

Neste ponto, eu quero dizer que tão logo voltemos do recesso, tão logo se inicie o ano legislativo, eu farei uma nova convocação aqui, citando os nomes... *(Palmas.)*

... e pediria que todos pudessem, também – esses empresários que estão à frente desses investimentos na cidade de Pirenópolis –, encaminhar à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo seus nomes, os contatos, para que pudéssemos tê-los também presentes para o debate.

Então, eu quero deixar claro e solicito já que eles, por favor, encaminhem seus nomes à Comissão, porque nós aprovaremos aqui uma nova audiência pública com todos os investidores que pretendem lá fazer essa expansão na cidade de Pirenópolis, como também com o Sr. Luiz Triers, com a Srª Maria Rosa Demarchi e outros. O Sr. Aloysio veio também trazer informações, colocando-se à disposição. Eles serão chamados e outros que desejarem também participar dessa audiência pública, moradores ou pessoas que estão envolvidas nessa causa em Pirenópolis. A Comissão se coloca à disposição para ouvi-los. É lógico que nós temos que ter um número máximo de expositores a cada reunião, não podendo extrapolar seis a cada reunião. Mas podemos promover tantas reuniões quanto necessárias aqui para podermos levar a bom termo aquilo que é a demanda da sociedade nesse momento, que é preservar Pirenópolis e fazer com que continue esse turismo sustentável, que todos vocês aqui defendem.

Passo, então, a palavra à Srª Maria Demarchi.

As perguntas formuladas pelo Sr. Eurípedes e pelo Sr. Marcos Taran foram essas que estão aqui e já lidas por nós.

A Prefeitura encaminhou um Ofício da PGM nº 018, de 2015, datado de Pirenópolis, 17 de dezembro de 2015. Esse ofício chegou à Comissão no dia 17 de dezembro de 2015, às 10h27.

Ilmo Sr. Marcus Guevara Sousa de Carvalho, DD. Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Assunto: convite audiência pública, encaminhado ao Secretário.

Através deste, venho perante V. Sª, tendo em vista o recebimento do Ofício nº 1.322, de 2015, da ADM da CDR, informar que em virtude de compromissos anteriormente agendados e tendo em vista a exiguidade do prazo, não será possível o comparecimento na audiência designado.

Sendo só para o momento, antecipo votos do mais alto apreço, estima e consideração.

Atenciosamente, Nivaldo Antônio de Melo, Prefeito do Município de Pirenópolis.

Passo, então, a palavra a V. Sª.

**A SRª MARIA ROSA DEMARCHI** – Só vou complementar alguma coisa.

Eu tomei conhecimento desse empreendimento passando defronte à Prefeitura, e um rapaz, que é da área de meio ambiente, falou: “D. Maria Rosa, a senhora não vai participar dessa reunião que está havendo do Codema (Conselho Municipal de Turismo) para aprovar o projeto do Quinta de Santa Bárbara?”. Então, eu entrei na reunião. A Carol esteve lá comigo, porque eu imediatamente chamei mais algumas pessoas para comparecer. E aí nós tomamos conhecimento do empreendimento. Durante 1h15min a gente fez perguntas às pessoas. Estava lá a Srª Juliana, que é uma arquiteta. Também não sei dizer sobre a questão desse grupo que o Aloysio já colocou. Começamos a perguntar e vimos que são 192 apartamentos, sendo sessenta e poucos com dois dormitórios ou um dormitório, o que dá um total de 256 quartos. Pelo plano atual, vigente – e alguns até questionam se ele está vigente, se nós estamos sem Plano Diretor, porque ele já deveria ter sido revisto há três anos –, empreendimentos com mais de 3.500m² têm necessidade de ter uma vaga de estacionamento para cada quarto. Lá só foram disponibilizados – nós não somamos nem o tamanho dessas vagas –, visualizando a maquete, 182 sinazinhos de vagas de garagem; e 122 é o que eles falaram que poderiam ter. Eles pegaram

o que diz sobre *apart hotel* no Plano Diretor para duas vagas. E eu falei: “Não, com 3.500m<sup>2</sup>, está previsto uma vaga por quarto. Esse é um aspecto.

Outro aspecto, eu perguntei: “O que vocês vão utilizar como rede de esgoto?” Eles disseram: “O poço artesiano existente”. Eu falei:

“O poço artesiano existente é para uma pousada de 30 quartos. Vocês estão fazendo 256. Não vai abastecer, não vai ter condição”. Então, acabaram confessando que eram sete poços artesianos. Isso é proibido – repito aqui – em uma área de nascente. Aí eles falaram que a nascente estava preservada, que as áreas estavam preservadas e que eles estavam construindo em apenas 10% do que é o permitido, só 10% de construção, são em dois pisos os apartamentos.

Eu creio, olhando a maquete – infelizmente, não deu tempo para a gente trazer uma foto e ver –, que 10% de 100cm é 1cm. Na hora em que você visualiza 60 mil metros quadrados, você vê se tem 6 mil metros quadrado, e há muito mais do que isso. Eles não devem estar olhando a parte das piscinas. O empreendimento é lindíssimo. Olhando você fala: “nossa, que maravilha, o progresso chegou a Pirenópolis”, mas ninguém está vendo as consequências desse projeto.

Daqui a pouco isso aí é vendido, como ele disse que não é *timeshare*. O proprietário, ou quem estava lá representando o proprietário, disse que não é *timeshare*, porque *timeshare* você vende cotas, como é esse outro caso aí. Ele vende a propriedade para 12 – alegam eles –, e eles podem vender até as 52 semanas. Então, esse monte de proprietários, daqui a três anos, não aguentam mais: fazer o quê em Pirenópolis? Então, acontece o que acontece com Caldas Novas, alugam a R\$20,00 o quarto.

Como eu sou proprietário, dentro da minha casa eu ponho o quanto eu quero. Não adianta falar que eu vou por três pessoas. Se eu puser quatro em cada apartamento, são mil pessoas, 1.200 pessoas por dia, isso vai demandar toda a vizinhança. Cadê o impacto de vizinhança? Cadê o de trânsito da cidade? Os funcionários vão pôr os carros onde? São muitos questionamentos que nós temos, e não temos respostas. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Houve mais um comentário, que foi encaminhado pelo portal e-Cidadania, do Sr. Mauro Henrique Dias da Cruz, que diz:

O que falta em Pirenópolis é uma regulamentação da atividade de turismo na cidade. Não existe uma lei sequer de turismo municipal. As poucas normas que existem não são aplicadas. Inexiste um plano municipal de turismo, como deveria haver por determinação do art. 7º do Plano Diretor.

Eu quero, então, com isso, agradecer à Srª Maria Rosa Demarchi pela exposição que foi feita aqui, pelos dados extremamente importantes para nós podermos sedimentar cada vez mais os argumentos e o debate desse assunto, que interessa não só ao Estado de Goiás, mas interessa exatamente a todo o País, já que ali é uma área de preservação, e também o reconhecimento por toda a arquitetura da época em que o IPHAN inicialmente teve o cuidado de preservá-lo. Hoje há uma nova norma colocando em risco toda essa situação da cidade de Pirenópolis, e ele também deverá ser convidado para a próxima audiência.

Eu quero cumprimentar e agradecer também a presença do Sr. Luiz Triers, também pelo conhecimento da matéria, conteúdo com que debateu. Nós esperamos que, no início de fevereiro, tão logo possa aprovar um outro requerimento, nós possamos ter, aí sim, uma audiência com o contraponto em relação às posições colocadas pelo senhor e pela Srª Maria, e, com isso, chegarmos, pelo menos, a um entendimento daquilo que pode, daquilo que vai comprometer a beleza dessa cidade que vocês tanto defendem, pelo carinho que têm, e também pela vontade de continuarem morando ali naquilo que é algo que tem muito especial, que é aquela energia da cidade de Pirenópolis, que tantos daqui de Brasília também vão visitar. É um ponto turístico hoje reconhecido nacionalmente.

Podem ter certeza de que o objetivo do Senador Ronaldo Caiado e da Comissão é nós colocarmos um debate aberto, claro, transparente. Aqui não há margem a dizer que estaremos excluindo quem quer que seja. Esta comissão está aqui exatamente para que o cidadão, principalmente os moradores de Pirenópolis, os turistas que lá querem estar – e o Brasil todo reconhece aquela cidade – também possam opinar pelo Portal, pelo 0800, e nós possamos concluir aquilo que possa ser a conciliação e a preservação do turismo sustentável.

Muito obrigado. Esta Presidência agradece a presença de todos os convidados e dos demais presentes. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a atual reunião. (Palmas.)

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 4 minutos.)

**ATA DA 49ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2015.**

Às oito horas do dia dezessete de dezembro de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Waldemir Moka, Dário Berger, Ronaldo Caiado, Blairo Maggi, Lasier Martins, Benedito de Lira e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Delcídio do Amaral, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, José Medeiros, Lúcia Vânia e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à Pauta de Deliberação: 1ª PARTE: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO - Discussão e Votação do Relatório do Senador Donizeti Nogueira sobre a Avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, determinada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura nº 13, de 2015, em cumprimento ao artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. Observações: Os Senadores Waldemir Moka, Dário Berger, Blairo Maggi, Ana Amélia e Acir Gurgacz usam da palavra para discutir a matéria. Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Donizeti Nogueira, com a sugestão do Senador Acir Gurgacz de realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, aprovada pelo Requerimento nº 84/2015. 2ª PARTE: A Senhora Presidente comunica a retirada do ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 637, de 2015, a pedido do Senhor Relator, Senador Flexa Ribeiro. Em seguida, dá início à Deliberação dos seguintes itens: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 738, de 2015 - Terminativo – EMENTA: Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 738, de 2015, com a emenda que apresenta. Observação: Anunciada a matéria, a Senadora Ana Amélia passa a Presidência ao Senador Acir Gurgacz em razão de ser a relatora do Projeto, conforme o disposto no artigo 89, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal. Os Senadores Waldemir Moka, Ana Amélia e Flexa Ribeiro usam da palavra para discutir a matéria. Resultado: Apreciação adiada para a realização da Audiência Pública de instrução dos PLS nº 672, 675 e 738/2015, aprovada pelo Requerimento nº 85/2015. ITEM 3: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 83, de 2015 – EMENTA: Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com o objetivo de “debater a questão dos Javalis Europeus no País”, com a participação da Sra Izabella Mônica Vieira Teixeira – Ministra de Estado do Meio Ambiente. Autoria: Senador Dário Berger. Observação: Os Senadores Dário Berger, Donizeti Nogueira, Blairo Maggi, Lasier Martins e Flexa Ribeiro fazem uso da palavra no encaminhamento da votação do Requerimento. Resultado: Aprovado com a inclusão do nome do Sr. Edilson José de Souza - Prefeito do município de Campo Belo do Sul. EXTRAPAUTA: ITEM 4: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 84, de 2015 – EMENTA: Requerem, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de discutir a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, com a presença do Senhor Paulo Guilherme Cabral, Presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER. Autoria: Senadores Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz. Resultado: Aprovado. ITEM 5: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 85, de 2015 – EMENTA: Requerem, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de instruir os PLS nº 672, 675 e 738, de 2015. Autoria: Senadores Acir Gurgacz e Ana Amélia. Resultado: Aprovado. 3ª PARTE: Apresentação do Relatório das Atividades da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em 2015 pela Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia. Observação: Os Senadores Flexa Ribeiro, Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Dário Berger, Benedito de Lira, Blairo Maggi e Waldemir Moka fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**SENADORA ANA AMÉLIA  
PRESIDENTE DA CRA**

*(Texto com revisão.)*



**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há número regimental. Declaro aberta a 49ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro aos caros colegas a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Com a anuência do Plenário, a ata está aprovada.

A primeira parte desta reunião destina-se à discussão e à votação do relatório do Senador Donizeti Nogueira sobre o Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 13, de 2015, que dispõe sobre a avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, em cumprimento ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Informo que, em cumprimento ao Plano de Trabalho do Relator, Senador Donizeti Nogueira, foram apresentados e aprovados nesta Comissão quatro requerimentos de audiência pública, bem como seis requerimentos de informações destinados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Incra, ao então Ministério da Pesca e Aquicultura, ao Banco Central, com informações sobre o Banco do Brasil, sobre o Banco do Nordeste, sobre o Banco da Amazônia e sobre a Controladoria-Geral da União (CGU).

Foram recebidas e encaminhadas ao Relator as respostas dos requerimentos de informações do Banco Central do Brasil, da CGU e do Incra.

Em 14/05 e em 16/07, foram realizadas as audiências públicas referentes aos requerimentos apresentados pelo Relator da matéria.

Passo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira, o Relator, para proferir seu relatório.

Agradeço, antecipadamente, todo o seu esforço para que, hoje, na última reunião desta Comissão, fosse concluída com pleno êxito a nossa missão, Senador Donizeti.

**O SR. DONIZETI NOGUEIRA** (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom dia, Senadora Ana Amélia, nossa Presidente; Senador Blairo; Senador Moka!

Quero agradecer a oportunidade, Senadora, de ter sido convidado para executar esta tarefa.

Aproveito para agradecer ao Marcos Peixoto, consultor do Senado, e ao Ciro, que é meu coordenador de assuntos legislativos no gabinete, pelo trabalho realizado. A contribuição do nosso consultor do Senado foi fundamental para que pudéssemos sistematizar o relatório no tempo devido.

O relatório está expresso em 57 páginas mais os anexos. Fizemos um resumo para dar uma contextualizada no que é o relatório, que, certamente, será publicado pela Comissão nas suas mídias, em 11 páginas. Passo, neste momento, à leitura.

Avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER).

Políticas públicas podem ser definidas como programas de ação governamental, visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Os Poderes do Estado, Executivo, Legislativo e Judiciário, têm papéis constitucionais diferentes, mas complementares, na formulação e implementação das políticas públicas.

A Constituição Federal confere ao Congresso Nacional o poder de legislar sobre qualquer matéria de competência da União e de aprovar a alocação de recursos orçamentários federais, mas a Constituição também confere ao Congresso Nacional o poder de fiscalizar os atos da Administração Direta e Indireta, permitindo-lhe fazer uso de instrumentos, como requerimentos de informação, realização de audiências públicas e Comissões Parlamentares de Inquérito.

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal são também assessorados pelo Tribunal de Contas da União, por meio da realização de auditorias e fiscalização junto aos órgãos do Poder Executivo. Entretanto, não basta que as políticas públicas elaboradas reflitam os anseios sociais, devendo o Congresso averiguar se elas estão efetivamente suprimindo tais demandas, investigando continuamente os impactos dos programas governamentais em relação aos objetivos para os quais eles foram criados.

O art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, introduzido pela Resolução nº 44, de 2013, estabelece que as comissões permanentes selecionarão anualmente, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas.

O relatório, contendo as conclusões alcançadas, deve ser apresentado à comissão pertinente até o final da sessão legislativa.



A avaliação das políticas públicas realizadas pelas comissões do Senado Federal deve abordar preferencialmente a dimensão Resultados e mais especificamente a mensuração da efetividade do conjunto de ações e programas que compõem a política avaliada.

Mas não basta aferir se as ações realizadas integram os produtos que se propunham a produzir. É preciso avaliar se os bens e serviços produzidos alteraram a realidade social da forma pretendida pelo Estado e pela própria sociedade e dar transparência aos dados sobre os resultados e à sua avaliação.

Em consequência do mandamento regimental, em 24 de março de 2015 foi recebido, na 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o Requerimento (RRA) nº 13, de 2015, de iniciativa do Senador Donizeti Nogueira, subscrito também pela Senadora Ana Amélia, Presidente da Comissão, para avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), desenvolvida no âmbito do Poder Executivo Federal. O RRA nº 13, de 2015, foi lido e aprovado, e, na mesma ocasião, foram apresentados por mim a Proposta de Plano de Trabalho para avaliação da PNATER e os Requerimentos (RRA) nº 24 a 27, que solicitam a realização de audiências públicas para instruir os trabalhos.

O Plano de Trabalho e os requerimentos de realização das audiências para avaliação da PNATER foram aprovados na 15ª Reunião Extraordinária da CRA, realizada em 30/04/2015.

Foram realizadas duas audiências, de quatro audiências públicas requeridas, e encaminhados vários requerimentos de informação aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Pesca e Aquicultura; do Desenvolvimento Agrário; ao Incra, à CGU e ao Banco Central.

Nesse relatório, na Seção 2, é apresentado um breve histórico da institucionalização do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil, passando pela sua estatização com a criação das EMATERs nos Estados, da Embrater no Ministério da Agricultura e a crise do sistema com a extinção da Embrater em 1990, até sua recuperação, nos anos 2000, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Na terceira seção, é apresentada a origem da primeira versão da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar (PNATER) e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), implantados entre 2004 e 2009.

Na quarta seção, são apresentados a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater), instituídos pela Lei nº 12.188, de 2010, e discutida a sua execução entre 2010 e 2015.

Na quinta seção, são apresentados alguns dados de execução do Orçamento da União em ações da PNATER elaborados pela Consultoria de Orçamento do Senado Federal.

Na sexta seção, são comentados brevemente os achados de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União no final de 2012 e recomendações já analisadas por esta Comissão de Agricultura, em 2013.

Na sétima seção, é apresentado um breve relato de trabalho de avaliação realizado pela CGU durante 2015 junto aos executores da PNATER.

Na oitava e penúltima seção, é apresentada a Lei nº 12.897, de 2013, que autorizou a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e os desafios para a sua implantação.

Na última seção, são feitas considerações finais acerca da execução da política, bem como são apresentadas recomendações de ação por parte do Senado Federal.

O relatório é extenso, com quase 50 páginas, excluindo os anexos, e não comportaria sua leitura na íntegra. Como será disponibilizado para o público na internet, na página da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, solicito a atenção de V. Ex<sup>as</sup> para as considerações finais e recomendações.

Uma constatação na avaliação realizada é a de que o Poder Executivo não tem privilegiado um planejamento adequado das ações de implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária conforme a lei que instituiu a PNATER. O instrumento de sua execução é o Programa Pronater. Entretanto, não encontramos nenhuma evidência, nenhum documento que comprovasse a elaboração de um programa de médio ou longo prazo no planejamento das ações a serem desenvolvidas.

Nesse sentido, acreditamos que o Pronater deve apresentar, entre outros aspectos: o diagnóstico da situação ou realidade a ser alterada; as ações a serem desenvolvidas e os respectivos envolvidos na sua execução; o prazo ou o cronograma de desenvolvimento das ações; os indicadores intermediários de resultados finais; as metas a serem atingidas, tendo em vista a mudança pretendida na realidade diagnosticada; os mecanismos e responsáveis pelo monitoramento dos resultados e sua avaliação; e a comunicação à sociedade das informações resultantes desse monitoramento e avaliação.

O dimensionamento e o planejamento dessas ações permitirão ao Governo, por exemplo, estimar o montante de recursos orçamentários e de outras fontes que permitam a implantação da PNATER pelo conjunto com

os prestadores de serviço de assistência técnica e extensão rural, sejam as organizações estaduais, a ATER, os Municípios ou as organizações não governamentais ou outros agentes públicos ou privados.

Parece-nos fundamental que o MDA implemente integralmente a Lei da Ater, elaborando até meados de 2016 um novo Pronater, com vigência ao menos decenal, com indicadores e metas de resultado. As diretrizes para a elaboração do Pronater serão emanadas da 2ª Conferência Nacional de Ater, que será realizada no início de junho de 2016.

Isso dará tempo para que o Governo preveja no Projeto de Lei Orçamentária da União para 2017 os recursos necessários para promovermos uma revolução na implantação da PNATER e do Pronater e garantirmos serviços de ATER com qualidade, frequência e continuidade.

Igualmente importante é a adoção, pelo MDA, dos mecanismos de monitoramento e avaliação, divulgando as informações resultantes à sociedade de forma efetivamente acessível ao público no Sistema Informatizado de ATER (Siater).

Para colaborar com o objetivo de promover uma universalização mais rápida do acesso dos agricultores familiares e médios produtores a serviços de assistência técnica e extensão rural, estou propondo o Projeto de Lei do Senado nº 790/2015, reproduzido no anexo deste relatório, com o objetivo de promover o fortalecimento das políticas de financiamento e de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, públicos e privados.

A maioria dos produtores rurais, sejam agricultores familiares, sejam médios produtores, ainda não tem acesso a serviços de ATER contínuos e de qualidade. É urgente aperfeiçoar o marco regulatório dos serviços de ATER e acelerar o acesso dos produtores rurais a tais serviços, tanto visando à elevação dos níveis de produtividade da agropecuária, quanto da renda dos produtores e, portanto, da sustentabilidade da atividade. Adicionalmente, em muitas regiões, devido ao isolamento geográfico de muitos produtores, o serviço público de Ater é o único, dada a natureza da sua missão junto ao seu público, com capilaridade e capacidade de levar à população rural os benefícios das demais políticas públicas.

O art. 18 da Lei nº 12.897, de 2013, dispõe sobre as receitas da Anater, destacando-se “os recursos que lhe forem transferidos em decorrência de dotações anuais consignadas no Orçamento Geral da União, créditos adicionais, transferências ou repasses”. Entretanto, esta lei não garante que as dotações orçamentárias serão suficientes para que a agência desenvolva, com eficácia, as ações para que foi criada.

No projeto de lei que proponho, pretendemos assegurar, no art. 20 da Lei de Crédito Rural, que no mínimo 2% de todos os recursos destinados ao financiamento das atividades agropecuárias objeto dos Planos Agrícola e Pecuário (PAP), elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e Safra da Agricultura Familiar, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sejam alocados em custeio da contratação de serviços públicos e privados de assistência técnica ou de extensão rural aos beneficiários do crédito rural.

O PLS também garante, no art. 16 da Lei de Crédito Rural, que no mínimo 1% do total dos recursos alocados ao crédito rural sejam destinados à contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural pela Anater, no âmbito da PNATER.

Por exemplo, o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) de 2015/2016 prevê um montante total de R\$187,7 bilhões, e o Plano Safra da Agricultura Familiar 2015/2016 prevê outros R\$28,9 bilhões em financiamento. Somados, serão R\$216,6 bilhões. Considerando o proposto no art. 2º do PLS, a alteração proposta no art. 16 da Lei de Crédito Rural garantiria R\$2,15 bilhões para serem geridos pela Anater, montante este superior ao R\$1,3 bilhão destinado a tais serviços, no orçamento de 2015 do MDA.

Ainda conforme o mesmo art. 2º do PLS, a alteração proposta no art. 20 da Lei de Crédito Rural determina, no exemplo proposto, que no mínimo R\$4,33 bilhões (2%) teriam de ser destinados ao financiamento da contratação pelos beneficiários do crédito rural de serviços públicos ou privados de assistência técnica e de extensão rural.

Ainda que subsidiados, com possibilidade de concessão de rebates, o fato de tais serviços serem financiados permite o retorno de parte dos recursos aos cofres públicos.

Trata-se de uma estratégia de recuperação de custos que é uma tendência mundial e que tornará a política de universalização do acesso, pelos produtores, ao serviço de ATER, menos dependente da alocação de novos recursos públicos do Orçamento Federal.

Um total de R\$6,8 bilhões seriam destinados exclusivamente para serviços de ATER, o que permitiria acelerar, e muito, a universalização do acesso dos agricultores familiares médios e produtores a tais serviços.

Trata-se, repito, de uma mudança de paradigma, em que o conhecimento passa a ser tão ou mais importante do que as tecnologias físicas ou insumos e equipamentos para o desenvolvimento rural. Diversos outros

artigos do PLS aperfeiçoam a Lei Agrícola ao conceituar os termos “assistência técnica” e “extensão rural”, algo ainda inexistente no marco regulatório de ATER.

Também o PLS inova, ao trazer para a Lei Agrícola os tipos de organizações e instituições cuja atuação integrada deve ser uma preocupação e um princípio fundamental no planejamento e execução das políticas públicas voltadas para o campo, incluídas as políticas de ATER.

O art. 17 da Lei Agrícola é alterado e modernizado para excluir a objeção à existência de outros modelos de serviços de ATER, públicos ou privados, diferentes do serviço oficial. Essa pluralização do perfil dos provedores de serviços de ATER é também uma tendência mundial, recomendada no caso brasileiro, sobretudo considerando-se a grande heterogeneidade do meio rural, tanto de produtores quanto de atividades econômicas, e realidades socioculturais.

A preocupação com a oferta – estou quase terminando – dos serviços de ATER é diferenciada para indígenas, quilombolas, mulheres, jovens, pescadores, extrativistas, assentados de reforma agrária. É um exemplo dessa heterogeneidade.

As alterações do art. 48 da Lei Agrícola, no capítulo que trata do Crédito Rural, também procuram garantir o custeio oportuno de serviços e até o que deve anteceder o crédito de custeio da aquisição de insumos, de investimentos em máquinas e equipamentos.

Ademais, garante taxa de juros zero para a agricultura familiar ou o empreendedor familiar rural e ainda a possibilidade de concessão de rebate, conforme o regulamento. Coloca, entre os objetivos do crédito rural estabelecido na Lei Agrícola, o financiamento da contratação de serviços públicos ou privados de assistência técnica ou extensão rural aos produtores, ou suas organizações legalmente constituídas, através de linhas de créditos subsidiadas especificamente para esse fim.

Finalmente, a Lei Agrícola é também alterada para garantir que a Lei Orçamentária Anual preveja recursos orçamentários destinados ao financiamento da contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural em um montante no mínimo de 3% dos recursos totais previstos para os Planos Safra, referidos no art. 8º da Lei, a serem repassados pelos agentes financeiros de crédito oficial, sendo, desse percentual, no mínimo 2% geridos pela Anatel e no mínimo 1% das ofertas de linha de crédito rural para a contratação de serviços privados de assistência técnica e extensão rural.

Trata-se de dispositivo semelhante, mas não idêntico ao que garante recurso de ATER na Lei de Crédito Rural, uma vez que, nesta Lei, as fontes de recurso do Sistema Nacional de Crédito Rural não restringem o Orçamento Federal.

Finalizando, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, são essas as propostas contidas no PLS que apresento, em complemento ao relatório da avaliação da PNATER, que submeto à consideração de V. Ex<sup>as</sup>.

Por fim, cumpre destacar a importância de esta Comissão dar continuidade ao processo de avaliação da implantação da PNATER, em 2016 e nos anos seguintes.

É o cumprimento da missão constitucional do Senado Federal de monitoramento e fiscalização constante do Poder Executivo, considerando recomendações feitas pelo TCU e CGU, em suas auditorias, que contribuirá para assegurar o aperfeiçoamento da implantação da Política Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Presidenta, é esse o nosso relatório.

Peço apenas mais um minutinho.

Nós trabalhamos a visão de que, no País, nós não podemos sustentar o desenvolvimento só com a indústria pesada, que tem um custo altíssimo na geração de emprego. É muito importante, por exemplo, o que está conceitualizando o Ministro Patrus Ananias, que o desenvolvimento dos pequenos Municípios está na ruralidade. A sustentabilidade dos pequenos Municípios está no campo e não nos centros urbanos especificamente.

A Ministra Kátia Abreu também tem trabalhado a ideia de construção de uma classe média rural. Aqueles proprietários de terra, agricultores e produtores, que têm a sua propriedade, estão em condições difíceis de sobrevivência em decorrência desse gargalo, que é a ausência de uma assistência técnica continuada, permanente, inclusive com financiamento, com subsídio. Pois a assistência técnica, em última análise, é a proteção do crédito que foi colocado à disposição do produtor e que vai garantir que ele tenha sucesso na atividade que está desenvolvendo.

Agradeço mais uma vez a Consultoria do Senado pela elaboração do relatório e agradeço à Sr<sup>a</sup> Presidenta e aos demais colegas Senadores a confiança por nos ter delegado o trabalho que realizamos.

Obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Senador Donizeti, Mais uma vez, também renovo os cumprimentos ao Senador Dário Berger, que fez um trabalho tão extenso, tão completo e competente sobre a questão da fiscalização da defesa agropecuária.

Está em discussão o relatório do Senador Donizeti.

Eu queria informar aos colegas Senadores que o relatório já está disponibilizado na internet, na página da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Todas as consultas que queiram fazer a respeito da matéria, o detalhamento está todo contido na publicação virtual do relatório do Senador Donizeti.

Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Primeiro, quero cumprimentá-lo, sem dúvida alguma, pelo trabalho. Foram várias audiências, e eu acredito que participei de todas elas.

Eu queria chamar atenção para o acerto dos temas que nós tivemos aqui. Por exemplo, extensão rural é, talvez, o ponto fundamental em termos de políticas públicas, porque é o extensionista que tem condições de ver realmente se aquela política pública está chegando na ponta do sistema.

Eu acho que esse é um trabalho que merecia esse acompanhamento, Senador Donizeti. É fundamental. Nós temos a Embrapa, que pesquisa melhoramentos, mas se não houver quem leve isso para o pequeno produtor, lá na ponta, vai acabar chegando somente ao médio e ao grande produtor. Às vezes, nem ao médio. Portanto, é fundamental a extensão rural.

Eu tive um irmão que foi engenheiro agrônomo, extensionista rural, da antiga Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural). Lembro-me de que, menino ainda, cansei de viajar com ele para o interior do então Mato Grosso. Ele fazia o trabalho de extensão rural em um projeto chamado Condepe – lembro-me disso como se fosse hoje –, que trabalhava mais com pecuária de corte na época. O extensionista ia lá, verificava a propriedade, via se tinha condições de receber aquele recurso, que depois acompanhava passo a passo para ver estava sendo utilizado corretamente, e o retorno do que foi levado até o produtor.

Portanto, Senadora Ana Amélia, eu acho esse é um legado que a Comissão, sem dúvida alguma, vai deixar, como grande contribuição para todos nós que quisermos realmente nos aprofundar e conhecer melhor sobre extensão rural.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Senador Moka.

Com a palavra, o Senador Dário Berger.

**O SR. DÁRIO BERGER** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente Ana Amélia, eu também quero aproveitar esta oportunidade para cumprimentar o Senador Donizeti Nogueira pelo seu relatório, pela sua exposição, haja vista que se trata de um tema também extremamente relevante para a agricultura brasileira, sobretudo para o meu Estado, que tem uma característica muito peculiar, as pequenas propriedades, que, apesar de serem pequenas, têm uma representação econômica substancial nesse ramo. Santa Catarina se destaca no cenário nacional em muitas áreas, dentre as quais a área da agricultura propriamente dita.

Eu tive a honra de relatar, por um privilégio desta Comissão, a questão da sanidade, que é um tema importante, fundamental e vital para o futuro da agricultura brasileira. Pude constatar e observar um pouco as dificuldades, os anseios, as peculiaridades da agricultura e do agronegócio como um todo. Pude perceber também, Senador Donizeti, que, apesar de as políticas públicas dos últimos anos, das últimas décadas terem avançado substancialmente, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir, digamos, ao produtor rural a segurança necessária para que ele possa permanecer no campo, manter seus filhos e dar continuidade a uma atividade que é muito importante para o Brasil.

Nós todos sabemos que nos últimos anos houve um êxodo rural muito grande, o que criou a urbanização desenfreada em nossas cidades como um todo, principalmente nas capitais. Isso, na minha opinião, trouxe um prejuízo muito grande de toda ordem. As cidades incharam e vimos o desestímulo de amigos nossos, companheiros nossos, famílias que dedicaram toda a sua vida, toda a sua história à agricultura, exatamente por falta de apoio, de auxílio, de assistência técnica, de uma política nacional que pudesse ampará-los.

Com o avanço da tecnologia, percebo que existe um novo cenário, hoje, na agricultura brasileira. Percebo, inclusive em Santa Catarina, que há pessoas voltando para a agricultura. E o que nós temos que fazer é um esforço grande para tornar a atividade rural produtiva e atraente, porque, hoje, com os mecanismos existentes e com a descentralização das próprias universidades, os filhos dos agricultores podem estudar muito próximo de suas propriedades e avançar significativamente. Lembro-me de que meu pai e meu avô tinham como expectativa única na vida ir para um grande centro urbano ou um centro urbano maior onde fosse possível que seus filhos continuassem os estudos.

Diante disso, quero parabenizar V. Exª. Não me canso de dizer que o agronegócio exerce um papel estratégico no desenvolvimento do Brasil. Ele representa mais de um quarto ou quase um quarto do Produto Interno Bruto e mais de 40% das exportações brasileiras. Olha só, 45%.



**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Metade.

**O SR. DÁRIO BERGER** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Nós temos que louvar, deveríamos fazer uma moção genérica para todos os agricultores deste País, sem os quais nós estaremos num atoleiro sem precedentes na história do Brasil. É ainda o agronegócio que está sustentando a economia brasileira.

Eu acho que nós não podemos medir esforços, nem poupar recursos para, efetivamente, criar uma logística própria para o setor a fim de que ele continue crescendo e se desenvolvendo. Invariavelmente, quando a coisa está dando certo, nós largamos mão e desamparamos, sendo que, na verdade, devemos exercer, digamos, as nossas atividades para cada vez criar mais estímulos, para que se torne cada vez mais forte, cresça e se desenvolva. Mas não é o que acontece no Brasil. O que acontece no Brasil, em função das peculiaridades que nós todos conhecemos, é que nós vamos apagando o fogo onde ele acontece, nós vamos no quanto pior, pior, e deveríamos seguir exatamente os exemplos que estão dando certo.

O Senador Donizeti cita um exemplo importante e fundamental na avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica, que em Santa Catarina avançou muito nos últimos anos, e também na extensão rural e na agricultura familiar, que é uma característica muito própria de Santa Catarina,

Dos encaminhamentos propostos por V. Exª, em função de toda a avaliação feita por V. Exª durante todo esse período, eu queria que V. Exª pudesse sintetizar, para que eu possa entender de maneira mais objetiva a proposta de V. Exª.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Dário Berger solicitou ao Relator, o Senador Donizeti, que destacasse do seu relatório as sugestões, se V. Exª puder resumir.

Na verdade, Senador Dário, antes vou passar a palavra ao Senador Blairo Maggi, para discutir a matéria.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia, o Senador Acir Gurgacz, o Senador Waldemir Moka, o Senador Dário Berger e, especialmente, o nosso Relator, Senador Donizeti, pelo relatório, e fazer um pequeno comentário.

Os colegas que me antecederam ressaltaram a importância da extensão rural para a agricultura, não apenas para o pequeno assentado, mas para o grande. Alguns têm seus próprios corpos técnicos nas propriedades, pois não para demandar do serviço público um trabalho específico, diário e permanente nas propriedades. O que me preocupa na assistência técnica é que ela é importante, é necessária, mas os pequenos produtores não conseguem conhecimento sem essa transferência. Então, o Estado se propõe a fazer isso.

Agora, a qualidade dos dois lados está um pouco comprometida. O agricultor que está voltando da cidade para o campo, em razão dos programas de reforma agrária ou de venda de terra, como Banco da Terra e tantos outros, volta para o campo meio desconectado da vida no campo, volta muito mais pelo romantismo da vida no campo, pela tranquilidade. Mas a vida no campo, a vida na lavoura é dura, difícil. Não é fácil passar o dia inteiro dando tapa em mosquito, suando, não tendo as condições ideais ou as condições boas que existem em uma cidade, já que qualquer cidade é melhor do que o campo para se viver.

Então, em muitos casos, os produtores não estão conectados, não têm aquela tradição, a vivência, não têm o trabalho mesmo na mão, aquela necessidade do dia a dia. De outro lado, também há técnicos que não são bem preparados. A extensão rural é quase que uma religião, uma paixão, a pessoa precisa gostar daquilo que faz.

Infelizmente, hoje, os concursos públicos não têm uma avaliação específica para isso. A pessoa pensa: “Eu sou extensionista; mas sou por quê? Porque preciso de um emprego ou porque gosto do que faço?”. Temos visto que poucos extensionistas, ou uma pequena parcela deles, fazem isso como uma religião, como uma paixão, no sentido de transferir conhecimento. É quase como ser um professor. Então, dentro do relatório, com todas as considerações, eu sei que a nossa legislação não permite esse tipo de coisa, mas talvez fosse possível incluir nos testes, na porta de entrada desses técnicos para a extensão rural, uma avaliação psicológica, para saber se é isso mesmo que a pessoa quer, se é disso que a pessoa gosta, ou se é apenas um emprego para receber o salário no final do mês, para andar de carro para lá e para cá, ir a uma propriedade simplesmente por ir, tomar café e ir embora, sem fazer nada.

É por essa razão que a situação não avança, que não ocorrem mudanças no campo. A profissão é importante e é necessária, mas funciona muito mais quando o técnico é apaixonado pelo que faz e quando o agricultor é apaixonado pela agricultura que faz, é quando os dois se encontram. Não sou um agricultor de paixão, que estou lá para resolver um problema social, e também não sou um extensionista porque quero ou porque só preciso de um emprego.

Essa é a minha observação. E, com certeza, nós não avançamos mais na agricultura e em todos setores em função disso. Às vezes, as pessoas estão nos lugares errados, elas precisam ser trocadas, substituídas por alguém que adora, que tenha a terra no lugar do sangue.

Obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento o Senador Blairo.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Permita-me Srª Presidente, quero fazer apenas um adendo aqui e uma pergunta ao Relator, o Senador Donizeti Nogueira.

Por exemplo, a antiga Embrater, lá no Estado era Empaer, era uma empresa consequência do que o Senador está dizendo. Muitas vezes você tem uma empresa de assistência técnica e extensão rural que fica concentrada na capital. Você chega a uma cidade pequena, e o chamado extensionista não é agrônomo, não é veterinário, às vezes, nem técnico rural é. Então, há uma distorção. Às vezes fica uma empresa com uma cabeça grande e os membros raquíticos. É importante o que o Senador Blairo falou, quer dizer, o extensionista tem que ter essa vocação mesmo, porque, realmente, o jogo é duro. Como se diz na fronteira, a chapa é quente e o jogo é bruto.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador lembrou que muitos agrônomos não gostam de ir para o campo, gostam de ficar no ar refrigerado. Muitos, não digo todos.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – É o que nós chamamos de agrônomo pardal: só gosta de cidade.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agrônomo pardal, é essa a definição?

Não é uma crítica, é uma observação da realidade. Da mesma forma, o inseminador para a área de pecuária, que também não gosta de visitar a propriedade. E, sem isso, não há como exercer a prática.

O Senador Dário Berger falou que Santa Catarina tem uma empresa de excelência, a Epagri. O Rio Grande do Sul tem não somente as entidades das cooperativas, mas tem também a Emater, que é da extensão rural. A Emater está praticamente em todos os Municípios, com um problema grave, agora já encaminhada a solução. Como era uma empresa, uma entidade sem fins lucrativos, ela não fez as contribuições de INSS. Havia uma dívida impagável da Emater. Todo o patrimônio da empresa não seria suficiente para cobrir o passivo decorrente daquela ação. Felizmente, a Ministra do Desenvolvimento Social, que é gaúcha, conseguiu ainda dar encaminhamento a esse processo, junto com as Lideranças, junto com Parlamentares gaúchos – também encaminhamos –, que foi enviado à Advocacia Geral da União, ao Ministro Adams. Dessa forma, o problema foi solucionado. Até o Poder Judiciário nos ajudou nesse processo. Houve todo um esforço.

E não se trata apenas, Senador Donizeti e caros colegas Senadores, do trabalho na extensão rural, propriamente dito. Ela faz também um trabalho de educação das pessoas da área rural para a reciclagem e o aproveitamento. No Município de Frederico Westphalen, no caso da vassoura, por exemplo, pode-se colher a vegetação para...

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Guanxuma.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Guanxuma. Ele sabe tudo!

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Corta o dedo. Guanxuma corta o dedo.

Então, fazer o aproveitamento disso, assim como, com plástico, fazer tapetes. Quer dizer, educação para a limpeza e reciclagem.

E agora o Prefeito da cidade me apresentou a proposta de criar uma escola para atender a comunidade dos moradores da ruralidade referida pelo Senador Donizeti, para educá-los nessa questão da reciclagem e da sustentabilidade, que são muito importantes para o meio ambiente. E não me esquecendo de falar da Embrapa e do seu papel na criação do conhecimento. E da extensão rural, porque é necessário o fortalecimento, para levar àquilo que a Embrapa faz.

Então, Senador Donizeti, para responder ao questionamento do Senador Dário Berger.

**O SR. DONIZETI NOGUEIRA** (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador, o encaminhamento que estamos propondo, por exemplo, é que, primeiro, no ano que vem, depois da conferência, o Poder Executivo faça um planejamento no mínimo decenal. Ou seja, um planejamento de longo prazo para a assistência técnica.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para a extensão.

**O SR. DONIZETI NOGUEIRA** (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O segundo encaminhamento é no sentido de já adequar a legislação vigente a fim de garantir isso.

Para se ter uma ideia, na lei agrícola, existe um ponto que diz respeito a saúde, a transportes, etc., mas não fala em assistência técnica nem em extensão rural. Estamos propondo uma mudança no marco regulatório para essa área e garantindo o financiamento amarrado, dentro do Orçamento, da previsão orçamentária, àquilo que vai ser investido no Plano Safra, tanto para a agricultura de grande porte e a pecuária como para a agricultura familiar. Isso seria em torno de 3%.

Nós temos uma situação bem resolvida no Brasil. Para fora da porteira, eu penso: “Está resolvido. Nós temos a Embrapa, nós temos as empresas que produzem os insumos, o conhecimento, etc.”. Para dentro da porteira do grande produtor, também está resolvido. No entanto, para o pequeno não está resolvido. Quem é que abre a porteira para que possa chegar o conhecimento científico e tecnológico na pequena propriedade? É esse o papel da extensão rural. A extensão rural entra para mobilizar, para preparar as pessoas; depois vem o técnico, a assistência técnica, e comunica o que existe de inovação e que pode ser aplicado na propriedade dele.

A nossa iniciativa, Senador Dário Berger, primeiro, é pedir ao Governo Federal que faça um planejamento, no mínimo, de dez anos para a assistência técnica.

Segundo, que garanta o financiamento para a assistência técnica, o financiamento a custo zero e o financiamento como financiamento, mesmo. Aquele que quiser tomar o recurso, existe o recurso destinado, a rubrica específica para a assistência técnica, como era no tempo da Embrater, em que, no financiamento, já era garantido 2,5%, sendo 1% para a preparação do projeto e 1,5% para a assistência técnica. Essa é a garantia de sucesso do produtor.

Por fim – é como o Senador Blairo falou –, meu pai me ensinou que nada vence o trabalho. E eu aprendi que a paixão move o mundo. Se as pessoas não forem apaixonadas pelo que fazem, elas fazem malfeito. Elas não fazem porque acreditam naquilo, fazem pela necessidade de ter uma remuneração.

Eu acho que existe um instrumento valioso, que são as escolas da família agrícola. Essas escolas formam agricultores técnicos importantíssimos para o País. Precisamos fortalecer essas escolas porque elas não tiram o estudante do campo. Ele fica 15 dias na escola e 15 dias na propriedade. Isso faz com que haja técnicos e extensionistas envolvidos e conhecedores da realidade em que vivem. Então, isso é muito importante.

Era isso.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Donizeti, pelo esclarecimento.

Eu já vou passar a palavra ao Senador, nosso Vice-Presidente, Acir Gurgacz.

Eu só queria lembrar o que eu falei: na verdade, o que se está pretendendo lá, pelo Gerente Regional Adjunto da Emater-Ascar de Frederico Westphalen e pelo Prefeito Betinho, é um centro de capacitação de agricultores familiares. E olhem só o investimento: são R\$500 mil, sendo R\$250 mil para a aquisição de equipamentos e R\$250 mil para a construção desse centro, para atender 42 Municípios daquela região, com cursos de curta duração para aproximadamente 5 mil agricultores por ano, nas áreas de bovinocultura de leite – pecuária leiteira –, de agroindústria familiar, de piscicultura, de conservação de solo e água, de preservação ambiental, de cultivos protegidos de hortigranjeiros e outros. Então, vejo iniciativas brotando com baixo custo para a sua manutenção.

Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Srª. Presidente, nossos colegas Blairo Maggi, Moka, Dário Berger e Donizeti – quero cumprimentá-lo pelo seu relatório –, de fato, a assistência técnica é importante demais para a nossa agricultura.

Eu fiquei muito animado quando, em 2013, Senador Moka, o Governo anunciou a criação da Anater. Em 2013, e até agora não começou a funcionar. Em junho, foi anunciado o nome da pessoa para administrar e presidir a Anater. E agora em dezembro foi então nomeado, empossado, o Presidente da Anater, depois de alguns anos, Srª Presidente. E há a expectativa de como vai funcionar essa agência. Então, eu sugiro que nós já comecemos a fazer uma pauta para o ano que vem, e, nessa pauta, convidar o Paulo Guilherme, que é o nomeado Presidente da Anater, para vir aqui nos dizer, compartilhar conosco qual será e como será a ação e a atuação da Anater.

Depois de criada essa grande expectativa de que a Anater ia ajudar e, claro, tem como ajudar e vai ajudar muito os nossos agricultores, principalmente os pequenos, como já foi muito bem colocado aqui, é importante para Santa Catarina, é importante para o Rio Grande do Sul, e é muito mais importante ainda para o nosso Estado de Rondônia, que também tem as mesmas características, mas é um Estado muito mais jovem e tem tudo para se fazer.

A expectativa da Anater é muito grande, e eu sugiro convidá-lo no ano que vem para fazermos esse debate, já que se demorou tanto tempo para criar e instalar a Anater. Que possamos, então, vê-la funcionar, com todo o apoio desta Comissão.

Muito obrigado, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Senador Acir, eu até sugiro, como nota final, e peço à assessoria que faça o requerimento. Assinaremos extrapauta o convite, para já formalizar e na primeira reunião ouvirmos a Anater.

Com a palavra, o Senador Donizeti.

**O SR. DONIZETI NOGUEIRA** (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na verdade, o Paulo Guilherme foi convidado para vir aqui em uma das audiências públicas, mas como ele não tinha tomado posse, não veio. Ele disse que, assim que tomasse posse e nós o convidássemos, ele viria. Seria oportuno que fizéssemos isso.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu gostaria que a Secretaria fizesse o requerimento com a assinatura do Senador Donizeti, que foi o Relator, e do Senador Acir Gurgacz, que está fazendo a sugestão e é o Senador que coordenou o nosso relatório.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Donizeti Nogueira sobre extensão rural e agricultura familiar.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Senador Donizeti Nogueira, que passa a constituir parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Será cumprida a deliberação da Comissão.

**O SR. DONIZETI NOGUEIRA** (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srª Presidente, existem algumas informações que chegaram muito em cima da hora e que não pudemos registrar. São as que vêm daqueles requerimentos que nós pedimos. Se for possível também colocá-las à disposição, eu acho que é importante.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria que V. Exª entregasse à Comissão, por anexos, junto ao relatório, após a solicitação do Senador, com todas as informações prestadas pelos órgãos, demandadas pelo Senador Donizeti.

**O SR. DONIZETI NOGUEIRA** (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No mesmo tema. Eu passo agora a palavra ao Senador Acir Gurgacz, nosso Vice-Presidente, porque entramos na segunda parte da nossa audiência pública.

Há dois projetos em análise, o que revela que a Comissão encerra bem.

O Senador Flexa Ribeiro, que é o Relator do item 2, solicitou, pessoalmente – como deve ser feito –, que fosse retirado de pauta.

Então, a pedido do Senador Relator da matéria, está retirado de pauta o item 2.

O item 1 é de minha relatoria.

Eu peço ao Senador Acir Gurgacz que presida a reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem, Srª Presidente.

## ITEM 1

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 738, de 2015

#### - Terminativo -

*Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.*

**Autoria:** Senador Jorge Viana

**Relatoria:** Senadora Ana Amélia

**Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 738, de 2015, com a Emenda que apresenta.

#### **Observações:**

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.

Então, com a palavra, a Senadora Ana Amélia, Relatora da matéria, para proferir à leitura do seu relatório.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caros colegas Senadores, eu serei bastante breve. Este é um projeto do Senador Jorge Viana, e talvez ele tenha sido inspirado.

Recentemente, a França fez a campanha da fruta feia. Não sei se tomaram conhecimento, a televisão mostrou. Sempre que vamos a um mercado, a uma frutaria, o que fazemos? Buscamos nas prateleiras as frutas



mais bonitas para colocar em nossas cestas. É natural. Isso é um gesto muito brasileiro. Também gostamos de tocar a fruta – o tomate, a bergamota, a tangerina ou mexerica, conforme o lugar, a laranja, a maçã, a pera ou a banana – para ver se não está estragada ou com algum defeito, especialmente o mamão, que é muito sensível.

Então, o que os franceses fizeram? A campanha da fruta feia. Eles colocam aquelas frutas que não são tão bonitas aos olhos, mas saudáveis para consumo, em uma gôndola separada, a da fruta feia. É dito: “Eu sou feia, mas sou boa”. E vendem aquela fruta por um preço 30% menor. Imagino que a inspiração da iniciativa do Senador tenha sido essa.

Em um país como o nosso, com grandes carências, o desperdício é uma coisa muito séria. Então, eu acho que ele pautou um pouco a questão social, a questão ambiental e, a questão econômica também, do consumidor, para fazer esse processo. Na verdade, o autor faz uma série de definições sobre validade e sobre embalagens. Não pega só a fruta, só vegetal – a Ceasa e poderia fazer uma classificação muito mais fácil, com o manuseio –, mas abrange também os produtos industrializados, como iogurte e queijo, porque depende da embalagem, com prazo de validade. Se existe algum defeito, mas não venceu a validade, o produto é saudável. Então, há uma série de regramentos a esses procedimentos legais, mas altera também providências do setor que produz os alimentos.

Diante disso, vou fazer a apresentação apenas da análise final, porque os aspectos de constitucionalidade, todos aqueles requisitos legais foram respeitados.

Resumindo, quero dizer que o PLS nº 738, de 2015, é oportuno em seu mérito, uma vez que estabelece medidas importantes para intensificar o combate ao desperdício de alimentos no Brasil, sobretudo ao descarte, definido como o rejeito de produtos ainda aptos ao consumo, principalmente por varejistas e consumidores. Na verdade, a indústria também está nesse processo. Nesse contexto, visa criar as condições para uma mudança comportamental no consumo que podem ter efeitos positivos ao longo da cadeia produtiva de alimentos e que, inclusive, alcancem os produtores rurais, que poderão destinar ao mercado produtos que atualmente nem são embarcados, uma vez que, a princípio, são considerados sem valor comercial.

A proposição em análise almeja também estimular produtores ou atacadistas a organizarem a oferta de alimentos *in natura* de modo a classificá-los segundo seu valor comercial, em vez de descartar os que atualmente seriam rejeitados pelo consumidor de mais alta renda. Assim, os produtos com aspecto imperfeito podem ser disponibilizados a menores preços, beneficiando inclusive pessoas que têm dificuldades para incorporar alimentos *in natura* em seus hábitos alimentares pelo seu alto custo.

O voto é pela aprovação do PLS 738, de 2015, nos termos da emenda que apresentei:

O art. 3º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 738, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

‘Art. 61-A Descartar alimentos processados, industrializados, embalados ou não, ou *in natura*, ainda próprios para o consumo, segundo as normas sanitárias vigentes, e em desacordo com as disposições da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Pena – multa.

Parágrafo único. O regulamento definirá os critérios técnicos de avaliação do cumprimento do disposto no *caput*.”

Eu queria dizer aos Srs. Senadores que o projeto do Senador Jorge Viana é deste ano, de 2015. Eu fiz a solicitação à Assessoria Legislativa do Senado, ele foi em uma semana concluído, e eu estou apresentando. Como trata de muitos setores envolvidos, desde o atacadista ao varejista, eu penso que esses agentes precisam ser consultados. Então eu estou propondo – nós não poderíamos votar porque ele é terminativo – que nós façamos uma audiência pública, trazendo aqui o produtor rural, a indústria, o varejista e evidentemente uma entidade de defesa do consumidor, a fim de melhor instruir a matéria, para que não haja nenhuma dúvida.

Lei boa é lei que pega, e não uma lei difícil.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Para discutir, Senador Waldemir Moka.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia, primeiro, quero dizer que eu tenho uma confiança muito grande no trabalho e no zelo com que relata as matérias. Mais uma vez, V. Exª me dá motivos para essa confiança.

Eu peço a palavra para discutir porque, por exemplo, determinadas embalagens, sobretudo latas, quando amassam, por dentro, elas podem enferrujar, o que pode criar problemas. Latas estufadas são sinal de que o alimento está contaminado. A ideia de aproveitamento de produtos *in natura*... A pessoa vai olhar aquilo e vai ver ela mesma, não é? Às vezes é uma fruta que está amassada e...

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A fruta está feia.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Há até uma expressão na minha terra, quando você quer elogiar uma pessoa, que diz: “Está mais bonita que laranja de amostra”. Quer dizer, aquela que você coloca para atrair o comprador. Muitas vezes, uma fruta que está amassada está em perfeitas condições. Agora, produtos industrializados, eu confesso que tenho dúvidas sobre isso, porque, muitas vezes, a embalagem não permite identificar. Eu sugiro que haja, entre os que serão ouvidos, alguém ligado à...

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – À indústria.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... defesa do consumidor. E eu sugiro que, no momento de contatar, que venha alguém com essa especialidade, realmente.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Da indústria de alimentos.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Da indústria de alimentos.

Mas fico contente. Realmente a ideia é boa, pois há desperdício.

Querem ver um exemplo? No transporte de grãos. Às vezes, você vai atrás de um caminhão de soja e vê, o tempo todo, caírem grãos. O asfalto, a estrada fica cheia. É claro que a perda por caminhão não deve ser muito expressiva, mas se somarmos tudo aquilo que se perde, é muita coisa.

Portanto, eu acho que o projeto do Senador Jorge Viana é oportuno porque vai ensejar um debate, sem dúvida alguma, pertinente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem. Continua em discussão.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria apenas esclarecer que este projeto é de novembro. Estamos em dezembro. O relatório foi apresentado em dezembro, protocolado, na Comissão já foi apresentado e lido. Acho que agora a audiência pública será extremamente esclarecedora, Senador Acir.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Eu também entendo que a matéria é pertinente e muito importante. Também é pertinente fazermos uma audiência pública para debater o tema com mais profundidade. Sugiro, então, para não deixarmos o projeto pendente de votação, que se peça vista coletiva e que fique sobrestado, para fazermos a audiência pública. Que já façamos o pedido e possamos encaminhar.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu sugiro vista apenas, porque a vista coletiva obrigará a que na próxima reunião já examinemos. Então, vista.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Peço vista ao projeto, Relatora, para que possamos promover essa audiência pública, conforme V. Exª encaminhou. Eu entendo que a sua posição é corretíssima. Aí poderemos avançar no debate deste tema.

Com a palavra, o nobre Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, Relatora e Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, primeiro, quero parabenizar a Senadora Ana Amélia, que fecha com chave de ouro as reuniões da Comissão de Agricultura do Senado Federal no dia de hoje. A única Comissão que se reúne hoje no Senado Federal é a Comissão de Agricultura, Senador Blairo, e com pauta extensa, são três partes. Quero me somar ao Senador Moka quando se refere ao cuidado, à competência de V. Exª nos seus relatórios. Mas a prudência, que também é uma qualidade de V. Exª, faz com que se possa debater melhor o projeto com uma audiência pública, que V. Exª já propõe para se iniciar a Sessão Legislativa do próximo ano.

Fui informado pela assessoria do Senador Lasier que tramitam mais dois projetos na Comissão de Agricultura, não idênticos, mas com o mesmo objeto. Talvez fosse importante fazer a audiência para subsidiar todos eles.

Essa é a observação que eu queria fazer, mas muito menos a observação e muito mais o elogio à competência e à direção de V. Exª e do Presidente em exercício, Senador Acir Gurgacz.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu perguntei a ele como ele fazia de manhã cedo. E ele me disse, ontem, que já assistiu ao Bom Dia Brasil fazendo esteira.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem, Senador Flexa. Eu sugiro a V. Exª e também ao Senador Lasier que façam um pedido à Mesa do Senado para que tramitem em conjunto esses projetos. Entendo que é pertinente, mas temos de seguir o rito legal, evidentemente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É lógico. Eu não estou fazendo nenhuma proposição, estou apenas comentando que a assessoria do Senador Lasier me disse que, já que vai haver audiência para este, que ela poderia abranger o objeto dos demais.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Aliás, a assessoria do Senador Lasier é muito eficiente nas suas atuações, o que é importante e nos dá muitas opções.

Mas a minha sugestão é para o Senador Lasier mesmo, para que faça esse pedido...

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O requerimento, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – ... o requerimento à Mesa do Senado, para que a tramitação seja conjunta. Os seus assessores que estão aqui podem fazer esse pedido à Mesa, para a tramitação conjunta, e, a partir daí, nós poderemos fazer as audiências públicas em conjunto, porque teremos apenas um projeto para debater. Essa é a minha sugestão ao Senador.

Então, como está suspensa...

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Antes, ainda...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sobre o pedido de vistas, passo a palavra à Relatora do projeto.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ainda antes da suspensão, caro Presidente Acir, sugiro que o Senador Lasier Martins encaminhe a sugestão do nome das pessoas, não muitos, para a audiência pública, porque nós teremos nomes específicos sobre esse tema. Nós temos de fazer em duas etapas a questão. Então, o Senador tem que encaminhar um requerimento sugerindo os nomes, que vamos aprovar, eventualmente, na primeira reunião.

Quanto ao pensamento, regimentalmente, só a Mesa do Senado pode definir, como explicou bem o Senador Acir. Assim, ele encaminhará também um requerimento à Mesa, porque isso já aconteceu na Comissão de Educação, quando discutíamos um projeto, e essa proposta foi feita. E aí eu vi que é impossível fazer, que tem que ser pela Mesa do Senado. Não pode a Comissão tomar a iniciativa de deliberar.

Eu agradeço muito, Senador Acir.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem.

Como o projeto está suspenso para uma audiência pública sugerida exatamente pela Relatora, nós suspendemos, então, a nossa votação. E eu retorno a Presidência à Senadora Ana Amélia.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há dois...

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pela ordem, Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Senador.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, V. Exª me concede a palavra por dois minutos, quebrando essa pauta que V. Exª colocou entre essa primeira, a segunda e a terceira parte da reunião de hoje?

É porque, como todos nós sabemos da sucessão de eventos na parte da manhã – e há uma Executiva do meu Partido reunida agora, a partir das 9h –, eu queria agradecer, nesta última reunião do ano aqui da Comissão Agricultura, a V. Exª e a todos os meus Pares com quem tive a oportunidade de conviver aqui, no decorrer de todo esse ano, com a presença assídua de todos os que estão aqui neste horário sempre pontual de V. Exª, às 8h, com a elegância que lhe é peculiar, com a inteligência própria e com a capacidade de trazer temas tão polêmicos e, ao mesmo tempo, dando conteúdo a eles, abrindo espaço para os debatedores e dando a esta Comissão o realce que ela merece. Eu quero pedir desculpa aos nobres Pares. Eu tenho uma reunião da Executiva nacional do Partido e, como tal, terei que me ausentar.

E eu quero desejar a toda a Comissão e a toda a equipe técnica um feliz Natal e um 2016 com melhores perspectivas para nós, principalmente para esse setor que tanto é responsável pela economia brasileira, que é o setor da agropecuária.

Parabéns aos meus Pares. Agradeço pela paciência também que tiveram aqui de nos suportar durante todo esse ano nos debates, no dia a dia e no aprendizado que nós tivemos.

Muito obrigado. (*Risos.*)

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com essa parte eu não concordo. É um prazer e uma alegria e é uma grande contribuição desse grande homem público que é Ronaldo Caiado.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Ronaldo Caiado, eu agradeço muito a gentileza das referências, que eu quero compartilhar com todos os colegas.

Hoje é quinta-feira, como salientou o Senador Flexa Ribeiro. É a única Comissão temática que está reunida neste momento no Senado Federal. Eu fico gratificada pelo comprometimento de todos aqui.

V. Exª já deu seu depoimento, antecipando que, no dia 25 de fevereiro, será realizada a audiência pública para tratar do controle da zoonose mormo, que é uma questão de sanidade na área dos equinos; a audiência foi requerida por V. Exª e já está marcada, então, para o dia 25 de fevereiro, quinta-feira.

Agradeço muito as referências.

Eu queria dizer aos senhores também que há três requerimentos.

Um requerimento é do Senador Acir Gurgacz, de cujo tema falamos aqui.

**ITEM 4****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 84, de 2015****- Não terminativo -**

*Requeremos, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de discutir a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, com a presença do Senhor Paulo Guilherme Cabral, Presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER.*

**Autoria:** Senador Donizeti Nogueira e outros

**Relatoria:**

**Relatório:**

**Observações:**

Então, está em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Vamos, então, agendar essa audiência pública decorrente do relatório dele.

**ITEM 5****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 85, de 2015****- Não terminativo -**

*Requeremos, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de instruir os PLS nº 672, 675 e 738, de 2015.*

**Autoria:** Senador Acir Gurgacz e outros

**Relatoria:**

**Relatório:**

**Observações:**

Os convidados serão arrolados oportunamente.

Então, esse é o requerimento.

Em votação o requerimento...

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra, o Senador Lasier Martins.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Presidente, estava acompanhando pela TV Senado e agradeço esta abertura. Já estou encaminhando requerimento hoje sobre esta matéria: desperdício de alimentos.

Obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Lasier Martins.

Em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado requerimento.

O último requerimento é do Senador Dário Berger, sobre a audiência pública solicitando a presença da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

**ITEM 3****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 83, de 2015****- Não terminativo -**

*Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com o objetivo de “debater a questão dos Javalis Europeus no País”, com a participação da Sra Izabella Mônica Vieira Teixeira – Ministra de Estado do Meio Ambiente.*

**Autoria:** Senador Dário Berger



Queria saber se o Senador Dário Berger quer apresentar o motivo do requerimento, embora esteja aqui, Senador.

**O SR. DÁRIO BERGER** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu penso ser importante, Presidente. No início do ano, fiz um pronunciamento, da tribuna do Senado Federal, a respeito desse assunto, sobre o qual fiz um pedido de informação ao Ministério do Meio Ambiente. O pedido de informação veio, mas não satisfaz, vamos dizer assim, as necessidades do tema.

Portanto, eu volto à carga, porque, como representante de Santa Catarina, tenho recebido uma pressão enorme de muitos Municípios e de muitos produtores rurais, Senadora Ana Amélia, que têm sofrido com o conhecido javali europeu. Então, eu submeto a esta Comissão a realização de uma audiência pública, para a qual solicito a participação da própria Ministra, porque esse é um assunto recorrente. Ele tem passado de pessoas em pessoas, de setores em setores, e o problema não tem um encaminhamento satisfatório que possa apresentar um resultado prático.

Eu queria, inclusive, já adiantar aqui a minha posição de que – não sei se seria só a Ministra; poderíamos, talvez, acrescentar mais um ou dois nomes aqui ou, então, só a Ministra mesmo – ela pudesse fazer um relatório para nós das providências para definir um regramento.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. DÁRIO BERGER** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Só a Ministra, não é?

Então, não sei se é necessário eu...

Na justificação, Presidente, eu digo que o javali europeu, que não pertence à fauna brasileira, mas acabou sendo introduzido no País, hoje causa enorme prejuízo à economia do Planalto Catarinense, principalmente à agricultura familiar de milho e de soja. Os produtores dos Municípios do Planalto Catarinense, especialmente de Campo Belo do Sul, por exemplo, registraram já uma perda de praticamente 30% de suas safras. O negócio é impressionante! É inacreditável! Se a gente perceber *in loco* a situação, chega a ser inacreditável. E pelas fotografias também, porque eles vão no início da plantação e destroem tudo. Eles deixam o raso. É um negócio impressionante. Realmente, eu fiquei muito impressionado com isso.

E o Brasil já possui vários estudos a respeito do javali europeu, inclusive de pesquisadores da Embrapa, os quais concluíram ser o animal uma das mais preocupantes pragas para as lavouras brasileiras de cultivo de milho e de soja. Alertam as autoridades que, pela proliferação assustadora do plantel, a agroindústria das regiões que os animais passaram a habitar sofrerá, a cada ano, o aumento de seu prejuízo.

Então, diante da gravidade dessa situação, eu requeiro audiência pública para que nós possamos debater esse problema.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O problema não é diferente no Rio Grande do Sul, Senador Dário Berger. Lá é idêntico, com os mesmos prejuízos. E há um problema, porque há autorização do Ibama para combate, mas não se consegue fazer.

Senador Donizeti e Senador Blairo.

**O SR. DONIZETI NOGUEIRA** (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu penso, Senador Dário Berger e Srª Presidente, que é importante, de repente, Senador Acir, trazer alguém de lá vítima do problema, uma representação dos agricultores de lá, para fazer parte da Mesa e expor a realidade não com a visão do Senador, mas de quem vive o problema na pele.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Perfeito.

**O SR. DONIZETI NOGUEIRA** (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu penso que o senhor mesmo poderia aditar um representante dos produtores para participar dessa discussão.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador. Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, é só para comentar o assunto trazido pelo Senador Dário Berger, que realmente é um assunto muito grave.

O Centro-Oeste inteiro está assim também. Por todo lugar em que há produção...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No Rio Grande do Sul, está péssimo.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – ... os animais tomaram conta das propriedades. E também, com a safra e a safrinha, há uma ponte verde, quer dizer, no ano inteiro há comida – hoje tem milho e soja –, e os bichos estão se procriando numa velocidade incrível.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Inteligentes, escolhem logo a lavoura rica.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – É, escolhem o lado da lavoura, que tem água e comida. *(Risos.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Milho, que é bom, e soja.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Ele não vai nem para casa para dormir mais; dorme já na roça.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Todos gordinhos.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Então, nós precisamos tomar uma providência. Penso que essa audiência aqui pedida pelo Senador Dário poderia, além do... Se bem que a Ministra fala pelo Ministério, mas acho que seria interessante convidar o Ibama, porque ele já tem uma resolução sobre isso, e, talvez, chamar alguém ligado à questão de armamento, porque você pode matar, mas não pode ter arma na fazenda. Quer dizer, como você vai matar se não tem arma? É um pouco delicado juntar tudo isso. Estamos vivendo um momento delicado.

Mas quero cumprimentar V. Exª pelo assunto que trouxe, porque ele é importante mesmo, pois está havendo muito estrago nas fazendas.

**O SR. DÁRIO BERGER** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senadora Ana Amélia, estou rindo aqui... *(Risos.)*

Senador Blairo, V. Exª me perdoe, mas é por provocação do Senador Moka, que disse que só com porrete para fazer o controle.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, porque não pode arma.

**O SR. DÁRIO BERGER** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Mas eu queria acrescentar, por sugestão do Senador Donizeti: um dos prefeitos que mais tem implorado para que o Senado atue nessa situação é o Prefeito de Campo Belo do Sul, no Planalto Serrano, o Padre Edilson, uma pessoa que tem autoridade moral, ética. Então, é preocupante.

Mas eu queria só acrescentar que esse animal me chamou muito a atenção, Senador Moka, porque, na lavoura, se você tem dez carreiros de plantação, eles se organizam em dez javalis, cada um pega um carreiro, e eles vêm, sistematicamente, no mesmo passo, no mesmo sentido, na mesma cadência, e atingem o objetivo todos juntos. É impressionante a inteligência desse animal. É realmente preocupante a situação e merece uma atuação de todos nós.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Presidente...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Lasier Martins.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não sei se é do seu conhecimento, Senadora Ana Amélia, que conhece muito a pecuária e a agricultura, ou se o Senador Dário Berger pode nos informar sobre o valor nutricional da carne de javali, se há possibilidade de transformar numa riqueza alimentar essa fauna toda.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O javali tem uma carne forte, de gosto, digamos, que não agrada muito ao paladar, mas, evidentemente, como necessidade, possivelmente se pudesse trabalhar outros tipos de consumo, como carne temperada, talvez.

Senador Dário Berger.

**O SR. DÁRIO BERGER** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – o Senador Lasier agora me apertou sem me abraçar. Na verdade, a pergunta dele é tão boa que, realmente, eu não sei responder.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – As pessoas têm certo preconceito porque estão acostumadas a comer carne bovina, suína ou ovina, de cordeiro ou ovelha, como dizem.

Eu só quero dizer que o problema é nacional.

O Ibama estuda mudanças no controle do javali europeu, o único animal selvagem que tem caça autorizada no Brasil. A espécie, considerada exótica e invasora, tornou-se uma praga e causa problemas ambientais em vários Estados. O controle através do abate é autorizado desde 2013, mas a população continua aumentando. Apenas no Estado de São Paulo, estima-se um rebanho de 5 mil animais. De acordo com o Ibama, cerca de 7 mil pessoas se cadastraram para abater javalis em todo o Brasil, mas nem todos exercem regularmente a atividade.

Em 2013, apenas 583 espécimes foram abatidos, 105 no Estado de São Paulo. O órgão ainda não compilou os dados de 2014 e 2015. O advogado Mardqueu França Filho, um dos autorizados ao abate no território paulista, diz que o número de animais abatidos está muito aquém da capacidade de reprodução da espécie. [Quer dizer, reproduzem-se mais do que se abate.]

No Rio Grande do Sul, isso é uma praga só não para a agricultura, mas também para a pecuária, porque ele estraga o campo onde está passando, e passa, em geral, em bandos. Então, o javali europeu é até mais perigoso do que o antigo porco-do-mato.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senadora, para arrematar ainda sobre o javali, porque, se o javali realmente é uma praga, é de nós levarmos adiante esse assunto.

Eu estou lembrando que, em Gramado, que a Senadora frequenta constantemente, tem um restaurante de carnes exóticas onde servem carne de javali; e eu cogito: não seria o caso de, na audiência pública, trazeremos aqui também uma pessoa especializada, um nutricionista, por exemplo, para dizer desse valor? De repente, transforma. Aproveita...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É interessante.

Esse é o “javaporco”. É um animal diferente deste que nós estamos falando. É um animal de genética diferente, criado em criatórios, com alimentação própria, com cuidados próprios, sanitários e tal.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ah, é?

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não é esse selvagem – eu digo selvagem o que anda solto no campo.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom, de repente, a gente domestica esse selvagem. *(Risos.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É verdade. Vamos colocar tudo dentro do quadradinho.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só queria colocar em votação o requerimento do Senador Dário Berger.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Então, está aprovado o requerimento.

Senador.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É só um comentário. Eu acredito que esse problema com os javalis no Sul é o mesmo que acontece conosco...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No Pará.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... com os búfalos selvagens, lá na Ilha do Marajó, que também têm o mesmo poder de destruição das lavouras e das propriedades.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Veja que, apesar de tudo isso, o agronegócio brasileiro representou quase a metade de toda a balança comercial brasileira em 2015. Senador Blairo.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – E o restante foram os minérios no Pará.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Só para complementar: e, no próximo ano, vai ser maior que 50%, porque a economia desapareceu, e o agronegócio continua.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está mais forte ainda.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Vem um pouco mais forte.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria transferir aos senhores...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E os outros 50% foram os minérios de ferro do Pará, que não deixam nada para o nosso Estado.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria só informar aos senhores que ontem conversei com a Ministra Kátia Abreu, na informalidade da confraternização que o Presidente da Casa, Renan Calheiros, ofereceu aos Senadores. O Senador Flexa Ribeiro inclusive cobrou novamente... Eu já tinha tido uma audiência, pela Comissão de Agricultura, a propósito das emendas da Comissão na área da pesca. Como o Ministério da Pesca foi incorporado ao Ministério da Agricultura, a Ministra assegurou apoio às demandas dos Senadores da Comissão de Agricultura na área da pesca.

Essa é a primeira informação relevante.

A segunda questão é a seguinte: a Ministra também foi provocada pela Comissão, com a presença de representantes da Farsul, de representantes dos pequenos agricultores de Farroupilha, de Veranópolis, de Garibaldi, de Carlos Barbosa, de Bento Gonçalves, preocupados com a retirada do subsídio ao seguro-agrícola.

Eles foram surpreendidos, porque tinham o subsídio pago pelo Tesouro e, com a retirada, tiveram que pagar essa diferença.

A Ministra seguiu então uma sugestão de vários, inclusive nossa, da Comissão de Agricultura, e do Dr. Antônio da Luz, da Farsul, sobre uma engenharia contábil, para assegurar, sem mexer em aumentar receita, mas usando a receita disponível no Orçamento para 2016, a disponibilidade de pouco mais de R\$800 milhões. Nós havíamos pedido R\$1,2 bilhão, mas conseguiu-se um total de pouco mais de R\$800 milhões para assegurar o subsídio ao seguro-agrícola em 2016 no Orçamento, que hoje será finalmente aprovado pelo Senado Federal, graças ao empenho da própria Ministra Kátia Abreu, do Ministro Joaquim Levy e do Ministro Nelson Barbosa. Os três Ministérios precisaram encaminhar à relatoria da CMO a confirmação daquela alteração de rubrica de uma área para outra, PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos) para a área do seguro-rural. Essa demanda veio do Rio Grande do Sul, porque muitos produtores de frutas tiveram as suas produções dizimadas, porque houve calor na época do inverno, houve granizo, houve geada fora de época. Isso provocou um prejuízo enorme, e o seguro é fundamental para esse setor.

Então, eu queria agradecer à Ministra Kátia Abreu por essas demandas.

Quero fazer aos senhores agora um pequeno e breve relatório, porque, às 10 horas, nós teremos uma sessão, mas vamos terminar até esse horário.

De 2 de fevereiro até 14 de dezembro deste ano, a TV Senado captou 986 Comissões, ou seja, deu cobertura a 986 Comissões, que totalizaram 1.866 horas e 44 minutos; só da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, foram registradas, até agora, 112 horas e 32 minutos. A CRA está entre as 6 Comissões com maior tempo de duração, acima de 100 horas de captação, ao lado da CCJ, CE, CRE, além da CDH.

Então, eu queria...

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Também, com a apresentadora que nós temos, nós temos que ter audiência. *(Risos.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

A votação já foi. Todos já concordaram, já foi votado.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para as notas taquigráficas, foi aprovado o requerimento do Senador Dário Berger, com apoio de todos os Senadores, com adendo da presença do Prefeito de Campo Belo do Sul, de Santa Catarina, e outros que poderão ser arrolados, como sugerido pelo Senador Lasier Martins – um nutricionista, eventualmente. O requerimento foi no sentido de convidar a Ministra Izabella Teixeira para falar sobre o problema da invasão do javali europeu.

Agradeço aos Senadores.

### ITEM 3

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 83, de 2015

##### - Não terminativo -

*Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com o objetivo de “debater a questão dos Javalis Europeus no País”, com a participação da Sra Izabella Mônica Vieira Teixeira – Ministra de Estado do Meio Ambiente; do Sr. Edilson José de Souza, Prefeito do Município de Campo Belo do Sul.*

**Autoria:** Senador Dário Berger

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ainda em tempo, Senadora, eu quero me congratular com a sua atuação, por levar esta Comissão à campeã dos televisionamentos do Senado, e quero dizer, com muita esperança, que um dia – quem sabe? – talvez eu consiga presidir uma Comissão para também fazer audiências públicas televisionadas. *(Risos.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas V. Exª já está aparecendo sempre, Senador Lasier, na Comissão de Relações Exteriores, em todas elas também. E vai continuar.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não, mas eu quero concorrer ao título.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ao título.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Aí, você tem que primeiro ganhar do Paim, que é uma coisa difícil.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa não, essa ninguém ganha. Essa não tem ninguém que ganhe.



Eu queria, então, apresentar aos senhores um breve relatório do trabalho desta Comissão, para não ficar apenas no nosso discurso. Aqui estão os números.

Senador Blairo Maggi, esta foto é em homenagem ao senhor e a todos os produtores rurais.

O relatório... *(Risos.)*

Maggi. Maggi. Maggi. É, exatamente. Vejam aí.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Olha, eu nem sei o que é isso aí, para começar. *(Risos.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós fizemos um total de 27 audiências públicas, ciclo de palestras e debates, que foi uma criação muito oportuna do Senador Acir Gurgacz.

Foram 13 ciclos de palestras, um deles em Porto Velho, na cidade dele, como também em Chapecó, Palmas, Belém. Olha, todos foram. Está faltando, Senador Blairo Maggi, uma em Cuiabá. Fizemos em Palmas, fizemos em Chapecó. Falta uma em Cuiabá, falta uma em Campo Grande, Belém já foi, e Porto Alegre, do Senador...

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, ontem nós assinamos o ofício requerendo a V. Exª, para o ano que vem.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos fazer.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – E depois nós vamos para Nobres.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo. Nobres, isso. Eu quero ir lá. Já me ofereci.

Continuando o relatório sobre as atividades desta CRA, foram 17 reuniões deliberativas.

Foi apresentada uma emenda da CRA ao PLN nº 1.

Também foi apresentada uma emenda ao Plano Plurianual.

Lei Orçamentária.

Instalação e eleição da Comissão.

Aposição de retrato do Senador Benedito de Lira.

Quatro visitas de delegação estrangeiras: visita de delegação da Nova Zelândia, visita de delegação da Alemanha, de empresas também; do Irã, tivemos uma comissão que nos visitou; e também a empresa Bayer, da Alemanha, veio aqui nos visitar.

Foram 66 reuniões ao longo deste ano.

Vamos passar o próximo.

Fizemos audiências públicas sobre vários temas:

- audiência pública sobre os caminhoneiros;
- instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015 – Convenção sobre Diversidade Biológica;
- programas prioritários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com a presença da Ministra Kátia Abreu aqui, nesta Comissão, mostrando os planos dela quando assumiu;
- programas prioritários do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), com a presença do ex-Ministro Helder Barbalho;
- Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- Programa de Regularização Fundiária – Senador Acir, muito envolvido com esse tema, o assunto do CRA (Cadastro Ambiental Rural);
- medicamentos genéricos para agropecuária – do nosso Benedito de Lira;
- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER);
- atividades realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);
- programas prioritários do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a presença do Ministro Patrus Ananias;
- defesa agropecuária brasileira.
- fixação do homem no campo;
- instrução do Aviso nº 63, de 2013 (TCU) - processo de registro de agrotóxicos no País;
- instrução do Aviso nº 74, de 2014 (TCU) - Programa Nacional de Reforma Agrária;
- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER);
- Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, também denominado de Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono). O Senador Moka trabalhou muito nisso. Esteve presente Roberto Rodrigues – lembra, Senador Moka? –, foi muito debatido;

- defesa agropecuária brasileira, que debatemos lá em Chapecó (SC);
- debate do tema “florestas plantadas” – também um tema muito importante, ao qual Roberto Rodrigues deu uma boa contribuição;

- defesa agropecuária brasileira;
- compensações ambientais para os pescadores artesanais – essa foi uma enorme audiência realizada inclusive no Petrônio Portella; o Senador Flexa estava lá, e o Benedito de Lira; foi uma das maiores audiências que tivemos;

- debate de processo administrativo do Incra, da Superintendência de Sergipe – também foi um debate muito intenso, embora fosse uma coisa local;

- Cadastro Ambiental Rural (CAR), Senador Acir;

- política de defesa agropecuária brasileira;

Aquela questão de Sergipe foi trazida pelo Senador Caiado, a pedido da Senadora Maria do Carmo; houve duas audiências sobre processos de fraudes administrativas no Incra; foram duas audiências sobre o mesmo tema, a questão dos quilombolas lá de Sergipe

- pecuária no Mato Grosso do Sul – do Mato Grosso, desculpe; é sempre assim.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Quando se fala em pecuária, é Mato Grosso do Sul.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – A gente faz um esforço danado, e o Moka leva a fama. É um problema.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas também eles diziam o seguinte, Senador; eu agora vou me lembrar, porque, no casamento da filha do Senador, eu ouvi de um mato-grossense-do-sul assim: “As coisas boas, Pantanal, Mato Grosso; pecuária, Mato Grosso; Bonito, Mato Grosso. Não, Bonito... Tudo é Mato Grosso. Aí, quando acontece alguma coisa muito ruim, como a denúncia da questão da pedofilia, Mato Grosso do Sul. Os mato-grossenses-do-sul reclamam com razão.

Continuando o rol de audiências públicas realizadas:

- instruir o projeto da Câmara que “dispõe sobre a comercialização, estocagem, processamento, industrialização – foi o último que foi debatido aqui, em uma grande audiência, com vários representantes; o Senador Moka participou; veio do Deputado Luis Carlos Heinze.

Houve um total de 118 proposições apreciadas pela Comissão:

- 31 projetos de lei do Senado (PLS);

- 6 projetos de lei da Câmara (PLC);

- 1 aviso (AVS);

- 80 requerimentos de informações (RRA).

Fizemos vários ciclos de debates.:

- Não-Me-Toque (RS), onde foi feito o emplantamento de tratores;

- Cadastro Ambiental Rural, do nosso Senador Acir, realizado aqui no Senado Federal;

- Crise hídrica na fruticultura irrigada na região do Vale do São Francisco; este debate foi realizado em Petrolina (PE), do Senador Fernando Bezerra...

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, pela ordem.

A senhora vai falar aí também quem chega mais cedo na Comissão?

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vou, vou. (*Risos.*) Mas olha, não é o senhor. Não é o senhor! (*Risos.*)

Também foram realizados os seguintes debates:

- cacauicultura, realizado em Itabuna (BA), com a Senadora Lídice da Mata; e em Belém, também fizemos debate sobre cacau, a pedido do Senador Flexa Ribeiro, em uma belíssima audiência pública – as duas foram ótimas –, com o pessoal do Ceplac.

- medida provisória sobre tratores, realizado aqui em Brasília (DF);

- em Palmas (TO), do Senador Donizeti Nogueira, o desenvolvimento da aquicultura e pesca no Estado do Tocantins, bem como a agricultura de baixo carbono; este debate foi realizado – eu me lembro muito bem –, lá na universidade; foi excelente o debate;

- na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, com a presença da Ministra Kátia Abreu, Plano Agrícola e Pecuário 2015/2016;

- produção leiteira do Brasil, em Ijuí (RS);

- plano de recuperação de vegetação nativa, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, em parceria com outras entidades, realizado aqui em Brasília (DF) também;

- em Esteio (RS), durante a Expointer, o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBIPOA), o mesmo tema do Senador Dário Berger lá em Chapecó;

- em Belém (PA), o tema da cacauicultura – sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, sistema de armazenamento, comercialização, proteção do meio ambiente e sistema tributário.

- em Porto Velho (RO), um dos mais recentes, defesa agropecuária do Estado de Rondônia, ampliação das exportações de carne bovina; é um Estado que tem dez unidades frigoríficas que estão habilitadas – eu me lembro bem disso –, mas estava com uma escassez de fiscais; o Senador Acir fez um bom trabalho nisso e foi resolvido o problema;

- em Chapecó (SC), defesa agropecuária, para fazer o relatório do Senador Dário Berger;

Aí estão algumas fotos dos seminários realizados. É o Senador Donizeti, lá em Palmas (TO).

Passa. Vamos passar.

Aí, onde foi? Foi em Não-Me-Toque (RS). Agradeço ao Senador Donizeti, que foi lá.

Esta foi aqui em Brasília, sobre o CAR, o Cadastro Rural.

Aqui o Senador Acir está presidindo, sobre a mesma matéria. Isso foi numa sexta-feira à tarde.

Aqui também, efeitos da crise. Isso foi lá em Petrolina (PE). Juntou também com a Bahia.

Aqui foi uma visita que a Comissão fez a uma *packing house* de Petrolina. Essas mangas são exportadas para o Japão e para os Estados Unidos, exportadas dali direto para lá. Passam por uma rigorosa fiscalização. É também uma forma de integração de lavouras com a fruticultura naquela região.

Aí é a cacauicultura. Isso foi em Ilhéus e Itabuna, as duas cidades juntas. A Senadora Lídice, com as autoridades do setor de cacau. Aí já vemos o sistema de plantio. Senador Flexa, o Secretário de Cultura de Belém do Pará estava lá em Ilhéus. Ele foi muito ativo em Belém, na nossa audiência, e foi mostrando como é que se faz.

A questão dos tratores, da medida provisória dos tratores, quando discutimos.

Aqui, lá em Palmas, também com o Senador Donizeti e o seu bonito chapéu Panamá. O Dário Berger também nos deu a presença dele, nos prestigiou lá, Senador Donizeti, mostrando que Santa Catarina tem mais peixes do que Palmas. Não foi isso que ele falou? Foi uma audiência muito produtiva.

Vamos passando.

O plano agrícola com a Ministra Kátia Abreu, em uma audiência com mais de mil pessoas presentes, em uma tarde. A próxima é a Ministra falando sobre os planos.

Na Universidade de Ijuí, a questão da produção do leite. Nesse auditório em Ijuí, havia mais de mil pessoas. Foi um auditório lotado.

Aí foi em Belém. Também foi excelente. Aí estão as autoridades que falaram no ciclo, o Presidente da Ceplac. Os chocolates, mostrando que a vida é boa.

Aí foi em Porto Velho, com o Senador Acir. Tenho que mudar a roupa. Estou sempre com a mesma roupa, Senador Acir. (*Risos.*)

Defesa agropecuária, lá em Santa Catarina, em Chapecó. Olhem como tinha gente.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – V. Exª viajou, hein? Fora as missões internacionais!

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está errada a palavra!

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Trabalhou!

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Trabalhou!

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka. Obrigada, Senador Flexa.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Viajou a trabalho.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está bom, está bom.

Agora eu quero dizer ao Senador que fez uma provocação sobre quem chega primeiro. Aqui é uma briga, Senador. Um dia desses, eu vinha distraída no celular. Hoje não temos WhatsApp, não é? Vínhamos vindo, o Senador Moka e o Senador Blairo vinham vindo, e aí eles me tomaram porque queriam chegar primeiro: “Agora vamos chegar!” E saíram correndo os dois na minha frente.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Saímos correndo pelo corredor e chegamos um milésimo de segundo...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Se fosse uma maratona, tínhamos ganhado. Mas isso é para ver o clima de cordialidade...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – É que ela dorme em uma rede aqui no corredor.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Moka tem um quartinho no gabinete.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Flexa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Primeiro, com relação a quem chega primeiro, é uma concorrência desleal, porque aqui só tem tirador de leite. Só leiteiro, que tem que acordar de madrugada.

Eu quero parabenizar V. Exª pelo trabalho. Já o fiz no início e quero fazê-lo agora, depois da apresentação do relatório, que, pela sua consistência, mostra o trabalho da Comissão de Agricultura, que é uma das mais importantes do Senado Federal.

V. Exª, como sempre, de forma competente, não só presidiu as reuniões ordinárias das Comissões, como também viajou a trabalho para ir a todos os Estados da Federação brasileira discutir os problemas do agronegócio, que, como foi dito aqui, junto com a exportação do minério de ferro do Estado do Pará, sustenta a economia do nosso País. O relatório, por si só, já demonstra o trabalho e a importância da Comissão.

Eu só queria fazer um adendo e propor a V. Exª – ouvindo dos nossos Pares – que pudéssemos fazer uma reunião extraordinária hoje à tarde, para que aumentássemos o ciclo de palestras.

Eu proponho que a palestra de hoje à tarde, se V. Exª aceitar, para encerrar, fosse proferida pelo Senador Blairo, para que ele possa colocar para o Brasil inteiro a importância do agronegócio na economia brasileira. Por um motivo muito simples: primeiro, para ouvir o Senador Blairo palestrar sobre algo tão importante quanto o agronegócio; segundo, para mudar o número de palestras no plano de trabalho, tirar este número aqui e passar para o número adiante. Então, podia fazer esta reunião hoje à tarde.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está bem. Certamente o telespectador não está entendendo, mas é uma brincadeira do Senador Flexa, que é do PSDB, ao número de audiências e ciclos de palestras que fizemos, 13.

Antes de agradecer ao Senador sobre o ciclo de palestras, é importante sempre reconhecer: o Senador Acir Gurgacz, quando presidiu a Comissão, criou este espaço, numa sexta-feira à tarde, para revelar que, mesmo quando o Senador está visitando as bases, é um espaço muito importante, de uma valia enorme. Então, quero renovar o agradecimento, foi uma iniciativa extraordinária. Em 2016, mesmo que tenhamos eleições municipais, vamos continuar ajudando outros Estados em que não fomos, para encerrar o ano com todos os Estados brasileiros percorridos.

Quero agradecer a V. Exª o apoio como Vice-Presidente da Comissão, dando reforço à Presidência e colaborando sempre de maneira solidária. Isso é muito importante, é um conforto muito grande.

Com a palavra, o Senador Acir e, em seguida, o Senador Donizeti.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, pela sua referência. Parabenizo V. Exª pela atuação, pela maneira como conduz esta Comissão. Graças ao seu trabalho, à sua dedicação, as pessoas participam ativamente desta Comissão. É claro que os temas sempre são muito importantes, mas, se não fosse a condução da nossa Presidente, com certeza não teríamos esta vontade de estar aqui todas as quintas-feiras pela manhã e também as sextas-feiras à tarde.

Mas quero fazer justiça, Srª Presidente, porque a Comissão de Agricultura anteriormente se reunia às quartas-feiras, às 10 da manhã, e não tínhamos espaço, Senador Blairo, Senador Moka, na televisão, não tínhamos como ser vistos pela população através da TV Senado e da Rádio Senado. Reuni-me, quando fui eleito Presidente desta Comissão, em 2011, com o nosso então Presidente Sarney e pedi a ele que nos ajudasse a achar um meio de termos acesso à televisão e que pudéssemos expor à população o nosso debate. Ele sugeriu, então, que fizéssemos às quintas-feiras. E aí ele disse: “Só tem um problema: o horário que há é às 8h da manhã, mas, como na agricultura as coisas acontecem cedo, está de acordo com o tema pertinente”. Ficou, então, às quintas-feiras, às 8 horas, por sugestão de nosso Presidente Sarney. Quanto às sextas-feiras à tarde, ele disse: “Às sextas-feiras, à tarde, estão livres; se vocês quiserem ocupar esse espaço, é preciso deliberar para ter o ano inteiro o espaço a favor da Comissão de Agricultura. E assim nós fizemos, e V. Exª conduz da mesma forma – aliás, muito melhor do que quando iniciamos o nosso trabalho. Muito melhor, não é Senador Blairo? E agradecemos a V. Exª a atenção que dá a todos nós, membros desta Comissão. É com essa maneira de tratar os membros da mesma forma que a Presidente nos estimula, cada vez mais, a participar ativamente dos trabalhos.

Então, meus cumprimentos, e desejo um feliz Natal à senhora, a todos os membros, a todos os Pares, e que, em 2016, possamos continuar este trabalho com a mesma harmonia e a mesma importância que tem esta Comissão.

Muito obrigado, Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

Queria dizer também, em nome dos Senadores – Marcello Varella e toda a equipe que você comanda, todos, todos –, que o trabalho decorre também da eficiência e da atenção do atendimento às demandas dos Senadores. Todos aqui têm o mesmo tratamento, devem receber o mesmo tratamento, a Presidente é eventual neste cargo, mas eles têm dado isso.



Agradecemos muito e desejamos às famílias de toda a equipe da área técnica, que nos ajuda muito, e à equipe de consultores do Senado Federal que, ao longo do tempo, tem permanentemente nos dado este apoio nos relatórios, em tudo. Então, transmitam, por favor, à equipe da Consultoria Legislativa do Senado Federal, uma das mais competentes do mundo, os nossos agradecimentos pela dedicação e empenho.

Senador Blairo Maggi, quero agora passar a palavra a V. Exª para que, em 10 minutos... Vamos cumprir exatamente às 10 horas...

Antes de o Senador Blairo Maggi falar, passo a palavra ao Senador Donizeti para uma breve comunicação, porque ele vai fazer uma palestra requerida pelo Senador, para falar sobre o cenário da agricultura brasileira. Penso que foi uma sugestão, o senhor fez uma brincadeira, mas acho que foi uma coisa muito interessante e pertinente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pediria que V. Exª corrigisse...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos acrescentar, no relatório, a 14ª palestra.

Primeiro, o Senador Donizeti tem a palavra por 30 segundos, que pediu, porque agora quem vai fazer a palestra será o Senador Blairo.

**O SR. DONIZETI NOGUEIRA** (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É para dizer ao Senador Moka que eu não tenho preconceito contra número; então, poderia ser 45 que não haveria problema. *(Risos.)*

Segundo, é para registrar que eu só consegui chegar primeiro que o Senador Flexa Ribeiro aqui uma vez – se não me engano, ele não veio. E primeiro que a Senadora Ana Amélia também foi uma vez. Não é fácil, o povo chega sempre antes das 8 horas.

Por fim, quero agradecer a oportunidade de ter trabalhado com vocês neste ano, sei que sou gabiru neste negócio aqui. Estou muito feliz pela convivência.

Parabenizo nossa Presidente, Senador Ana Amélia, pela capacidade de direção dos trabalhos. No ano que vem, queremos mais seminários em Palmas, vamos nos preparar para isso.

Obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Senador...

**O SR. DÁRIO BERGER** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senadora Ana Amélia, eu quero agradecer a acolhida respeitosa e carinhosa dos Senadores desta Comissão, especialmente os mais experientes como V. Exª, o Senador Acir, o Senador Blairo Maggi, o Senador Moka, o Senador Flexa.

Acrescento que o meu agradecimento estende-se a toda a equipe desta Comissão, desejando a todos um feliz Natal e um Ano-Novo diferente do ano de 2015.

Por fim, além de agradecer, de maneira muito especial, aos Senadores e a V. Exª, não sei se os Senadores repararam, mas a Senadora Ana Amélia termina o ano num *new look*, num novo visual... *(Risos.)*

... e quero aproveitar para parabenizá-la e agradecer, apesar de fazer um protesto porque hoje V. Exª iniciou um minuto antes das 8 horas, porque eu estava acompanhando.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo.

**O SR. DÁRIO BERGER** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Nem correndo pelos corredores consegui chegar, porque V. Exª antecipou.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Brasil está precisando disso, Senador Dário Berger.

**O SR. DÁRIO BERGER** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sem dúvida.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aliás, ouvi uma frase de que gostei muito: o mundo não se divide mais entre esquerda e direita, mas entre rápidos e lerdos. Então, acho que é disto que precisamos.

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Senador Flexa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Também rapidamente, só para agradecer a companhia de todos os Pares na Comissão, desejar um bom Natal e um ano de 2016 com saúde, paz e iluminado por Deus a todos os Senadores, à nossa Presidente, aos nossos colaboradores da Secretaria e aos consultores, como V. Exª disse.

E quero dizer ao Senador Dário que não é só V. Exª que está com novo visual: o Senador Blairo também: ele andou fazendo alguns retoques ao longo deste ano de 2015. *(Risos.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço, Senador. É bom esse bom humor, porque estamos vivendo momentos de muita tensão no Congresso, todos os problemas decorrentes da crise, os problemas da economia. E o Senador Dário Berger reclama neste momento, Senador Moka, que eu tenho preferência pelo senhor e pelo Senador Blairo Maggi; que dou mais a palavra para esses dois, vejam só.

Queria agradecer também a presença do nosso ex-Presidente Senador Benedito de Lira.

Fiz referência, Senador Benedito, àquela que foi a maior audiência realizada aqui, em Brasília, lá no Petrólio Portella, sobre a questão das demandas dos pescadores.

Então, passo-lhe a palavra, antes de passá-la ao Senador Blairo Maggi.

Senador Benedito.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Não, mas a brincadeira tenho de fazer agora, viu, Flexa?

Lá em Mato Grosso, o pessoal inventou: diz que há um novo tônico para cabelo, o *Soya Hair*, quer dizer, produto para cabelo de soja. Por isso é que virou assim... (*Risos.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – “Só é reto”, “Só é reto”...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu aceito que V. Exª possa...

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Vou recomendar para V. Exª, que vai ver como vai melhorar isso aí. (*Risos.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o outro microfone.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu vou usar a tática do Senador Donizeti: vou colocar um chapéu.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra, o Senador Benedito.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Minha querida Presidente, companheiros, peço desculpas porque, na minha agenda, quando fui ver, eu tinha uma audiência no Ministério da Integração para tratar de um assunto. Não pude chegar no horário previamente estabelecido.

Mas estou chegando ainda em tempo, primeiro para cumprimentá-la. Fiquei muito feliz, no momento em que, nas definições para dividirmos as comissões técnicas, a de Agricultura sobrou para o nosso Partido, porque era uma das suas aspirações.

Não nos surpreendeu a sua atuação aqui, como Presidente da Comissão de Agricultura. Além da sua capacidade, do seu dinamismo, da sua vontade e do seu conhecimento do setor primário, V. Exª sempre teve assessoria, orientação do Acir, do Blairo, do Moka.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sua, Presidente.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – E de outros companheiros que aqui se encontram.

É uma comissão jovem a Comissão de Agricultura do Senado Federal, mas que tem prestado relevantes serviços ao setor agropecuário, ao setor do agronegócio.

O Partido se sente muito bem representado...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – ... porque não só a sua atuação como Presidente desta Comissão, mas a sua atuação parlamentar não só dignifica a mulher na política brasileira, mas, particularmente, o glorioso Estado do Rio Grande do Sul.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Eu queria cumprimentar a todos esses companheiros. Cada um, na sua área de atuação, em momento algum se furtou a dar a sua contribuição para a agricultura brasileira.

Ontem mesmo – e aqui queria agradecer, mais uma vez, a ação desenvolvida pela Comissão, para que pudéssemos pôr em prática, para atender ao setor pecuário brasileiro, os genéricos para produtos veterinários...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um projeto seu. Um projeto seu.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Na regulamentação, uma palavra lá criou dificuldades. E, numa audiência que tivemos mais recentemente com a Ministra Kátia, nós a fizemos ver que, se se mantivessem no decreto de regulamentação da lei aqueles termos, inviabilizar-se-ia

qualquer tipo de inscrição para patente e produção do medicamento. E ela, há uns 30 dias, comunicou-me que havia encaminhado para a Presidência da República uma correção do decreto.

Ontem cobrei dela e lhe disse que o Moka estava muito abusado por conta disso, porque ela estava viajando demais e se esquecendo do dever de casa. E ela, então, ontem nos disse que hoje, provavelmente, a Presidenta assinaria.

Há oito decretos que dizem respeito à agricultura no Gabinete Civil. E queria, com isso, dizer que esta Comissão teve fundamental importância para a viabilidade dessa ação para a agropecuária brasileira.

Presidenta, sei perfeitamente que este ano foi um ano difícil, não só politicamente, mas também para a economia. Mas esta Casa, apesar de todas as dificuldades, de todos os atropelos, de todos os furacões, desincumbiu-se da sua função de legislar e de representar a Federação brasileira. Por isso, Ana Amélia, receba os meus cumprimentos.

E aos meus companheiros desejo que este Natal seja repleto de muitas felicidades e que, no ano de 2016, possamos ter ações muito mais eficazes para atender aos reclames da sociedade brasileira, particularmente do setor primário do nosso País.

Muito obrigado, Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Benedito, Líder do meu Partido. Agradeço seu apoio.

Tive de trabalhar mais para honrar a confiança na escolha da representante da Bancada do PP para comandar esta Comissão, logo depois de V. Exª.

Muito obrigada pelas referências.

Passo a palavra ao Senador Blairo Maggi, para nos dar uma visão do agronegócio, a palestra incluída no relatório de 2015, a de número 14, Senador.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas poderia ser 45, não é, Senador Donizeti? (*Risos.*)

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente.

Houve a brincadeira do Senador Flexa Ribeiro, mas não vou fazer nenhuma palestra, porque não há necessidade.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, mas eu acho que é importante...

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu gostaria de fazer alguns comentários sobre o que vem pela frente, neste ano, para a agricultura brasileira.

A exemplo da economia, que não vem bem... E, neste momento, a única coisa que vem bem é o setor da agricultura, do agronegócio. E aí se compreendem todas as atividades dessa cadeia, quer na agricultura, quer na pecuária. Alguns setores, como o da suinocultura, tiveram algum problema, porque o farelo de soja, o milho são cotados em dólar. E, como o dólar subiu muito, eles perderam competitividade.

Mas nessa área é assim: em alguns anos, consegue-se ganhar bastante dinheiro; em outros anos, perde-se dinheiro.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É cíclico.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – É cíclico e vai na média.

Mas o que mais me preocupa para o ano que está vindo é o tamanho da nossa safra. Embora o Governo, a Conab tenha indicado safras muito grandes, o problema do El Niño neste ano é muito grave, e é grave em todo o Brasil. Nós temos problemas no Centro-Oeste brasileiro. O Estado do Senador Moka, o Mato Grosso do Sul, é dividido no meio. Parte dele tem o El Niño em benefício da água, e parte tem seca.

Em Mato Grosso, há 35 anos, planto soja e milho e faço agricultura e nunca tinha visto um ano tão difícil quanto este. Dentro da mesma propriedade, há áreas excelentes e áreas ruins. Dentro do Município, a mesma coisa; dentro do Estado, a mesma coisa.

Então, certamente não teremos, no ano que vem, na safra seguinte, os mesmos volumes de grãos que o Brasil teve. Nós teremos problemas de diminuição de safra; também, a diminuição de valores, de preços internacionais. E tudo isso está muito ligado, agora, ao que vai acontecer com o dólar. A agricultura poderá se sair melhor ou pior, dependendo da cotação do dólar. Com esse dólar de R\$4,00, de R\$3,90, de R\$3,80, ela suporta bem. Agora, se a economia mudar e se o dólar voltar à faixa de R\$3,00, R\$2,80, R\$3,00 e qualquer coisa, a agricultura terá um problema muito sério.

Então, o que vai acontecer, Senadora Ana Amélia, meus colegas aqui da Comissão de Agricultura? Certamente, nós vamos receber aqui demandas de produtores não sei se para renegociar dívidas ou sobre como fazer a composição para frente, porque, quanto aos produtores – eu disse antes –, no mesmo Município, na

mesma fazenda, há gente que tem problema e gente que não tem problema. Assim, nós vamos encontrar, em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul, em Goiás, no Pará, em Tocantins, enfim, em todos os lugares, no Rio Grande do Sul, pessoas que vão colher muito bem, muito bem mesmo, e outras que não vão colher bem. Dessa forma, no próximo ano, vamos ter um trabalho na direção de tentar identificar onde as coisas não foram tão bem e trabalhar nessa questão.

No Rio Grande do Sul e no Paraná, onde tem chovido muito bem, há uma preocupação por parte dos produtores. A água foi abundante para levar a lavoura até agora, mas agora, no final de dezembro, já daqui a 15 dias, em muitos lugares já começa a colheita, a primeira colheita de soja. E, se esse tempo não firmar, se não mudar, se não houver uma estiagem para a colheita, os agricultores perderão as suas colheitas – ou parte de suas colheitas – por excesso de água. Esse El Niño está muito severo, muito diferente dos demais. E há uma previsão de ele ir até meados de fevereiro ou março.

Por conseguinte, Senadora Presidente, a situação da agricultura não é uma situação muito bonita. A perspectiva não é como está se dizendo: “Vamos colher 200 milhões de toneladas, etc., cem milhões de soja”. Acho que não! Acho que teremos problemas, e é sobre isso que nós vamos ter que, no próximo ano, pensar um pouco.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu acho, Senador Blairo, que há dois fatores que o senhor traz, a questão cambial e a questão climática, sobre os quais não há como planejar.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Não há como planejar.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Porque uma depende da situação econômica geral e das políticas de governo – e do próprio mercado internacional, que está rebaixando a nota do Brasil, e isso pode ter reflexo...

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Diminui o crédito, não é?

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, do ponto de vista do crédito, nós vamos perder a condição de bons pagadores: já perdemos. E a questão do clima também é uma situação bastante complicada, porque, mesmo que tenhamos informações meteorológicas razoáveis, elas não têm garantia e segurança para dizer que vai ser assim ou vai ser assado, vai melhorar ou vai piorar.

Então, eu acho que esse cenário atinge os produtores rurais. E eu queria saber qual é o conselho que o senhor dá...

Deputado Edinho Bez, queria saudar sua chegada aqui.

Senador Blairo, qual é a recomendação que o senhor dá aos produtores rurais brasileiros nesta hora?

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Bem, eu penso que há coisas, como V. Exª colocou, que nós não dominamos. Há coisas que nós não dominamos, e faz parte da atividade agrícola a questão de clima, ora muito bom, ora muito ruim. Nós não dominamos isso e não adianta nem recomendar comprar guarda-chuva. Não adianta. Nós temos muito pouco tempo para colher, muito pouco tempo para plantar, e estamos sujeitos a esse tipo de coisa.

Agora, os produtores, em minha avaliação, devem estar atentos para essa questão cambial – como V. Exª colocou, nós não dominamos, mas nós podemos estar atentos aos movimentos. E produzir hoje talvez seja a coisa mais simples no campo. A condução dos negócios fora da lavoura é que precisa ter conhecimento.

Felizmente, muitos filhos de produtores da minha idade, que já voltaram para as fazendas, voltaram com um conhecimento melhor. As associações estão muito mais organizadas, têm técnicos, têm institutos não só de pesquisa, mas de observação de números. No Mato Grosso, por exemplo, há o Imea, (Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária), que analisa os dados de lá. E os produtores precisam ir fazendo as suas contas, olhando o seu custo e a sua rentabilidade. Devem aproveitar o mercado de câmbio e o mercado de *commodities* também. E, fechando isso, as empresas todas, os *trainees*, todo mundo ajuda.

Agora, claro que nós estamos falando de uma atividade de grãos, de grandes volumes, mas não podemos deixar de olhar para o pequeno produtor, que é aquele que planta berinjela, batatinha, mandioca. Ele tem o dia para tirar e, se não tirar, ele está morto! Ele tem que fazer isso, não é?

Então, em resumo, é assim: se este ano está ruim para a economia brasileira, com o agronegócio bom, é uma coisa; no ano que vem, muito provavelmente, teremos uma economia muito ruim no País, com uma agricultura não podendo ajudar tanto quanto ajudou este ano. A crise política e a crise econômica andam juntas. À medida que não há confiança política, à medida que os bancos retiram os financiamentos... Muitos pensam, Presidente, que as empresas são ricas, têm dinheiro no caixa, conseguem produzir. Não é assim que funciona! O empresariado tem capital, mas não tem dinheiro, certo? O dinheiro que vem para fazer a atividade econômica vem do mercado. É por isso que existe banco. O banco existe para fomentar, emprestar, mas, na atual situação em que estamos, os bancos ficaram com medo, porque não têm confiança. Eles retiraram os



financiamentos, diminuíram os prazos, aumentaram os juros e aumentaram as garantias. Então, muita gente não consegue mais produzir.

Exemplo: muitas pessoas em Mato Grosso tinham uma atividade na pecuária de comprar um lotinho de gado, 50 cabeças lá, 20 aqui, 10 ali. O pecuarista pega isso e leva para um canto, confina, arruma; seis meses depois, ele vai e vende no mercado. Ele pegou dinheiro no banco para fazer isso, que ele não tinha! Então, a renda dele veio dessa atividade. E agora o banco retirou esse crédito. Então, ele saiu da atividade e não tem renda. A situação é muito complicada na questão de confiança e de financiamentos para tocar os negócios para frente.

Infelizmente, eu estou muito pessimista com o ano que vem – e aí incluo a agricultura, em função de coisas que nós não dominamos, como o clima, que estamos aí colocando.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vejam a competência desse relato que o Senador Blairo Maggi nos traz e sua relevância. Eu sou do Rio Grande do Sul, ando muito pelo Estado e uso uma frase: “Quando o campo vai bem, a cidade vai bem; quando o campo vai mal, a cidade vai mal”. Vejam a relevância disso. Por quê? Quando tem uma safra boa, o agricultor, a família toda irriga a economia dali: é a geladeira nova, é o carro que troca, é tudo – até o dentista, a escola; tudo sai irrigado pelo dinheiro que sai do campo. Mas, quando a situação não é assim, ou quando há uma seca, ou quando há uma mudança climática rara, violenta, isso atrapalha e perturba grandemente, provocando desemprego e uma situação de instabilidade muito grande.

Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Rapidamente, para dizer que eu acho que nós temos um exemplo que esta Comissão, além da presidência de V. Exª... É o meu estilo, costume brincar com as pessoas e brinco com as pessoas com quem eu gosto mesmo, que eu admiro, tenho uma liberdade para brincar, mas brincadeira sempre sadia.

Então, eu quero dizer que há um convívio que é importante. Eu me lembro – e aí me permita, Senador Donizeti – quando V. Exª aqui chegou, suplente da Senadora Kátia, com aquela coisa de um cara ligado ao Movimento dos Sem-Terra. Havia uma preocupação com essa questão, eu me lembro disso. E o convívio do Senador Donizeti demonstrou exatamente o contrário: ele nunca abriu mão de suas convicções ideológicas, da sua postura, mas se revelou – pelo menos é a imagem que eu tenho – uma pessoa aberta ao diálogo, que ajudou muito, que conhece, até com detalhes, essa questão da agricultura familiar.

Então, é importante que a Comissão tenha a experiência de um Blairo Maggi; de uma grande jornalista, a Senadora Ana Amélia, que conhece a agricultura como um todo; do Senador Acir Gurgacz, que traz uma experiência lá do Norte, junto com o Senador paraense Flexa Ribeiro; e o nosso amigo Bil – que eu chamo de Bil –, o Benedito, da nossa Alagoas, que presidiu a Comissão; e o Sul do nosso País, representado aqui por V. Exª e pelo nosso querido Dário Berger.

É isso que faz com que esta Comissão funcione. Vejam bem: nós temos aqui a representação praticamente do País produtivo, das áreas produtivas deste País, somado a essa extraordinária mulher pública que aqui deu um exemplo de garra, de determinação. E não foi só aqui: eu presidi a CAS por dois anos e tive lá, como minha companheira de todas as quartas-feiras, a Senadora Ana Amélia. Então, estive presente aqui, acho que nunca faltei – talvez uma única vez eu tive que sair, próximo ao casamento da minha filha; eu tive que realmente faltar a essa reunião.

**O SR. DONIZETI NOGUEIRA** (Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fora do microfone.*) – Foi o dia em que eu cheguei primeiro. (*Risos.*)

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas, pela determinação de V. Exª, pelo exemplo que V. Exª dá...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... eu quero agradecer o convívio e a amizade, porque aqui é uma Comissão onde as pessoas são verdadeiramente amigas. Basta uma ligação para um companheiro e se diz: “Pode contar comigo que eu estarei lá amanhã”. E você pode escrever que esse companheiro vai estar aqui na hora certa e fazendo com que esta Comissão sempre dê quórum, no comando e na batuta.

E eu termino, dizendo: feliz é o Rio Grande do Sul, que tem o Lasier, o Paim e a Senadora Ana Amélia.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Moka.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas eu quero, antes de encerrar, dizer que, em Mato Grosso do Sul, nós temos a Senadora Simone Tebet, que orgulha e representa muito bem as mulheres sul-mato-grossenses e as mulheres brasileiras, assim como V. Exª.

E um abraço à nossa equipe aqui, por meio do Marcelo. V. Exª foi muito feliz em lembrar a nossa Consultoria Legislativa, que é um exemplo aqui no Senado.

Eu encerro, desejando um bom Natal, um feliz Ano-Novo. Eu temo e tenho certeza de que o Senador Blairo Maggi tem razão, mas eu gostaria realmente – e tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> também – que alguma coisa pudesse acontecer...

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Queria estar errado, não é?

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Que Deus seja brasileiro.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... que pudéssemos ajudar pelo menos no equilíbrio, na credibilidade, principalmente, diminuindo essa crise política. Acho que temos como ajudar a criar um ambiente político que possa ajudar mais o País como um todo.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, minha Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria agradecer muito, Senador Moka, por todas as palavras estimulantes e generosas. Foi boa essa observação sobre o ambiente solidário, respeitoso e fraterno que a Comissão manteve, ao longo do tempo, com o Senador Benedito e o Senador Acir, que foram os meus Presidentes aqui na Comissão, e a contribuição que cada um dá com seu conhecimento.

E agora o Senador Blairo transmitiu, para o País todo – porque esta audiência está sendo transmitida, ao vivo, para todo o País –, um volume de informações preocupantes. Temos que estar alerta para intensificar a atenção e a vigilância sobre todos esses temas. Então, eu agradeço.

Agradeço ao Senador Flexa, porque fez uma provocação, e nós conseguimos oportunizar isso de uma maneira extremamente profissional e respeitosa.

Eu queria também agradecer à equipe de comunicação da TV Senado, na pessoa da nossa Diretora de Televisão, mas também agradeço à Diretora Administrativa da TV Senado, a Ilana Trombka. Ontem ela me abordou muito preocupada, e eu queria pedir o apoio de todos os Senadores, porque o orçamento para a TV foi reduzido em 30%. Isso poderá inviabilizar os nossos ciclos de debates fora de Brasília, o que seria uma perda muito grande. Então, vamos ter uma conversa com o Presidente Renan, porque esse é um impacto negativo sobre a produtividade do nosso trabalho.

Queria lembrar, Senador Blairo, que, na sessão anterior, V. Ex<sup>a</sup> registrou o passamento da tia...

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Tia Luzia Maggi Scheffer.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dona Luzia Maggi, no Mato Grosso. E as pessoas todas vieram falar, porque se trata de uma questão humana da relação. Nós não estamos tratando só dos números da soja, mas das questões pessoais de cada um, do seu lugar, da cidade de Nobres. Todos que moram em Nobres devem ter ficado satisfeitos quando ouviram lembrarmos o fato aqui...

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Sim.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... quando perceberam que as pessoas que vivem são citadas, o que demonstra a relevância que tem a comunicação.

Estamos falando ao vivo para as pessoas, que estão acompanhando, especialmente na área rural. O Brasil inteiro acompanha, mesmo não sendo da área rural, porque aqui os assuntos são todos de importância para a população: comida, alimentação, preço, custo, e o que vamos ter no futuro.

Então, Senador Blairo, obrigada pela sua contribuição. Peço a todos...

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Só para finalizar, Presidente. Eu quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> também e desejar um feliz Natal a todos os colegas. Que tenhamos um ano repleto de êxito, de sucesso. A cada agricultor e a cada agricultora deste Brasil, àqueles que militam não só na agricultura, mas dentro da atividade do agronegócio, que são os comerciantes...

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Os agrônomos, as indústrias...

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – ... os agrônomos, os armazéns, os técnicos, as indústrias, a todos nós que vivemos disso e para isso, quero desejar um feliz Natal e um bom Ano-Novo. Sei que muitos Senadores acabam indo para Santa Catarina em janeiro, e podíamos fazer um almoço lá, não é Dário? Em Florianópolis ou em Balneário Camboriú.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A convite dele.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Um abraço e obrigado.

A convite dele, claro. Estou só provocando. (Risos.)

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Presidente Ana Amélia...

**O SR. DONIZETI NOGUEIRA** (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Moka, quero agradecer a sua observação e dizer que a primeira Comissão que eu escolhi foi a de Educação, e a segunda, a de Agricultura, porque tenho, na raiz, a questão da agricultura. Só posso dizer que estou muito feliz de estar aqui, pelo traba-

lho que podemos realizar. Agradeço a sua observação. Eu já insisti para ele ir ao Tocantins, mas ele é pregado no Mato Grosso do Sul e não viaja.

Mas é isso. Eu estou no lugar onde eu gostaria de estar, discutindo a agricultura do meu País, porque eu nasci, como costume dizer, eu fui para o cabo do guatambu quando tinha seis anos de idade, mexendo com agricultura. Eu sou técnico agrícola e administrador, e estou muito otimista que a solução para esse próximo ciclo de desenvolvimento do nosso País está no campo. Está em duas áreas: no desenvolvimento científico e tecnológico e no campo, com a inserção desses quatro milhões de agricultores familiares no sistema de produção, com tecnologia e com inovação, para poder ajudar o País a superar este momento. Acredito muito nisso.

Obrigado pela sua observação. Eu não senti o que o senhor falou, mas tive a preocupação de que eu precisava demonstrar que sou do diálogo. Tive a oportunidade de demonstrar para a Senadora Kátia Abreu – e sempre fomos adversários – que sempre fui um homem de diálogo. Tanto é que o meu Partido e os políticos do meu Estado costumam dizer que sou de dialogar e que acredito que nada precisa ser superado sem ser no diálogo.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É verdade.

Eu quero agradecer ao Senador Acir, meu Vice-Presidente; ao Senador Benedito de Lira, nosso ex-Presidente, pelas palavras, pela participação. Agradeço aos Senadores Flexa Ribeiro, Blairo Maggi, Moka, Dário Berger, Donizeti, Lasier Martins e Ronaldo Caiado, que hoje, mais uma vez, deram uma demonstração de comprometimento com a causa que nós aqui representamos, que é a agricultura e a questão da reforma agrária.

Não havendo mais nada a tratar...

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Só queria dar uma informação a V. Exª com relação a essa preocupação da Casa no que diz respeito ao orçamento: ontem à noite, nos ajustes finais do orçamento, foi feita a recomposição para o Senado Federal da ordem de mais de R\$60 milhões. O Ricardo Barros fez um esforço muito grande e atendeu à solicitação da Casa, para poder tranquilizar um pouco mais.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço, foi uma lembrança muito providencial e oportuna, Senador Benedito de Lira. V. Exª nos deu a boa notícia de que teremos a cobertura. E, sobretudo, quero agradecer, porque o Ricardo Barros, Deputado do nosso Partido, do Paraná, Relator-Geral do Orçamento, acolheu, quando estive com ele, a representação da Farsul, o Sr. Antônio da Luz, que levou a engenharia contábil para fazer a transferência de rubricas e assegurar o recurso para o seguro-agrícola e o seguro-rural no exercício do ano que vem.

Foi muito importante o papel do Ricardo Barros. Faço questão de registrar aqui e agradecer a ele publicamente pela ajuda aos agricultores brasileiros. Ele é do Estado do Paraná, que é um Estado agrícola.

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, me permite?

Na linha ainda de homenagem ao Deputado Ricardo Barros, quero dizer que, ontem à tarde, a Senadora Lúcia Vânia chegou no plenário e me arrastou para a CMO, porque, até então, não se tinha conseguido colocar recursos para o FEX nem abrir rubrica para o FEX (Fundo de Apoio às Exportações), para os Estados exportadores. Fui com ela, o Senador Wellington foi junto, conversamos com o Ricardo Barros, e ele, obviamente, consultou o Plenário, que aceitou que ele fizesse, ainda ontem, no finalzinho, uma emenda abrindo uma rubrica para que possamos ter recursos para o FEX no próximo ano.

Então, quero elogiar a atitude do Deputado Ricardo Barros, que é do seu Partido. Já que estamos elogiando o PP, vamos aqui agradecer a participação do Deputado nessa atividade. Graças a essa intervenção é que poderemos ter o recurso disponível para o ano que vem.

Obrigado, Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi muita oportuna.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Aproveitando também esta oportunidade, lembro a todos os nossos Pares e também a quem nos assiste, através da TV Senado e da Rádio Senado, que este ano nós votamos dois orçamentos: o de 2015, que votamos em março, e votamos ontem, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o orçamento para 2016.

Temos que render as homenagens à nossa Senadora Presidente Rose de Freitas, que fez um trabalho excepcional. Muitas reuniões foram feitas, principalmente no segundo semestre, nos Ministérios todos, mas principalmente no Ministério de Planejamento e no Ministério da Fazenda – com os técnicos, consultores do Senado e da Câmara –, e conseguimos aprovar esse orçamento ontem na CMO. Todos os membros da CMO fizeram um trabalho excepcional, tanto da oposição quanto da situação, e deram um exemplo de como se deve

fazer um trabalho no Congresso Nacional, todos preocupados em dar ao País um Orçamento, que nós teremos – e vamos votar agora, no Congresso Nacional – porque foi votado ontem na Comissão Mista do Orçamento.

Fica aqui o nosso abraço à Senadora Rose de Freitas, pelo belo trabalho que fez à frente da Comissão Mista do Orçamento, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Senador, foi bem lembrado. A nossa sessão no Senado ontem foi até tarde, para votar matérias do Senado, mas eu estava ouvindo a reunião da CMO, que fechou todos os acordos. Ouvi as palavras do Domingos Sávio, que era o representante da oposição, dos Relatores Ricardo Barros e Paulo Pimenta, e da Senadora Rose de Freitas. Ela teve dificuldades, muitas dificuldades num determinado momento, que a gente acompanhou, mas houve habilidade e responsabilidade da oposição e do Governo nesta hora difícil do País, e ninguém obstruiu, a oposição não obstruiu. É uma hora dramática. Nós votamos e aprovamos o PLN 5, do Senador Moka, que era aquela questão do custeio, e, da mesma forma, aprovamos o Orçamento, o que foi uma demonstração clara da responsabilidade do Parlamento brasileiro. E nós encerramos, realmente cumprindo com o nosso dever. Temos problemas? Muitos, mas é assim que a gente faz.

Quero agradecer, mais uma vez, a todos os colegas Senadores, pelo prestígio desta audiência hoje, lotada.

Quero agradecer a audiência dos nossos telespectadores e dizer que, como Presidente, fico muito honrada pela forma como fui tratada, ao longo desse tempo, pela Assessoria do Senado, mas sobretudo pelos meus pares, meus colegas Senadores.

Muito obrigada.

Está encerrada a reunião. *(Palmas.)*

*(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.)*



**ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 4 DE FEVEREIRO DE 2016.**

Às oito horas e dois minutos do dia quatro de fevereiro de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Dário Berger, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, Lasier Martins, Valdir Raupp, Hélio José, Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zeze Perrella, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Lúcia Vânia e Blairo Maggi. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício nº 1.417/2015, subscrito pela Ex<sup>ma</sup> Sr<sup>a</sup> Izabella Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente, encaminhando resposta ao Requerimento de Informações nº 641/2014 (Requerimento nº 25/2014 desta Comissão) sobre a avaliação da Política Pública de Recursos Hídricos no Semiárido Nordeste, determinada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 12/2014; Ofício nº 148/2015, subscrito pelo Sr. Ministro Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.088/2015 (Requerimento nº 53/2015 desta Comissão) sobre a avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, determinada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 13/2015; Ofício nº 25/2016, subscrito pelo Ex<sup>mo</sup> Sr. Andre Meloni Nassar, Ministro de Estado interino da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações relativas à atuação da Embrapa em ações de transferência de tecnologia, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.089/2015 (Requerimento nº 52/2015 desta Comissão) sobre a avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, determinada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 13/2015; Ofício nº 16/2016, do Ex<sup>mo</sup> Sr. Andre Meloni Nassar, Ministro de Estado interino da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações da Secretaria de Infraestrutura e Fomento da Pesca e Aquicultura, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.086/2015 (Requerimento nº 55/2015 desta Comissão) sobre a avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, determinada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 13/2015; Aviso nº 278/2015, subscrito pelo Ex<sup>mo</sup> Sr. Luiz Eduardo Barata Ferreira, Ministro de Estado interino de Minas e Energia, encaminhando informações da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.190/2015 (Requerimento nº 46/2015 desta Comissão) apresentado como conclusão do Parecer da CRA sobre o Aviso nº 13/2015, de autoria do Tribunal de Contas da União, referente ao Acórdão nº 3.493/TCU, que trata da auditoria realizada na Chesf com o objetivo de fiscalizar a ampliação do sistema de transmissão de energia elétrica da Região Nordeste, a cargo da Chesf, mediante a execução das obras decorrentes do Leilão de Transmissão nº 003/2012-Aneel; Ofício nº 6001/2016, subscrito pelo Sr. Bertrand Remy, Presidente da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau, manifestando preocupação quanto à crise hídrica que está afetando as regiões produtoras de cacau no Estado da Bahia. Após a breve comunicação, a Senhora Presidente dá início à 1ª PARTE da Reunião destinada à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 58, de 2015, de autoria da Senadora Ana Amélia, que tem por finalidade discutir as reflexões contidas no livro intitulado “Novo Mundo Rural: a reforma agrária e as lutas sociais pela terra”, com a participação do Sr. Zander Navarro – Pesquisador da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A Senhora Senadora Ana Amélia e os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ronaldo Caiado e Wellington Fagundes fazem uso da palavra. Encerrada a Audiência Pública, dá-se início à 2ª PARTE com a deliberação dos seguintes requerimentos: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 1, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos do disposto no artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com o artigo 58, § 2º, Inciso V, da Constituição Federal, que seja convidada a Excelentíssima Senhora Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta para o ano de 2016. Autoria: Senadores Ana Amélia e Flexa Ribeiro. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 2, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos do disposto no artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com o artigo 58, § 2º, Inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta para o ano de 2016. Autoria: Senadores Ana Amélia e Flexa Ribeiro. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. EXTRAPAUTA: ITEM 3: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 3, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 93, inciso

I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 85, de 2015, aprovado em 17 de dezembro de 2015, que trata da realização de audiência pública para instruir o PLS 672, de 2015, que “dispõe sobre a redução do desperdício de alimentos”, o PLS 675, de 2015, que “estabelece a Política Nacional de Combate ao Desperdício de Alimentos e dá outras providências”, e o PLS 738, de 2015, que “Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010”, a inclusão dos seguintes convidados: Associação Brasileira de Indústrias da Alimentação (ABIA); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (ABRACEN); Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS); e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Autoria: Senador Lasier Martins. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. **ITEM 4: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 4, DE 2016 – EMENTA:** Requer a realização de Seminário do Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na cidade de São Joaquim - Santa Catarina, no dia 2 de setembro de 2016, para tratar de questões relativas à cadeia produtiva da maçã. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. **ITEM 5: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 5, DE 2016 – EMENTA:** Requer, nos termos do art. 90, inciso II, c/c art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para avaliar as metas de implantação do Sistema Nacional Cadastro Ambiental Rural (CAR), previsto no Código Florestal Brasileiro, com a presença dos seguintes convidados: Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Autoria: Senadores Acir Gurgacz e Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. **ITEM 6: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 6, DE 2016 – EMENTA:** Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater as iniciativas da EMBRAPA adotadas no sentido de desenvolver tecnologias de combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, vetor dos vírus da Dengue, Zika e Chicungunya, com a participação das seguintes entidades: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Instituto Agrônomo de Campinas (IAC); Instituto Agrônomo do Paraná (IAPA); e Universidade de Brasília (UNB). Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento com o adendo do Senador Wellington Fagundes, que transforma em Audiência Pública Conjunta com a Comissão Senado do Futuro. **ITEM 7: MINUTA DE REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA S/Nº, DE 2016 – EMENTA:** Requeremos, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c com art. 215, inciso I, e art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento ao Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, de pedido de informações acerca de todos os dados estatísticos disponíveis, de maneira pormenorizada, sobre a produção agrícola nos assentamentos da reforma agrária, bem como devem ser incluídas as informações que permitam o cálculo do valor da produção de cada um dos assentamentos, bem como o rendimento físico por área de assentamento. Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: A Comissão aprova a apresentação para o Plenário do Senado Federal do Requerimento de Informações de iniciativa do Senador Lasier Martins. **ITEM 8: MINUTA DE REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA S/Nº, DE 2016 – EMENTA:** Em conformidade com as disposições do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, conjugados com os termos do art. 215, inciso I, alínea a, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que sejam solicitadas ao Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA) as informações que relaciona. Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: A Comissão aprova a apresentação para o Plenário do Senado Federal do Requerimento de Informações de iniciativa do Senador Ronaldo Caiado. **ITEM 9: MINUTA DE REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA S/Nº, DE 2016 – EMENTA:** Com fundamento nos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, requer que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União (TCU) auditoria no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a fim de que sejam identificados e avaliados os resultados desse programa. Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: A Comissão aprova a apresentação para o Plenário do Senado Federal do Requerimento de Auditoria do Tribunal de Contas da União de iniciativa da Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**SENADORA ANA AMÉLIA**  
**PRESIDENTE DA CRA**

Texto com revisão.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento dos seguintes Expedientes.

Ofício nº 1.417/2015, subscrito pela Ex<sup>ma</sup> Srª Izabella Teixeira, Ministra de Meio Ambiente, encaminhando resposta ao Requerimento de Informações nº 641/2015, Requerimento nº 12/2014 desta Comissão, de autoria do Senador Acir Gurgacz, sobre as políticas públicas de recursos hídricos no Semiárido nordestino, em especial, associados à agricultura.

Ofício nº 148/2015, subscrito pelo Sr. Ministro Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.715/2015, Requerimento nº 53, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, tratando da avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Ofício nº 25/2016, subscrito pelo Ex<sup>mo</sup> Sr. Andre Meloni Nassar, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministro interino, o qual encaminha informações relativas à atuação da Embrapa em ações de transferência de tecnologia objeto do Requerimento nº 1.089/2015, Requerimento de nº 52 desta Comissão.

Ofício nº 16/2016, do Ex<sup>mo</sup> Sr. Andre Meloni Nassar, Ministro interino da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações da Secretaria de Infraestrutura e Fomento da Pesca e Aquicultura, objeto de Requerimento nº 1.086/2015, Requerimento nº 55 desta Comissão, de autoria do Senador Donizeti Nogueira.

Aviso nº 278/2015, subscrito pelo Ex<sup>mo</sup> Sr. Luiz Eduardo Barata Ferreira, Ministro de Estado interino de Minas e Energia, encaminhando resposta da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre o Aviso nº 13/2015, de autoria do Tribunal de Contas da União, sobre o Acórdão nº 3.493/TCU, que trata da auditoria realizada na Chesf com o objetivo de fiscalizar a ampliação do sistema de transmissão de energia elétrica da Região Nordeste, a cargo da Chesf, mediante a execução das obras decorrentes do Leilão de Transmissão nº 003/2012-Aneel.

Ofício nº 601/2016, subscrito pelo Sr. Bertrand Remy, Presidente da Associação Nacional das Indústrias Concessionárias de Cacau, manifestando preocupação quanto à crise hídrica que está afetando as regiões produtoras de cacau no Estado da Bahia, já havendo indicativo da redução de 40 mil toneladas na safra atual e redução de 30% para o próximo ano, desta forma, tomou decisão de firmar compromisso com a empresa que está promovendo a indução de chuvas localizadas em algumas regiões produtivas de cacau.

A primeira parte desta reunião se destina a uma audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 58, de minha autoria, com a finalidade de discutir as reflexões contidas no livro *Novo Mundo Rural: a reforma agrária e as lutas sociais pela terra*, com a presença do autor da obra, Prof. Zander Navarro, Pesquisador em Sociologia da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Informo que o Sr. Francisco Graziano, Xico Graziano, sócio-diretor da OIA/Certificação socioambiental e Diretor Executivo do site Observador Político do Instituto FHC não compareceu, tendo justificado a sua ausência.

Eu gostaria de convidar o professor pesquisador Dr. Zander Navarro para falar sobre o tema desta audiência pública exatamente para prestar esses esclarecimentos.

E eu gostaria de informar, agradecendo antecipadamente o professor – com muito prazer, aqui, professor! –, que esta é uma audiência pública transmitida ao vivo pela TV Senado e com a participação dos ouvintes, que, ao longo da sua exposição, estão acompanhando a exposição.

Nós estamos numa semana atípica. Começa esta semana o Carnaval, mas nós vamos, nesta reunião, além de fazer a reunião com essas explicações, que terão um alcance pela audiência que tem, professor – quero deixar registrado que os anais da Comissão são distribuídos aos Srs. Senadores –, ter grande aproveitamento.

Então, com a palavra o professor, antecipando nossos agradecimentos.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Bom dia a todos!

Para mim, é uma grande satisfação, uma honra muito grande, e eu gostaria de começar fazendo dois agradecimentos à Presidente desta Comissão, a ilustre Senadora Ana Amélia. Primeiramente, porque não me surpreende, por exemplo, que tenhamos iniciado esta reunião com uma pontualidade irretocável, porque eu morei em Porto Alegre durante mais de 30 anos e eu ouvi a Senadora inúmeras vezes, centenas de vezes, em programas radiofônicos da Rádio Gaúcha, muito cedo, quando a minha família ainda se preparava para o dia. Eu e meus filhos tomávamos café, nós nos organizávamos, e a Senadora já falava de Brasília, sempre com muita sensatez, sempre com muita riqueza de informações. E eu aprendi muito sobre a vida política deste País ouvindo

a Senadora pela Rádio Gaúcha. Neste sentido, este é o meu primeiro agradecimento por estar ao lado dela e conhecer pessoalmente a Senadora, uma pessoa que falou para mim sobre temas nacionais durante muitos anos.

É uma grande honra.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sou eu que fico honrada com essa declaração, que eu não esperava, sinceramente.

Muito obrigada.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – E fico muito agradecido também, evidentemente, por uma comissão por ela liderada no Senado organizar uma discussão, que, inclusive, tem alcance nacional, que será gravada e poderá ser utilizada por outros colegas, sobre um livro, um livro que nós publicamos. Isto, para mim, é um motivo de satisfação. Autores escrevem para serem lidos, e, quando são lidos, e quando, mais do que isso, no âmbito de uma representação nacional, seu livro é discutido, evidentemente, isso é um motivo de satisfação muito grande.

Eu me organizei para fazer uma apresentação de apenas 20 minutos. Como sociólogo e pesquisador em ciências sociais, 20 minutos, para mim, não é uma exposição, mas um pequeno comentário. Nós, sociólogos, falamos demais. Nós gostaríamos de ter horas, etc. Mas eu me organizei para os 20 minutos e, portanto, devo me estender até às 8h30. Nesse sentido, eu organizei um brevíssimo comentário sobre temas, processos ou tendências que atualmente marcam esse mundo rural brasileiro.

Quero insistir dizendo que, apesar de na minha apresentação aqui citar a Embrapa, eu não estou aqui falando com mandato da Embrapa. Eu estou falando como pesquisador em sociologia, especializado em temas sociais e econômicos do mundo rural. Eu não tenho mandato para falar em nome da Embrapa e quero deixar isso muito claro já no início.

O meu comentário, na realidade, se fundamenta em três documentos. O primeiro deles é um livro de 2014 que é, talvez, a maior realização acadêmica da minha vida. Eu sou um de seus quatro organizadores. É um livro que tem mais de mil páginas e para ele contribuíram 53 autores. É aquele livro *O Mundo Rural no Brasil do Século 21*. Outro é o livro a que a Senadora fez referência, que é o que está ali, do lado direito, do qual, inclusive, eu trago uma cópia para a Senadora. Há, também, um terceiro documento, que ainda não foi publicado, que é um artigo que sairá no livro *Agricultura e Crescimento*, a ser publicado pelo Ipea no meio do ano. Nesse artigo eu faço uma atualização ainda mais recente, com os dados que nós temos, sobre essas transformações do meio rural.

Portanto, o meu comentário nesses minutos será fundamentado particularmente nessas três publicações. E ele parte também de um princípio que é histórico. E esse princípio histórico precisa ser destacado, porque a história atual da agricultura brasileira tem um desenvolvimento espacial e geográfico ao longo do tempo em que um conjunto de produtores, que está ali na elipse azul, é um conjunto de produtores que principalmente foi marchando nas regiões rurais brasileiras, foi ocupando novas terras, desenvolvendo produtivamente a agropecuária brasileira.

Isso traz um aprendizado que, aliás, não vou comentar porque não temos tempo para isso. Mas essa perspectiva histórica é muito importante para que possamos identificar quem são os produtores, o que passa pela mentalidade desses produtores, quais são as suas preferências. Obviamente, como eles vão encontrar bio-mas e ambientes produtivos diferentes, os sistemas de produção, as estruturas de produção e, obviamente, os resultados também irão variar ao longo do tempo. Ou seja, isso traz um desafio interpretativo muito grande.

É por essa razão que, olhando a história recente, digamos, os últimos 50 anos do desenvolvimento da agropecuária brasileira, vemos algumas fases. Até o fim dos anos 60, a agricultura brasileira era extremamente primitiva. Importávamos feijão nos anos 60 e 70, o que, para um País deste tamanho, é uma desmoralização. É uma desmoralização ser necessário, em um País como o nosso, importar feijão e outros alimentos. Essa era a agricultura brasileira até o fim dos anos 60. Aí, tivemos a modernização dos anos 70, principalmente onde estão as raízes dessa agricultura moderna. Tivemos os grandes problemas, principalmente macroeconômicos, da década de 80, normalmente chamada de década perdida. A década de 90 foi muito especial, foi quando o Brasil fez algumas aberturas comerciais. Houve um processo de democratização da nossa sociedade, o que é muito importante. Não vamos discutir aqui essa década. Finalmente, quero chamar atenção para o fato de que, a partir dos anos 90 em diante, entramos em uma nova fase, e chamamos isso em sociologia de um novo padrão, ou seja, um novo padrão agrário e agrícola – o agrário se referindo à, aspas, “sociedade rural” e o agrícola significando principalmente os aspectos mais produtivos, tecnológicos etc.

O que são esses padrões agrário e agrícola? Eles estão explicados no livro, não o livro que é objeto desta reunião, mas o livro anterior. Copiei dele uma pequena frase, que é muito ilustrativa, do que significa esse novo padrão agrário e agrícola. O autor vai citar que o novo padrão introduz o capital em todas as suas modalidades. No centro do desenvolvimento agrícola e agrário, rebaixa, de certa forma, o papel da terra, na medida



em que a produção e renda agropecuárias passam a depender crescentemente de investimentos. Os sistemas produtivos requerem volumes crescentes de capital de giro e, ao final, fala-se ainda em contextos de crescente acirramento concorrencial. Ou seja, a agricultura brasileira, nesse período recente que estamos chamando de novo padrão agrário e agrícola, passa a ser essencialmente determinada por investimentos de capital, especialmente do capital estrangeiro.

É por essa razão que, daquela agricultura do passado, que basicamente era uma agricultura que produzia café, já que, como eu disse há pouco, importávamos até mesmo feijão, surgiu outra agricultura, que é a apresentada nesse diagrama, uma agricultura extremamente diversificada, muito flexível, uma agricultura que produz vários destinos, e alguns desses destinos não são necessariamente alimentos, mas são formas de energia.

O Brasil está emergindo cada vez mais como um País extremamente importante em termos de produção, por exemplo, de produção de celulose e derivados, além de alimentos, carnes, grãos etc. Essa agricultura sofisticada – a agricultura ou agropecuária brasileira hoje é extremamente sofisticada...

Pois não, Senadora.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aproveitando o gráfico que está sendo mostrado para os nossos telespectadores, há dois quadros ali: uma quantia de hectares para pastagens, 151 mil ou milhões?

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Milhões, milhões.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – São 151 milhões para pastagens e a agricultura consumindo 83 milhões. É esse o número?

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Exato, é esse o número.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa é uma leitura muito importante para ilustrar várias coisas.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Isso, perfeito, vamos discutir posteriormente. Obrigado.

Bom, à luz dessa introdução, apresento, em meus 15 minutos finais, as seis ideias, os seis processos, as seis tendências que eu gostaria de mostrar.

Quais são esses temas, refletindo diferentes ângulos: econômicos, sociais, produtivos etc?

Bom, o primeiro deles é uma característica que nós nunca tivemos antes – ela é inédita, ela é extremamente importante, ela é extensa e ela é crescente – que é a presença do dinheiro. E não apenas a presença do dinheiro na produção propriamente dita, mas também na vida social rural. Nunca houve um processo de monetização dessa magnitude, dessa extensão, dessa profundidade – e eu insisto – em todas as regiões rurais brasileiras. Evidentemente que, em alguns lugares, muito mais do que em outros: nas regiões mais pobres vamos ter uma densidade monetária menor, mas essa monetização é muito forte nas regiões rurais.

Ali embaixo, inclusive – apenas para ilustrar – uma frasezinha que chama atenção, porque, se vocês somarem...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Do Banco Central, não é?

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Do Banco Central.

Se vocês somarem o total acumulado das exportações agrícolas naquele período de 1990 a 2014, verão que alcança a impressionante soma de pouco mais de US\$1 trilhão o que a agricultura brasileira foi capaz de produzir nesse período. Isso mostra muito bem essa irrigação monetária. Evidentemente que ela não é só rural, ela é urbana, porque nós temos uma presença crescente de atores urbanos industriais.

Ora, eu não tenho tempo para explicar, mas aquele quadro ali mostra muito bem o salto que o Brasil deu entre 1990 e 2013 como país exportador. Os números representam o saldo da balança comercial agrícola, se é positivo ou se é negativo, por isso, países exportadores e países importadores de alimentos. E se selecionarmos apenas os quatro países exportadores mais importantes do mundo, veremos que o Brasil, lá em 1990, já tinha algum destaque, mas, em 2013, esse saldo é impressionante. O Brasil está produzindo saldos comerciais como nenhum outro país está produzindo, o que é uma demonstração também muito clara desse novo padrão agrário e agrícola.

Esse é o primeiro tema.

Qual é o segundo tema? O segundo tema que hoje marca a agricultura brasileira é uma assimetria social muito impressionante. O mundo rural brasileiro hoje é marcado pela concentração de renda e pela persistência da pobreza de uma forma muito impressionante. E o Censo de 2006 trouxe esta estatística – portanto é um dado oficial – que é também quase inacreditável: a estatística vai nos mostrar que, de um total de 5 milhões de estabelecimentos rurais que existem no Brasil, apenas 27 mil – o que corresponde a 0,62% – respondem por metade da produção agropecuária em valor no nosso País, mostrando, portanto, que a concentração agropecuária no País é gigantesca. Esses dados são dados também oficiais. Mais do que isso: essa tendência de concen-

tração deve continuar, porque, se tomarmos a distribuição do crédito rural mais recente e somarmos os anos de 2013 e 2014 em relação aos contratos do crédito rural, veremos, como está marcado ali, que apenas 0,5% do total dos contratos ameilham um terço do crédito rural. E o crédito rural é um dos maiores condutores do processo de concentração da renda agropecuária no nosso País.

Este, portanto, é o segundo tema: essa assimetria econômica que nós temos nas regiões rurais.

Qual é o tema 3? O tema 3 é o papel da ciência, ou seja, o que nós chamaríamos, basicamente, de inovações. Nesse processo, portanto, a Embrapa precisa ter um papel muito importante.

Quando nós falamos em produtividade da agricultura, nós não falamos de quantos quilos de milho se produz por hectare. Hoje nós calculamos de uma maneira mais sofisticada, que é exatamente a Produtividade Total de Fatores (PTF). A PTF é o melhor indicador do que está acontecendo em termos de inovação, em termos de ciência, na agropecuária brasileira. E é muito impressionante quando fazemos esse cálculo, porque vemos que, entre os países que são os maiores produtores de alimentos do mundo, o Brasil é destacadamente o que tem a maior PTF.

Só para vocês terem ideia: naquele período de 2000 a 2011, a PTF dos Estados Unidos, que é a agricultura mais moderna do mundo, foi de 1,99 no ano, enquanto o valor calculado para o Brasil, como vocês podem perceber ali, foi de 5,69, quer dizer, o Brasil está disparando como um setor econômico muito aberto às inovações, à ciência, à mudança que torna muito mais produtivo esse setor. Por essa razão, a agricultura brasileira ou a agropecuária vêm salvando a nossa economia há tantos anos.

Finalmente, ainda dentro desse tema, vocês podem perceber ali o resultado disso. Quando nós calculamos, a partir do censo, por que a produção cresce, o que explica esse crescimento, aí a gente separa entre os fatores de produção: trabalho, terra, tecnologia. E vocês vão ver, para ficar apenas no ano de 2006, que praticamente 70% do crescimento da produção agropecuária brasileira se deve à tecnologia; não se deve mais nem ao trabalho, muito menos à terra, o que nos leva, portanto, ao tema 4. E o tema 4 é mais polêmico, mais controvertido.

Antes disso eu tenho esse gráfico que mostra apenas a mecanização no Brasil como era em 1960 e como o Censo de 2006 mostra, simplesmente para dar uma ideia desse processo de modernização tecnológica da agropecuária. Se vocês olharem, em 1960, parece que só havia trator em São Paulo e alguns espalhados lá pelo nosso Rio Grande do Sul, não é, Senadora? E quando chega em 2006, vocês vão ver que a tratorização começa a se espalhar.

Mas vamos, então, ao tema 4. O tema 4 é mais complicado, tem muito mais controvérsia. O primeiro ponto do tema 4 ali, muito simples, é para explicar: ora, se terra não explica mais o crescimento da produção agropecuária, certamente alguém vai fazer muito sensatamente a pergunta: “Escutem, por que nós gastamos dinheiro num programa chamado de reforma agrária, que, aliás, é um programa caríssimo?” Bom, eu não tenho nenhum problema em, sendo um sociólogo que analisa os dados, os fatos, afirmar publicamente que o tempo histórico da reforma agrária acabou. Não há mais nenhuma justificativa para um programa tão caro de redistribuição de terras. É um desperdício de recurso público. Nós estaríamos utilizando de uma maneira muito mais eficiente para os pobres, para as famílias pobres das regiões rurais brasileiras esses recursos se nós terminássemos com o Incra, se nós extinguissemos o Incra e o programa de distribuição de terras do nosso País, se pegássemos esses recursos e os utilizássemos de uma outra forma para as famílias rurais mais pobres. Não faz nenhum sentido a gente manter essa política pública. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é outro tema que está emergindo e que se trata de pensamento mágico. Vocês já devem ter lido em vários lugares documentos oficiais, inclusive do Governo, que falam que existe um caminho tecnológico chamado agroecologia. Isso não existe. Isso é uma fantasia. Na realidade não há nenhuma proposta tecnológica sob esse guarda-chuva chamado agroecologia. Então a gente também tem que fazer essa discussão com muito mais coragem, digamos assim.

Bom, então esse seria o tema 4, mais político, mais controverso, que fala de temas sociais etc.

O tema 5 é um tema também extremamente relevante hoje em dia, porque existe claramente, nas regiões rurais brasileiras, um processo de esvaziamento. As pessoas estão indo embora. Morar no meio rural brasileiro, exceto em uma ou outra região muito excepcional, é muito precário ou, para dizer, talvez, de uma forma ainda mais enfática: é muito ruim morar nas regiões rurais. Você não tem nada. Você tem péssimos serviços. Você não tem interação humana, você não tem as modernidades que a cidade oferece. E obviamente, se no passado as populações rurais não sabiam disso, hoje elas sabem, especialmente os jovens. Os jovens sabem muito bem as diferenças entre morar nas cidades e morar no campo. O campo está se esvaziando.

Ali são vários dados que são tirados dos censos demográficos, particularmente das PNADs, para mostrar um quadro tendencial de esvaziamento do campo. Já existem várias regiões brasileiras hoje que são regiões semiabandonadas. E tem mais. Não são as piores regiões em termos de pobreza. Muitas vezes são regiões prósperas. Se vocês andarem pelo oeste catarinense nas regiões rurais, vão encontrar apenas propriedades

de velhinhos, porque os jovens já foram embora simplesmente e não há família para ser contratada. Então as tendências de esvaziamento do campo são muito marcantes nessa região. Essas tendências demográficas, portanto, são muito importantes.

Finalmente, o sexto tema, já encaminhando para a finalização, é uma pergunta que, para mim, como sociólogo...

*(Soa a campanha.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ZANDER NAVARRO** – ... é muito importante.

Nós ainda temos tempo de salvar uma agricultura de menor porte econômico? Na minha opinião, o que temos feito no Brasil não tem servido para salvar essa pequena produção. O mapa ali mostra, onde está mais escuro, onde existe uma proporção maior de população rural; onde está mais claro mostra as regiões que se urbanizaram mais etc. Então, como vocês podem ver, existem basicamente quatro Regiões no Brasil – uma elipse ali desapareceu não sei por que, a elipse central. Tirando a Região Norte, que é uma Região muito pouco habitada, Amazonas etc., que tem quase nenhuma produção agrícola, excluindo o Pará, vocês podem ver o Pará e a Região do Nordeste. Especialmente o Nordeste rural hoje é uma região condenada. No Nordeste, não há nenhuma perspectiva agrícola, me perdoem dizer isso, porque parece uma coisa muito trágica. Mas é uma Região em que os regimes hídricos são péssimos e tendem a piorar. E não existe agricultura sem água, começa por aí.

Por essa razão, o Nordeste rural hoje observa o maior processo de esvaziamento social que temos. Hoje, o Nordeste é quase um grande conjunto de pequenos, minúsculos estabelecimentos habitados por pessoas mais velhas, já que os jovens, se tiveram alguma chance, foram embora. Essa perspectiva, do ponto de vista agrícola, é dramática, porque, no Nordeste rural, com pequenas exceções, microclimas aqui e acolá, há muito pouca chance de olharmos para frente e dizermos: poderemos ter essa produção agrícola, aquela produção pecuária etc. Pelo contrário, as perspectivas agropecuárias naquela Região são muito ruins.

A elipse do meio, que desapareceu e que estaria naquela parte mais esbranquiçada, é cada vez mais o domínio da agricultura de larga escala. Cada vez mais, essa é uma agricultura de grande porte econômico, que tende a dominar toda essa região que vai de Rondônia até o lado de cá, nas regiões antigas.

Finalmente, existem os três Estados do Sul. Por razões óbvias – a Senadora conhece muito bem –, no Sul é onde temos processo de colonização em que deixaram pequenas propriedades que foram mais capazes de se integrar aos diferentes mercados. Então, há mais chance de sobreviver, nos três Estados do Sul, uma estrutura fundiária com maior presença de pequenos produtores.

Portanto, o que concluímos depois dessas seis tendências, digamos assim? Que a principal marca da agricultura brasileira em nossos dias é uma dualidade, é uma moeda de duas faces: de um lado, tem uma parte muito virtuosa, que estamos aplaudindo todos os dias. Por quê? É um setor de grande intensificação tecnológica, de alta produtividade, de alta produção, exportando para 180 países. O Brasil, que produzia praticamente só café em 1970, hoje tem 300 mercadorias que são vendidas no mercado interno e nos mercados externos. Esse é o lado virtuoso. O outro lado é o lado negativo, é o lado socialmente perverso. Por quê? Porque esse ambiente de produção se tornou muito concorrencial, muito competitivo e, portanto, isso virou uma selva. E, nessa selva, sobrevive quem tem mais força. Os pequenos e muitos médios estão sendo encurralados e cada vez mais sendo colocados para fora da atividade. Ou seja, há um processo de seletividade social entre as famílias.

Portanto, vou para o meu último eslaide, que é uma síntese. O que caracteriza, em grandes linhas, esse mundo rural brasileiro nos nossos dias? Primeiro, que o desenvolvimento agropecuário, agrário, agrícola, esse novo padrão atingiu uma etapa financeira. Quem não tiver acesso a mercados financeiros dificilmente terá lugar para se manter na atividade. Segundo, é um ambiente muito desafiador também porque há o domínio crescente da ciência: as inovações, as tecnologias, toda essa necessidade que os produtores têm para serem capazes de se manter nessa atividade. Ora, isso tudo vem produzindo uma gigantesca complexidade na agricultura, e, evidentemente, isso afeta particularmente os produtores de tamanho médio e pequeno.

Não vamos nos esquecer de que a agricultura brasileira tem ainda 30% dos responsáveis por estabelecimentos que são analfabetos. Então, vocês podem pensar: um terço daqueles que respondem pelos estabelecimentos sequer sabem ler. Se eles não sabem ler, como vão lidar com essa complexidade crescente que marca o desenvolvimento da agropecuária? Então, essa complexidade também contribui para encurralar e, de certa forma, expulsar uma parcela cada vez maior.

E terceiro, um tema que eu não discuti porque obviamente exigiria muito mais tempo: o Estado brasileiro – se fizermos um comentário geral – está de costas para tudo isso que está acontecendo. É claro que, no Estado brasileiro, nós temos áreas de excelência, uma pesquisa aqui, outra ali, gente que levanta dados com muita

capacidade, etc., mas estou fazendo um comentário geral. A ação governamental, através de seus Ministérios, suas agências, inclusive partes da Embrapa, enfim, o Estado brasileiro, no geral, tem sido incapaz de perceber essas mudanças e se adequar ao que seria mais indicado em relação a essas mudanças. O Estado brasileiro tem sido, de certa forma, um pouco omissos em relação a esses processos.

Inclusive, eu trago, para finalizar, mais um dado estatístico que é chocante. Se vocês compararem os gastos públicos do Estado brasileiro na década de 90 e nos primeiros dez anos deste século, ou seja, compararem esses primeiros dez anos com os outros dez anos da primeira década do século XXI, o Estado brasileiro diminuiu, em termos reais, o total de R\$100 bilhões nos seus gastos. Quando se vê esses números, se pensa no que está acontecendo. É como já escrevemos em uma das publicações: o Estado brasileiro parece, assim esse dado sugere, que está saindo muito discretamente do seu papel em relação à agricultura e à agropecuária. Afinal de contas, se você tira, em termos reais, R\$100 bilhões, comparando uma década com a outra, é porque você, antes de mais nada, como Estado, como dirigente do Estado, está percebendo um setor que está funcionando muito bem e, sendo assim, os deixa fazerem o que bem entenderem lá no meio rural.

Do ponto de vista produtivo, do ponto de vista econômico, do ponto de vista tecnológico, ótimo! E do ponto de vista social? Fica, portanto, essa última pergunta.

Esse era o comentário que eu gostaria de trazer a vocês. Passei um pouco do tempo e peço desculpas, mas são algumas ideias que estão contidas nessas publicações, inclusive no livro que deu origem ao requerimento desta reunião. E tenho grande prazer em estar aqui, não só oferecendo esses comentários, mas propondo, a partir de agora, um debate com todos.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço imensamente, foi uma aula, porque o senhor, como professor pesquisador, tem didática e, mesmo num sumário de uma dissertação de três ou quatro livros, Prof. Zander, o senhor foi capaz de resumir e trazer questões.

Antes de fazer as perguntas, quero agradecer à Consultoria Legislativa do Senado. O Senado Federal tem qualidade, entre muitas aqui, no seu corpo técnico. Os nossos Consultores, que são especialistas no setor, leram suas obras. E veio deles a iniciativa de convidá-lo. Isso eu considero importante. E até gostaria que eles, que deram essa contribuição valiosíssima à Comissão de Agricultura, se quisessem fazer alguns questionamentos, que me enviem, e farei com prazer.

Vamos começar pelo Sul, puxando a brasa para meu assado. Na Região Sul, o processo de desenvolvimento da agricultura teve uma contribuição grande – e o sociólogo é quem o sabe mais – da imigração italiana e alemã e de outras etnias também, como os poloneses em algumas áreas de produção como a do tabaco na região de Canguçu. E uma outra cultura trazida também pela colonização é o associativismo, as cooperativas de produção, que praticamente fizeram o pequeno se tornar grande. Então, com o médio produtor cooperativado, ou mesmo o grande, a cooperativa teve um papel no Sul do País, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e foram levando. Nessa região, há esta marca: cooperativas, hoje, que promovem, como a Coopavel lá em Cascavel, no Paraná, ou a Cotrijal lá no Sul, ou a cooperativa de Sarandi, Cotrisal, e tantas outras, embora tivéssemos tido uma crise gravíssima das cooperativas nos anos 70 – foi criado um sistema de recuperação financeira da saúde das cooperativas.

Mas eu queria saber do senhor qual foi a contribuição, primeiro, que eles deram – essa cultura associativista – para criar um modelo, eu diria, mais profissional na produção, seja de laticínios, seja de grãos em outras áreas.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Bem, esses dois temas, de fato, têm uma incidência profunda no desenvolvimento do campo em geral, não apenas na produção agropecuária, mas na vida social. E como bem disse a Senadora, esse é um fator que nós não podemos ignorar, embora tenhamos que ser muito cautelosos na explicação, caso contrário, imediatamente, poderemos receber uma etiqueta de racista – quando você faz comparações desvantajosas sobre populações que têm origens étnicas diferentes. Mas esse é um fato da realidade e, portanto, tem que ser analisado também...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E um fator positivo...

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Não, exatamente, tem que ser analisado sociologicamente, até para podermos interpretar também cientificamente.

Ora, o processo de colonização, por exemplo, de diferentes correntes imigratórias de origem europeia se deu particularmente dos Estados de São Paulo para o Sul. E em Estados como o Rio Grande do Sul, por exemplo, esses processos marcaram definitivamente as características produtivas do nosso Estado – eu me considero gaúcho embora não tenha nascido lá, sou gaúcho de coração. Então, no Rio Grande do Sul, isso é muito perceptível – como eu fiz muitas pesquisas em áreas rurais no Rio Grande do Sul, ficava muito claro, inclusive quando comparávamos as etnias.



Verificamos que são muito diferentes, por exemplo, a dinâmica econômica que existe em Municípios de colonização italiana e a que existe em Municípios de colonização alemã. Embora sejam dois grupos de origem étnica diferente que têm muita capacidade empreendedora, a dinâmica não se compara. Os alemães são muito mais contidos, ou aqueles que são descendentes de alemães. Eles são muito mais contidos, procuram ser muito mais seguros...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mais lineares, mais lineares.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – São muito mais organizados. Eles só dão um passo quando têm muita certeza das coisas, ao contrário do que acontece nos Municípios que foram ocupados por agricultores de origem italiana, que tiveram sua estrutura fundiária formada por eles, que têm muito mais propensão a risco. Inclusive, muitas famílias rurais de origem italiana erram. Os negócios não dão certo, mas elas não desistem, são muito persistentes. Por essa razão, inclusive, é muito fácil explicar quando conhecemos a história desses agricultores que região de base agrícola é mais próspera no País – muitos dos senhores e senhoras aqui presentes devem conhecê-la –: é a Serra Gaúcha. Não existe outra região de base agrícola... Embora ali existam polos industriais como Caxias, é principalmente uma região que nasceu com a agricultura...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E num polo inóspito, porque aquilo ali é serra pura, não é? Pedra, pedra.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Quem conhece sabe que é uma região de relevo muito acidentado, mas a Serra Gaúcha não tem comparação com nenhuma outra região similar no nosso País em termos de prosperidade. A vida das famílias rurais na Serra Gaúcha é absolutamente impressionante.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A renda também...

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Exatamente, em função da renda do que eles produzem, na Serra Gaúcha nós não temos pobres, o que nós temos é uma classe média rural, e uma classe média rural que vive muito bem. Esse é o resultado, portanto, de características culturais que vêm da história. Nesse sentido, esse tema da imigração é um tema muito importante.

Ainda dentro desse tema, eu me permitiria um comentário que eu tenderia a lamentar, porque ele não ilumina a história rural brasileira, que é o fato de que não temos nenhum livro, nenhuma pesquisa, nada que seja referencial, com maior profundidade, com maior pesquisa, que tenha, por exemplo, apresentado uma interpretação da história rural brasileira, por exemplo, dos últimos 50 anos, desde o processo de modernização dos anos 70 para cá. Esse livro não existe, nenhum – obviamente estou me incluindo nessa condenação.

Nenhum dos cientistas sociais ainda teve a coragem de fazer esse trabalho que pudesse iluminar essa história rural. Porque, se isso fosse feito, o primeiro ponto que a Senadora mencionou seria demonstrado, que é o papel decisivo de agricultores sulistas na formação dessa agricultura moderna. Grande parte disso foi uma caminhada em que sulistas foram subindo para Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso. Hoje, estão em parte do Nordeste onde há mais água. Pará! Visitem as produções de soja no Pará e vocês vão encontrar famílias que têm raízes no Sul.

O segundo ponto também é muito importante e eu farei um comentário mais breve, mas também é fundamental, especialmente para os produtores de porte médio e de porte econômico pequeno, que é o associativismo. E aqui a Senadora disse muito claramente – eu também conheço muito intimamente essas tentativas organizacionais da agricultura do Sul –: elas são principalmente bem-sucedidas no Estado do Paraná. E por essa razão o Estado do Paraná é essa potência agrícola que nós conhecemos. Disputa com Mato Grosso a primazia de serem os dois principais Estados da nossa agricultura. Por quê? Porque a organização dos produtores no Paraná deu certo.

Deu certo também em Santa Catarina, deu certo também no Rio Grande do Sul ou em parte do Rio Grande do Sul, porém menos. No caso do Rio Grande do Sul, como ela se referiu muito corretamente, muitas histórias negativas do associativismo criaram uma resistência nos produtores para que eles se organizem.

Mas por que isso é importante? Porque é a única saída para milhões de famílias rurais de tamanho médio e pequeno. Não há outra. Essas famílias não vão ter outra possibilidade. Se elas não conseguirem se organizar e ter algum ganho de escala para sobreviverem em mercados com essas características, elas também estarão condenadas.

Esses são os dois pontos principais.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Professor, o senhor se referiu ao Paraná e ao Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e mesmo Rondônia, Pará, Piauí, Maranhão. A diáspora gaúcha, como nós chamamos, se o senhor for pesquisar, aqui na região do Planalto Central, em Paracatu e Unaí, o senhor vai ver regiões onde a imigração de gaúchos em busca de melhores condições, por causa do esgotamento das áreas no Sul e do preço pela procura, fez com que viessem para cá, e fizeram a nova fron-

teira agrícola nessa região, no Estado de Goiás. Conheço muitos desses agricultores e o senhor deve conhecer até mais do que eu. No Paraná, Mato Grosso, eles chamam de “matuchos” – a mistura do mato-grossense com gaúchos –, Mato Grosso do Sul, e a gente brinca com o Senador Blairo Maggi, nosso membro ativo aqui na Comissão, que é também do Sul do País, e assim sucessivamente. Santa Catarina, paranaenses também foram subindo, catarinenses estão em Rondônia e outras regiões.

Nesse aspecto, o senhor falou que a agroecologia é uma miragem. Nós vimos, recentemente, no Fantástico, domingo, uma matéria que também me chamava muito a atenção sobre a certificação daqueles produtos ditos “orgânicos”. Se viu uma série de irregularidades, ou seja, o consumidor está comprando gato por lebre. E eu acho que enganado também em sua boa-fé e também no seu bolso. É tão prejudicial um e outro! Boa-fé por acreditar que está consumindo um produto saudável organicamente produzido, e pagando mais caro, porque é mais caro o produto.

Eu queria saber se o senhor não é apedrejado, no bom sentido – não defendendo a violência –, verbalmente, quando o senhor tem esse conceito sobre a agroecologia num momento em que se fala que a saúde da pequena agricultura familiar é por isso.

O Governo criou – no governo de Fernando Henrique Cardoso... Eu sempre digo que o Lula, quando Presidente, teve a inteligência de ter levado para o Banco Central um homem, Henrique Meirelles, que tinha sido eleito Deputado Federal pelo PSDB. E tinha sido presidente de um banco americano, o Banco de Boston. Ele teve coragem e foi um dos mais longevos presidentes do Banco Central. E também manteve sem mudar o nome, porque, em geral, os governos no Brasil tratam de mudar o nome, um programa muito bem-sucedido criado pelo governo Fernando Henrique, chamado Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Quando o senhor fala da questão do recurso e, digamos, do montante financeiro que gira no agronegócio, o faz, é claro, do ponto de vista comercial, do que se comercializou naquilo e das cadeias produtivas que se envolvem. Mas, no caso do Pronaf, qual foi o papel que teve o Pronaf no estímulo dessa agricultura? Agricultura que não tem apoio do Governo, quer dizer, tem um apoio do crédito.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Isso.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas ela tem pouco apoio tecnológico...

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Perfeito.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... pouco apoio de extensão rural. Agora é que foi criada a Anater, que é uma agência nacional de extensão rural, mas isso é recente, não saiu do papel ainda. Então, queria que o senhor avaliasse desse ponto de vista, porque esta Comissão é muito questionada sobre a questão específica da agricultura familiar e dos apoios que o setor tem.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Certo.

Bem, são dois temas. O primeiro deles talvez seja possível comentar de uma forma que fique claro. Existe uma palavra que surgiu, e essa palavra, para todos nós que eventualmente não tenhamos nenhuma informação sobre o meio rural, é uma palavra sedutora, porque quando se fala a palavra agroecologia, o que isso lembra? Ora, isso lembra uma agricultura ecológica, uma agricultura sem contaminação química, uma agricultura de produtos mais naturalmente produzidos, etc. Ora, quem seria contra trazer à mesa da sua casa, para sua família, produtos alimentares com essas características? É evidente que todos nós bateremos palmas.

Então, a ideia de agroecologia é uma ideia atraente. Agora, se você é um produtor rural, você vai fazer uma pergunta muito óbvia, você diz assim: “Tudo bem, eu quero ser um produtor agroecológico, me dê a receita técnica. O que eu tenho que fazer concretamente na minha propriedade para produzir?” Aí não existe essa resposta.

Ou seja, agroecologia não tem um formato tecnológico para oferecer a um produtor, e muito menos a ideia de agroecologia tem qualquer fundamento científico, isto é, vamos produzir dessa forma diferente por essas e essas razões científicas. Isso não existe. O que não é a mesma coisa de dizer que não existem propostas tecnológicas que não são aquelas da agricultura convencional que nós chamamos genericamente de agricultura moderna. Na realidade, são quatro tipos que existem, que têm história, que é a agricultura orgânica, a agricultura biodinâmica, a agricultura natural e um tipo de agricultura chamada ecológica. Esses quatro tipos têm história, têm produtores, têm maneiras de se organizar tecnologicamente.

A ideia de agroecologia, na realidade, surgiu no Brasil com outro objetivo, e aqui conheço muito bem essa história porque eu estive envolvido nela – e desde o início, diga-se de passagem. É um conjunto de pessoas que inclui militantes sindicais, inclui pesquisadores, inclui um conjunto de indivíduos que, no processo de redemocratização do Brasil, fazia uma contestação política de esquerda e, ao fazer uma contestação política

de esquerda, combatia tudo que representava uma ordem econômica, inclusive na agricultura. Dizendo mais claramente: esse conjunto de pessoas formava um grupo anticapitalista.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Antiglobalização.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Eu estava incluído nesse grupo. Eu participei disso tudo, eu sei quem são as pessoas, etc. Por isso, inclusive, que várias ONGs foram formadas, eu ajudei a formar também, que eram ONGs de agricultura alternativa. Alternativa a quê? Alternativa à agricultura moderna. Mas por quê? A nossa motivação era uma motivação política anticapitalista, certo?

A ideia de agroecologia surgiu no Brasil, portanto, para dizer assim: “Olha esse agronegócio, essa agricultura moderna e tal, ela é muito”...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Concentradora.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – ... “destruidora dos recursos naturais, além de concentrar”, como dizia a Senadora, “a riqueza, então não nos serve, temos que ir por outro caminho”. E aí, para isso, cria-se uma expressão chamada agroecologia, que, como eu disse, publicamente, é muito sedutora.

Eu passei a ser crítico disso pelas razões que primeiramente eu disse. Eu falei: “Bom, eu não vou fazer parte de um embuste, não vou fazer parte de uma fraude.” E essa fraude é aquela que diz assim: “Nós temos uma solução para uma outra agricultura, que se chama agroecologia, porque ela tem sustentação científica e ela tem sustentação tecnológica concreta”, quando isso não é verdade. Não sendo verdade, isso é fraude. E cientista não participa de fraudes. Aí eu passei, inclusive, a escrever. Tenho artigos escritos...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Professor Zander, eu entendo...

**O SR. ZANDER NAVARRO** – ... estendendo mais do que eu acabei de dizer.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como comunicadora, vejo como você pode, com uma palavra bonita, levar um discurso que esconde outras intenções.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Isso.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas eu queria passar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, porque o senhor abordou a questão do Norte, da pouca expressão. Ele é do Pará, um Estado que tem uma pecuária com uma expressão e tem também uma área... O Pará quer ser o maior produtor de cacau do Brasil. Disputa com a Bahia, com Ilhéus, com toda a região. Tivemos até uma audiência pública e eu fiquei muito impressionada com o que estão fazendo na manufatura. Quer dizer, na matéria-prima, o mais importante é o famoso agregar valor. E o esforço que eles estão fazendo lá é muito grande. Então eu queria que o Senador Flexa questionasse V. Exª sobre algumas questões dessa região, porque ele é um ativo membro desta Comissão.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Ótimo.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora Ana Amélia, nossa Presidente; Dr. Zander Navarro, pesquisador da Embrapa...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele aqui disse que não está falando pela Embrapa, mas trazendo os conceitos que ele tem sobre o tema de que estamos tratando, só para deixar claro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas todas as vezes que vem eu leio a referência com a Embrapa. A gente tem que fazer o...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu respeito. É uma grande representação.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É aqui uma empresa pública que honra a todos nós brasileiros. A agricultura brasileira tem essa pujança hoje, deve isso às pesquisas, aos pesquisadores da Embrapa, que levaram o Brasil a essa condição.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Assino embaixo.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Quero desejar a todos, aos nossos colaboradores, assessores do Senado, um 2016 de muita saúde, muita paz. Que Deus abençoe a todos nós e ao Brasil! E parabenizar a Senadora Ana Amélia, porque na primeira semana do ano legislativo de 2016 já estamos fazendo a reunião da Comissão de Agricultura.

Dr. Zander, o meu Estado, o Pará, eu digo sempre que é um Estado com que Deus foi muito generoso, porque deu ao Pará um subsolo rico, um solo rico e uma cobertura rica. Mas lamentavelmente Ele se esqueceu de abençoar e iluminar o Governo Federal para olhar para o Pará. Ele fica de costas para o Pará e aí fica difícil a gente transformar todas essas riquezas em benefício da população, ter essas riquezas todas e não conseguir produzir renda para que a população se beneficie.

Mas, na questão da agricultura, nós somos a nova fronteira agrícola, quer dizer, o Mato Grosso, de 20 anos para cá – lembro que, há 20 anos ou um pouco mais, não tinha nenhuma produção –, é o maior produtor de grãos do País.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De carne também.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E de algodão também. E essa fronteira agrícola vem subindo para o Pará, vem entrando pelo sul. Nós temos três polos no Pará: no sul do Pará, fronteira com Mato Grosso, subindo; temos no nordeste do Pará, na área de Paragominas, Dom Eliseu e Rondon do Pará; e temos no oeste do Pará, vindo pela Santarém-Cuiabá, lá por Santarém, Prainha, quer dizer, são três polos que estão se tornando dinâmicos. Já produzimos hoje no Pará algo em torno de 1,5 milhão de toneladas de grãos e a tendência é crescer.

Além disso, nós temos um potencial na agricultura familiar muito grande, porque, como disse a Senadora Ana Amélia, a produção de cacau, na realidade, é feita por agricultura familiar, por pequenos agricultores, em pequenas plantações – pequena que digo é em relação à agricultura empresarial. E temos outras espécies, por exemplo, o açaí.

O açaí, hoje, está sendo incentivado pelo Governo do Estado. Até lançamos um programa, há duas semanas, no Pará, o Pró-Açaí, com a participação da Embrapa. A Embrapa desenvolveu, Senadora Ana Amélia, uma espécie, uma semente, mudas de açaí, porque o açaí é uma planta nativa de várzea, então, o que existe hoje ainda de exploração é a extração, o caboclo da margem dos rios extrai o açaí e vende. Como virou moda internacional agora, açaí é a palavra mágica, como disse a comunicadora Senadora Ana Amélia, o Governo está incentivando a produção, através dessa pesquisa da Embrapa, do açaí em terra firme, irrigado. Tanto que, quando se fala em irrigação, Senadora, há um incentivo à energia para o Nordeste, e tem de haver para a Amazônia, porque dizem: “Ah, na Amazônia chove muito, não precisa de irrigação”. Precisa, porque nós temos períodos em que a chuva diminuiu bastante – não é que não chova – e o açaí e o dendê, que é outro cultivo...

O Brasil, o Pará vai se tornar, em médio e longo prazo, o maior produtor do mundo de óleo de palma. Vai passar a Malásia, a Indonésia, porque nós temos 8 milhões de hectares de terras propícias ao plantio de dendê e já antropizadas, ninguém quer derrubar árvore. Essa visão que o resto do mundo tem em relação à Amazônia, quem tem somos nós – nós, a Amazônia, que queremos preservar a floresta para as gerações futuras.

Então, nós temos hoje áreas abertas utilizadas pela pecuária – temos o quarto rebanho do País –, que, com tecnologia, pode produzir mais animais com um terço da área aberta; e os dois terços que vão sobrar podem ser usados para a agricultura.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não falou do cacau.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ainda não toquei nisso, para se ver a riqueza e o potencial do Estado! Eu digo, Senadora Ana Amélia, que eu nasci na época errada. Eu devia estar nascendo agora, para ver o Pará daqui a 50 anos, porque eu não tenho dúvida de que o Pará, daqui a 50 anos, vai ser um dos Estados mais importantes da Federação brasileira. Aí nós temos que verticalizar nossos minérios, e por aí vai.

Mas, com relação ao cacau, como lembrou a Senadora Ana Amélia – quero agradecer porque ela prestigiou a mim, como Senador pelo Pará, e ao Pará, levando uma audiência da Comissão de Agricultura a Belém, em que nós discutimos, em nível nacional, porque havia outros Estados participando, a questão do cacau, da amêndoa –, hoje, o Pará ainda não passou a Bahia na produção de cacau, mas, em breve, estará produzindo em mais quantidade e com melhor qualidade.

Quero parabenizar V. Exª pelos dois requerimentos que serão aprovados na parte deliberativa da reunião de hoje e gostaria, se a senhora permitir, de subscrever, junto com V. Exª, os requerimentos, porque nós vamos tratar exatamente com os dois ministros da área, a Ministra Kátia Abreu e o Ministro Patrus Ananias.

Ontem, estive com a Ministra Kátia Abreu, tratando das questões da área da agricultura e pecuária lá do meu Estado, e ela me deu a notícia – e eu até disse a ela que para nós é importante – de que a Ceplac vai ser incorporada à Embrapa.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É um projeto importante esse.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – A Ceplac é fundamental para a lavoura do cacau. Ela disse: “Não, mas nós vamos manter a atividade da Ceplac, só não há necessidade de ter as duas estruturas; vamos juntar, até para que tenhamos não só um gasto menor, mas”...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A racionalização.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... “a racionalização e um ganho de coisa”. Então, acredito na Senadora Kátia Abreu, sei da sua determinação com o setor e da forma como ela dirigiu a CNA e, aqui, como nossa Senadora...



**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E o acervo da Ceplac é fundamental.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É fundamental. Mas vai ficar em boas mãos na Embrapa.

Então, concluindo, eu me preocupo muito com a questão da atuação do Incra e do MDA. Acho que o pequeno agricultor não é atendido pelo Governo Federal, em especial, os assentados pelo Incra, que deveriam ser atendidos pelo MDA, porque, no meu Estado, que tem o maior número de assentamentos do Brasil, os agricultores assentados, os atendidos pelo Incra com o módulo rural são abandonados à própria sorte. Eles não têm acesso, não têm vias de escoamento da produção, não têm apoio, e muitos – e é preciso haver um levantamento a respeito disto em nível nacional – desses assentamentos foram abandonados ou transferidos pelos próprios assentados, que vão invadir terras através desses movimentos sem CNPJ, que não são movimentos do MST, porque não foram atendidos aqui. Eles vão buscar em outra área lotes que possam ter uma melhor sorte.

Então, eu acho que, nessa audiência que vamos ter com o Ministro Patrus Ananias, nós vamos poder discutir bastante essa questão da agricultura familiar.

Eu quero parabenizar a Senadora Ana Amélia, quero parabenizar o Dr. Zander, até porque temos que dar todo o valor, todo o apoio e estímulo aos pesquisadores. Acho que é através da inovação, da tecnologia, da ciência que nós vamos conseguir fazer o nosso País chegar à classe dos países do Primeiro Mundo.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Muito obrigado, Senador.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero que o Prof. Zander faça um comentário sobre as observações do Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Perfeito.

Eu me sinto muito satisfeito de ter esse diálogo com um Senador do Pará, e não vou poder comentar porque seria um comentário muito longo e vejo que há outros questionamentos, mas acho muito importante fazer um comentário dirigido ao Senador do Pará, porque, provavelmente, o senso comum, especialmente dos brasileiros que vivem no centro do País, no sul do País, é enxergar o Pará como parte de uma região amazônica e, portanto, de uma problemática de um grande Estado com florestas plantadas, comunidades indígenas e não muito mais que isso.

Nosso conhecimento, especialmente nas regiões mais do centro do País, do sul do País, é um conhecimento jornalístico, um conhecimento de senso comum sobre essa região misteriosa que a gente chama de Região Amazônica, uma região de muita chuva, de floresta, etc., e não muito mais que isso. Mas, como bem disse o Senador, e é isto que me traz um grande fascínio pelo desenvolvimento agrícola e agrário do Pará hoje, o Pará – perdoe-me dizer isto –, a meu ver, não tem mais nada a ver com essa imagem um tanto romântica da Região Amazônica. Embora o Amazonas, ali do lado, ainda seja, tipicamente, o espelho desse senso comum, o Pará, nesses anos mais recentes, passou e vem passando por um processo de transformação absolutamente impressionante. E o Senador, inclusive, citou vários desses caminhos de transformação. Como ele bem disse, num certo momento, por razões que nós não vamos discutir aqui, o Governo Federal fez uma opção, por exemplo, de jogar um quarto dos assentamentos rurais brasileiros em dois Estados: Maranhão e Pará. E vamos dizer as coisas com todas as palavras: a política de assentamentos rurais no sul do Pará foi desastrosa do ponto de vista ambiental – desastrosa simplesmente! O que foi feito ali foi um crime ambiental pelo qual vamos pagar caríssimo. Mas o Pará tem também outros processos econômicos que são muito perigosos: grandes projetos agrícolas, por exemplo, como a grande fazenda de dendê da Vale, que é uma monocultura que tem problemas ambientais muito graves.

Vejo, Senador – e seguramente V. Exª não vai concordar –, com preocupação a expansão da soja em torno de Santarém. Acho que tinha que ser limitada essa expansão da soja porque, se não for assim, em breve, toda aquela parte do Pará vai estar desmatada, vai virar uma grande monocultura e vai invadir a área florestal também do Amazonas, e isso vai trazer um problema muito grande. Acho que devíamos nos concentrar na produção de soja no outro polo onde ela já existe.

O Pará, não percebemos, em breve, vai ser o Estado com maior rebanho bovino no País. Observamos as tendências e vemos que não há como evitar. O Pará, em breve, será o Estado com uma pecuária fortíssima. Portanto, é um Estado com uma pujança agropecuária realmente impressionante, para não falar nos outros produtos: cacau, açaí. A cooperativa de Tomé-Açu compra qualquer açaí que os produtores oferecerem, qualquer! Não tem oferta suficiente, porque os mercados internacionais estão demandando o açaí.

Esse é um outro Estado, portanto, de que estamos falando pouco, estamos estudando pouco, estamos comentando pouco, quando é um Estado que está nesse caminho de se transformar em uma potência agropecuária.

Vou ficar por aqui, porque, senão, eu iria muito longe, caso fosse falar do Pará.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Flexa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Quero só fazer um comentário. Primeiro, agradeço ao Dr. Zander, porque ele tem uma visão bastante clara do Pará. Só para deixá-lo despreocupado, digo que o Governador Simão Jatene lançou um programa chamado Municípios Verdes, segundo o qual o Município que adere ao programa, que começou em Paragominas – Paragominas é um Município que deve servir de exemplo para o Brasil, há vinte anos era chamado de Paragobalas, e dizia-se lá, Senadora, que se matava um num dia e se deixava o outro amarrado para não ter que correr atrás no dia seguinte... (*Risos.*)

E hoje é um Município exemplo. Só para o Dr. Zander ter uma ideia, começou lá o programa. Começou com o Prefeito Sidney Rosa, depois com Adnan Demachki e agora com Paulinho. Houve uma sequência...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – De boas safras.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ...de boas safras. Eles envolveram a sociedade. A sociedade é cúmplice do programa. Houve um caso lá, típico, de um proprietário de uma área obteve a licença para desmatar os 20% permitidos...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – ... da lei.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ...por lei, e a sociedade não o deixou desmatar. “Não, não vai, o nosso compromisso aqui é desmatamento zero, mesmo considerando os 20%. Você vai usar a área para manejo, para cobrir reserva florestal, o que agora é permitido”. Estamos evoluindo nessa questão, porque era isso que trazia o desmatamento. Você tinha que fazer reserva florestal por propriedade, fazer um tabuleiro de xadrez, quando você pode fazer reserva florestal em um espaço destinado a isso, não para abrir áreas de florestas, mas para compensar aquilo que foi aberto por indução do Governo Federal.

Lá atrás, quando chamaram os brasileiros para a Amazônia, em especial, para o Pará, era terra sem homens e homens sem terra. Para que você tivesse o título do Incra, teria que desmatar 50%. Se não desmatasse 50%, não davam o título.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – São essas induções.

A questão de Santarém e do avanço da soja, só para tranquilizá-lo, não será feita em área de floresta. Ela só será feita em área antropizada já. O que está aberto, e nós temos...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Georreferenciamento...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Tudo. Hoje nós temos área aberta que não precisa abrir para mais nada. Então, nada será feito em área de floresta, tudo só em área antropizada. E aí nós temos bastantes áreas para poder avançar na cultura dessas espécies que, com certeza... Para ajudar o Brasil. Assim como Mato Grosso faz, nós também queremos fazer. Já ajudamos: vamos ser os maiores produtores de energia – agora Belo Monte vai entrar em operação –, já somos exportadores.

Aí é que eu digo: precisamos só fazer o Governo virar de frente para o Pará, porque... Senadora Ana Amélia, quero pedir seu apoio. Energia e petróleo são os dois únicos produtos em que o ICMS não é cobrado parcialmente na produção, como acontece em todos os outros. São Paulo, que produz para o Brasil inteiro: parte do ICMS cobrado fica em São Paulo e parte é cobrada no consumo. Energia: é cobrado tudo no consumo. O Estado gerador de energia não cobra nada, não fica com nada do ICMS.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nem *royalties* recebe?

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas os *royalties* da energia são uma bobagem. Do minério, para V. Exª ter uma ideia, o minério de ferro – estamos discutindo isso há cinco anos aqui no Congresso – deixou para o Pará no ano passado algo que não chegou a R\$200 milhões. É um absurdo. E a energia não deixa nada, só o *royalty*, que é bobagem. Então, temos que inverter isto: que tanto quanto no caso do petróleo – o petróleo é a mesma coisa – como no caso da energia, parte fique no Pará.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa é uma questão federativa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Federativa, temos que fazer uma emenda constitucional aqui. Agora, nós precisamos de apoio dos Estados que hoje usam esse ICMS todo, em sua totalidade, no consumo.

Muito obrigado.

Desculpe por ter me alongado, mas é que, se formos falar do Pará, Senadora, vamos ficar a audiência toda falando, e V. Exª tem que tratar dos outros Estados.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a nossa missão, somos eleitos para defender os interesses dos nossos Estados, está na Constituição.

Eu vou fazer uma pergunta e, depois, passo a palavra ao Senador Lasier Martins, agradecendo a presença dele.

Senador Flexa, já peço o seu apoio para a aprovação dos requerimentos posteriores. Então, fica consignado o apoio aos requerimentos que nós vamos apresentar.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não só o apoio: eu tive a honra de subscrevê-los.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já subscreveu os dois para os dois Ministros.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vou fazer a pergunta que veio dos nossos consultores.

O senhor considera que marcos regulatórios, como o Estatuto da Terra, de 1964; a Lei do Cooperativismo, de 1971; e a Lei Agrícola, de 1991; entre outros, necessitam ser atualizados para se adequarem às tendências de mudanças e desafios para o futuro? Essa é uma pergunta.

Como a outra está relacionada, eu emendo com ela: com relação à afirmação de que o momento da reforma agrária já se esgotou – dita pelo senhor – observamos que o País ainda tem questões fundiárias a serem equacionadas, como a regularização fundiária e concessão de títulos àqueles agricultores que possuem sua terra com títulos precários. Dessa forma, qual é a importância da segurança jurídica para o desenvolvimento rural?

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Bem, eu tenho uma visão mais geral sobre leis ou, como foram chamados, marcos regulatórios como esses, um deles, inclusive, lá de novembro de 1964, que é o Estatuto da Terra. No geral – sempre existindo as exceções que são dignas de serem exaltadas –, os fundamentos que instruem o Estado brasileiro para atuar em relação à vida social rural, à produção agropecuária, eles são, pelo menos, insuficientes, quando não – talvez já pudéssemos dizer – inapropriados.

Eu poderia me estender longamente – não há oportunidade para isso – mas faço um comentário muito rápido. Em relação, por exemplo, ao Estatuto da Terra, que foi um instrumento que olhou para a reforma agrária, distribuição de terras, temas fundiários, mas olhou também para o processo de colonização: esqueceu o primeiro, nos anos 70, e privilegiou o segundo.

Esse é um documento que não faz mais nenhum sentido para a nossa história rural. É como eu defendi aqui, e ponho o meu pescoço à prova quando digo isso publicamente: não há razões, de nenhuma natureza, para processo de redistribuição de terra no nosso País. Nada justifica mais que a gente faça processo de distribuição de terra. No passado, nós até poderíamos dizer que isso ia dar um patrimônio a uma família rural pobre que teria uma sobrevida durante algum tempo. Ou seja, do ponto de vista social, se justifica. Hoje, não se justifica mais. Se há programas de distribuição de renda, programas de transferências sociais, como o Bolsa Família e outros, para que fazer reforma agrária e famílias pobres continuarem pobres, embora vivendo sobre um pequeno pedaço de terra, mas não vão tirar dali a sua sobrevivência econômica?

O Incra – como mencionei aqui, talvez o mais correto seria extingui-lo – teria algum papel, inclusive levando à segunda pergunta que foi feita. Eu concordo, inclusive, com os funcionários do Incra. Quem defende isto é o sindicato dos funcionários do Incra, e eu acho que eles estão certos, que o Incra deveria esquecer reforma agrária, acabou isso, na nossa história deixou de existir, e deveria se transformar em um instituto de terras dedicado exatamente à titulação, para resolver os problemas de titulação, de propriedade. Evidentemente que, se vamos ter um capitalismo agrário pujante, é claro que ele tem que ter segurança jurídica, é fundamental. Se nós não tivermos segurança jurídica para os negócios, inclusive os negócios agrícolas, evidentemente, isso não serve.

Então, para concluir essas duas perguntas, eu acho que as leis, no geral, estão defasadas. A ação do Ministério da Agricultura – e eu fui assessor especial do Ministro Reinhold Stephanes e conheci de dentro o MAPA... O MAPA ainda é muito organizado em função do processo de modernização dos anos 70. Grande parte do que ali se faz é o que teve suas raízes 40 anos atrás. E o MAPA não se atualiza em relação a uma agricultura que hoje é completamente diferente.

Então, o Estado tem que fazer um esforço muito maior de ousadia e criatividade para se conectar melhor ao Estado atual e às tendências futuras do desenvolvimento na nossa agropecuária.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E por ali passaram grandes ministros, como Delfim Netto, Cirne Lima, Pratini de Moraes, Francisco Turra, Nestor Jost e outros. Estou falando porque todos são gaúchos e uma Senadora do Rio Grande não pode deixar de mencioná-los.

Eu passo a palavra ao Senador Lasier Martins, que é também do nosso Rio Grande.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Zander é gaúcho, não é?

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele morou muito tempo lá. Mas ele se sente gaúcho, Lasier, gaúcho por adoção é tão ou mais importante do que ser nascido lá.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Em primeiro lugar, quero saudar o Dr. Zander e dizer que quero ter acesso ao livro o mais rápido possível pela relevância dessa matéria.

A rigor eu tenho duas perguntinhas. Eu queria entender como explicar a invasão do Ministério do Desenvolvimento Agrário na manhã de ontem – eu não entendi até agora –, quando o senhor acaba de dizer que reforma agrária nos termos em que vinha acontecendo até há pouco não se justifica mais. Aquele pessoal o que quer?

Em segundo lugar, o velho e antigo problema da fixação do homem no campo. Eu tive oportunidade de, há dois anos, visitar alguns assentamentos no Rio Grande do Sul, como Charrua e Tupanciretã. São assentamentos muito miseráveis, que dá pena de ver! Considerando que as famílias, hoje, têm menos filhos, que a agricultura de larga escala é que domina, estamos ouvindo elogios – que considero procedentes – à agricultura familiar, como vamos conciliar isto: agricultura com maquinários potentes, modernos e essa agricultura modesta e que é importante, pelo menos para sobrevivência de milhões de pessoas, mas não é uma agricultura que atenda às necessidades de exportação e ao consumo dos brasileiros?

São as duas questões.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Agradeço os temas que são trazidos pelo Senador Lasier Martins e aproveito também para cumprimentá-lo.

Assim como eu disse no início que fui, durante tantos anos, ouvinte da Senadora Ana Amélia, porque eu ouvia principalmente o rádio, eu fui telespectador, nesse caso, ou seja, eu vi o Senador Lasier Martins também durante tantos anos, normalmente nos programas mais noturnos, não é isso?

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exato. Obrigado.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – E sempre também aprendi muito com um programa que ele coordenava.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois agora eu quero aprender com o senhor.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Está bom, então, Senador.

Dois temas. O primeiro deles é esse fato pequeno, a meu ver, irrelevante, embora inusitado, que ocorreu ontem, e que me parece que não é difícil de explicar. Existe uma série de iniciativas políticas que ocorrem num campo político que nós chamaríamos genericamente de esquerda, com todas as nuances, variações e tonalidades que isso possa trazer e que são motivadas por focos específicos. Uma delas é exatamente o tema da reforma agrária e, portanto, a organização dos chamados sem-terra e que precisam de holofotes, precisam de ações. Eu sou um estudioso do MST e conheço bem como são essas táticas, vamos assim chamar. Num certo momento, a organização precisa de visibilidade, precisa que o comunicador Lasier Martins, em Porto Alegre, fale que “aconteceu isso, aconteceu aquilo” e traga holofotes para esse tipo de interesse, grupo político etc. O que houve ontem foi isso, provavelmente organizado por setores sindicais, ou seja, isso não tem nada a ver com o MST, setores sindicais de Goiás mais radicalizados, que ainda veem a reforma agrária como um tema importante, etc., e que precisam fazer alguma coisa em algum momento. E nada mais simples do que ir no MDA, onde, inclusive, ninguém vai evitar nada, pode entrar, tudo bem, não é isso? Cafezinho e tudo mais.

Ou seja, na realidade, o que eu acho que existe aqui, como tema geral, Senador, é algo que nós não temos tido a coragem de discutir mais amplamente, que é o tema da reforma agrária, da sua datação. Reforma agrária foi uma política que vigorou no mundo principalmente nos anos 50, 60 e parte da década de 70 por razão muito simples: a maior parte dos países eram pobres, com uma população rural muito grande, de base agrícola, e muitos deles com estrutura fundiária concentrada. Então, justificava-se discutir reforma agrária. Isso é coisa lá do passado. Isso, a gente tinha que ter a coragem de discutir porque não é um tema sagrado, não é um tema permanente, nenhuma política pública, a não ser um pequeno grupo, é perpétua. Reforma agrária tem uma datação histórica.

Bem, em relação aos assentamentos, esse é outro tema também da minha vida, o qual nós poderíamos discutir muito longamente. Eu fiz muita pesquisa em assentamento, assentamentos rurais, e não foi só no Rio Grande do Sul. Eu conheço o assentamento não de Charrua, mas o de Tupã eu conheço, e muito bem, aliás, e também fiz pesquisa em assentamentos rurais em outras regiões brasileiras. *Grosso modo*, em termos gerais, a frase que eu poderia deixar é a seguinte: os assentamentos rurais têm uma proporção maior de assentamentos com algum sucesso de São Paulo para baixo, com as exceções. No Rio Grande do Sul, o Senador tem toda razão, não é só Charrua e Tupã, há um conjunto, o Rio Grande do Sul tem mais de 500 assentamentos, há um conjunto de assentamentos no Rio Grande do Sul que são paupérrimos realmente, não é? Não deram certo, aquilo jamais deveria ter ocorrido. Mas existem assentamentos também, no Rio Grande do Sul e principalmente



nesses quatro Estados, que são assentamentos onde as famílias conseguem ter um nível de renda um pouco melhor, conseguiram ter suas moradias, alguns conseguem ter sua produção e vender para os mercados e, portanto, ter alguma perspectiva.

Porém, à medida que você sobe no Brasil, essa política mostra uma face lamentável, deplorável. A maior parte dos assentamentos está abandonada, as pessoas, inclusive, assenhoram-se da sua parcela de terra, mas preferem morar nas cidades. Esses assentamentos não têm nenhuma produção. E existe um dado estatístico, e esse dado estatístico é irrefutável: é o dado estatístico que mostra o fracasso da política de redistribuição fundiária no Brasil.

Qual é esse dado estatístico? A agricultura brasileira, com a pujança que tem hoje, produz em 83,8 milhões de hectares. Essa é a agricultura brasileira, que não tem nada a ver com reforma agrária, que fez essa caminhada, que, hoje, exporta para o mundo, com alta tecnologia etc. São 83,8 milhões de hectares! Os assentamentos, no Brasil, ocupam 88 milhões de hectares, e ninguém sabe qual é a produção dos assentamentos rurais – ninguém!

O último censo que nós temos, que é o censo de 2006, não dá nada em termos de produção agrícola de 88 milhões de hectares. Então, quando se compara 88 milhões sem nenhuma produção ou, pelo menos, com uma produção muito pequena, que sequer foi contabilizada pelo censo, aos 83,8 milhões, que hoje é a área da agricultura que abastece o nosso mercado interno, exporta etc., eu acho que esse dado estatístico é a prova evidente de que uma política de distribuição de terras não foi...

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Esses dados estão no seu livro?

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Devem estar sim, porque são dados oficiais.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A que o senhor atribui esse desinteresse para apurar qual o aproveitamento desses assentamentos?

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Senador, eu não saberia responder, porque eu fiz essa pergunta diretamente ao coordenador do Censo Agropecuário do IBGE, e ele não me respondeu. Então, falei...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não convém.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Quando saiu o censo, eu fiz essa pergunta, porque eu tinha muito interesse: cadê a produção dos assentamentos rurais?

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O senhor acha que a Senadora Ana Amélia tem razão quando diz que não convém?

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Eu não saberia responder essa pergunta. Eu não conheço suficientemente o IBGE. Acho que não. Acho que o IBGE tem uma história de credibilidade; pelo menos, esses técnicos com quem eu dialoguei são técnicos sérios, de carreira. Agora, ficou sem resposta.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O senhor está sugerindo uma pergunta, e nós temos o direito de informação. Podemos encaminhar um requerimento ao IBGE fazendo essa pergunta.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É uma ótima iniciativa.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vamos providenciar; vamos perguntar.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Porque é impressionante, não é?

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Isso custa dinheiro.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Claro!

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu tive oportunidade – e me perdoe, mais uma vez, a interrupção – de visitar, há dois anos, o que era para serem os assentamentos de Alagoas. Houve, ali, uma desapropriação enorme de terras que eram produtivas; eram imensos canaviais. Houve a desapropriação e, hoje, não há produção, não há canavial, não há mais nada. Quer dizer, houve uma perda, um desperdício incrível. E esse é apenas um exemplo.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – E são muitos os exemplos.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como o Senador Lasier falou da agricultura familiar, eu acrescentaria o que ficou faltando em uma questão que eu levantei, o seja, sobre o Pronaf como instrumento de estímulo financeiro para essa agricultura familiar.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Esse é um tema muito relevante. De fato, eu acabei respondendo apenas uma parte das duas perguntas que a Senadora anteriormente levantou, e, agora, o tema da agricultura familiar está conectado.

É sempre bom lembrar, especialmente às pessoas que não pesquisam o meio rural etc., que é o meu ofício, que a expressão agricultura familiar não existia no Brasil até a primeira metade dos anos 90. Ninguém falava de agricultura familiar antes dos anos 90. Nós falávamos em minifundiários; nós falávamos em pequenos produtores; no Rio Grande do Sul, nós falávamos em colonos... Enfim, eram várias as expressões, algumas regionais, para se referir a esse vasto conjunto de pequenos produtores que existe em todas as regiões do País, em

grande número, normalmente mais pobres. A expressão agricultura familiar, portanto, surgiu no início dos anos 90. Há uma história sobre isso – eu escrevi sobre isso, mas não vou repetir –, e é o que deu origem ao Pronaf.

Num certo momento, a Contag, com muita sabedoria organizacional, percebeu aqui uma oportunidade. A Contag abraçou a expressão agricultura familiar e, no Governo Itamar Franco, pressionando daqui e dali, fez nascer um primeiro programa, que, depois, mudando o nome, em 1995, fez surgir, portanto, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, que, depois, cresceu durante os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique e cresceu, ainda mais, durante os dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Qual a importância do Pronaf e da expressão agricultura familiar? É muito simples definir a importância e, portanto, o porquê de isso se justificar no Brasil. Novamente voltamos ao Estado, porque a história do Estado brasileiro, ao longo do tempo, foi uma história de privilegiamento da grande propriedade territorial, da agricultura mais empresarial, da agricultura mais comercial etc., e a vasta maioria dos produtores nunca teve apoio nenhum, em nada, de parte do Estado brasileiro. Então, quando surgiu o Pronaf, criou-se um marco divisorio, na nossa história, extremamente importante, pois o Estado brasileiro, a partir daquele momento, com o Pronaf, tinha a obrigação de alocar recursos e de se dirigir ao conjunto, que é a maioria, dos pequenos produtores, produtores de menor porte econômico. Essa foi a importância, esse foi o lado positivo, esse é o lado que sempre tem de ser lembrado em relação ao nascimento do Pronaf.

O outro lado é mais problemático, e a pergunta, de certa forma, nos exige enfrentá-lo. Qual foi o desenvolvimento de lá para cá? O Pronaf, nesse caso, já completou 20 anos, ou pouco mais de 20 anos. Nós já tivemos recursos alocados para o Pronaf em volumes gigantescos, e, portanto, quais são os resultados?

Ora, existem pesquisas sobre isso, e obviamente eu não vou me estender a não ser também com um comentário gerai muito rápido. No geral, o Pronaf foi extremamente positivo para uma parcela importante de produtores de tamanho médio e até muitos pequenos, especialmente nos três Estados do Sul. E, aqui, novamente, é o que disse a Senadora lá no início: por quê? Porque, nos três Estados do Sul, os pequenos produtores ou os agricultores familiares têm melhor organização, e por terem essa melhor organização, com cooperativas, associações, isso e aquilo, sindicatos, inclusive organizados em federações – e as federações de trabalhadores na agricultura dos três Estados do Sul são muito mais ativas etc. –, foram capazes de pressionar o Governo brasileiro, apresentar os projetos, desenvolver reivindicações e, portanto, com isso, uma parcela maior desses produtores teve acesso aos recursos do Pronaf ao longo dos anos; e, obviamente, isso permitiu várias facetas de modernização tecnológica, de maior integração a mercados etc.

O Pronaf, num certo momento, atingiu claramente os seus limites nos demais Estados, particularmente os do Centro-Oeste e, especialmente, os do Nordeste. Houve até um momento, relativamente recente, Senador, em que algumas federações de trabalhadores do Nordeste recomendaram aos pequenos produtores que não pegassem empréstimos do Pronaf, e por quê? O risco era muito grande. Eles, talvez, não tivessem capacidade de usar produtivamente esses recursos e pagar por eles posteriormente.

Então, o Pronaf, concluindo, hoje, claramente atingiu os seus limites. Se ele não for associado como política de Estado a um processo de desenvolvimento rural mais abrangente, que inclua, como disse a Senadora, anteriormente, com muita propriedade, serviços de assistência tecnológica para esses produtores, ele atingiu os seus limites.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora, eu gostei muito, até porque há uma visão aqui, Senador Lasier, que está muito relacionada à comunicação. A pergunta é do Ciro Siqueira, a quem quero agradecer, porque é muito interessante.

“Os trabalhos do Professor Zander Navarro, assim como os textos do Professor Jorge Caldeira, sobre a formação histórica do Brasil mostram uma agricultura moderna e diferente do estereótipo comum. A sociedade urbana ainda olha para o mundo rural como um espaço ocupado por oligarcas exploradores da terra e da mão de obra. Os textos de Navarro e Caldeira confrontam essa visão, que ainda é dominante, apesar de não refletir a realidade. A pergunta é: o que pode ser feito para mudar essa visão da sociedade urbana? Como amplificar o alcance dos seus textos e dos textos de Jorge Caldeira?”

Bela pergunta!

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Excelente! Agradeço muito ao Ciro. Essa pergunta é ótima!

Eu começaria respondendo a sua pergunta dizendo: nada! Nada pode ser feito. E vou tentar me explicar.

Eu participo de muitos eventos com sindicatos, seja de trabalhadores, seja de patrões. Há duas semanas, por exemplo, eu estava na assembleia da FAEP, em Curitiba, que é o sindicato patronal. Muitos eventos com pesquisadores... E esse tema, Ciro, é um tema que sempre aparece. Por quê? No meu caso, por exemplo, como pesquisador, que escrevo, fico olhando o meio rural e produzo o que espero seja um conhecimento relevante, também me inquieta que a sociedade em geral tenha quase nenhum interesse pelo meio rural.

Para publicar um artigo em um jornal sobre temas rurais não é tão simples. Os nossos livros atraem – a não ser em uma reunião como esta, no Senado Federal, que me honra muito, no geral, atraem os interessados no meio rural, mesmo que sejam textos mais leves, de fácil compreensão. Isso quando o meio rural está borbulhando.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Salvando o País.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Exatamente. Essa frase é uma frase que eu digo em todas as minhas exposições e trago os dados! Você tem um ponto de partida que é a grande crise econômica do início dos anos 80, quando o Brasil quebrou. Pega aquele ponto de partida e vem até hoje. Quando você vê os saldos comerciais da agricultura brasileira, que consegue cada vez mais exportar, e o papel da indústria – e ainda em terceiro plano o papel de áreas mais de serviços –, é isso que a Senadora disse. A agropecuária brasileira vem salvando a balança comercial brasileira durante todo esse período, e ninguém valoriza, portanto, o que está acontecendo lá no campo, seja em termos de dinâmica econômica, seja em termos de um interesse pelos processos sociais.

Comentei com vocês rapidamente que uma das tendências na apresentação do audiovisual era exatamente essas tendências demográficas. O que elas apontam? Elas apontam um ambiente social que é muito ruim, que é o ambiente das regiões rurais. Você pode ter uma Serra Gaúcha, como eu disse que é mais gostoso morar no meio rural, porque lá você vai encontrar prosperidade – mas isso é uma exceção! Quem conhece o meio rural brasileiro – e eu conheço razoavelmente bem praticamente todas as regiões rurais brasileiras – percebe que é um ambiente muito precário, não é bom morar no meio rural. Você vive em isolamento; você não tem interação social. Nós somos seres sociais. Quem vai se conformar em viver em ambientes sociais onde a gente não possa interagir?

Os jovens do meio rural, por exemplo, não têm comunidade. O que antes acontecia em muitas regiões rurais, que eram os bailes nos fins de semana, às vezes a missa no domingo, com algum padre ou um religioso que viesse, um pastor em algumas regiões, não existe mais. No Sul do Brasil – cansei de ouvir isso de agricultores –, há o comentário que se tornou muito repetido: o fato de que, antes, nós tínhamos torneios de futebol e não temos mais, porque não somos capazes de formar dois times simplesmente. Está lá o campo de futebol da comunidade abandonado; a grama cresceu porque não tem mais jogo simplesmente. Os homens mais jovens, os rapazes...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estão indo embora.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – ... percebem que as moças estão indo embora primeiro, Senadora. E aí ficam olhando e pensam: “O que vou ficar fazendo aqui se eu não tenho mais a chance sequer de casar, formar uma família?”

A sociedade brasileira não se interessa por todos esses fatos, que são fatos assim muito ilustrativos e relevantes, são processos sociais, são processos econômicos que caracterizam as regiões rurais. A sociedade brasileira é dirigida por essas facetas que são do mundo urbano, da vida social urbana, e o rural, quase sempre no nosso imaginário coletivo, é visto como atraso, como bem disse o Ciro. Ele é visto como oligarcas rurais, latifundiários, exploradores, trabalho escravo e não sei o quê, como se não houvesse nenhuma dinâmica econômica e social.

No meu ponto de vista – e eu lamento muito isso, porque essa é minha vida como vocês podem perceber, e gostaria que fosse o inverso –, olhando com realismo, como sociólogo, isso não vai mudar. Não adianta realmente as organizações de produtores e outras interessadas em fazerem propaganda – a CNA fez e outra que faz, o outro acolá tem um programa –, não adianta, porque a nossa sociedade vê negativamente o ambiente rural, inclusive pelas características do nosso passado.

Se não atrapalhar, tudo bem, pelo menos nós teremos um setor econômico que vai continuar crescendo, produzindo riquezas para o nosso País e não será tão ruim assim. Mas as regiões rurais brasileiras estão se esvaziando. Cada vez mais, nós vamos ter áreas grandes do nosso interior que serão verdadeiros desertos sociais, desertos demográficos. Essa é a minha leitura para o Brasil dos próximos anos.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Professor Zander, o senhor fez uma referência ao Norte e Nordeste. Na Comissão, eu procurei, no ano passado e neste ano, percorrer o Brasil. Estivemos em Rondônia, Belém, Petrolina, Chapecó, que é uma zona também de excelência. Impressionei-me com Chapecó, eu não conhecia, tão perto do Rio Grande. Agora, estaremos lá em Alegrete, que é uma região completamente diferente, para uma audiência pública. Vamos tentar fazer uma uniformização da questão tributária e fiscal sobre a cesta básica. Hoje cada Estado tem uma alíquota de ICMS, e isso acaba dando uma perturbação para o produtor de itens da cesta básica, especialmente feijão e arroz, e outros produtos. Estaremos também na Cotrijal, lá em Não-me-Toque, na Expodireto, que é uma feira extraordinária.

Nessa experiência que tivemos, o Senador Fernando Bezerra nos levou a Petrolina; a Senadora Lídice da Mata nos levou para Ilhéus. Com a Comissão, nós vimos lá uma produção de fruticultura irrigada de alta quali-

dade, exportando manga, por exemplo, para o Japão e Estados Unidos. Vimos lá um *packing house*, um grande centro de armazenagem e embalagem para exportação, de primeiro mundo. Agora, uma produção de coco também, organizada, irrigada, na Região Nordeste; cacau na região, com preservação do manejo da cabruca, que é o nome próprio de manejo do cacau, com a Mata Atlântica. Vi as áreas lá; uma fábrica de mudas que eles estão fazendo na região; mamão; abacaxi lá da Paraíba; Rio Grande do Norte, grande produtor de melão.

Mesmo assim, essa é uma expressão econômica pequena na sua visão? Porque o senhor deu, digamos assim, que essa região não tem muito futuro do ponto de vista agropecuário.

A questão também da produção de crustáceos, camarão, em criatórios lá, em algumas regiões, se não me engano, do Rio Grande do Norte, Ceará, talvez. Então, eu queria uma opinião sua sobre isso.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Perfeito, Senadora.

O Nordeste rural, em termos territoriais, é muito grande, e a importância do Nordeste rural também nasce do fato de que ele é muito habitado, pelo menos ainda.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ainda mais: a uva. Esqueci a uva também. Lá em Petrolina, há uva também. Muita uva.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – É muita boa.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muitos gaúchos estão lá também, professor.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – É verdade. Eu vou comentar sobre isso.

Além disso, falando em termos de população rural, esse Nordeste rural é onde mora metade daqueles que nós consideramos tecnicamente como pobres rurais. Então, quando se fala em pobreza rural no Brasil, metade dessa pobreza rural habita o Nordeste rural. Por essas e outras razões mais sociais, é uma região de fundamental importância. Eu até esperaria que esta Comissão, dada a sua importância e a capacidade que um foro coletivo como esse tem de extrapolar as discussões para as políticas, o Estado, pudesse discutir o tema do Nordeste rural em profundidade, com um foco sobre pobreza rural.

Qual a razão que me leva a afirmar, numa generalização, sobre esse futuro próximo do Nordeste rural? Evidentemente, é uma generalização que não inclui microclimas. Existem algumas partes no interior, particularmente, do Semiárido, que são mais altas, têm algum regime hídrico razoável. Inclusive, está nascendo soja em algumas regiões do Semiárido, por exemplo, do Piauí. Mas isso são exceções. Quando você olha o quadro geral do Nordeste rural e dentro dele uma enorme região que é o Semiárido, você percebe os processos sociais e econômicos que estão levando ao esvaziamento.

Essas atividades que a Senadora mencionou são reais. Inclusive, muitas delas têm a tendência de crescer e se tornar mais pujantes. Por exemplo, se o Rio São Francisco sobreviver – o que talvez ninguém possa garantir hoje –, essa fruticultura irrigada tem tudo para se tornar uma das mais importantes do mundo. E ela tem toda razão. Ali se estruturou um setor produtor de frutas, as mais variadas, que é de alta tecnologia e, mais do que isso, é formado por empreendedores que foram capazes de abrir mercados em vários lugares e se adaptar às exigências desses mercados. Portanto, a potencialidade econômico-financeira da fruticultura irrigada que está em torno do Rio São Francisco é gigantesca realmente.

Em outras regiões, já não é bem assim. Ela mencionou o Rio Grande do Norte e eu cochichei aqui: melão? O melão, por exemplo, está saindo do Rio Grande do Norte. Por quê? Água. A água está acabando no Rio Grande do Norte. Então, o melão começa a fazer um movimento e já mudou para o Ceará. A maior produtora de melão do Rio Grande do Norte, que a maior parte da sua existência trabalhou no Rio Grande do Norte, já está no Ceará e já está anunciando que vai para o Maranhão, porque onde essa produtora produz melão é irrigado e tudo mais já está começando a encontrar problemas.

Existe um problema que só tende a agravar-se e a tecnologia não ofereceu ainda solução, que é o problema da água, que já é escassa e, com as mudanças climáticas, tende a tornar-se ainda mais escassa, porque, se o Nordeste já é quente, todos os modelos climatológicos nos apontam que o Nordeste vai se tornar ainda mais quente. Portanto, o acesso à água vai se tornar ainda mais problemático. Por essa razão em que você soma, portanto, todas essas mudanças de natureza, as mais diversas, você pode afirmar sem correr risco de errar muito.

Nós cientistas sociais, quando olhamos para o futuro e fazemos previsões, esse é um risco elevadíssimo, porque os comportamentos sociais mudam muito, mas, nesse caso do desenvolvimento da agropecuária no Nordeste rural, particularmente nessa gigantesca região, que é o Semiárido, não temos muito como errar não. Em 10 ou 15 anos, no máximo, essa é uma região que vai ser profundamente vazia do ponto de vista social e do ponto de vista produtivo.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Professor, aqui também é um questionamento da nossa consultoria do Senado até de projeção para o futuro. Qual é o papel que o Brasil poderá vir a desempenhar como produtor de alimentos para o mundo nos próximos 20 ou 30 anos?



Quais os principais debates que o Senado – em particular, eu incluo esta Comissão – deveria produzir, neste ano que estamos entrando de muitos desafios e dificuldades, em relação ao desenvolvimento da agropecuária?

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Também acho esses comentários excelentes.

O Brasil, em dez anos, vai ser o maior produtor de alimentos do mundo. É simples. Essa é a resposta. O Brasil já é o maior produtor de vários produtos importantes. Ele já é o segundo maior produtor, o terceiro ali, etc. E, quando você examina bem essas projeções, é inevitável, não há como escapar dessa posição em 10 a 15 anos. O Brasil vai deixar os Estados Unidos para trás e, em alguns produtos, também os demais grandes exportadores de alimentos, a Austrália e alguns até pouco conhecidos. Não sei se algum de vocês sabe, por exemplo, que a Tailândia é um grande exportador de alimentos.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De flores também; de belíssimas flores.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Isso.

Há um conjunto de *players*, como dizem os economistas, para usar essas expressões, no comércio internacional, mas o Brasil tem algo que ninguém tem: terra, água, sol e agricultores – essa combinação de pessoas capazes de produzir. E hoje o Brasil tem um conjunto de agricultores que são excelentes, formados durante esse período, e você combina com recursos naturais que nós temos, ninguém tem a possibilidade de ampliação da fronteira agrícola como o Brasil tem, ninguém, nenhum lugar do mundo simplesmente. Então, o que vai nos impedir?

Os Estados Unidos atingiram o seu limite, ao longo do tempo. Os Estados Unidos têm uma área agrícola semelhante à do Brasil. Só que os Estados Unidos, ao longo de vários momentos passados, foram engessando essas partes agrícolas que ainda poderiam ser utilizadas, como parques, áreas de reserva natural etc., em que ninguém mais pode plantar, e por aí vai.

Então, os Estados Unidos não têm como ampliar a área plantada. A única maneira de os Estados Unidos aumentarem sua produção é com produtividade. Ora, mas aquela é a agricultura mais moderna do mundo. Ter ganhos de produtividade na agricultura que já é a mais moderna, evidentemente, se dá com lentidão, são acréscimos de produtividade, enquanto países como o Brasil, inclusive, podem dar pulos de produtividade exatamente porque grande parte da nossa produção ainda tem uma produtividade mais baixa; nós precisamos agregar. Então, nesse sentido, respondendo à primeira pergunta, eu não tenho nenhuma dúvida, nenhuma, sobre isso. Em 10 ou 15 anos, o Brasil será o maior produtor de alimentos do mundo e de produtos, mercadorias de origem agropecuária.

Evidentemente isso traz um conjunto de debates. Ora, eu tenho minhas ideias sobre isso, mas também não vou me estender a não ser por uma ideia. O que eu sonho? Acho que não vou ver isso enquanto eu for vivo, mas pelo menos este é meu sonho: olhando toda a história do desenvolvimento agropecuário rural no Brasil, etc., sempre lembrando que o Estado tem que estar articulado a esse processo de transformação, eu acho deplorável o que aconteceu no Brasil em relação à ação governamental, às políticas públicas, com exceções aqui e acolá, nesses anos mais recentes. Anos mais recentes, eu digo, são os últimos 20 ou 30 anos talvez, ou seja, não quero me referir aos governos atuais ou mais recentes, quero olhar mais para trás e dizer que nós não fizemos o que deveríamos ter feito. Por exemplo, é claro que foi um erro a criação do MDA. Esse é um erro óbvio, simplesmente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mangabeira Unger falou isso também.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Mas é claro. Se você tem um setor econômico que é a agropecuária e o Estado vem e cria dois Ministérios que jogam para lados diferentes, como se aqui embaixo se pudesse fragmentar essa atividade econômica, então, esse é um erro. Nós deveríamos ter um Ministério para lidar com esse setor e eu até preferiria que não fosse o Ministério da Agricultura, ou chamado dessa forma. Eu sonharia com o Ministério do desenvolvimento Rural, porque também aqui me permito dizer uma outra coisa: o Brasil nunca, na sua história, jamais teve uma política de desenvolvimento rural, o que é mais uma evidência, voltando à pergunta do Ciro, é mais uma evidência de uma sociedade que não se interessa pelo meio rural. Tanto é assim que nós nunca tivemos uma política de desenvolvimento rural, porque desenvolvimento rural não é desenvolvimento agrícola, portanto, restrito à produção. Desenvolvimento rural é olhar as regiões rurais, as suas populações, as suas instituições e, portanto, pensar uma forma de criar prosperidade, em termos mais abrangentes, para essas regiões, inclusive para torná-las muito melhores para as pessoas lá morarem. Então, um debate que eu creio que a Comissão poderia estimular é se existe algum lugar ainda, e, nesse caso, quais são as justificativas para que a gente possa ter uma política nacional de desenvolvimento rural.

Há vários outros temas que são mais específicos, que poderiam ser objeto de muita relevância nesta Comissão, que eu poderia listar. Mas, enfim, também não quero utilizar o tempo de vocês.

Só para ilustrar, eu menciono mais um, que é essencialmente tecnológico. Com esse desenvolvimento da agricultura brasileira, principalmente na área de grãos, especialmente de produção de soja e milho, particularmente esses dois, e numa agricultura muito desenvolvida do ponto de vista tecnológico, muito motivada por produzir riqueza em muitas regiões destes cultivos: grãos, o que está acontecendo? Os produtores, como agora lidam com níveis financeiros muito elevados, portanto, precisam produzir cada vez mais, ter produtividade cada vez mais elevada, estão intensificando o uso da terra. É como se dissessem: para esses produtores sobreviverem, eles precisam usar a terra 365 dias por ano. Claro que soja não dá 365 dias no ano.

Então, o que você faz? Você tem que combinar cultivos. Planta milho junto com soja. Depois da soja, planta uma segunda safra de milho, tudo para maximizar a utilização dos seus recursos financeiros, máquinas, administração e terra. É o que nós chamamos em sociologia de “intensificação produtiva”. Isso envolve um risco elevadíssimo. Começa-se a produzir muito mais doenças, porque a doença que era típica da soja começa a ser doença também do milho, começa a ser doença do algodão e, com isso, começa a haver uma ação transversal de pragas e doenças. Os recursos começam também a se deteriorar, particularmente recursos de terra. Ou seja, se a gente olhar mais para essas regiões, veremos que esse processo de intensificação vai causar problemas. E, em algumas dessas regiões, isso poderá trazer...

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O senhor permite uma pergunta nesse particular?

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Pois não.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A questão das agroindústrias. Essa sua afirmação merece um longo debate. De 10 a 15 anos, seremos os maiores produtores de alimentos do mundo. Isso, pelo menos, nos anima. Se não temos ainda alta tecnologia, que é o que realmente produz recursos e maior desenvolvimento, pelo menos nós somos uma sociedade agrária bem-sucedida. Contudo, há uma insatisfação com isso. Só isso não nos basta! Ainda bem que temos isso.

Contudo, e a famosa agregação de valor? Nós temos poucas indústrias que beneficiam essa produção rural. Por que isso demora tanto? O senhor vê perspectiva de crescimento das agroindústrias em proporção parecida a essa produtividade da matéria prima que nós exportamos tanto *in natura* e que, a rigor, rende pouco? Isso porque, se nós beneficiarmos, se agregarmos valor, o rendimento será muito maior. Isso tem de ter um acompanhamento. Esse acompanhamento é uma grande discussão.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Sim. Senador, esse é um grande comentário.

Normalmente, eu sou um pouco pessimista, mas, aqui, eu tenho um pouco de otimismo. Por quê? A agropecuária brasileira se transformou numa máquina de produção de riquezas. Essa é a frase que eu não me arrependo de dizer publicamente. E diria ainda mais, usando um adjetivo: a agropecuária brasileira se transformou numa máquina espetacular de produção de riquezas. E por que é espetacular? Exatamente porque ela é aberta, muito aberta, à inovação. Cada vez mais, nesses ambientes produtivos, nós temos produtores que são mais propensos a arriscar, com tecnologia, com ciência, com conhecimento, visando algo que ele, produtor, hoje, sabe muito bem: esse é o seu patamar de sobrevivência, a produtividade.

Esses produtores estão cada vez mais informados de que eles estão inseridos em mercados globais – mercados extremamente concorrenciais – e, portanto, se não houver um cuidado muito grande com os seus custos, com as suas possibilidades financeiras etc., não sobrevivem.

Isso nos leva, portanto, a pensar que o desenvolvimento das cadeias produtivas, inclusive fazendo semi-processamento, processamento e agregação de valor, é inevitável. E isso, inclusive, já está acontecendo. O que poderá acontecer é que partes dessas cadeias produtivas, eventualmente, por outras razões – proximidade com o mercado, questões trabalhistas, enfim, outras razões –, poderão não estar no Brasil, poderão optar... Numa cadeia produtiva de uma mercadoria agrícola qualquer que o Brasil produza majoritariamente, uma parte dela preferirá, talvez, estar em outro país.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Deixe-me ver se entendi bem.

O senhor está dizendo uma coisa que provoca reflexão. Será por isso, então, que o nosso produtor de soja exporta tanta soja sem agregar valor? Será por isso que se exporta tanta carne – e somos os maiores exportadores de frango, o primeiro ou segundo maior produtor de carne bovina – sem esse beneficiamento? E por quê? Porque, se instalar a agroindústria, esse produtor, esse dono da fábrica terá obrigações trabalhistas e sociais muito pesadas, não valendo a pena o investimento. É por isso?

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Essa é parte da explicação. Há uma falha. Aqui há uma falha muito grande em que nós não avançamos ainda. Por exemplo: nós ainda não examinamos e agimos devidamente em relação às especificidades de mercados. O mercado europeu de alimentos e mercadorias de origem agrícola, hoje, é bastante diferente do mercado africano por razões históricas...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Dos chineses também.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – ... E razões de renda.

O mercado europeu, como um mercado de renda mais alta, cada vez mais exige produtos, por exemplo, que usam pouca ou nenhuma química. Exige que seja produzido, por exemplo, se é produção animal, com todo o cuidado com os animais. Não é isso? Quer dizer, estão surgindo uma série de exigências desse mercado, e ele está disposto a pagar. Do lado de cá, nós, que somos produtores, ainda não nos estamos articulando a essa exigência.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Adaptando a esse...

**O SR. ZANDER NAVARRO** – No caso dos mercados da África, como a renda é mais baixa e está subindo agora, os mercados de alimentos são mercados muito de matérias-primas, sem processamento. Há muito essa diferença. Nesse caso, portanto, se tivéssemos uma política, como eu comentava antes, de desenvolvimento rural que também olhasse por esse lado, Senador Lasier, provavelmente estaríamos afinando melhor a nossa produção, inclusive com estímulo ao desenvolvimento de certas cadeias produtivas e de formas de processamento desses produtos no Brasil, inclusive para produzir mais riqueza, no nosso caso.

Acho que esse é um tema realmente muito relevante.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor fez uma referência aos estados Unidos acerca da produtividade. A diferença entre os países do Hemisfério Norte e os do Hemisfério Sul é que temos clima tropical e subtropical e os países do Hemisfério Norte, como Estados Unidos e Canadá, por exemplo, que são produtores de trigo, soja milho, só têm uma safra; eles não têm essa alternativa...

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Claro.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E, portanto, em países de clima tropical, nessa questão dos defensivos agrícolas que o senhor fala, vemos na TV: “o Brasil é o campeão mundial do consumo de agrotóxicos”. Não se diz, ao lado, que é um País que tem clima tropical e que as ocorrências de infestação de pragas e doenças é muito maior em função do clima.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Perfeito.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A lagarta não deve existir na Europa ou nos Estados Unidos, porque morre no inverno. Mata tudo, a neve mata tudo. Então, a terra já está muito mais limpa. Então, não há essa explicação, e isso ajuda a dizerem: “poxa, estão envenenando tudo.” Até em uma prova do Enem veio: “se quer matar seu marido, come pimentão”. É, saiu na prova do Enem: “se quer matar seu marido, faria como? Comprando com preço caro, tomate caro, ou comprando pimentão com agrotóxico?” Quer dizer, o preconceito vem até das áreas de Governo. Aqui se gera, como o senhor disse, riqueza e renda, então é uma coisa desinformada.

Indago ao Senador Caiado – que prestigia aqui a exposição do Prof. Zander Navarro, que deu uma aula aqui para nós, para o Brasil inteiro, que está acompanhando esta audiência pública – do Estado de Goiás; o Senador Wellington Fagundes, do Estado de Mato Grosso, e o Rio Grande do Sul, que estão aqui representados. O Senador Flexa saiu há pouco daqui, fazendo uma bela contribuição. Consulto os Senadores se...

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, em relação a esse trabalho que a Embrapa vem desenvolvendo, isso passa a ser fundamental para todos nós, principalmente no setor da agropecuária. As nossas dificuldades hoje...

Inicialmente, eles fizeram uma barreira sanitária, o que dificultou um pouco a expansão das nossas exportações. Essa Secretaria de Inteligência da Embrapa sabe também que tivemos, em relação às alegações de subsídios que, às vezes, são dados, logicamente, muito maiores na Europa e nos Estados Unidos, eles sempre alegam também que, em relação a alguns produtos, eles também começam a criar algumas barreiras tributárias.

Esse segmento é o segmento que tem sido extremamente favorável ao País neste momento de crise. A Secretaria de Inteligência da Embrapa tem alguma posição em relação ao sentimento hoje do Governo? Essa Secretaria é ouvida no momento em que o Governo propõe uma reforma da Previdência e, junto a isso, resolve apresentar ao Congresso Nacional – não chegou ainda, mas pelo menos é o que está sendo elaborado pelos Ministérios do Planejamento e da Fazenda – a incidência de tributação sobre as exportações?

Eu acho que isso fala diretamente sobre essa política macroestratégica da Embrapa. Isso vai nos afetar duramente. Isso realmente vai, cada vez mais, dificultar a nossa capacidade de competitividade porque, até por norma constitucional, não se pode impor ou cobrar tributos sobre exportação.

E a política do Governo agora, em tentar buscar caixa – uma política contrária a como combater uma crise, deveria ser cortar gastos e não aumentar carga tributária... Lógico que não sou economista, mas também tenho expandido a leitura nessa área. E todas as análises feitas por países que passaram por várias crises têm

demonstrado que a capacidade de recuperação de um país é muito mais em cortar gastos do que aumentar carga tributária. É menos doloroso e mais rápida a recuperação.

Ora, o Governo vem, neste momento, desviando o foco principal, que seria cortar gastos, e vem querendo impor agora ao setor rural que é duramente penalizado, o único que é competitivo internacionalmente, porque a indústria está totalmente sucateada e inviabilizada; no setor de serviços, o desemprego está cada vez maior. Só este ano são 1,5 milhão desempregados!

Então, objetivamente, dentro dessa linha de raciocínio da política macroestratégia da Embrapa, qual o documento que vocês estão produzindo para mostrar ao Governo que a CPMF e a proposta de implantar aquilo que a Cristina Kirchner implantou na Argentina, ou seja a tributação sobre as exportações, 2,3% a mais, vai provocar um desequilíbrio completo na nossa capacidade de sermos competitivo e, ao mesmo tempo, vai trazer uma retração enorme a um setor que tem sido o único capaz de sobreviver em um momento de crise?

Então, estrategicamente – eu não tive oportunidade de ouvir a argumentação de V. S<sup>a</sup> diante dos temas – eu trago, Presidente, essa preocupação nossa, mais acentuada nos últimos dias quando a Presidente reforça a tese de uma reforma da previdência mas não diz qual é o ponto da reforma da previdência. As informações que temos, Sr. Presidente, são exatamente em dois pontos. Primeiro, tributar exportações, ou seja, carne, soja, milho, enfim, todas essas *commodities* agrícolas. Segundo, tentar retirar um direito do cidadão brasileiro de poder debitar do seu imposto de renda gastos com saúde. Criar CPMF e, ao mesmo tempo, aumentar a taxa de PIS/Cofins.

Essa política econômica do Governo exige desta Comissão uma ação antecipada para tentarmos abortar a cabeça desses economistas de plantão no Ministério do Planejamento e da Fazenda que vão atingir de morte o segmento produtivo nacional, que é competitivo.

Então, Sr<sup>a</sup> Presidente, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela iniciativa em relação ao requerimento com a presença do Dr. Zander Navarro e gostaria de saber dele se ele já fez algumas referência e que ele pudesse esclarecer qual é a preocupação da Embrapa e qual a posição da Embrapa em relação a esse tema, que é de conhecimento público, está sendo noticiado em vários jornais e, como tal, matéria que já recebeu a opinião de várias lideranças do setor como também da classe política nacional.

Se ele concorda se isso seria, indiscutivelmente, um fator de retração e de penalização ao único segmento que está respirando com essa crise implantada no País diante desse quadro atual.

Obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Caiado.

Professor Zander Navarro.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr<sup>a</sup> Presidente, como nós somos só três, a senhora acha possível fazer tudo em um bloco?

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim. O Senador Lasier já havia participado, já tinha dado essa resposta. Mas com todo prazer, Senador Wellington, porque aí já responde aos dois e já votamos os requerimentos.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT) – O tema da reforma agrária foi um bom tema que ele já discutiu. É isso mesmo, não é?

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele fez uma avaliação da história toda do processo de desenvolvimento rural brasileiro, das...

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu gostaria de fazer uma pergunta mais nessa área.

Eu estive com a Presidente do Incra há pouco tempo, e, para minha surpresa, ela colocou bastante a necessidade de mudarmos a legislação em relação ao assentamento, à clientela da reforma agrária, porque, como ela diz, nós temos uma legislação bastante antiga, e é mesmo, e, quando foi feita a legislação, a grande preocupação era proteger o homem da terra, e o documento principal, no passado, era a mão caçada, enfim... E naquela época existiam os famosos jecas-tatus. Então, estava na cara, era característico aquele biotipo de pessoa. Então, era a prioridade da reforma agrária.

Hoje, com a melhoria da educação, com a evolução que o País teve, nós, quase não temos esse biotipo. Ou seja, hoje já é o filho do fazendeiro, que já fez agronomia, veterinária ou um curso técnico. Portanto, esse perfil, que é o ideal que a gente pudesse inclusive ajudar nos assentamentos, tendo, com isso, melhor capacidade de ajudar inclusive aqueles que não têm estudo, dificilmente você consegue contemplar em função da legislação.

Como V. S<sup>a</sup> vê isso? Pergunto se tem alguma sugestão para a Comissão em termos da reformulação da legislação especificamente no que tange à clientela da reforma agrária.



Outro aspecto, já que estamos falando aqui da questão estratégica. Hoje, todo mundo está falando do *aedes aegypti* e de todas as doenças por cuja transmissão ele está sendo responsável. A gente sabe que a dengue, hoje, com o zika vírus... Eu estou aqui com o Ronaldo Caiado, que é médico, mas eu acabei de vir do Chile, do Congresso del Futuro, e nenhum dos pesquisadores, dos cientistas que lá estavam foi capaz de afirmar categoricamente que o *aedes* é o transmissor do zika. Eles ainda têm dúvida. E a gente vê na grande imprensa que isso é fato consumado. Então, como a gente percebe, essa questão da dengue, a contaminação pelo *aedes aegypti*, de modo geral, passou a ser uma doença ambiental. Como a Embrapa pode ajudar? O que ela tem feito nessa questão? Ela tem sido ouvida pelo Governo? De que forma nós podemos combater de forma mais eficaz essa situação, que não é preocupação só do Brasil? Hoje, a Organização Mundial de Saúde já reconheceu essa questão emergencial.

Quando o Ministro da Saúde falou que nós estávamos perdendo a guerra para o mosquito, aparentemente, essa afirmação foi tida como uma frase infeliz. Hoje, já está sendo reconhecida como verdadeira. Penso que a única falha dele foi não convocar a população como um todo e mostrar que estamos perdendo porque não há governo que vá resolver isso se não houver, principalmente, a conscientização da população, em cada casa, em cada quintal... É uma cruzada que deve ser feita por todos.

Mas eu gostaria de saber como a Embrapa está agindo, se foi convocada realmente para esse trabalho também.

E quero parabenizá-la, Srª Presidente, por estar aqui mantendo de pé, firme, as nossas audiências. Então, acho que a Comissão de Agricultura cumpre o seu papel, mesmo sendo um dia em que a Casa está vazia, mas, felizmente, com uma palestra extremamente importante.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Com a palavra o professor...

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, só gostaria de esclarecer um ponto colocado aqui pelo nobre colega, Senador Wellington. O *aedes aegypti* é o vetor de todas essas doenças: dengue, zika vírus ou chikungunya. O que se discute hoje na área da saúde e da pesquisa é se esse vírus zika seria capaz de provocar todas essas sequelas neurológicas, como também a microcefalia.

Agora, indiscutivelmente, o vetor é o mosquito. Se é apenas ele, ou se estão associadas a mais algum outro agente ou fator que poderia provocar todas essas sequelas, isso a área científica tem pesquisado e trabalhado nesse sentido. Mas o vetor é o *aedes aegypti*.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra o Prof. Zander, encerrando a nossa audiência que com muita alegria começou pontualmente às 8h. Agradeço a competência com que o nosso convidado, Prof. Zander Navarro, trouxe à luz, com muito equilíbrio e racionalidade, numa visão humanista, sociológica, histórica e sobretudo equilibrada, esse tema tão candente em nosso País.

Muito obrigada, antecipadamente, por responder aos Senadores ativos membros desta Comissão, Ronaldo Caiado e Wellington Fagundes.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – O. k.

Inicialmente, agradeço a presença dos Senadores. É uma grande honra para mim. Quero esclarecer novamente que não estou aqui como representante da Embrapa. Eu não falo institucionalmente. Estou aqui como sociólogo que estuda o meio rural brasileiro. Portanto, por isso eu fui convidado. Não tenho esse mandato de falar em relação à Embrapa.

Nesse caso, quanto aos três temas apresentados, é uma opinião de um pesquisador, de um sociólogo, de um estudioso dos temas rurais.

Sobre a última, que é a mais fácil de responder, porque eu não sei, o que posso dizer é muito simples. É claro que a agricultura – e a Embrapa, obviamente, tem grandes centros com pesquisadores de reputação internacional – evidentemente é muito afetada por insetos que são vetores de um conjunto de doenças, pragas e tudo o mais. Então, nós temos essas áreas que fazem pesquisas para a agricultura.

Ora, no drama que atualmente nós vivemos em função do *aedes aegypti* e suas prováveis consequências, que está assumindo proporções alarmante, eu não tenho nenhuma dúvida, embora não sendo capaz de dar outros detalhes, de que a Embrapa foi provocada e os especialistas que trabalham nessa área provavelmente estão se envolvendo de alguma maneira nas pesquisas necessárias.

Mais do que isso eu não sei. Minha área é de ciências sociais, sociologia, e eu não sei detalhes de como a Embrapa está se envolvendo nesse drama da dengue e a sua proliferação.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu quero aproveitar, Srª Presidente, para sugerir. Quem sabe a gente não possa também ter uma audiência pública onde esse assunto seja provocado,

porque acho que tem tudo a ver com a nossa Comissão. Aí, a Embrapa poderia estar presente de forma oficial, para tratar desse assunto. Mas fica a critério da Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – V. Exª já pode encaminhar um requerimento e nós já o aprovamos hoje, Senador Wellington. Eu queria que a Secretaria ajudasse o Senador. A gente apronta. Eu acho que ganhamos tempo com isso, economizando-o.

Queria saber se o Senador Caiado e o Senador Wellington estão satisfeitos com a resposta do Dr. Zander? *(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por favor, então.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Então, o último comentário é sobre o tema que o Senador Caiado levantou, que diz respeito a essa ameaça – vamos assim chamar, acho que o termo é esse – de uma tributação sobre exportações agrícolas.

O que posso dizer, novamente como pesquisador e não como representante da Embrapa, é o seguinte, aqui existem dois ângulos da questão. A agricultura mais dinâmica, que temos no Brasil – e Goiás é um Estado que se destaca nesse aspecto – é uma agricultura que hoje trabalha com margens muito pequenas. Então, quanto à preocupação que foi manifestada pelo Senador – inclusive num contexto onde preços e mercadorias agrícolas, *commodities* internacionais, como soja e algumas outras caíram em termos reais –, eu vejo também com enorme preocupação que exista uma tributação sobre essas exportações, porque, de fato, isso causaria um problema imediato no desenvolvimento desse setor tão essencial para a saúde macroeconômica do nosso País. Creio que não somente esta Comissão, mas os estudiosos – particularmente os economistas, inclusive na Embrapa – têm que se posicionar mais claramente sobre isso, porque, de fato, é um perigo. Quando se veem as margens do negócio agrícola, especialmente nos setores mais modernizados, vê-se que atualmente são margens muito estreitas. Portanto, variações que ocorram em função de um tributo, em função de uma queda de preço, etc., são muito perigosas.

Posso ilustrar com outro produto. Por exemplo, se a gente observa a agricultura brasileira no período recente, estão ocorrendo algumas mudanças geográficas. Setores, por exemplo, de produção de suínos, que tradicionalmente eram no oeste catarinense, estiveram em Chapecó e naquela região, estão se movendo em direção às regiões mais do Centro-Oeste, porque a competição da suinocultura brasileira com a americana se dá em frações basicamente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quanto mais perto da comida para o porco...

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Exatamente. Aí, os setores produtores disseram: “Bom, não podemos ficar aqui, porque o principal elemento da ração está lá no Centro-Oeste. Vamos tentar reduzir custos para podermos competir nos mercados internacionais.”

É um exemplo, portanto, de como certas medidas que estão sendo discutidas poderão ser muito perigosas.

Eu deixo esse comentário e não vou me estender mais, inclusive porque não tenho mandato para falar em nome da Embrapa, Senador.

Muito obrigado.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu agradeço, Presidente. Sem dúvida alguma, quero ter a oportunidade de poder, nesse período de Carnaval, passar as vistas no livro *Novo Mundo Rural: a reforma agrária e as lutas sociais pela terra*.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT) – Temos aí disponível, Presidente?

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nas livrarias boas há o livro para comprar, Senador.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT) – Não dá para comprar agora não?

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – A Presidente foi agraciada com um exemplar.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Fui agraciada, com uma honra muito grande, há uma dedicatória. Fiquei impressionada com a letra do Professor Zander. É uma letra feminina, se isso lhe diz alguma coisa.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – É um elogio.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exatamente, é uma letra belíssima. Eu diria até de um excelente professor.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Vai dar aula de caligrafia para os médicos.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele veio aqui, deu a sua abordagem sobre os temas de que trata em seu livro sobre o novo mundo rural brasileiro, a antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil. Quero mostrar a riqueza e a quantidade de informações trazidas por ele, um pesquisador.

Ele conhece o Brasil de ponta a ponta: norte a sul, leste a oeste. Falou muito do seu Estado, Senador Caiado; falou do Mato Grosso, Senador Wellington. Ele conhece o Rio Grande do Sul, viveu no Rio Grande do Sul, acho que estudou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi professor de lá.

Eu queria, sobretudo, agradecer à Consultoria do Senado, que sugeriu que convidássemos o Prof. Zander para que viesse dar essa aula para todos nós. Acho que os telespectadores que acompanharam esta audiência pública, essa palestra do Prof. Zander, puderam ver a sua qualidade, o seu zelo intelectual, o zelo acadêmico de todas as questões. Deixou umas dúvidas aqui. Traremos o IBGE para saber por que nas estatísticas não há a questão da produtividade nos assentamentos como há na área rural. Vamos trazer porque a transparência requer, a responsabilidade sobre um tema dessa relevância é muito importante.

Muito obrigada, Prof. Zander Navarro, pela contribuição que o senhor deu a esta Comissão.

Dou-lhe o microfone para a sua despedida.

**O SR. ZANDER NAVARRO** – Quero apenas agradecer a atenção de todos, a honra que me foi concedida de participar desta reunião da Comissão que discute um setor – como foi dito – crucial para nossa sociedade, para nossa economia. Quem percebe claramente o papel da agropecuária brasileira sabe disso. O que seria da nossa sociedade se não tivéssemos esse setor com essas características de pujança, principalmente econômica? Nesse sentido, para mim foi uma grande honra. Espero poder, em outras oportunidades, contribuir, se for necessário, com esta Comissão. Sinto-me também muito feliz de estar ao lado daquela que, afinal, é minha representante, já realmente o Estado do meu coração é o Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Professor Zander, pelas referências estimulantes.

Está encerrada esta primeira parte da reunião, destinada à audiência pública. Vamos iniciar, imediatamente, uma reunião deliberativa para apreciação e votação de requerimentos apresentados pelos Srs. Senadores. *(Pausa.)*

Muito obrigada, Professor.

Vamos começar esta segunda etapa da reunião de hoje, a parte deliberativa.

Submeto aos Srs. Senadores o Requerimento nº 1, de 2016, de minha autoria, com o apoio do Senador Flexa Ribeiro.

#### ITEM 1

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 1, de 2016

##### - Não terminativo -

*Requer, nos termos do disposto no artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com o artigo 58, § 2º, Inciso V, da Constituição Federal, que seja convidada a Excelentíssima Senhora Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta para o ano de 2016.*

**Autoria:** Senadora Ana Amélia.

Em síntese, requeremos a presença nesta Comissão, convidando a Ministra, Senadora Kátia Abreu, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta para o ano de 2016.

Esse é o primeiro requerimento.

Para discutir. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Também lembro ao Senador Caiado que, claro, a questão da taxação dos produtos exportados brasileiros é um tema que estará nessa audiência com a Ministra Kátia Abreu.

Vamos ao Requerimento nº 2, também de minha autoria, assinado também pelo Senador Flexa Ribeiro.

#### ITEM 2

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 2, de 2016

##### - Não terminativo -

*Requer, nos termos do disposto no artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com o artigo 58, § 2º, Inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Patrus*

*Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta para o ano de 2016.*

**Autoria:** Senadora Ana Amélia.

Para discutir. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Há o Requerimento nº 3, de autoria do Senador Lasier Martins.

### ITEM 3

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 3, de 2016

##### - Não terminativo -

*Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 85, de 2015, aprovado em 17 de dezembro de 2015, que trata da realização de audiência pública para instruir o PLS 672, de 2015, que “dispõe sobre a redução do desperdício de alimentos”, o PLS 675, de 2015, que “estabelece a Política Nacional de Combate ao Desperdício de Alimentos e dá outras providências”, e o PLS 738, de 2015, que “Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010”, a inclusão dos seguintes convidados: Associação Brasileira de Indústrias da Alimentação (ABIA); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (ABRACEN); Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS); e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).*

**Autoria:** Senador Lasier Martins.

Fui Relatora de um projeto do Senador Jorge Viana, dispondo sobre o desperdício de alimentos, alterando o Decreto-Lei nº 986, de outubro de 1969, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e a Lei nº 12.305, para a questão do desperdício de alimentos. Naquela mesma oportunidade, eu havia apresentado o meu relatório favorável ao projeto. Queria também saudar, a Comissão foi muito célere, a própria Consultoria Legislativa do Senado também ajudou muito, mas eu entendi que pela amplitude do tema, que não é tão simples assim – rotulagem, embalagem para a questão do desperdício, prazo de validade –, que seria conveniente realizarmos mesmo uma audiência pública.

Assim, o Senador Lasier apresentou requerimento – ele que é Relator de um outro projeto da mesma natureza ou similar – convidando a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação; a Anvisa; o Ministério da Agricultura; a Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento; a Associação Brasileira de Supermercados; e também representante da FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

Em síntese, esse é o requerimento do Senador Lasier Martins.

Se quiser, Senador, V. Exª pode fazer uso da palavra para a justificativa do requerimento.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em primeiro lugar, Senadora Ana Amélia, quero elogiar a grandeza da sua abertura para esta audiência pública e aquilo que poderá acontecer, que é juntar ao fato de apensar os três projetos. Um projeto é do Senador Ataídes, o outro é da Senadora Maria do Carmo e o outro é do Senador Jorge Viana, a quem coube a relatoria.

Essa matéria do desperdício de alimentos é um mal que acontece, algo que precisa de uma regulamentação. Juntando esses três projetos, haveremos de criar um aprimoramento, enfrentar uma questão que já poderia ter sido enfrentada há muito tempo, criar uma política nacional de combate ao desperdício. Por isso fiz aquele requerimento. Inclusive, encaminhei um pedido de mais algumas personalidades que foram agora citadas por V. Exª, para participarem disso que haverá de ser um melhoramento no combate ao desperdício.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo.

Eu, então, submeto aos Senadores o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado esse requerimento.

O Senador Jorge Viana mandará também sugestão de outros nomes para integrarem esta audiência pública da Comissão, e nós os aprovaremos em momento oportuno.



**ITEM 4****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 4, de 2016**

*Requer a realização de Seminário do Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na cidade de São Joaquim - Santa Catarina, no dia 2 de setembro de 2016, para tratar de questões relativas à cadeia produtiva da maçã.*

**Autoria:** Senadora Ana Amélia.

O setor movimenta R\$6 bilhões por ano e gera em torno de 200 mil empregos, entre empregos diretos e indiretos. Destaco ainda que Santa Catarina é o maior produtor nacional de maçãs, seguido pelo Rio Grande do Sul e pelo Paraná.

Para discutir. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

**ITEM 5****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 5, de 2016**

*Requer, nos termos do art. 90, inciso II, c/c art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para avaliar as metas de implantação do Sistema Nacional Cadastro Ambiental Rural (CAR), previsto no Código Florestal Brasileiro, com a presença dos seguintes convidados: Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).*

**Autoria:** Senador Acir Gurgacz e outros.

Para encaminhar. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar ou discutir, passa-se à votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está marcada já para o dia 18 de fevereiro esta audiência pública.

**ITEM 6****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 6, de 2016**

*Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater as iniciativas da EMBRAPA adotadas no sentido de desenvolver tecnologias de combate ao mosquito Aedes Aegypti, vetor dos vírus da Dengue, Zika e Chikungunya, com a participação das seguintes entidades: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Instituto Agronômico de Campinas (IAC); Instituto Agronômico do Paraná (IAPA); e Universidade de Brasília (UNB).*

**Autoria:** Senador Wellington Fagundes.

Com a palavra o Senador Wellington para fazer a sua sustentação.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT) – Bem, eu quero, primeiro, agradecer a rapidez da assessoria ao nos ajudar para fazer o requerimento.

Eu ainda gostaria de fazer uma sugestão, Presidente: para fazermos a audiência em conjunto com a Comissão Senado do Futuro, da qual sou Presidente. Acho que o tema tem muito a ver. Então, poderíamos fazer um trabalho conjunto. Estou sugerindo apenas. Se V. Ex<sup>a</sup> concordar...

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E vamos pedir, Senador, à Secretaria que marque a audiência o mais rapidamente possível em função da atualidade e da urgência desse tema. Então que a Comissão possa examinar isso, até considerando com o Senador Acir, que a matéria do dia 18... Eu acho que ela não perde a atualidade.

Vamos pedir à assessoria do Senador o seguinte. Nós marcaríamos para o dia 18 esta do Zika, faríamos a substituição, porque esse tema é crucial. Marcaríamos a seguinte reunião para a audiência que tratará do Cadastro, um tema ao qual o Senador Acir – vamos fazer justiça – sempre esteve atento.

Acho que é uma iniciativa necessária, não só a iniciativa do Senador Wellington, pela urgência do tema, e eu peço providências.

Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento está aprovado, e fica essa observação de fazer a substituição: dia 18 de fevereiro para essa audiência pública, às 8 horas da próxima quinta-feira.

Passo a palavra ao Senador Lasier Martins para a apresentação de um relatório e terminamos a parte deliberativa da nossa reunião.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito, Senadora Ana Amélia.

Eu queria fazer um requerimento oral e depois formalizá-lo. Ele diz respeito a uma matéria que foi retirada da palestra brilhante, oportuna, do Dr. Zander na manhã de hoje. O Dr. Zander nos trouxe aqui o dado de que foram distribuídos 80 milhões de hectares para assentamentos.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – São 88 milhões!

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) –

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, obrigado.

São 88 milhões de hectares, e nós não temos, até hoje, o resultado disso. Então, nos termos regimentais, eu quero solicitar à Comissão de Agricultura que requeira informações referentes a esses dados de produção agrícola nos assentamentos rurais. Essas informações, como se viu, não constam do censo agropecuário realizado pelo IBGE, sendo importantes esses dados para avaliação das políticas públicas para o setor.

Então, eu gostaria que esse requerimento fosse abraçado pela Comissão e encaminhado ao Ministro do Planejamento, Valdir Simão.

Esse é o requerimento.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos submeter à apreciação.

As Sras e Srs. Senadores que concordam com o requerimento verbal que será submetido à apreciação...

Senador, eu vou só dar os números exatos. O total de hectares usados pela agricultura – eu diria – empresarial, produtiva, de exportação, é de 83,8 milhões de hectares. O total de hectares destinados para reforma agrária e assentamentos é de 88 milhões de hectares. O número da produção de grãos para consumo interno e exportação, superávit comercial, é de 83,8 milhões de hectares; e o total da área destinada à reforma agrária é de 88 milhões de hectares.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, se o nobre colega acolher uma sugestão, gostaria que ficasse também no requerimento a possibilidade daquilo que tem sido uma luta nossa, Senador, que é a identificação das pessoas que foram assentadas. Esse é o grande problema que nós temos. Imagine V. Exª, Presidente, que até hoje nem o Incra nem o Ministério do Desenvolvimento Agrário têm um cadastro das pessoas que já foram recepcionadas no programa de reforma agrária. Então, passou a ser aquilo que nós sabemos bem: um processo de comercialização e de invasões estimuladas para que aquelas parcelas sejam depois negociadas e novas áreas sejam invadidas. Quando nós fizemos esse requerimento, eles diziam que estavam exatamente avançando no cadastro. Na época, como Deputado Federal, nós nunca conseguimos receber esse cadastro especificando o nome das pessoas, onde elas estão, qual é o assentamento. Enfim, o que nós sabemos bem é que há apenas um grupo que transita em várias regiões de cada Estado e, logo depois, eles comercializam essa parte e vão para uma segunda invasão, fazendo que haja um processo quase que de comercialização de áreas invadidas. O Ministério nega a nós, sempre, esse cadastro. Se V. Exª concordar, eu gostaria de acrescentar ao requerimento do Senador essa solicitação do cadastro nominal, com CPF e o assentamento em que eles estão, para que nós pudéssemos fazer uma checagem e identificar quantas pessoas, quantas famílias, foram atendidas em 88 milhões de hectares de terra.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu acho oportuno o requerimento. Nós temos que fazer. Eu tenho o temor, Presidente, de que venha embarçar, retardar muito o atendimento, se nós pedirmos, pessoa por pessoa, CPF dos que foram ocupantes de 88 milhões de hectares. Quem sabe repartimos em dois requerimentos: o primeiro requerimento, para saber qual é a produção, o que rendeu; e o segundo, esse requerimento do Senador Caiado.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A identificação?

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A identificação. Fazemos em duas partes, dois requerimentos.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu consulto o Senador Lasier: esse é um requerimento com pedido de informações?

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, de informação.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu acrescentaria também que esta Comissão poderia encaminhar ao Tribunal de Contas da União um pedido de auditoria sobre essa matéria. Eu penso que o Tribunal de Contas tem as condições técnicas, com uma consultoria extremamente qualificada, para fazer exatamente essa auditoria no programa brasileiro de reforma agrária.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. A proposta é de três requerimentos?

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Três requerimentos com o mesmo grau. A auditoria eu submeto à aprovação verbal, que cada um vai depois encaminhar, mas já está previamente aprovada. Vamos repetir.

Em votação...

Antes, porém. com a palavra....

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Mas o requerimento de V. Exª, é tanto da produção quanto dos assentados identificados...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, a identificação.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – A identificação dos assentados e...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E o índice de produtividade, de produção.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Está certo. E que nós pudéssemos ter esse cadastro.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E também os recursos aplicados.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – De quantas pessoas foram instaladas e o que eles estão... E se o Tribunal de Contas da União, com a equipe que tem, pode identificar ou pelo menos fazer um...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um mapeamento.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... mapeamento desta distribuição das pessoas e ver se existe realmente a concordância entre os dados do Incra e a realidade no campo.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Perfeito.

Então, queria que a secretaria fizesse o encaminhamento. São três requerimentos que vamos subscrever. Eu subscrevo o do Senador Caiado e todos serão subscritos por todos os três Senadores presentes à comissão...

Em votação os três requerimentos.

As Srªs e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados.

E eu queria que a secretaria providenciasse não só os termos desses requerimentos, submetendo-os depois a cada um dos Senadores por meio das assessorias respectivas e que, também, informasse à assessoria do Senador Acir Gurgacz sobre a data...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, José Luiz. Acho que ele é muito sensível e vai entender a gravidade dos temas.

O Senador já nos comunica, por meio da assessoria, que aquiesceu pela sua compreensão e sensibilidade. Não havendo mais nada a tratar está encerrada a presente sessão.

E a próxima será no dia 18 de fevereiro para discutir exatamente o tema do Senador Wellington Fagundes sobre a questão do mosquito transmissor da dengue, zika vírus e, também, chikungunya.

Obrigada, Senador.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO. *Fora do microfone.*) – Quais são os convidados?

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Os convidados são da Embrapa, Ministério...

Já lhe dou os nomes. E, se V. Exª quiser acrescentar...

Já está sendo feito o trabalho de convite das...

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, eu já fiz um requerimento também na Comissão de Fiscalização e Controle convocando o Ministro da Saúde para que viesse tratar sobre o assunto.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em que comissão?

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – A Comissão de Fiscalização e Controle.

Já fizemos o encaminhamento desse ofício desde segunda-feira e realmente aguardo a instalação da comissão e a imediata apreciação do requerimento.

Então, se estiver incluída também a presença do Sr. Ministro, não sei se no requerimento do Senador Wellington ele solicita a presença do Sr. Ministro, se estiver também nós poderíamos achar uma data que fosse convergente dentro da Comissão de Fiscalização e Controle e a data da Comissão de Agricultura.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Queria que fosse acrescida, Marcelo, a sugestão do Senador.

Talvez a pessoa da área técnica do Ministério da Saúde é que viesse, porque aqui, na verdade, o que a Embrapa está fazendo, no sentido das pesquisas, é sobre o controle biológico do mosquito que é o transmissor.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Perfeito.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aqui ele está pedindo presença da Embrapa, que é a área científica, do Instituto Agronômico de Campinas, do Instituto Agrônômico do Estado do Paraná e da Universidade de Brasília.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Perfeito, então não existe nenhuma convergência entre o requerimento que apresentei na Comissão de Fiscalização e Controle...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exato, aqui é mais da ciência...

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... e o do Senador Wellington.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... do controle biológico, talvez.

Então, fica como está.

Agradeço muito a contribuição do Senador Flexa, do Senador Lasier Martins, do Senador Ronaldo Caiado e do Senador Wellington Fagundes.

Desejo que todos tenham um bom descanso no Carnaval, que seja um período tranquilo, seguro, sem mosquitos da dengue. Cuidem-se! Usem muito protetor, muito repelente para evitar isso; e, também, roupas adequadas para evitar a contaminação.

Muito obrigada a todos.

Agradeço também a nossa Secretaria pelo trabalho.

Muito obrigada.

Está encerrada a reunião.

*(Iniciada às 8 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.)*



**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13**

Às onze horas e cinco minutos do dia dezesseis de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Wellington Fagundes, reuniu-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Gladson Cameli, Donizeti Nogueira, Ivo Cassol e José Medeiros. Deixaram de comparecer os Senadores Paulo Paim, Lúcia Vânia, Sérgio Petecão e Wilder Moraes. O Presidente, Senador Wellington Fagundes, declarou aberta a reunião e comunicou aos membros da comissão que, por determinação regimental, deverão selecionar, até o dia 31 de março, uma política pública para ser avaliada pela Comissão Senado do Futuro neste ano. Em seguida, o Presidente submeteu a apreciação da comissão o item constante da pauta: ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 1 de 2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que “requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater as iniciativas da EMBRAPA adotadas no sentido de desenvolver tecnologias de combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, vetor dos vírus da Dengue, Zika e Chikungunya, com a participação das seguintes entidades: - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); - Instituto Agronômico de Campinas (IAC); - Instituto Agronômico do Paraná (IAPA); e - Universidade de Brasília (UNB)”. Fez uso da palavra a Senadora Fátima Bezerra, que sugeriu a alteração do Requerimento para inclusão de mais uma Instituição. RESULTADO: Aprovado o Requerimento nº 1 de 2016-CSF, com a inclusão da Secretaria de Educação à Distância da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Waldir Bezerra Miranda, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador WELLINGTON FAGUNDES**  
**Presidente da Comissão Senado do Futuro**

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Senado do Futuro. Esta reunião destina-se à deliberação de requerimento para a realização de audiência pública em conjunto com a CRA. Essa audiência pública está prevista para quinta-feira, dia 18/02, às 8h.

Gostaria de lembrar, também, aqui, aos membros da Comissão que, por determinação regimental, deveremos selecionar, até o dia 31 de março, uma política pública para ser avaliada pela Comissão Senado do Futuro deste ano. Então, Senadora Fátima e outros Senadores que quiserem, depois, sugerir também, é importante porque nós temos prazo.

Vamos colocar logo então em votação o item 1.

**ITEM 1**  
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 1, de 2016**  
**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater as iniciativas da EMBRAPA adotadas no sentido de desenvolver tecnologias de combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, vetor dos vírus da Dengue, Zika e Chikungunya, com a participação das seguintes entidades:*

- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA);
- Instituto Agronômico de Campinas (IAC);
- Instituto Agronômico do Paraná (IAPA); e
- Universidade de Brasília (UNB).

**Autoria:** Senador Wellington Fagundes

Quero colocar em discussão o requerimento.  
Senadora Fátima.

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Wellington, primeiro quero saudar pela iniciativa oportuna, por tudo o que significa, neste momento, enfim, o problema do zika vírus. E, portanto, a necessidade de um verdadeiro mutirão para combater esse mosquito.

Aliás, quero aproveitar aqui a oportunidade para registrar a oportuna iniciativa do Governo Federal quando da deflagração do mutirão no último sábado. O mutirão se revelou uma ação extremamente exitosa, eficaz. Não foram só as capitais, foi um conjunto de mais de 160 cidades pelo País inteiro. E o que vimos, Senador, lá em meu Estado – naturalmente no do senhor também – foi a união de todas as esferas do Poder Público (Governo Federal, governos estaduais, governos municipais, Forças Armadas, agentes comunitários de saúde) e, sobretudo, o engajamento da população. Porque esse é o ponto mais importante: sem o engajamento efetivo da população e da sociedade, fica quase que impossível vencermos esta guerra.

Mas eu faço questão de registrar que, de fato, a Presidenta Dilma foi muito assertiva quando teve essa ideia. Porque isso criou um simbolismo em todo o País muito importante no sentido de nos alertar, cada vez mais, para a necessidade imperiosa que é a de somar esforços no combate ao mosquito e, portanto, para enfrentar essa guerra.

Com relação ao seu requerimento, eu traria aqui para a reflexão de V. Ex<sup>a</sup>, não sei se é oportuno, sugerir que pudesse ser convidado, lá do meu Estado, um professor da Universidade Federal de meu Estado e também do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, o Prof. Ricardo Valentim, que tem desenvolvido, Senador Wellington, um aplicativo nesta luta de combate à dengue. Inclusive esse aplicativo que ele desenvolveu vem sendo extremamente elogiado pela sua importância. É muito interessante essa iniciativa que ele teve. O aplicativo está sendo muito recomendado, inclusive, pelo Ministério da Saúde. Não sei se seria o caso – ele é professor da nossa universidade – de inseri-lo neste debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Senadora, já tivemos a aprovação lá na Comissão, mas, conforme o nosso Secretário, podemos fazer esse requerimento aqui agora. A senhora pode fazê-lo e nós aprovamos já com essa alteração. É claro que o domínio da reunião será da CRA e nós faremos a parceria. E eu gostaria de pedir a V. Ex<sup>a</sup> a possibilidade de convidar, então, já. Porque já é na quinta-feira desta semana. Ver se é possível que ela venha, mas já incluímos aqui. Vamos colocar no requerimento. Se a senhora conseguir, pode convidá-lo porque ele iria, então, em nome da Comissão Senado do Futuro. Certo?

Então eu quero dizer também aqui, como médico veterinário, que nós entendemos que essa doença hoje é uma doença ambiental. Por isso essa discussão conjunta. Estamos fazendo lá com a CRA, porque hoje o maior problema é exatamente como combater o mosquito. Não temos vacina ainda. É claro que os pesquisadores estão aí trabalhando para desenvolver, mas temos que...

E esse é exatamente o objetivo, porque hoje nós temos aí os pesticidas, inseticidas, enfim, que estão no mercado, e quanto a muitos deles, o mosquito consegue fazer uma adaptação inclusive às condições, tanto de combate a ele, como também até adaptação ao ambiente. O mosquito, que só gostava da água limpa, hoje já se serve também até da água suja, e com isso a multiplicação está muito maior, e a gente tem a intenção, exatamente nessa audiência, de discutir principalmente o combate ao mosquito.

É claro que também se estão discutindo os efeitos no ser humano, os impactos, enfim, a forma de tratar, as vacinas; mas também temos que combater esse vetor, porque ele é fundamental.

E por isso a indústria nacional... O Governo fez um acordo, o Ministério da Saúde com a Organização Pan-Americana (Opas), de que têm que ser registradas todas essas pesquisas e esses produtos novos lá. E isso, ao nosso ver, dificulta um pouco para a indústria local, além da concorrência internacional também, porque a gente tem que pensar neste momento – e temos que mostrar isso e cobrar –, porque não é o momento de a indústria enriquecer mais; é momento de a gente solucionar o problema das pessoas que estão sendo afetadas.

E nos parece que essa questão do zika, principalmente, é uma situação muito emergencial nossa do Brasil. Estive agora, como Presidente da Comissão, junto com o Senador Cristovam Buarque, no Chile, onde tivemos um seminário, ou seja, um Congresso do Futuro, e lá foram 82 palestrantes de renome internacional, quatro Prêmios Nobel da Paz e cientistas de todas as áreas. Esse foi um tema também muito discutido, o que é a comprovação de que o zika ainda tem todos os questionamentos técnicos. Por isso, deve haver de qualquer forma o combate ao mosquito, não só pela doença do zika, mas por todas as outras transmissões.

E aí a gente coloca até a questão da Sucam. No passado, nós tínhamos a Sucam, com toda a experiência de combate, principalmente nas comunidades mais isoladas, na zona rural. E infelizmente, no passado, isso há muito tempo, resolveram acabar com a Sucam. Mas nós temos que inovar também, principalmente nessa questão do controle.

E eu acredito que a atitude da Presidente Dilma realmente foi muito oportuna. E aí é importante dizer que agora, no dia 19, também teremos mais uma etapa. Ontem nós tivemos a reunião lá no Palácio, com as Lideranças, e a Presidente Dilma esteve, foi uma reunião de quase três horas. O primeiro assunto colocado pela Presidente foi exatamente essa questão do combate ao *Aedes aegypti*, o trabalho a ser feito educacionalmente com a população, porque todos nós sabemos e reconhecemos que não adianta pensar que o Governo sozinho resolverá. Então é muito mais um trabalho como o que foi feito, os ministros indo aos Estados, indo à casa das

peessoas, conversando, dando um gesto de que realmente o Governo está ali, mas precisa do apoio da sociedade, precisa do apoio das pessoas.

Por isso eu acho que todas as audiências são importantes, até porque tudo aqui é transmitido, não só pela TV. Essa audiência, como começa às 8h, tradicionalmente sempre, religiosamente, é transmitida pela TV Senado, pela Rádio Senado, por todos os meios de comunicação, inclusive com a possibilidade e a oportunidade de a população poder participar.

Então, não havendo mais quem queira discutir... A senhora gostaria?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Não havendo mais quem queira discutir, com a alteração, com a inclusão da sugestão da Senadora Fátima, colocamos aqui em votação.

Aqueles Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Eu gostaria, então, de convidar todos aqui da Comissão – inclusive, vamos fazer um trabalho no sentido de chamar todos – para participarem dessa reunião, na próxima quinta-feira, às 8h, em conjunto com a CRA.

Pois não, Senadora.

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Na verdade, como a audiência já é na quinta, enfim, ficou muito em cima, mas, de qualquer maneira, vou entrar em contato com o Prof. Ricardo Valentim, pela importância do trabalho. Como já falei, esse aplicativo que ele criou na vertente do combate exatamente ao mosquito foi elogiadíssimo pelo Ministério da Saúde pela eficácia que vem tendo. Então, vou entrar em contato com ele para saber se é possível ainda.

Segundo, Senador Wellington, queria também deixar aqui como sugestão, se V. Exª concordar – e, na próxima reunião, eu formularia o requerimento – o seguinte: V. Exª deve ter acompanhado que, com a retomada dos trabalhos legislativos, o primeiro projeto aprovado aqui na nossa Casa, no Senado, foi o projeto que trata do marco regulatório da primeira infância. Para a minha alegria, fui, inclusive, a Relatora nas Comissões daqui do Senado. O projeto, portanto, foi aprovado por unanimidade e agora aguarda a sanção da Presidenta Dilma. O projeto teve uma repercussão extraordinária na imprensa, porque, de fato, é uma legislação muito ousada, porque, como o próprio nome já diz, trata-se de um conjunto de iniciativas todas voltadas para essa fase que chamamos de primeira infância.

A primeira infância é de zero a seis anos. V. Exª, como médico, sabe, inclusive, que é uma fase mais decisiva para a formação do adolescente, para a formação do ser humano. Estudos em geral têm comprovado isso. Quer dizer, quanto mais cuidados houver com a criança nessa fase mais ela desenvolverá, de forma muito mais saudável, sua capacidade cognitiva, motora, etc., etc. Enfim, os estudos de todas as matizes comprovam isso.

O projeto, na verdade, vem exatamente reforçar esse olhar na medida em que o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, que – claro – trata também da criança e do adolescente, talvez tenha se voltado mais para o próprio adolescente. Isso ensejou esse debate. E o fato é que nós temos hoje a lei já aprovada. E a nossa expectativa é de que a Presidenta Dilma vai sancioná-la.

A lei traz inovações – o senhor deve ter acompanhado – como, por exemplo, a questão das licenças. É muito importante ampliar a licença-paternidade de 5 para 20 dias, bem como outras licenças que também estão lá colocadas, todas elas dentro desse contexto, que é garantir tanto à mãe, antes do parto e pós-parto, quanto à própria criança uma convivência maior com a própria família.

Feitas essas considerações, Senador Wellington, se V. Exª achar pertinente, depois nós poderíamos, já que esta é a Comissão do Futuro – e tratar do futuro tem que ser pensando já no presente –, formalizar um requerimento para que pudéssemos fazer um debate aqui, trazendo as pessoas mais indicadas já com relação ao marco regulatório, mas da própria lei – aliás, a regulamentação da própria lei. Se V. Exª achar conveniente, poderemos planejar isso para este primeiro semestre: fazer um debate aqui, trazendo todas as instâncias, tanto do Poder Público como da sociedade civil, envolvidas com essa temática da primeira infância, para fazer uma audiência muito mais com esse caráter, que é o caráter de divulgação da própria lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Sem dúvida nenhuma, Senadora, há importância, porque isso trata também do futuro, do futuro do País, das novas gerações, enfim.

Eu gostaria de pedir ao nosso secretário que já entrasse em contato com o gabinete da Senadora, para que a gente pudesse definir isso.

Eu só quero concluir aqui dizendo que também, lá no nesse congresso que tivemos no Chile, nós assinamos um acordo com a Comissão Senado do Futuro do Chile, para fazer esse congresso em parceria, o Chile com o Brasil, já que eles têm a experiência de cinco congressos já realizados com muito sucesso, como eu disse, esse agora, de grande envergadura. Havia presença de autoridades de renome, de muito conhecimento,

cientistas, tratando dos temas mais diversos, pensando no homem, no ser humano do futuro e principalmente na qualidade de vida do cidadão, do ser humano aqui na Terra.

Então, nós já acertamos e deveremos fazer isso ainda neste ano, como eles têm a experiência de contato com todas as autoridades. Provavelmente no final do ano, em outubro aproximadamente. E também, inclusive, vamos fazer em conjunto, realizando provavelmente dois dias no Chile, dois dias no Brasil, até por questão de despesas, em parceria com a Argentina e com outros países daqui do Mercosul, voltado principalmente para a nossa região.

Então, eu quero já aproveitar, inclusive se também V. Ex<sup>a</sup> quiser contribuir com sugestões, enfim, e a participação efetiva. Nós vamos fazer depois um compêndio do que foi o evento lá. E quero pedir aqui, inclusive, à secretaria para fazer esse trabalho, para que a gente possa distribuir a todos os Senadores como prestação de contas e claro também como forma de divulgar aquilo que lá fizemos e que poderemos fazer aqui também no Brasil.

Então, eu agradeço.

Nada mais havendo a tratar, agradeço e espero que, na quinta-feira, às 8h, estejamos lá para essa audiência tão importante, conjunta com a CRA.

Declaro encerrada a reunião.

*(Iniciada às 11 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.)*



# Já sabe pesquisar o diário na Internet?

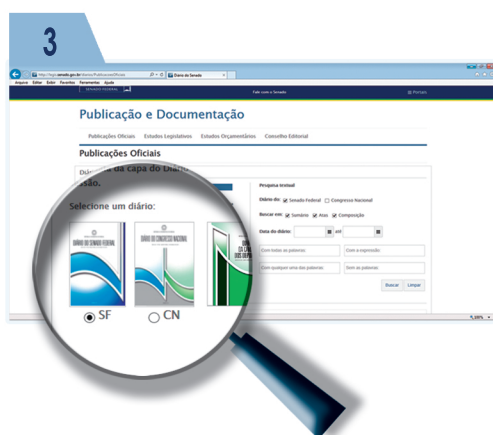
## Siga o passo a passo!



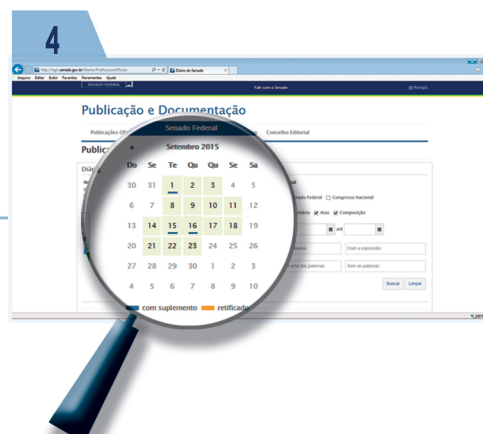
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: [www.senado.leg.br](http://www.senado.leg.br)

Fale com o Senado  
0800 61 2211

